

SANDRA RAFAELA MAGALHÃES CORRÊA

O PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS (PCH):  
POR UMA POLÍTICA INTEGRADA DE PRESERVAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL - 1973/1979.

BRASÍLIA

2012

SANDRA RAFAELA MAGALHÃES CORRÊA

**O PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS (PCH):  
POR UMA POLÍTICA INTEGRADA DE PRESERVAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL - 1973/1979.**

Dissertação de Mestrado  
apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título  
de mestre em Arquitetura e  
Urbanismo pelo Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de  
Brasília.

Prof. Orientador: Dr. Rodrigo  
Santos de Faria

BRASÍLIA

2012

## TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA RAFAELA MAGALHÃES CORRÊA

O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UNB, pela seguinte banca examinadora:

---

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santos de Faria

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília

---

Prof. Dra. Marcia Sant'Anna

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dra. Flaviana Barreto Lira (suplente)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

Recém-chegada a Brasília, tive no Prof. Rodrigo de Faria um orientador seguro, pois sempre apontou caminhos precisos para as diversas possibilidades de pesquisa que se apresentavam. Não permitiu, sempre de forma cuidadosa para não tolher nossa investigação, os desvios que são absolutamente comuns no processo da elaboração de uma dissertação de mestrado. Além disso, foi um orientador compreensivo, diante da dificuldade de realizar a pesquisa juntamente com as atribuições exercidas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e na reta final, com a gravidez de meu primeiro filho.

Nesse sentido, também tenho de agradecer aos meus chefes no Iphan, Érica Diogo e Andrey Schlee, pela compreensão e concordância em licenciar-me das atividades do órgão, apesar das necessidades prementes e urgentes de sempre, e à equipe da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, que competente e rapidamente montou meu processo de licença para finalização desta dissertação.

Aos colegas do Iphan em geral, que me apoiaram em todo o percurso, pelas mensagens de incentivo e pelas discussões sempre ricas. Em especial, a José Leme Galvão Junior, servidor do Iphan desde o início da década de 1980, a quem sempre direcionava minhas perguntas *curiosas* com relação ao órgão nesse período; a Weber Sutti, que com suas provocações fomentou a formulação de perguntas importantes a serem (ou pelo menos tentadas) respondidas pela pesquisa. Agradeço ainda a toda equipe da Coordenação Geral de Bens Imóveis, da qual faço parte: Érica Diogo, Fabiana Simões, Cátia Lázara, Viviane Ramos Elias, Maurício Goulart, Miguel Sousa, Renata Fortes e Cláudia Nascimento, pela compreensão, carinho e enriquecedoras discussões.

Aos servidores do Arquivo Central do Iphan em Brasília, especialmente Kléber Matheus, Linda, Patrícia e Marcos, que me

atenderam de forma eficiente e gentil, durante alguns meses. Do Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, agradeço em especial ao amigo Hilário Pereira Filho, que organizou a documentação solicitada em poucos dias, viabilizando uma visita rápida à cidade. Aos colegas da Superintendência de Pernambuco, agradeço o pronto acesso ao Arquivo e ao posterior envio para Brasília das cópias dos documentos pesquisados, evitando a necessidade de nova ida a Recife.

Ao Iphan, enquanto instituição, que motivou esta pesquisa por meio das experiências que tenho vivido há seis anos como servidora.

A Henrique Oswaldo de Andrade, ex-coordenador do Programa de Cidades Históricas, agradeço a disponibilidade para responder aos meus questionamentos, bem como o empréstimo de riquíssimo material para a pesquisa. Nossa convivência fez com que eu admirasse sua clareza e empenho para preservação do patrimônio cultural, algo que certamente contribuiu para o sucesso do Programa.

Aos meus pais, que fomentaram o meu perfil questionador e sempre incentivaram a busca pelo conhecimento.

Aos meus amigos, espalhados pelo Brasil, especialmente em Curitiba, Salvador e Aracaju, e aos meus irmãos, porque grande parte da minha vida devo a eles.

Ao meu marido, José Cavalcanti, que além do apoio emocional, foi fundamental para a estruturação da pesquisa, questionando intensamente meus propósitos com vistas a reforçar minha argumentação, e revisando os textos nas suas várias versões até chegar ao ponto final.

E, por fim, ao meu filho Milton, que esperou pacientemente a conclusão desta dissertação para vir ao mundo.

## RESUMO

A degradação dos centros históricos é objeto de estudos e políticas há pelo menos cinco décadas no Brasil. Contudo, os especialistas ainda buscam soluções para dar sustentabilidade às ações de preservação do patrimônio cultural, de maneira a tornar mais eficiente a utilização de recursos públicos, bem como proporcionar melhorias na qualidade de vida da população moradora e usuária.

No entanto, muitas ações empreendidas pelo Estado brasileiro são pouco estudadas, tendo como consequência o pouco conhecimento do caminho já percorrido e, acreditamos, a repetição de políticas ao invés da formulação de outras mais maduras.

Nesse sentido, esta dissertação visa a estudar o Programa de Cidades Históricas (PCH), implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral como a política pública brasileira de preservação do patrimônio cultural. O interesse no Programa vem de diversas questões, entre elas: sua formulação e coordenação pelo órgão de planejamento do governo federal e não pela instituição responsável pela política de preservação do patrimônio cultural brasileiro (o Iphan); a proposta de se efetivar dentro de uma perspectiva de política integrada, ou seja, em que outros órgãos federais efetivassem ações com o mesmo foco, possibilitando maior eficiência aos investimentos públicos; a proposta de descentralização da política, por meio de sua execução pelos estados; a aplicação significativa de recursos na área de patrimônio cultural, especialmente se comparada à capacidade de investimentos do Iphan até a década de 1970.

Nossa análise busca entender essa política sob o ponto de vista do seu processo de formulação e implementação, no período de 1972 a 1979. Entretanto, para entender as bases em que se constituiu o Programa, retroagimos à década de 1960 nos dois primeiros capítulos,

com o objetivo de compreender as diretrizes formuladas pelo Ministério do Planejamento, coordenador do Programa, e a política de preservação implementada pelo Iphan, o principal ator no campo do patrimônio cultural. Considerando o enfoque no processo, definimos os seguintes objetivos para a pesquisa:

a) avaliar as relações de poder em jogo durante a construção e a implementação do Programa;

b) compreender o grau de sucesso que o Programa obteve na construção de um *Sistema Nacional*, analisando sua articulação junto aos estados e outros órgãos federais, principalmente o Iphan, o Ministério do Planejamento, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR);

c) avaliar o papel do Programa enquanto indutor de novas práticas institucionais no campo da preservação do patrimônio cultural, especialmente com relação ao Iphan e aos estados federativos brasileiros.

Nossas fontes, além da bibliografia existente sobre os aspectos mencionados acima, localizaram-se principalmente nos Arquivos Centrais do Iphan (Brasília e Rio de Janeiro), bem como no Arquivo da Superintendência do Iphan em Pernambuco, onde se encontra a documentação referente ao período e ao tema estudado.

## ABSTRACT

The degradation of historic centers has been a subject of studies and policies for at least five decades in Brazil. However, experts are still seeking solutions in order to give sustainability for the actions of cultural heritage preservation, aiming the more efficient use of public resources as well as the provision of improvements in the quality of life of residents and users.

However, many actions taken by the Brazilian government are not studied enough, which results on little knowledge of the progress already achieved, as well as on the repetition of policy formulation rather than on the implementation of other more mature policies, as we believe.

Due to this fact, this dissertation aims to study the *Programa de Cidades Históricas* (Historic Cities Program), a Brazilian public policy of cultural heritage preservation, implemented in the early 1970s by the Ministry of Planning and General Coordination. The interest in the program comes from several issues, among them: the policy formulation and coordination by the planning agency of the federal government and not by the institution responsible for the policy of preserving Brazil's cultural heritage (Iphan); the proposal to commit within a perspective of integrated policy, with other federal agencies implementing actions with the same focus, enabling greater efficiency in public investment; the proposed decentralization policy, through its implementation by the states (of the federation); the application of a major amount of financial resources in the cultural heritage area, especially if compared to Iphan's capacity of investment until the 1970s.

Our analysis seeks to understand this policy from the point of view of its formulation and implementation from 1972 to 1979. However, in order to understand the basis on which the Program was founded, we went back to the 1960s in the first two chapters. The

idea is to understand the guidelines formulated by the Ministry of Planning, which coordinated the Program, and the conservation policy implemented by Iphan, the main actor in the field of cultural heritage. Whereas the focus in the process, we define the following objectives for the research:

a) to evaluate the power relations at play during the construction and the implementation of the Program;

b) to understand in what degree of success the program achieved the construction of a *National System* by analyzing its relationship with states and other federal agencies, especially Iphan, the Ministry of Planning, the Brazilian Tourism Enterprise (Embratur) and the National Commission on Urban Policy and Metropolitan Areas (CNPUR);

c) to evaluate the role of the program as inducer of new institutional practices in the field of cultural heritage preservation, especially with regard to Iphan and Brazil's federal states.

In addition to the literature on the aspects mentioned above, our sources were located mainly in the Central Archives of Iphan (Brasilia and Rio de Janeiro) and the Archive of Iphan's Superintendence in Pernambuco, where the documents relating to the period and theme studied are.

## SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	8
Sumário.....	10
Lista de Figuras.....	13
Lista de Gráficos.....	13
Lista de Quadros.....	14
Lista de Abreviaturas.....	15
1. Introdução.....	17
1.1 Metodologia .....	25
1.1.1 A Pesquisa nos Arquivos .....	30
1.2 Estrutura da dissertação .....	33
2. Planejamento Governamental na Década de 1970: Conceitos Presentes no <i>Pensar o Brasil</i> de uma Época.....	37
2.1 O planejamento governamental brasileiro .....	38
2.2 A disputa pelo <i>ideário</i> de desenvolvimento .....	42
2.3 Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Descentralização: uma aproximação dos conceitos presentes no Programa de Cidades Históricas.....	53
3. A Política de preservação do patrimônio cultural nas décadas de 1960 e 1970: a busca de novos caminhos.....	66
3.1 Patrimônio e cidade: novos papéis na nova fase do capitalismo .....	67
3.2 A Articulação entre Dphan e Unesco .....	78
3.3 Os Encontros de Governadores e o Conselho Federal de Cultura .....	97

4.	O Programa de Cidades Históricas (PCH).....	121
4.1	Formulação e Estruturação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos: 1972-1974.....	123
4.2	Críticas e Avaliação do Programa .....	145
4.2.1	A Avaliação da Delegacia Regional da Seplan/PR ...	150
4.2.2	Constituição do Grupo de Trabalho para ampliação da área-programa para os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro .....	157
4.3	A nova fase do Programa de Cidades Históricas .....	182
4.3.1	As reuniões da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA) .....	183
4.3.2	Solicitação de financiamento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e incorporação ao Iphan: Política de Desenvolvimento Urbano para Núcleos Históricos .....	194
4.4	Resultados do Programa .....	202
4.4.1	Formação de recursos humanos .....	203
4.4.2	Entidades estaduais .....	213
4.4.3	Projetos financiados e recursos previstos e investidos	221
4.4.4	Administração do Programa .....	234
5.	Considerações Finais.....	239
	Referências.....	245
	Apêndice A: Quadro-Síntese da documentação consultada no Arquivo Central do Iphan em Brasília, sobre o Programa de Cidades Históricas.....	253
	Apêndice B: Quadro-Síntese dos projetos executados pelo Programa de Cidades Históricas.....	275

Anexo A: Exposição de Motivos 301-B/1972.....	288
Anexo B: Exposição de Motivos 076-B/1973.....	292
Anexo C: Portaria 050/1973.....	313
Anexo D: Exposição de Motivos 060/1976.....	318
Anexo E: Exposição de Motivos 024/1977.....	322
Anexo F: Portaria Interministerial 019/1977.....	326
Anexo G: Exposição de Motivos 065/1979.....	335
Anexo H: Exposição de Motivos 320/1979.....	339
Anexo I: Portaria Interministerial MEC/Seplan 1.110/1979.....	344

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de Ficha Resumo.....	31
Figura 2: Capa da revista O Correio, da Unesco. Dez. 1966.....	84
Figura 3: Matéria sobre o turismo da Revista O Correio, da Unesco. Dez. 1966.....	86
Figura 4: Matéria sobre o Turismo na revista O Correio, da Unesco. Dez. 1966.....	87
Figura 5: Matéria da revista O Correio, da Unesco, sobre o relatório de Michel Parent. Jun. 1968.....	89
Figura 6: Matéria da revista O Correio, da Unesco, sobre o relatório de Michel Parent. Jun. 1968.....	90
Figura 7: Capa da revista Planejamento & Desenvolvimento, anunciando o lançamento do Programa no Nordeste. Jul. 1973.....	137
Figura 8: Matéria sobre o lançamento do Programa no Nordeste na revista Planejamento & Desenvolvimento. Jul. 1973.....	138
Figura 9: Revista Planejamento & Desenvolvimento traz na capa o Programa de Cidades Históricas. Ago. 1975.....	151
Figura 10: Edição da revista Planejamento & Desenvolvimento divulga a ampliação do Programa de Cidades Históricas para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Abr. 1977.....	173
Figura 11: Suplemento Especial da Revista Planejamento & Desenvolvimento, bilíngue.....	203

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valores investidos por fonte e Estado.....	227
Gráfico 2: Média de investimento/projeto, por Estado.....	228
Gráfico 3: Número de tipos de projetos propostos por Estado.....	230

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratégias regionais PNDU.....	60
Quadro 2: Resultados I Encontro de Governadores (Brasília, 1970).	107
Quadro 3: Listagens de cidades nos documentos do Programa.....	134
Quadro 4: Matriz Institucional do Programa.....	143
Quadro 5: Quadro - síntese do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, a partir da Exposição de Motivos 076-B/73.....	144
Quadro 6: Sistema de avaliação de projetos.....	155
Quadro 7: Comparação entre as EM 076-B/Portaria 050/1973 e EM 024/Portaria 019/1977.....	178
Quadro 8: Profissionais qualificados em cursos realizados pelo Programa de Cidades Históricas.....	209
Quadro 9: Consultores enviados pela Unesco ao Brasil.....	210
Quadro 10: Evolução das Entidades Estaduais.....	216
Quadro 11: Previsão de recursos constante nas Exposições de Motivos, em milhões de cruzeiros.....	223
Quadro 12: Valores totais previstos nas Exposições de Motivos 076-B/73, 060/76, 024/77 e 065/79, em milhões de cruzeiros.....	223
Quadro 13: Valores totais previstos nas Exposições de Motivos 076-B/73, 060/76, 024/77 e 065/79, em milhões de dólares americanos..	223
Quadro 14: Valores investidos efetivamente de 1973 a 1983 nos projetos aprovados até 1979.....	225
Quadro 15: Valores investidos por fonte e Estado.....	226
Quadro 16: Número de projetos que dispensaram contrapartida (100% dos recursos FDPI).....	228
Quadro 17: Valores investidos por tipos de projetos, por Estado..	229
Quadro 18: Número de projetos por tipo.....	230
Quadro 19: Indicadores do Programa de Cidades Históricas e Sudene - 1976 e 1977.....	236

## LISTA DE ABREVIATURAS

BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNH	- Banco Nacional de Habitação
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCA	- Comissão de Coordenação e Acompanhamento
CECI	- Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada
CECOR	- Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis Culturais
CECRE	- Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
CFC	- Conselho Federal de Cultura
CIAM	- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNPU	- Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
DAC	- Departamento de Assuntos Culturais
DPHAN	- Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRAFILME	- Empresa Brasileira de Filmes
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
EPEA	- Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
ETENE	- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FDPI	- Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
FUNDARPE	- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
ICOMOS	- International Council on Monuments and Sites
ICROM	- International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MINIPLAN	- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
MINTER	- Ministério do Interior
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Plano de Ação Concentrada
PAEG	- Programa de Ação Econômica do Governo
PCH	- Programa de Cidades Históricas
PDLI	- Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PED	- Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PIPMO	- Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
SAREM	- Secretaria de Articulação com Estados e Municípios
SERFHAU	- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SEMOR	- Secretaria de Modernização Administrativa
SEPLAN/PR	- Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SFH	- Sistema Federal de Habitação
SPHAN (1)	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN (2)	- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	- United Nations: Educational, Scientific and Cultural Organization

## 1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é o sonho brasileiro, da mesma forma que o sonho americano é o de enriquecer.<sup>1</sup>

A degradação de cidades e centros históricos tem instigado estudos em diferentes áreas disciplinares. A relação entre essas cidades carregadas de significados e identidades e a sociedade atual é conflituosa; muitas vezes elas são consideradas entraves ao progresso. Desse conflito advém a dicotomia preservação de patrimônio cultural versus desenvolvimento econômico, que ainda espera uma solução.

As discussões sobre a degradação dos centros históricos já ocorrem desde, pelo menos, a década de 1960. Passadas as grandes operações de recuperação pós-guerra e a retomada das economias europeias, percebe-se a dificuldade em manter vivos os centros históricos. Por outro lado, a economia mundial passa por grandes transformações. Nos países centrais, o capitalismo atinge um novo estágio, denominado multinacional, tardio ou informacional, caracterizando-se pela fluidez extrema de capital e poder, no qual a produção se dá com base em uma grande rede de serviços e informações que não mais dependem de locais físicos para se constituírem (SANT'ANNA, 2004, p. 38-39). No Brasil, nesse mesmo período, o capitalismo passa de concorrencial a monopolista, demarcando definitivamente a entrada do Estado como importante produtor de capital.

O Brasil se viu, então, com o desenvolvimento da indústria, em um processo intenso e desordenado de urbanização, algo que não poderia deixar de ter consequências nas cidades e centros

---

<sup>1</sup> João Paulo dos Reis Velloso. Em CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, Memórias do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 76.

históricos, que foram colocados à margem desse processo - relegados a situações de estagnação econômica e degradação contínua - ou, inseridos em áreas ativas economicamente, ameaçados e mesmo destruídos frente à produção de valor imobiliário. No fim da década de 1960, já sob regime autoritário, o *milagre econômico* alimentava o sonho de desenvolvimento do *Brasil Grande*.

Nesse contexto, em 1973 foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH) - em sua nomenclatura mais comum e utilizada - que, considerando o viés desenvolvimentista do governo brasileiro, não por acaso discutiu a relação desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio cultural. No entanto, para além da discussão que se fazia no governo federal acerca da necessidade de retomar o desenvolvimento econômico, agregar esse valor à cultura era uma solução apontada nas discussões internacionais sobre patrimônio, como se pode observar nas Normas de Quito, resultantes de encontro do Departamento de Cultura da Organização de Estados Americanos (OEA), em 1967, no Equador. Nesse sentido, o aproveitamento econômico do patrimônio cultural poderia se realizar pela atividade turística. Segundo a referida norma, além de enfrentar o desafio de dinamizar a economia dos centros históricos, o turismo também era um meio de democratização da cultura por meio do acesso a grandes parcelas populacionais. Por outro lado, a *descoberta* do turismo enquanto importante atividade econômica também ocorreu na década de 1960: o desenvolvimento das linhas aéreas comerciais contribuiu significativamente para movimentar grande fluxo de pessoas por todo o mundo. Dessa forma, o turismo ganhou escala, vislumbrando-se uma grande possibilidade de geração de recursos econômicos por essa atividade alternativamente ao desenvolvimento industrial. Assim, seria possível realizar o aproveitamento econômico de áreas e bens que não se desejava que fossem destruídos ou modificados, como era o caso do patrimônio natural e cultural.

A partir daí, várias cidades receberam intervenções com o objetivo de adequar-se ao turismo de massas. Entretanto, tais intervenções não se sustentaram em longo prazo, sendo necessários investimentos contínuos para manter os centros históricos em bom estado de preservação. No início dos anos 1990, as justificativas para a reanimação econômica das áreas degradadas adicionou outro componente: a premência de adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais (LEITE, 2002, p. 115). A cultura, materializada na cidade histórica, seria reapropriada por meio da mudança nos sentidos e significados do passado. No início dos anos 2000, o Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, é implementado com um *conceito inovador*: "(...) procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social". O *equilíbrio financeiro* dos centros históricos é o carro-chefe do Programa.

Nesse sentido, Canclini (2003, p. 196) alerta para a mudança do papel do patrimônio cultural na sociedade. De símbolo de uma identidade nacional homogeneizadora, na primeira metade do século XX, o patrimônio passou a ser relativizado pela indústria cultural, cada vez mais lucrativa. Os bens culturais são *distribuídos* pelos meios de comunicação de massa, chegando, por meio da televisão e revistas a pessoas que não podem ou querem conhecê-los ao vivo. Dessa forma, o autor chama atenção para a necessidade das políticas culturais levarem em consideração o caráter processual do patrimônio e sua transformação nas sociedades contemporâneas. Propõe, segundo Raymond Williams, a organização de tais políticas a partir da identificação de processos arcaicos, residuais ou emergentes, superando a dicotomia tradicional/moderno:

O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem, quase sempre 'de um modo deliberadamente especializado'. Ao contrário, o residual formou-se no passado, mas ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos

significados e valores, novas práticas e relações sociais.  
(CANCLINI, 2003, p. 297)

As políticas de preservação brasileiras têm, ao menos os grandes programas, se aproximado mais do que Canclini identifica como arcaico do que com emergente. As intervenções, de maneira geral, não dialogam com as necessidades sociais, constituindo-se em instrumentos de *estetização* dos centros históricos, inserindo elementos que são reproduzidos em várias cidades do mundo, e que, ao mesmo tempo em que agradam aos usuários que se quer atrair, inibem a utilização por parte de determinados grupos sociais, que passam a ser indesejáveis naqueles espaços. Peixoto (2004, p. 185) chama isso de "processos de patrimonialização", nos quais uma das principais características é "a ideia de que uma sociedade regulada e formatada é melhor para toda a gente". Daí decorre um paradoxo, pois na medida em que esses centros são escolhidos para investimentos significativos por conterem valor simbólico, na hora da elaboração do projeto não são vistos sob uma perspectiva histórica e social. Ou seja, são escolhidos por determinado valor que não é considerado na hora de ser *consumido*, anulando seu poder social e político (SANT'ANNA, 2004, p. 49):

As políticas culturais menos eficazes são as que se aferram ao arcaico e ignoram o emergente, porque não conseguem articular a recuperação da densidade histórica com os significados recentes gerados pelas práticas inovadoras na produção e no consumo. (CANCLINI, 2003, p. 198)

Além disso, mesmo para a atividade turística tal modelo já apresenta certo esgotamento, na medida em que o consumo voraz possibilitado pelo turismo cultural de massas tem levado muitos visitantes à frustração, pois se busca uma relação com o passado que não é mais proporcionada por cidades que aderiram às revitalizações estetizadoras.

Se nas grandes cidades esses processos já mostram resultados bastante preocupantes, quando vemos esse modelo repetido em núcleos urbanos que não possuem vitalidade financeira para sustentar tal *estilo de vida*, o insucesso é quase inevitável. Por outro lado, a expulsão de grupos sociais considerados indesejáveis desses locais, pautada pelas estratégias da ideologia do consumo, faz com que os centros históricos sejam esvaziados das práticas sociais antes presentes. Como consequência, temos centros históricos revitalizados que entram rapidamente em processo de degradação, por vezes piores dos que se apresentavam antes da intervenção.

Leite (2002, p. 121) entende que tais intervenções alienam o patrimônio de seus usuários por meio das relações econômicas de consumo. Ou seja, tais intervenções ainda entendem o centro histórico como um *museu a céu aberto*, tendo como objetivo o que Otília Arantes chama de "consagração da eternidade da cena - bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu" (ARANTES, 1998, p. 136). Segundo Peixoto:

Os centros históricos reabilitados funcionam como uma espécie de figuração da realidade, dado que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas, frequentemente contrastando com o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstrata de qualidade de vida que os residentes não experenciam e com a qual não se identificam. (2004, p. 188)

Parece-nos, portanto, ser importante chegarmos a uma solução intermediária, em que é fundamental oportunizar às populações locais o aproveitamento econômico de seu patrimônio, ao mesmo tempo em que se mantém sua densidade histórica e simbólica. Ou seja, é necessário que as políticas públicas aceitem que "as interações entre capital, Estado e sociedade estão mudando a problemática patrimonial" (CANCLINI, 1994, p. 103):

À medida que o estudo e a promoção do patrimônio assumam os conflitos que o acompanham, podem contribuir para consolidar uma nação, já não como algo abstrato, mas como o que une e torna coesos - em um projeto histórico solidário - os grupos sociais preocupados pela forma como habitam seu espaço. (CANCLINI, 2003, p. 203)

O reconhecimento dos conflitos que envolvem a (não) preservação do patrimônio cultural sempre foi um tema controverso para o órgão federal que elabora as políticas nesse sentido. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado, em 1937, a partir de uma proposta de construção de um Estado burocrático, que buscava afirmar o aspecto "técnico e imparcial" das políticas de Estado. Assim, o órgão construiu suas diretrizes calcado em entendimentos que eram apresentados como desprovidos de influências políticas, mas impregnados de profundo estudo e conhecimento intelectual que embasariam suas decisões. No entanto, além de *intelectuais* no sentido mais conhecido - de *estudiosos* -, cabe aos primeiros funcionários do Iphan a definição que Sônia Regina de Mendonça traz de Antônio Gramsci: o intelectual seria entendido "não enquanto ser dotado da excelência conferida pelo monopólio da erudição - e, por isso mesmo, distanciado do conjunto da sociedade, mas sim enquanto aquele que, no âmbito de um dado segmento social, destaca-se pelo papel de dirigente" (1995, p. 70)<sup>2</sup>. Dessa forma, os *fundadores* do Iphan cumpriam o papel de dirigente-intelectual que constituiu o *mito* que permeia a instituição até os dias atuais, quando vista de dentro (pelos próprios funcionários) e de fora (pela sociedade brasileira).

Essa imagem construída sobre o Iphan dificulta a possibilidade do reconhecimento de conflitos sociais (intrainstitucional e interinstitucional, além da própria população atingida), na medida

---

<sup>2</sup> Para aprofundar essa interpretação, interessantíssima a publicação de Márcia Regina Romeiro Chuva: "Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)". Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

em que cerra o campo do saber do patrimônio cultural em um ambiente técnico e acadêmico, desconsiderando os vários interesses, muitos deles extrapolando o campo do patrimônio cultural, que determinam o sucesso ou não das políticas de preservação. Cabe ainda ressaltar que os agentes públicos são *selecionados* mediante o que Gramsci chama de "dupla delegação", na medida em que, após a implementação de uma instituição, o próprio Estado concede um *mandato* a um *delegado-funcionário*, não necessariamente ligado ao grupo de interesses que elegeu determinado agente político. Essa seria a *lógica do aparelho* de Estado descrito por Gramsci:

Nessas condições [de dupla delegação], o capital cultural parece perder seu caráter de fruto de um embate entre agentes distintamente qualificados, que visam a impor uma visão absoluta, para assumir o status de valor universal ou nacional, sendo despedido de mudar para toda sua inerente relatividade. (...) os agentes encastelados nos órgãos públicos em geral adquirem (...) o estatuto de funcionários. E, nessa condição, eles se vêem dotados de uma outra solidariedade, diversa daquela conferida pela força do habitus, proveniente de sua própria vinculação ao aparelho. (MENDONÇA, 1995, p. 79)

Mendonça ainda alerta para as consequências dessa *solidariedade*:

O que não se deve esquecer, todavia, é que na luta por essa imposição, os detentores da autoridade burocrática jamais possuem, ao contrário do que pretendem fazer ver e fazer crer, um monopólio absoluto: este sempre provém do conflito entre poderes simbólicos que, igualmente, visam a fazer valer a visão da divisão legítima, ou seja, a construção de grupos. (MENDONÇA, 1995, p. 79)

Assim, ao buscar o aspecto técnico, com um suposto receio das influências políticas, o Iphan tendeu a evitar ações que pudessem ser entendidas como assim influenciadas, afastando-se das necessárias articulações para empreender com sucesso suas políticas, bem como talvez não tenha conseguido elaborá-las de acordo com o que

seria mais adequado para a sociedade, visto que pouco se relaciona com ela. Contudo, essa argumentação não se aplica de forma homogênea às forças intrainstitucionais e também durante toda a existência do órgão. Os movimentos que a instituição fez em direção à descentralização das políticas de preservação do patrimônio tomam importância nesse sentido.

O órgão, ainda hoje, receia delegar poderes aos outros entes da federação, talvez porque isso poderia dividir o campo de saber especializado, e supostamente puramente técnico, do patrimônio cultural com o campo político das negociações junto a governadores e prefeitos. Isso porque a descentralização não pode ser compreendida como apenas a execução de políticas federais por estados e municípios, mas sim uma autonomia que perceba um poder decisório a esses entes federados.

Essa delegação de poderes teria um duplo objetivo: primeiramente trazer à responsabilidade outras esferas de poder para a preservação do patrimônio cultural, mas, mais do que isso, utilizar-se do sistema federativo no intuito de mobilizar a sociedade para a formulação e a implementação das políticas de Estado:

(...) o Brasil inteiro mora no Município e depende do Município. Sem querer incidir no lugar comum, ele é sustentáculo territorial do país. É a célula governamental mais próxima do cidadão. Normalmente, é a primeira escola de civismo e política. É o ponto de inflexão entre a educação doméstica e a formal urbana. É, em suma, o ambiente social e cultural por excelência. (DIAS apud CALSING, 1986, p. 241)

Nesse sentido, a primeira política implementada de preservação do patrimônio cultural que pretendeu dar esse passo foi o Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973. Foi também o primeiro programa federal que investiu recursos com vistas à recuperação do patrimônio cultural urbano, abordando o problema sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico das cidades históricas. Dialogava com

outros assuntos em pauta na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano desordenado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país. A atividade que possibilitaria a *reativação econômica* das cidades históricas pelo PCH seria o turismo, como mencionado anteriormente. A forma de operação pressupõe a participação dos estados como executores. O Programa coordenado pelo Ministério do Planejamento inovou ao propor uma nova prática na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

### 1.1 Metodologia

Considerando que o Programa de Cidades Históricas foi uma política pública implementada pelo governo brasileiro, cabe aproximarmo-nos de conceitos emprestados da Ciência Política, a começar pelo próprio conceito de política pública:

políticas públicas (...) são resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. (...) geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. (RUA, 1998, p.1)

Por outro lado, a sua dimensão *pública* diz respeito ao seu *caráter imperativo*, ou seja, são investidas da autoridade do poder público. Rua afirma que as atividades políticas "resultam do processamento, pelo sistema público, dos *inputs* originários do meio ambiente e, frequentemente, de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político)" (1998, p. 1). Ambos podem ser constituídos por demandas (por exemplo, por serviços públicos ou participação em determinada política) ou suporte/apoio (como o cumprimento de leis, o envolvimento na implementação de programas, ou a disposição para pagar tributos). Assim, segundo Rua, a

atividade política dos governos busca "satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários" (1998, p. 2).

Já para Celina Souza,

a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (...) após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas". (2006, p. 26)

Rua esclarece ainda que os envolvidos nos conflitos a serem solucionados pelas políticas são os *atores políticos*. Os atores políticos públicos, por sua vez, poderiam ser separados em *políticos* e *burocratas*, os primeiros atuantes mediante mandato eletivo e os segundos "requerem conhecimento especializado e se situam em um sistema de carreira pública" (RUA, 1998, p. 4). O autor ressalta que, apesar de não serem eleitos, os burocratas possuem projetos políticos - pessoais ou organizacionais. Daí lembramos a "lógica de aparelho" de Gramsci, com relação à dupla delegação do Estado aos burocratas. Há ainda os atores privados, como os empresários e trabalhadores, os agentes internacionais, a mídia etc. Assim, é fundamental, para Rua, identificar os atores em uma política pública, o que poderia ser feito estabelecendo-se "quem tem alguma coisa em jogo na política em questão" (1998, p. 5).

Mas o que geraria uma política pública? Segundo Rua,

Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais. Neste caso, trata-se de um "estado de coisas" - algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades

e se torna uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um "problema político". (1998, p. 5-6)

Rua esclarece que, para a questão entrar na agenda, é necessário que se mobilize ação política (coletiva ou de atores individuais com poderes para tanto), constitua-se uma situação de crise (em que o ônus da não resolução seja pior do que sua resolução), ou ocorra uma ação de oportunidade (a resolução do problema trará vantagens). Assim, a questão transforma-se em um *input*, iniciando-se o momento de formulação de alternativas:

A formulação de alternativas é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se colocam claramente as preferências dos atores, manifestam-se os seus interesses e é então que diversos atores entram em confronto. (1998, p. 6)

Souza, ao percorrer os modelos de formulação e análise de políticas públicas, esclarece que a tipologia do "ciclo da política pública" é "um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado" (2006, p. 29). Esses estágios seriam a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Segundo Souza (2006), essa abordagem privilegia a análise sobre a definição da agenda, ou seja, investiga o porquê de certas questões constituírem a agenda política e outras não. Por outro lado, também deve estudar os participantes do processo decisório ou o processo de formulação da política. Os participantes podem ser visíveis (políticos, mídia, grupos de pressão etc.) ou invisíveis, como acadêmicos e burocratas. Os primeiros definiriam a agenda e os segundos, as alternativas.

Assim, consideramos o Programa de Cidades Históricas como uma política pública, com características de programa, na medida em que possui, claramente definidos, os objetivos e recursos a serem aplicados previamente à sua implementação. Essa definição determinou

o recorte temporal desta pesquisa com relação ao Programa: de 1972 (quando foi publicada a Exposição de Motivos 301-B, de 22 de dezembro de 1972, que instituiu um grupo de trabalho para formulação do Programa) a 1979 (data de publicação da Exposição de Motivos 320, de 08 de novembro de 1979, que transferiu o PCH ao Iphan). Apesar de o Programa ter supostamente continuado após sua incorporação ao Iphan em 1979, consideramos esse ano como seu marco de encerramento enquanto modelo proposto em 1973, quando é instituído. Isso porque, além de haver uma mudança significativa de estrutura - o Programa passa a ser coordenado pelo Iphan e não mais pelo Ministério do Planejamento -, a EM 320/79 não definiu o montante de recursos que seriam destinados ao Programa a partir de então, apenas referindo-se à utilização do *saldo* existente no Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) para o PCH para os compromissos já assumidos. Ademais, os objetivos tornaram-se bem mais amplos, aproximando-se bastante da missão institucional do Iphan e, portanto, perdendo as características de uma política do tipo *Programa*.

Entretanto, esse recorte temporal não limita as investigações constantes nesta pesquisa, já que pretendemos buscar os motivos que levaram o Programa a constituir a agenda de políticas públicas do governo federal. Assim, nos dois primeiros capítulos, retroagimos à década de 1960 com vistas a identificar as articulações e os discursos dos agentes na formulação do PCH, as demandas, e mesmo outras políticas que ocorriam no período imediatamente anterior a sua implementação.

Nesse sentido, considerando os diversos enfoques que poderiam ser utilizados para análise do Programa, e diante de sua farta documentação, decidimos investigá-lo a partir do aparelho de Estado, dos quais os principais representantes institucionais foram o Ministério do Planejamento e o Iphan. A partir dessas instituições, identificaram-se outros agentes, como o Ministério da Fazenda, a

Unesco, a Embratur, os estados brasileiros e, mais tardiamente, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR). Entretanto, esses foram tratados de maneira secundária, como geradores de *inputs* aos dois primeiros. Dos agentes institucionais, foram identificados os burocratas que, acreditamos, tiveram papel chave na formulação da política: do Ministério do Planejamento - o ministro, João Paulo dos Reis Velloso, o arquiteto da delegacia regional em Recife, Hélio Polito Lopes, e o coordenador do PCH a partir de 1975, Henrique Oswaldo de Andrade; do Iphan - o diretor Renato Soeiro e o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles.

Considerando as diversas formas de registro dos discursos desses agentes, utilizamos as seguintes fontes:

- bibliografia existente sobre *planejamento estatal* nas décadas de 1960 e 1970 e, principalmente, sobre os planos de desenvolvimento nacionais, legislação que relacionava os conceitos de planejamento integrado, desenvolvimento regional e descentralização, e as *falas* dos ministros do Planejamento e da Fazenda, na disputa pelo campo do planejamento no governo central;

- bibliografia existente e fontes primárias documentais referentes à cooperação do Iphan com a Unesco na década de 1960, consubstanciada nos relatórios dos consultores da Unesco sobre o patrimônio cultural brasileiro, na correspondência entre Iphan e Unesco, localizadas no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro;

- revistas O Correio, publicação oficial da Unesco, e no sítio eletrônico da Unesco<sup>3</sup>;

- bibliografia existente sobre os Encontros de Governadores e a constituição do Conselho Federal de Cultura;

- fontes primárias documentais referentes à burocracia administrativa do Programa de Cidades Históricas, ou seja, normas de funcionamento, correspondências, relatórios de atividades, relatórios de avaliação etc., localizados no Arquivo Central do

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/>.

Iphan em Brasília e no Arquivo da Superintendência do Iphan em Pernambuco;

- revistas Planejamento & Desenvolvimento, editadas pelo Ministério do Planejamento na década de 1970;

- bibliografia existente sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural, nos âmbitos nacional e internacional, das décadas de 1960 e 1970;

- entrevista com o ex-coordenador do Programa de Cidades Históricas, Henrique Oswaldo de Andrade, que também cedeu entrevista concedida por ele a Lia Calabre e Lúcia Lippi, da Fundação Getúlio Vargas, cujo resultado ainda não foi publicado<sup>4</sup>.

Importa ressaltar que essas fontes foram consultadas em ordens aleatórias, a depender dos vestígios apontados pela bibliografia ou documentos pesquisados.

#### 1.1.1 A Pesquisa nos Arquivos

O Arquivo Central do Iphan em Brasília guarda a documentação proveniente da Coordenação Geral do Programa de Cidades Históricas, que funcionava originalmente no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Para iniciar a pesquisa nesse Arquivo, foi solicitada ao responsável pelo setor uma listagem de todas as caixas que contivessem documentos relativos ao PCH. Nessa primeira amostra foram identificadas 89 caixas, classificadas em dois grupos em uma triagem inicial: *convênios e projetos diversos*, referente aos instrumentos de convênio entre União e estados, estabelecendo os compromissos entre as partes, e documentos relativos aos diversos projetos financiados, sempre que específicos; e *documentos estruturais*. Considerando a abordagem pretendida deu-se prioridade aos denominados documentos burocrático-administrativos, ou seja,

---

<sup>4</sup> Pretendia-se, no início da pesquisa, entrevistar o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, e o arquiteto da Delegacia Regional do ministério em Recife, Hέλvio Polito Lopes, o que não foi viabilizado.

manuais de operação, correspondências entre os ministérios e as coordenações, atas de reuniões, programas gerais encaminhados pelos estados, seminários e encontros de discussão sobre o Programa, além de material de divulgação e relatórios.

A partir daí, passou-se à verificação de cada caixa, primeiramente com uma leitura rápida e a definição dos documentos de interesse. Esses foram reproduzidos digitalmente, para que pudessem ser trabalhados fora do Arquivo. Um banco de dados foi montado com os arquivos digitais, para se organizar o *fichamento* da documentação (exemplo abaixo), e cujo resumo constitui o Apêndice A.

Figura 1: Exemplo de Ficha Resumo elaborada para cada documento pesquisado no arquivo.

Arquivo Central Iphan Brasília	
ID	296
Nº Caixa	72
Nº Camisa	D112
Nome Documento	Relatório de Atividades PCH 1977
Arquivo Digital	DSC03268 a 3317
Data documento	31/12/1977
Data Fichamento	14/05/2012
Autor	Delegacia Regional do Recife - Seplan
Qualidade digitalização	boa
Assunto	Apresentação; convênios firmados; projetos aprovados; projetos concluídos; projetos em execução; recursos comprometidos; recursos liberados; sistema gerencial de acompanhamento físico e financeiro - sistema GRAFF; manual de instruções; forte das cinco pontas; técnicos da UNESCO; programas estaduais de restauração e preservação de monumentos históricos; comissão de coordenação e acompanhamento; assistência técnica

Registro: 14 ◀ 292 de 319 ▶ ▶ ▶ Sem Filtro Pesquisar

Nove caixas verificadas resultaram em um total de 319 documentos *fichados*. Durante a leitura, entretanto, verificou-se que

alguns se repetem, apesar de armazenados em caixas diversas, sendo, portanto, cerca de três por cento menor o número de documentos pesquisados.

Já o Arquivo da Superintendência do Iphan em Pernambuco guarda a documentação referente ao PCH proveniente da antiga Delegacia Regional do Ministério do Planejamento em Recife. Na pesquisa ali realizada em outubro de 2010 verificou-se a predominância de documentos relacionados a projetos específicos (de restauração, de eventos, planos urbanísticos etc.). De maneira geral, observou-se que a maioria dos documentos estruturais lá existentes também estavam presentes no Arquivo Central do Iphan em Brasília. Aqueles que não existiam em Brasília foram reproduzidos para leitura.

No Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro o objetivo inicial era pesquisar o que denominamos de *arquivo corrente da Presidência do Iphan*<sup>5</sup>, para investigar a correspondência que pudesse haver entre o órgão, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Planejamento nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, essa classificação não existia. Os técnicos responsáveis pela administração do arquivo orientaram no sentido de busca de agentes ou assuntos específicos para a realização da pesquisa. Assim, solicitamos a documentação referente a: *Órgãos/Instituições* - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Cultura, Embratur e Unesco; *Personalidades* - Hélio Beltrão (ministro do planejamento de 1967 a 1969), João Paulo dos Reis Veloso (ministro do Planejamento de 1969 a 1979), Carlos Chagas Filho (embaixador do Brasil junto à Unesco de 1966 a 1970), Marcus Vinícius Pratini de Moraes (ministro da Indústria e Comércio de 1970 a 1974) e Severo Fagundes Gomes (ministro da Indústria e Comércio de 1974 a 1977). Dessa consulta no

---

<sup>5</sup> Nessas décadas a sede do Iphan ainda se localizava no Rio de Janeiro, e por isso os documentos relativos à presidência/diretoria do órgão se encontram naquela cidade.

Arquivo, foram separadas as seguintes séries: a) técnico-administrativo Iphan - correspondências; b) publicações - correspondências; c) técnico-administrativo Iphan - Unesco. Como se tratava de um número menor de documentos com relação ao arquivo de Brasília, optamos por realizar a triagem no próprio local, digitalizando somente a documentação que interessava.

Com esse procedimento de pesquisa, pretendeu-se ter uma visão geral da documentação disponível nos arquivos do Iphan que pudesse ser relacionada ao Programa, referente ao período de 1964 a 1982.

## **1.2 Estrutura da dissertação**

Ao levar em consideração o intuito de analisar o Programa como política pública de preservação do patrimônio cultural, escolhemos enfocá-lo enquanto processo, observando sua formulação e implementação. Assim, os objetivos da dissertação são os seguintes:

a) avaliar as relações de poder em jogo durante a construção e a implementação do Programa;

b) compreender o grau de sucesso que o Programa obteve na construção de um *Sistema Nacional*, analisando sua articulação junto aos estados e outros órgãos federais, principalmente o Iphan, o Ministério do Planejamento, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR);

c) avaliar o papel do Programa enquanto indutor de novas práticas institucionais no campo da preservação do patrimônio cultural, especialmente com relação ao Iphan e aos estados federativos brasileiros.

Dessa forma, para compreender as articulações e as concepções que viabilizaram o Programa de Cidades Históricas, a análise no primeiro capítulo aborda o planejamento governamental na esfera federal, no período de 1967 (ano da publicação do Decreto-Lei 200,

que estabelece a organização da estrutura administrativa federal) até 1979 (fim da vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND). Nesse sentido são investigadas, sinteticamente, as narrativas sobre os processos de planejamento do governo federal. A análise é aprofundada nas discussões que envolviam os temas descentralização, desenvolvimento regional e investimentos (programas) integrados - conceitos fundamentais na forma de operação do PCH. Além disso, buscou-se apontar como esses temas foram abordados por algumas figuras-chave do governo federal, especialmente o ministro do Planejamento e Coordenação Geral, economista João Paulo dos Reis Velloso, por sua importância na criação do PCH. Portanto, entender as políticas gerais do Ministério do Planejamento, para depois relacioná-las ao Programa de Cidades Históricas se constitui o objetivo principal desse capítulo.

No segundo capítulo buscou-se investigar a situação institucional do Dphan/Iphan na década de 1960 do ponto de vista conceitual e político, por ser o órgão formulador e executor da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Assim, a intenção é definir se a política implementada pelo PCH significou uma ruptura com relação ao caminho que o Dphan vinha percorrendo. A análise se concentrou em três fatores: as alterações na forma de tratamento das cidades históricas pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobretudo considerando as consequências decorrentes do crescimento urbano acelerado que vivia o Brasil a partir da década de 1950; a cooperação do Dphan com a Unesco na década de 1960, especialmente as propostas para a solução das questões enfrentadas pelas cidades históricas no novo contexto urbano; e a influência dessa cooperação internacional na mudança de enfoque da instituição brasileira. Assim, visamos a situar o Dphan no que se refere aos conceitos utilizados em sua política no período imediatamente anterior ao Programa de Cidades Históricas, possibilitando um exercício comparativo entre esses dois momentos.

No mesmo capítulo são também abordados os Encontros de Governadores, realizados pelo Ministério da Educação e Cultura e o Dphan em 1970 e 1971. O intuito era identificar as demandas provenientes do próprio órgão federal e os pactos realizados com os governadores estaduais, posicionando a atuação da Diretoria com relação à política de descentralização e articulação entre diversos entes públicos, encorajada pelo governo federal e característica do PCH. Com isso, procurou-se compreender as bases política e institucional em que o Programa se legitimou, com vistas a identificar se ele significou um enfraquecimento do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, ao dividir o poder de articulação junto aos estados e outros órgãos federais, ou, ao contrário, denotou seu fortalecimento ao concretizar os objetivos da articulação política realizada pelo Iphan por meio de sua implementação.

O último capítulo trata especificamente do Programa de Cidades Históricas. A ideia foi perquirir os discursos proferidos desde o início de sua formulação, para compreender os conceitos e os interesses presentes em tal política. Assim, buscou-se *remontar* seu percurso de formulação e implementação, demonstrando a complexidade de todos os *inputs* presentes nessa política, sempre procurando relacionar as ações efetivadas com relação ao Iphan e o Ministério do Planejamento, em termos conceituais e operacionais. Dessa forma, começamos pelos debates do Grupo de Trabalho composto pelo Ministério do Planejamento, Embratur, Sudene e Iphan, constituído em 1972 para a proposição do Programa, seguido de sua criação oficial como Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, restrito à essa região, com o objetivo de gerar renda por meio do aproveitamento turístico dos monumentos *históricos e artísticos*. Analisamos as avaliações realizadas pelo próprio Ministério do Planejamento, assim como as críticas do Iphan com relação ao Programa, que levaram a uma

série de modificações nos conceitos e modos de operação, juntamente com a ampliação do PCH para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais em 1977, constituindo nova etapa da iniciativa. Essas modificações, propostas a partir de novo grupo de trabalho constituído pelo Ministério do Planejamento, Iphan, Embratur e CNPU, significaram um avanço da política para o tratamento das questões do ponto de vista urbano, com objetivos que extrapolavam a simples geração de renda e avançavam no desenvolvimento social das populações das cidades históricas. Também é estudado o encerramento do PCH enquanto *Programa*, quando nova avaliação é realizada e proposta outra alteração, que aproximou significativamente seus objetivos aos da missão do Iphan, então em plena transformação para o sistema Sphan/Fundação Nacional pró-Memória. Tal fato ampliou a preservação do patrimônio cultural como um todo, ao trazer a preocupação quanto a aspectos simbólicos e identitários. Esse *encerramento*, na verdade, trata da transferência do Programa para o Sphan/Fundação pró-Memória, ao ser incorporado enquanto política permanente do órgão. Ainda nesse capítulo, alguns resultados do Programa são analisados para se verificar, principalmente, a institucionalização da descentralização da política, o atingimento do objetivo de desenvolvimento regional e a indução de novas práticas para a preservação do patrimônio cultural a partir de sua implementação.

Por fim, essas mesmas questões, somadas à análise da relação de poderes durante o processo de formulação e implementação do PCH, são aprofundadas nas considerações finais. Ali também se verifica se a política de preservação do patrimônio cultural saiu fortalecida ou não após a experiência do Programa de Cidades Históricas.

## 2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA DÉCADA DE 1970: CONCEITOS PRESENTES NO *PENSAR O BRASIL DE UMA ÉPOCA*

As políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro foram, em geral, construídas a partir do governo federal, às vezes articulando-se aos governos estaduais e municipais, por outras vezes retraindo-se e isolando-se novamente no governo federal. A nosso ver, esses movimentos, bem como a construção da política, relacionam-se, mesmo que tangencialmente, a diretrizes, políticas e/ou planos da esfera federal como um todo. Essa relação torna-se bastante explícita na concepção e implementação do Programa de Cidades Históricas: uma política de preservação do patrimônio cultural criada e coordenada a partir do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral<sup>6</sup>. Nesse sentido, para compreender as articulações e as concepções que viabilizaram o Programa é feita uma breve análise sobre o planejamento governamental brasileiro, na esfera federal, especialmente no que se refere ao período de 1967, ano da publicação do Decreto-Lei 200, até 1979, fim da *vigência* do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Em tal período, ocupavam lugar central nas discussões do governo federal com os demais entes federados os temas *descentralização, desenvolvimento regional, bem como a aplicação de recursos integrados das políticas setoriais*, conceitos fundamentais na forma de operação do PCH. Busca-se, portanto, conhecer o percurso da discussão sobre o planejamento do governo brasileiro até a década de 1960, quando aprofundaremos a análise sobre os principais pontos presentes nos planos e discutidos por

---

<sup>6</sup> O cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo Planejamento do país foi criado pela Lei Delegada nº 1 de 25 de janeiro de 1962 e ocupado por Celso Furtado, então o primeiro Ministro do Planejamento. Em 1964, as atribuições do ministro foram ampliadas com a inclusão da Coordenação Econômica. Em 1967, o Decreto-Lei 200 alterou o nome do Ministério para Planejamento e Coordenação Geral. Em 1º de maio de 1974, por meio da Lei 6.036, o Planejamento deixa de ser Ministério e passa a ser uma Secretaria, a Seplan, com status de Ministério e ligada à Presidência da República. Fonte: sítio eletrônico do Ministério do Planejamento. Consulta em 18/06/2012.

algumas personalidades importantes do governo federal, especialmente o ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso<sup>7</sup>, conforme já mencionado anteriormente.

## **2.1 O planejamento governamental brasileiro**

A problemática sobre o planejamento governamental desenvolve-se, de forma descontínua, em momentos de maior ou menor intensidade, desde o fim do século XIX. Em publicação na qual discorre sobre o planejamento governamental brasileiro, Costa (1971) identifica fases que ele denomina "ocasional" (até 1939), "empírica" (1939-52) e "científica" (a partir de 1952). A primeira é marcada pelo início da elaboração de orçamentos do governo federal e por experiências localizadas, como o Sistema Nacional de Viação, em 1890, e a criação da Superintendência da Defesa da Borracha, em 1909. Na fase do chamado planejamento empírico, observa-se uma preocupação explícita com o planejamento, mas ainda sem domínio de técnicas específicas, tendo como resultado planos que não possuíam instituições governamentais estruturadas adequadamente para implementá-los, nem uma relação explícita entre seus objetivos e o montante de recursos necessários para efetivá-los. É dessa época a elaboração do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), entre outras iniciativas. Observe-se que nesse segundo período vigorava o Estado Novo, que tinha como uma das suas principais características fortalecer o papel do Estado centralizador e interventor. Com isso, o tema planejamento pouco a pouco passou a ocupar um papel importante na política governamental brasileira, até constituir um campo próprio no período identificado por Costa como fase "científica". Essa fase é inaugurada, ainda

---

<sup>7</sup> João Paulo dos Reis Velloso, economista, assumiu o Ministério do Planejamento em 30/10/1969, em substituição a Hélio Beltrão. Ocupou o cargo até 14/03/1979, quando foi substituído por Mário Henrique Simonsen. Fonte: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em 18.jun.2012.

segundo Costa, pelo Programa de Metas (1956-60), elaborado em um governo democrático e que busca resolver, sob um ponto de vista compreensivo e global, os "problemas nacionais". Tal tipo de planejamento é caracterizado por

planos completos, baseados em pesquisas exaustivas, com prazos e recursos concretos e precisos; domínio de instrumentos de controle e acompanhamento e revisão dos planos - características racionais (COSTA, 1971, p. 37).

Entretanto, as discussões sobre o método de planejamento mais adequado para o governo brasileiro extrapolavam o que ficou conhecido como científico, racionalista ou compreensivo. Tais debates tinham como protagonistas, nas décadas de 1950 e 1960, os economistas Celso Furtado<sup>8</sup> e Roberto Campos<sup>9</sup>, que ocuparam o cargo de ministro do Planejamento no governo democrático pré-1964 e no governo autoritário, respectivamente. Celso Furtado, quando ministro no Governo João Goulart, propôs implantar um sistema de planejamento com elevado grau de participação política e empenho no processo de elaboração dos planos, que passariam por diversos níveis hierárquicos, em vários momentos de desenvolvimento. Ressalte-se que Celso Furtado entendia como fundamental a participação e o envolvimento de grande parte dos servidores dos órgãos e entidades nesse processo. A proposta certamente demandaria tempo e esforços significativos para ser empreendida, afastando-se consideravelmente do modelo chamado científico, ao reconhecer explicitamente o caráter político que envolveria a tomada de decisões em qualquer nível. Entretanto, no governo autoritário o modelo defendido por Roberto Campos prevaleceria. O caráter supostamente despolitizado desse modelo, com um forte componente racional-hierárquico, atendia bem ao autoritarismo então vigente, combinando o controle central ao

---

<sup>8</sup> Ministro do Planejamento de 28/09/1962 a 31/03/1964.

<sup>9</sup> Ministro do Planejamento de 01/04/1964 a 30/10/1967.

discurso de implementação de uma tecnocracia<sup>10</sup> no e pelo governo brasileiro. Apesar do planejamento *científico, racional e técnico* ser uma diretriz preconizada à época para a administração pública em âmbito mundial, no Brasil encontrou terreno fértil em um sistema político autoritário que se utilizou do conceito para construir um ideário de eficiência, oposto, segundo esse mesmo ideário, ao sistema político anterior.

Importa ressaltar a oposição que Ferreira Jr. e Bittar fazem entre o sistema *tecnocrático* e a democracia no caso brasileiro:

a defesa dos intelectuais orgânicos da ditadura militar sobre o papel dos tecnocratas no âmbito do Estado brasileiro estava diretamente relacionada à supressão das liberdades democráticas e à célere modernização das relações capitalistas de produção (...). A consequência daí derivada foi a institucionalização do tecnicismo como ideologia oficial de Estado. Assim, a difusão generalizada dessa ideologia ganhou materialidade, particularmente, após a edição do Ato Institucional n. 5 ( AI-5), em dezembro de 1968. A partir de então, a ditadura militar, com base na censura imposta aos meios de comunicação de massa, produziu um conjunto articulado de idéias, valores, opiniões e crenças, segundo o qual a tecnocracia era a melhor forma de se governar a sociedade brasileira. (...) Assim, a propensão em transformar o Estado aos moldes de uma grande empresa, gerenciada por técnicos que absorvessem as funções da política pela dita eficiência que eles representavam, constituiu-se no *leitmotiv* da ideologia tecnicista que embalou o regime militar. (2008, p. 342-343)

Ressalte-se que ambas as teorias de planejamento citadas tinham como característica primordial e comum a defesa da forte presença do Estado. Dessa forma, para além da elaboração de planos para orientar a gestão plurianual dos governos, propunha-se a reorganização da administração pública para a racional e efetiva gestão da economia e do desenvolvimento, ressaltando o suposto aspecto técnico e neutro do planejamento. Essa reorganização se tornou um dos eixos centrais de construção do processo de planejamento governamental no Brasil

---

<sup>10</sup> Tecnocracia, segundo o dicionário Houaiss (2003): sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos.

durante o governo militar, sobretudo a partir da edição do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu a forma de operação da Administração Pública Federal e os meios para a Reforma Administrativa<sup>11</sup>.

Apesar de seu discurso tecnocrático, o governo militar equilibrava o reforço da estrutura social existente, das oligarquias arcaicas, com a emergência de novas forças do capital industrial, com interesses completamente distintos. Tal situação se dava porque eram essas forças, essencialmente, que viabilizavam a manutenção do poder pelos militares, especialmente nos momentos em que a repressão política imposta à sociedade civil tornava-se mais cruel, como aconteceu a partir do Ato Institucional nº 05 (AI-05), que vigorou de 1968 a 1978 - ou seja, abarcando boa parte do período que interessa a este estudo.

Serão analisados os planos, especialmente o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento, como discursos de seus respectivos governos, articulando sua interpretação a outros documentos e a debates ocorridos à época, especialmente entre os principais agentes envolvidos, além das práticas do governo autoritário. Importa ressaltar que o sentido utilizado de *discurso* não compreende os planos como uma representação dos verdadeiros interesses das elites dominantes e até mesmo do próprio governo que os elaborou, mas sim do que se queria demonstrar ou representar:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2003, p. 10)

---

<sup>11</sup> Desde o governo Vargas, na década de 1930, os processos de construção de uma estrutura de planejamento no governo federal relacionaram-se diretamente ao discurso da necessidade de profissionalização do serviço público federal.

Dessa forma, procuraremos os nexos entre os diversos *discursos* presentes na documentação e bibliografia consultadas, buscando identificar suas continuidades e interrupções para compreender o campo político do planejamento do Estado brasileiro na década de 1970.

## 2.2 A disputa pelo ideário de desenvolvimento

Analisando-se as forças político-administrativas intragovernamentais durante a gestão de Emílio Garrastazu Médici<sup>12</sup>, quando o PCH foi idealizado, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, chefiados por Antônio Delfim Netto<sup>13</sup> e por João Paulo dos Reis Velloso, respectivamente, têm papel de destaque. Delfim Netto defendia o crescimento econômico por meio do modelo agroexportador e da intervenção estatal na economia. Por outro lado, João Paulo dos Reis Velloso buscava dar continuidade às diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-1970) e defendia uma postura nacional-desenvolvimentista, aliando a estruturação do mercado interno por meio do desenvolvimento social com vistas ao aumento da massa de consumidores<sup>14</sup>.

Na verdade, essa disputa informava sobre um debate, polarizado desde antes do governo militar autoritário, entre os seguidores da administração tradicional ou ortodoxa (linha dos ministros da Fazenda Octavio Gouvêa de Bulhões, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen<sup>15</sup>), que defendiam a mínima intervenção do Estado na economia, e os do planejamento estatal, os *desenvolvimentistas* (cujo

---

<sup>12</sup> Presidente do Brasil de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

<sup>13</sup> Ministro da Fazenda de 17 de março de 1967 a 15 de março de 1974 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República de 15 de agosto de 1979 a 14 de março de 1985.

<sup>14</sup> De forma simplificada, uma das principais diferenças entre os dois ideários é que enquanto Delfim Netto defendia o crescimento do bolo (PIB) para depois dividir (distribuir renda), Velloso acreditava ser necessário dividir enquanto crescia.

<sup>15</sup> Bulhões chefiou o ministério de 04/04/1964 a 16/03/1967, Delfim Netto, de 17/03/1967 a 15/03/1974, e Simonsen, de 16/03/1974 a 15/03/1979.

principal representante no governo foi o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso).

Froelich analisa o assunto:

talvez com a intenção de dar a palavra final, o presidente [Geisel] conseguiu harmonizar a atuação de um desenvolvimentista no Ministério do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, com um liberal no Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen (...). (2007, p. 9)

Na verdade, a coexistência dessas duas correntes já acontecia no governo de Emílio Garrastazu Médici, quando Velloso assumiu o Planejamento enquanto Delfim Netto era ministro da Fazenda.

Macarini (2005) considera, no entanto, que houve premência do Ministério da Fazenda sobre os rumos da economia brasileira, pois na prática teriam prevalecido os incentivos à agricultura exportadora, reforçando a visão de que este seria o grande motor de crescimento do país. Contrapunha, assim, o explicitado no I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974), elaborado principalmente pelo Ministério do Planejamento, no qual se defendia o incentivo à industrialização. Para Macarini, os planos cumpriam

papel essencialmente retórico, não se constituindo no guia da política econômica do governo Médici. (...) a ação do Planejamento (...) foi sufocada pela perspectiva dominante durante o "milagre" fielmente traduzida na máxima de Delfim Netto. (2005, p. 4)<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A "máxima" de Delfim Netto a que se refere Macarini, foi publicada em artigo do economista no Jornal do Brasil em 20 de março de 1970: "Dêem-me o ano, e não se preocupem com décadas". Sobre isso, Velloso relata que tal artigo deu a ideia da divisão de atribuições entre o Ministério da Fazenda e do Planejamento, considerando a aproximação das duas pastas na área econômica: o primeiro ficaria com assuntos de curto prazo (evolução corrente da economia), enquanto o segundo acompanharia o dia-a-dia da economia mas concentraria seus esforços nos assuntos de longo e médio prazos. (ARAÚJO; CASTRO, 2004, p. 112)

Destaca-se, nesse cenário, a publicação em 1972 do Decreto 71.353, que criou o Sistema Federal de Planejamento<sup>17</sup>, composto por todos os órgãos da Administração Federal direta e indireta, incumbido de atividades de planejamento, orçamento e modernização administrativa e coordenado, como instância central do Sistema, pela Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Esse é um dos exemplos de que, mesmo que na escolha do modelo macroeconômico possa se afirmar uma relativa vitória de Delfim Netto, outras importantes ações governamentais, para além da elaboração de planos, demonstravam a força do discurso do Ministério do Planejamento, chefiado por Reis Velloso.

Entretanto, também é perigoso dizer que havia duas correntes ideológicas puras enfrentando-se nesses governos. Froelich, por exemplo, afirma que, apesar das posições contrárias, Roberto Campos<sup>18</sup>, quando ministro do Planejamento, e Octávio Bulhões, ministro da Fazenda, participaram da elaboração do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), e que "se fossem coerentes com seu discurso liberal jamais deveriam fazer parte de nenhum governo, muito menos do tipo militar e muito menos ainda em atividades que envolviam planejamento" (2007, p. 10). Ainda segundo Froelich, o próprio Campos se identificava como liberal-desenvolvimentista: "a fórmula ideal, que eu costumava pregar, era o nacionalismo de fins, o internacionalismo de meios e o supranacionalismo de mercado" (CAMPOS apud FROELICH, 2007, p. 10). Por outro lado, apesar das declarações de Delfim Netto à imprensa de que o planejamento em

---

<sup>17</sup> Eram objetivos do Sistema: coordenar a elaboração dos planos e programas e promover sua integração; acompanhar a execução desses planos e programas; assegurar a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos para o estabelecimento de prioridades entre as atividades governamentais; modernizar a Administração; e estabelecer fluxos permanentes de informação entre as unidades do sistema.

<sup>18</sup> Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de agosto de 1958 a julho de 1959 e ministro do Planejamento e Coordenação Geral de 01/04/64 a 30/10/67 (governo Humberto Castelo Branco).

longo prazo seria um "exercício de futurologia"<sup>19</sup>, o simples fato de participar do governo que se utilizava dos Planos de Desenvolvimento como símbolos de sua eficiência já tem muito a dizer sobre o seu *purismo*.

Nesse sentido, o próprio Campos convidou Velloso para ser o primeiro presidente do então Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA, depois IPEA). Segundo Velloso<sup>20</sup>, o primeiro trabalho do EPEA foi a revisão justamente do PAEG, juntamente com Bulhões e Simonsen, o que demonstra uma grande interlocução entre esses economistas que, teoricamente, teriam posições contrárias sobre como deveria ser a condução da economia pelo Estado brasileiro.

No I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) é apresentada como "modelo brasileiro de desenvolvimento" uma nação com uma "economia moderna, competitiva e dinâmica", ao mesmo tempo em que se realizaria uma "democracia econômica, social, racial e política"<sup>21</sup>. No detalhamento dos objetivos utilizou-se o termo "transformação social", juntamente com "segurança nacional", mais uma vez indicando como diferentes conceitos se cruzam e se articulam para formar a política governamental.

Almeida (2004) entende que foi nesse período que ocorreu a consolidação de um modelo de gestão pública que teve no planejamento o principal instrumento de condução da política econômica. Bresser Pereira, citado por aquele autor, considera o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o órgão de "maior autoridade" no governo federal à época (Pereira apud Almeida, 2004, p. 15). Almeida analisa:

---

<sup>19</sup> Antônio Delfim Netto. "Deem-me um ano e não se preocupem com décadas". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1970, p. 3, citado por Paulo Roberto de Almeida em *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. 2004. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em 18.jun.2012.

<sup>20</sup> João Paulo dos Reis Velloso, em CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, Memórias do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 86.

<sup>21</sup> I PND, Parte 1 (Modelo Brasileiro e Estratégia de Desenvolvimento), Capítulo I (A Revolução e os Objetivos Nacionais).

Esse período [do I PND] correspondeu, portanto, ao "ponto alto" do planejamento governamental no Brasil, e o papel do Estado, não restrito à elaboração de planos e à regulação geral da economia, foi muito mais extenso e intrusivo do que em qualquer época da história econômica passada e contemporânea. Instituições públicas e agências diretas controlavam amplos setores da vida nacional, a começar pelas diversas políticas setoriais, não apenas comercial, aduaneira e industrial, mas também no plano financeiro e creditício (...), no campo diretamente produtivo e no de controle de preços, sem mencionar o desenvolvimento regional e vários projetos de grande porte. (2004, p. 22)

Assim, no âmbito do I PND foram realizadas grandes obras do governo federal, destacando-se a Transamazônica, a usina de Itaipu e a ponte Rio-Niterói. A influência de Velloso ao fim do Governo Médici e, portanto, da *vigência* do I PND era evidente. Assim, quando indagado por esse antes de assumir a Presidência se o lugar que o Planejamento ocupava no governo estava adequado, o ministro disparou:

Não, presidente, acho que está errado. O Planejamento deve ser um órgão, uma secretaria da presidência da República, ou não deve existir. A função básica do Planejamento é ajudar o presidente na coordenação da política econômica e isso não pode ser feito sendo um órgão do mesmo nível dos outros. (VELLOSO, 2004, p. 156)<sup>22</sup>

Quando Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República, em 1974, Velloso era considerado, segundo Elio Gáspari em seus estudos sobre o período da ditadura militar, como o civil mais poderoso do governo. Conforme sugerido pelo ministro, o Ministério logo seria transformado em Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR). Alicerçado nessa legitimidade de poder, o Ministério elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Nessa época, o governo militar enfrentava um significativo desgaste político, resultante de conflitos internos, de constantes

---

<sup>22</sup> CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, Memórias do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

mudanças constitucionais e eleitorais, do uso periódico de atos institucionais e da repressão feroz à oposição que, em uma visão ampla, impediram a institucionalização do regime sobre uma base legítima permanente (AGUIRRE; SADDI, 1997, p. 83)<sup>23</sup>. Ademais, a crise internacional do petróleo mergulhava o mundo em uma recessão econômica, aumentando a inflação interna brasileira e diminuindo a capacidade de financiamento do setor público. Por consequência, as condições que tornaram possível o chamado *milagre econômico* do Governo Médici não mais existiam.

Assim, o II PND cumprirá um papel simbólico importante: segundo Froelich, o plano seria a "principal marca do governo Geisel" (2007, p. 21). O autor destaca a tentativa de "desideologização" do II PND pelo próprio Velloso em livro<sup>24</sup> publicado em 1986:

Velloso constrói a "insustentável leveza do PND", para tanto eliminando do plano aquele elemento que o tornaria pesado: ambição exagerada, que aparece claramente em algumas formulações: 1) o Brasil como "ilha de tranquilidade" (frase de Simonsen, de 1974); 2) o Brasil como potência emergente, resquício da época do "milagre" (citação explícita no II PND). (2007, p. 22)

Nesse cenário, a saída encontrada pelo Governo Geisel, proposta por Reis Velloso, foi de dar prosseguimento à política desenvolvimentista, buscando aparentar uma continuidade com relação ao período do *milagre econômico*, enfrentando, no entanto, os novos problemas conjunturais, externos e internos, como a excessiva concentração de renda no país. Essa atitude seria uma

---

<sup>23</sup> A estabilidade do sistema autoritário era mantida por meio do uso contínuo de força, que era, de certa forma, tolerado pela população na medida em que grande parte dela acreditava no projeto de país e na relativa segurança econômica e social preconizados pelos governantes do período. Quando focos de crise começaram a fugir do controle do governo autoritário esta imagem foi posta em cheque, percebendo-se a fragilidade do sistema, que foi observada por Geisel ao preparar as bases para a abertura do regime (AGUIRRE; SADDI, 1997, p. 83).

<sup>24</sup> VELLOSO, João Paulo dos Reis. O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: milagres, choques e crises do Brasil Moderno. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

fuga para a frente, assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitiria superar a crise e o subdesenvolvimento. Ao invés de um ajuste econômico recessivo, conforme aconselharia a sabedoria econômica convencional, o II PND propunha uma transformação estrutural. (CASTRO e SOUZA apud ALMEIDA, 2007, p. 23)

A fim de evitar a contaminação da economia nacional pela crise internacional, o II PND propõe políticas de ampliação da produção nacional de petróleo, além de pesquisas sobre fontes alternativas de energia (ambas relacionadas ao sistema de produção), e outras específicas sobre o sistema de consumo, tais como o fim dos subsídios para a gasolina dos carros particulares, ao mesmo tempo em que se passou a incentivar o transporte público. Reduzir subsídios significou ampliar o preço: portanto (tentar) diminuir o consumo, evitando assim a pressão inflacionária.

Ou seja, apesar de o governo reconhecer as dificuldades a se enfrentar para superar a crise e manter as taxas de crescimento positivas verificadas no período anterior, os objetivos traçados no II PND preconizavam, por exemplo, de maneira enfática, a manutenção do crescimento acelerado dos anos anteriores como forma de superar a crise e o aumento das oportunidades de emprego em relação à década anterior.

Suas principais diferenças com relação ao I PND foram o incentivo à indústria de meios de produção, ao invés de bens de consumo duráveis, e a preocupação explícita do governo com o elevado nível de concentração de renda (de parcelas da população e de regiões). Sobre isso, Velloso destaca novamente a disputa com Delfim Netto:

Vocês se lembram de que, no começo dos anos 1970, houve toda aquela controvérsia sobre distribuição de renda no Brasil, e o Delfim Netto foi **acusado** de defender a ideia de primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuir. **A fim de que não houvesse dúvida sobre qual era a posição do governo Geisel**, fizemos um texto que diz com todas as letras: realizar as

políticas redistributivas enquanto o bolo cresce. Ou seja, uma estratégia de crescimento e de redistribuição simultâneos. (VELLOSO, 2004, p. 171) [grifos nossos]<sup>25</sup>.

Nessa passagem, de acordo com o ex-ministro do planejamento, Delfim Netto foi *acusado* de defender o crescimento sem distribuição (apesar de o próprio Delfim ter declarado isso na já citada entrevista ao Jornal do Brasil), pois haveria um consenso - "a posição do governo Geisel", que, na verdade acreditamos ser o entendimento do próprio Velloso. Segundo Froelich, essa era uma das habilidades do então ministro:

Velloso contorna de forma magnífica os problemas e contradições da época do II PND. No que tange às indiscutíveis divergências entre Fazenda e Planejamento, ele as entende como naturais e reveladoras da existência de democracia interna no governo Geisel - que ironia - mas faz questão de afirmar a unidade após longo processo de discussão, não raro com a participação do presidente. (2007, p. 22).

Além do tema da redistribuição de renda, o plano era claramente dotado de uma estratégia de integração nacional, orientada para um maior equilíbrio regional, com a promoção de regiões menos desenvolvidas, e a dinamização do núcleo industrial Centro-Sul, de forma a evitar a concentração nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse sentido, destaca-se no discurso de Ernesto Geisel na apresentação do II PND a presença do "desenvolvimento integrado" e da "redescoberta da hinterlândia brasileira (...) para a construção de uma sociedade bem mais rica e mais justa". O desenvolvimento das regiões pobres (Nordeste) e pouco ocupadas (Amazônia e Centro-Oeste), aliado à consolidação do desenvolvimento no Centro-Sul, tomam espaço significativamente maior no segundo plano do que no I PND.

---

<sup>25</sup> CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, Memórias do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 171.

Para promover o pretendido desenvolvimento regional, especialmente do Nordeste brasileiro, as antigas oligarquias regionais, que ficaram à margem do processo industrial brasileiro, foram chamadas a pactuar com o *centro* do governo, buscando formar a base política para efetivação de um dos principais objetivos do II PND. Entretanto, esse grupo, segundo Aguirre e Saddi (1997), não possuía o capital necessário para financiar o cumprimento dos objetivos constantes no II PND, no início do Governo Geisel. Por outro lado, já faziam parte desse mesmo governo os grupos empresariais do Sul e do Sudeste (vinculados à efetiva internacionalização do capital monopolista), que vinham financiando, pelo menos desde 1964, o desenvolvimento (concentrado) econômico do país. Porém, dada a crise externa, mesmo os grupos da região Centro-Sul não possuíam condições para garantir o volume de capital necessário à continuidade do plano governamental. Assim, segundo Aguirre e Saddi,

(...) duas pernas do "modelo de tripé" foram enfraquecidas, restando apenas o Estado. Um Estado que se apoiava em um projeto que resultaria na última fase da industrialização brasileira, cujo principal ator eram as empresas estatais. Como resultado desta nova conjuntura político-econômica, constituiu-se uma nova aliança política formada, grosso modo, pelo capital financeiro nacional, pelas grandes empreiteiras e pelo Estado (1997, p. 89-90).

É por isso que tais autoras caracterizam o II PND como um "planejamento politicamente determinado", pois a sua implementação, mesmo que influenciada significativamente por fatores econômicos, tinha um projeto político claro que *escolheu* continuar crescendo e estabilizar a economia na medida do possível, o que teve consequências sérias ao final da década.

As autoras também identificam conflitos entre as duas principais classes dominantes cooptadas pelo governo. Utilizam um exemplo simples: a sobrevalorização cambial era solicitada pelos

grupos empresariais do Sul e do Sudeste, pois isso incentivava a produção industrial, e ao mesmo tempo execrada pelas oligarquias tradicionais do Nordeste, uma vez que as exportações agrícolas eram prejudicadas.

Por outro lado, os grupos industriais também se opunham à expansão das empresas estatais. Para equilibrar esses conflitos, o Estado sacrificou as estatais, ao limitar os preços das tarifas públicas em 1975, dificultando sua autonomia financeira das empresas públicas, que passaram a captar dinheiro no exterior e compor a dívida externa com importante parcela pública. Aguirre e Saddi ainda ressaltam os desequilíbrios macroeconômicos que a economia brasileira apresentava, especialmente com relação à inflação e ao balanço de pagamentos:

Foi nesse contexto que se deu o confronto entre o grupo "desenvolvimentista" - liderado por Velloso - e o grupo "contencionista" - representado por Simonsen - do governo. Conflito que foi, grosso modo, resolvido com o aumento da taxa de juros e com a intensa entrada de capital externo, ampliando, assim, o hiato financeiro na operação da dívida pública usada para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos externos. A elevação da taxa de juros não agradava ao setor privado, fato que levou o governo a abrir várias linhas de crédito subsidiado. (1997, p. 92)

Assim, segundo as autoras, estavam lançadas as bases para a crise socioeconômica da década de 1980, já que o Estado ficou

dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora; entre seu projeto de nação potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e a sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. (FIORI apud AGUIRE; SADDI, 1990, p. 92-93)

Com a vitória nas eleições parlamentares pelo partido de oposição - o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) -, o governo, visando a estancar a crise e a garantir a continuidade do II PND,

lançou o *Pacote de Abril*, em 1977, que estabeleceu o enrijecimento do controle político exercido pelo governo federal sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário<sup>26</sup>.

Apesar de o Estado brasileiro do período Geisel apresentar-se, grosso modo, mais racional em relação ao período anterior, a estrutura de dominação do país ainda possuía fortes características neopatrimoniais. (...) Em resumo, verifica-se, de um lado, a presença de um Estado disposto a acionar os mecanismos de voz, a superar a crise de regime político vivida pelo país de 1964 e a introduzir, de certa forma, elementos de ordem mais "racional" na estrutura de dominação brasileira. De outro lado, o Estado encontrava-se comprometido com a aliança política de 1964 e com uma "nova" aliança, derivada do Pacote de Abril. Essas alianças - entre Estado e grupos cooptados - traduzem-se em lealdade negociada, o que impede que o Estado brasileiro realize uma expansão mais racional e menos neopatrimonial. O Estado brasileiro, dessa forma, acabou realizando um processo de expansão desordenado e centralizado, como analisado por Eisenstadt, ao longo da implementação do II PND. (AGUIRRE; SADDI, 1990, p. 95)

Observamos no trecho acima o conflito do Estado brasileiro que, se por um lado, desejava a modernização e a profissionalização da administração pública (aproximando-o do modelo racional e tendo como principal símbolo o Decreto-Lei 200, de 1967), por outro não poderia abrir mão da tradicional estrutura político-administrativa brasileira, em que vigoravam os vínculos de fidelidade e/ou privilégio (modelo patrimonial, e que garantia a estabilidade política ao governo autoritário). Assim, visando a garantir a base política para a implementação do II PND, o governo equilibrou-se em uma tênue linha, ora buscando a profissionalização do serviço público, ora tendendo à velha estrutura de transferência de renda do setor público para o setor privado - por fim, endividando-se para

---

<sup>26</sup> Entre outras medidas, o Pacote de Abril, por meio de uma série de decretos-lei, estabeleceu a reforma do poder judiciário, mecanismos para assegurar maioria do governo no Legislativo, controle da escolha de governadores, aumentou o mandato do presidente para seis anos, diminuiu o dos prefeitos (nas eleições de 1980) para dois anos e determinou que um terço dos senadores seria eleito de forma indireta (os senadores "biônicos"). Para efetivação do Pacote, o presidente determinou o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias.

manter o crescimento econômico das parcelas da sociedade historicamente favorecidas.

### **2.3 Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Descentralização: uma aproximação dos conceitos presentes no Programa de Cidades Históricas**

O desequilíbrio do desenvolvimento nas diferentes regiões brasileiras ancora-se em duas abordagens principais: a distribuição populacional e o desenvolvimento econômico.

Políticas públicas sistemáticas visando à ocupação dos vazios populacionais<sup>27</sup> no território brasileiro podem ser identificadas desde fins do século XIX, como o incentivo estatal à imigração de europeus para a ocupação de terras no Oeste e no Sul do país. A partir da crise de 1929, a intervenção do Estado na organização do território como um dos princípios para o desenvolvimento das nações passa a ser tema de discussões internacionais. No Brasil, entre outras ações de intervenção do Estado no território, em 1943 é lançada por Getúlio Vargas a *Marcha para Oeste*, que tinha por objetivo *desbravar* o Centro-Oeste e o Norte brasileiros.

No entanto, na década de 1950, ainda se percebia a disparidade da rede urbana entre as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste. Enquanto no Centro-Sul a rede urbana constituía-se por cidades pouco distanciadas, com tamanhos diversos e intercâmbio considerável, iniciando-se o que seria uma rede bem articulada e com níveis hierárquicos claros, no Nordeste a organização interurbana ainda remetia ao que Nestor Goulart Reis chamou "pés de galinha" (1996): a partir de cidades-polo, localizadas em geral próximas à costa brasileira, desenvolviam-se *linhas* em direção ao interior,

---

<sup>27</sup> "Vazio populacional" sob a perspectiva do colonizador que constituiu a nova sociedade brasileira, em contraposição às sociedades indígenas que ocupavam originalmente o território americano. Dessa forma, utilizamos a expressão "vazio" porque ainda não *conquistado* pelo *Estado* brasileiro, conforme o discurso de construção desse Estado, donde parte nossa análise.

estabelecendo-se pequenas redes isoladas, que praticamente não possuíam relações entre si. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentavam uma rede ainda rarefeita.

Apesar de, já na primeira metade do século XX, diversos planos governamentais terem demonstrado preocupação com tal desequilíbrio, os investimentos públicos foram recorrentemente destinados prioritariamente ao Sudeste brasileiro, especialmente ao eixo Rio-São Paulo. Tal priorização, representada pela defesa da economia cafeeira pelo governo brasileiro na década de 1930, beneficiou especialmente a elite que concentrava o capital da produção de café, criando a infraestrutura econômica necessária para o fomento à industrialização na região (FURTADO, 2007). A partir da década de 1950, o investimento concentrado na industrialização, presente no Sudeste brasileiro, marcará o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras.

Da mesma forma, os investimentos do governo federal no Nordeste se davam de maneira não planejada, tendo como foco apenas ações pontuais para solucionar o problema das secas. Após a seca de 1958 ficou claro o fracasso desse tipo de política, que ocorria desde 1877. Assim, decidiu-se enfrentar a questão por meio de um conjunto de medidas a serem consubstanciadas em um plano elaborado por um grupo de trabalho, e que visassem ao desenvolvimento da região Nordeste de forma diversificada, diminuindo sua dependência da situação climática e, assim, possibilitando o reequilíbrio com a região Sudeste. Como consequência desse trabalho, em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o apoio do Banco do Nordeste (BNB) - criado em 1953. O relatório do grupo de trabalho diagnosticou as seguintes questões:

O mais grave problema econômico do país [em 1959] é a disparidade de níveis de renda existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Mantidas as condições prevalecentes aquela disparidade deverá aumentar.

O processo de industrialização no Centro-Sul, via substituição de importações, provocou uma transferência de renda do Nordeste para o Sul, especialmente em decorrência da política cambial adotada.

Além dessa transferência observa-se um duplo fluxo de recursos: via setor privado para o Sul e via setor público para a região Nordeste. Ocorre que, enquanto as inversões no Sul eram de caráter reprodutivo, a atividade do setor governo era essencialmente assistencial (estimava-se que os fluxos se compensariam).

O fator dinâmico do crescimento da região era a exportação de alguns produtos primários (algodão e açúcar) sujeitos às variações do mercado internacional e ao declínio secular de preços. Nestas condições, a única forma de incrementar, em segurança, o nível de renda da região seria desenvolver outras atividades, especialmente a industrialização.

Na ocorrência de secas, a produção de alimentos é o setor mais prejudicado. Desta forma, as repercussões sociais são muito profundas.

A atividade do setor público deixa muito a desejar, porque se situa em duas únicas linhas de ação: uma de caráter assistencial, e de outro lado, a construção de uma rede de açudes. Na medida em que essa atividade é, apenas, o primeiro passo para uma melhor utilização do solo e das águas, conclui-se que a ação governamental está longe de atacar as raízes do problema. (BARROS, 1975, p. 120-121)

Apesar dos esforços da Sudene, os investimentos federais continuaram a ser maiores e mais frutíferos na região industrializada, localizada no Sudeste brasileiro, devido às pressões daqueles grupos que, na verdade, financiavam os cada vez maiores gastos públicos, como por exemplo, a construção de Brasília. Assim, no fim da década de 1960, a desigualdade regional recrudesce com o crescimento industrial e o processo de urbanização da população brasileira:

A disparidade regional é ainda mais perigosa que a disparidade de classe. Em termos de balança de comércio entre os Estados do pobre Nordeste e do rico Centro-Sul, o Nordeste tinha uma balança negativa em todos os anos entre 1948-58. (DALAND, 1969, p. 23)

A desigualdade na distribuição de renda do ponto de vista das regiões do Brasil só aumentou ao longo da década de 1960: a

industrialização era puxada majoritariamente pelo Centro-Sul, além da concentração da população em poucos centros urbanos.

No texto do I Plano Nacional de Desenvolvimento identifica-se claramente, na Estratégia de Desenvolvimento: Visão Global - Crescimento e Expansão de Mercado, a necessidade de "integração nacional, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia" (BRASIL, 1971, p. 19). Em Estratégia e Grande Espaço Econômico se define a estratégia de desenvolvimento regional como uma "política de integração nacional, em sentido amplo" (BRASIL, 1971, p. 25). Ainda é ressaltado que tal política deverá visar a "desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul" (BRASIL, 1971, p. 25).

Como um dos grandes sinais dos desequilíbrios regionais, observam-se, também no I PND, as primeiras preocupações com a excessiva concentração urbana em poucas cidades, relacionada à geração de emprego e de renda. No capítulo III<sup>28</sup> do Plano é citada a taxa de urbanização medida pelo Censo de 1970 (58%) e a concentração de 27% da população urbana do país nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (e que, se somadas a mais seis cidades, chegava a 41%). A reorientação das migrações é considerada determinante no item Perspectivas da Expansão do Emprego, por meio do incentivo à instalação de novos polos agroindustriais no Sul, industrial-agrícola no Nordeste e agropecuário no Planalto Central, Amazônia e Centro-Oeste. Percebemos, assim, o que podemos chamar de *gestação* do discurso de organização urbana e regional, que viabilizaria as mais efetivas e substanciais políticas de desenvolvimento urbano e regional no Brasil, que se darão no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979).

---

<sup>28</sup> Os Fatores da Expansão: Emprego e Recursos Humanos - O Censo de 70 e a Situação do Emprego

Ao mesmo tempo, o Ministério do Planejamento vinha gestando outra forma de abordagem das políticas públicas, os Programas Integrados:

(...) no final do governo [Médici] ele [João Paulo dos Reis Velloso] já começou a *bolar* a ideia de que ele tinha orçamento [inaudível] do planejamento e ele tinha a preocupação de que "tava" muito fragmentado: cultura de um lado, saúde de outro, educação de outro, essa coisa. (...) Então ele começou a montar, fez alguns ensaios no fim do governo Médici, antes de chegar o Geisel, de concentrar recursos, parte dos recursos, de cada uma das áreas envolvidas... Se tem um projeto para uma área que tem um problema com infraestrutura, o Ministério dos Transportes tinha que estar junto, se tem problema com saúde, o ministério tem que estar junto. Então ele foi criando condições para o que chama de "polos": Polonordeste, Poloamazônia, Polocentroeste, enfim. Foi criando condições em que o orçamento pegasse recursos de cada ministério já liberando, focando, um objetivo de desenvolvimento de uma área. Então, nessa ideia, ele tinha preocupações com o Nordeste. E começou também a se preocupar com uma série de outras áreas que não tinham condições de serem chamadas de polo, mas que poderiam ser um Programa Integrado: ou seja, integrar várias áreas num objetivo só. (ANDRADE, 2011)

Essa visão é confirmada por João Paulo dos Reis Velloso, ao citar, no final, o Programa de Cidades Históricas:

Minha segunda linha de ação era fazer com que o Planejamento fosse uma fonte efetiva de inovação, produzisse novos programas, novas estruturas e novos mecanismos. (...) E uma terceira linha destinava-se a ampliar os instrumentos de que dispunha o ministério. De saída, havia o orçamento, em que criamos vários fundos, para prioridades do governo (...). Antes de assumir, o presidente Médici me fez um pedido. Ele sabia dos problemas gerados no governo Costa e Silva, e entre ministros, decorrentes de cortes orçamentários. E me pediu: 'Velloso, não quero ter cortes durante a execução orçamentária'. E, realmente, enquanto fui ministro do Planejamento, começando com o exercício de 1970, terminando com o de 1978, não houve cortes no orçamento. Mais do que isso: como tínhamos alguns fundos especiais, que eram na verdade previsões para o final do exercício, dependendo dos resultados da execução orçamentária, suplementávamos alguns ministérios. (...) E usamos daqueles fundos para financiar projetos interessantes que iam aparecendo durante o exercício, inclusive na área de cidades históricas e projetos regionais. (VELLOSO, 2004, p. 113-119)

Um desses fundos citados pelo ex-ministro é o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), que viabilizou o Programa de Cidades Históricas. Foi criado em 05 de abril de 1973, pelo Decreto 72.062, sendo operacionalizado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Tinha por objetivo prover apoio financeiro a programas regionais integrados, especialmente nos vales úmidos do Nordeste e vales pobres em regiões, distritos e núcleos industriais para desconcentração industrial no país, assim como a programas integrados urbanos e outros da mesma natureza.

Essa abordagem é explicitada no II Plano Nacional de Desenvolvimento. A necessidade de integração de políticas e investimentos em áreas delimitadas como estratégicas, buscando, entre outras coisas, o equilíbrio regional, é ressaltada diversas vezes no documento, como por exemplo:

II - Principalmente na zona rural, a utilização do enfoque de ÁREAS INTEGRADAS, para permitir a ação concentrada do Governo e do setor privado (...). **Trata-se de realizar blocos integrados de investimentos em pólos**, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área.

(...) Os principais programas, dentro desse enfoque de áreas integradas (e grandemente financiados pelo Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI), deverão ser (...) o Programa de Áreas Integradas do Nordeste (...). (BRASIL, 1974, pg. 60) [grifos nossos]

O desenvolvimento regional aparece novamente com importância: "enfrentará [o Brasil] as tarefas de desenvolver as novas frentes, no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste, e de impulsionar o desenvolvimento social" (BRASIL, 1974, p. 15). Entretanto, garante a continuidade de investimentos no Centro-Sul: "Espera-se consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva. Essa economia moderna, com seu núcleo básico no Centro-Sul (...)" (BRASIL, 1974, p. 16). Mais à frente, sobre o Nordeste: "(...) procurará crescer a taxas superiores à do resto do

País, para reduzir o hiato existente" (BRASIL, 1974, p. 17). A preocupação com a diminuição da pobreza absoluta na região Nordeste aparece claramente em vários trechos do documento.

Em 1970 a população de dez cidades de 250 mil a 2 milhões de habitantes correspondia a 44% da população urbana. Entretanto, em número de cidades, os municípios com população de 20 a 50 mil correspondiam a 70% do total (SOUZA, 2004), o que evidenciava a concentração populacional em poucas cidades. Nesse quadro, o II PND, buscando enfrentar a crise econômica global instalada, propõe pela primeira vez em planos governamentais de nível federal uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), consubstanciada no capítulo IX. Em uma interpretação do texto da PNDU, as cidades são entendidas como núcleos concentradores de riqueza, abordando-se a distorção em sua distribuição espacial (litoral x interior), a má distribuição do emprego nas grandes cidades (Sudeste x Nordeste) e a relação de disparidade entre os recursos disponíveis e os equipamentos urbanos. Chama a atenção, nesse sentido, o entendimento, implícito no II PND, de que era necessária uma intervenção do Estado para conter os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes desse processo, em particular nas grandes aglomerações urbanas.

A PNDU foi então concebida e instrumentada com base em diretrizes desdobradas, operativamente, em estratégias regionais específicas, de maneira a refletir as particularidades e o estágio de urbanização de cada macrorregião brasileira. Dessa forma, estabeleceu-se a relação direta entre o processo de urbanização e o desequilíbrio no desenvolvimento regional, ao determinar a "definição de orientação e estabelecimento de mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhe a estratégia de desenvolvimento e a política de ocupação interior" (BRASIL, 1974, p. 86).

Assim, foram definidas quatro áreas urbanas de intervenção. Essa divisão teve por objetivo tratar diferentemente as "regiões brasileiras no que concerne ao papel a ser desempenhado nelas pelas cidades" (SOUZA, 1999, p. 135). Ou seja, as áreas ou subsistemas de intervenção foram agrupados em torno de um mesmo tipo, isto é, aquelas regiões urbanas ou cidades sensíveis a uma determinada forma de manipulação, de modo a alcançar os grandes objetivos de uma organização urbana e territorial. Não foram definidas como um conjunto fechado. A inter-relação era um aspecto que deveria ser tratado de maneira a ativar a relação interurbana e inter-regional, o que possibilitaria, paulatinamente, a atenuação dos desequilíbrios regionais existentes e a integração do sistema urbano e socioeconômico brasileiro. As quatro áreas ou subsistemas de intervenção foram definidos conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Estratégias regionais PNDU.

	Localização e caracterização	Proposições
Área ou subsistema de contenção	Regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas como Pólos nacionais.	- Medidas restritivas à localização de certas atividades com o objetivo de consolidar a função de pólo nacional.
	- Áreas com capacidade catalisadora de atividades e crescimento muito intenso. - Consideradas como as principais responsáveis pela aceleração dos desequilíbrios regionais.	- Incentivo ao oferecimento de serviços altamente sofisticados, em razão da existência de uma demanda relativa possibilitada somente nos grandes centros.
Área ou subsistema de disciplina e controle	1. Metrôpoles regionais - Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Santos, Brasília.	- Áreas passíveis de controle global e disciplina de seu crescimento de forma a manter suas funções de metrópole regional, e, prevenir, no curto prazo, a ocorrência de problemas muito semelhantes ou mesmo idênticos aos dos pólos nacionais.
	2. Regiões Metropolitanas do Nordeste e Norte - Recife, Salvador, Fortaleza e Belém.	
	- Estrutura industrial bem caracterizada, elevados níveis de renda e, base econômica em fase final de consolidação, no caso do primeiro grupo. - Ritmo de crescimento e uma infra-estrutura social altamente desenvolvida, mas sem base econômica, caso do segundo grupo.	

	- Ritmo de crescimento dependente do pólo principal.	
Área ou subsistema de dinamização	1. Capitais estaduais, não incluídas nas Regiões Metropolitanas.	Estabelecimento de pólos de desenvolvimento dentro da região, catalisadores de uma série de funções do espaço regional com grande influência no seu interior, promovendo a organização do espaço em seu redor e atuando como ponto-chave, com uma série de efeitos positivos em toda sua área de influência. No primeiro grupo, tais áreas teriam um importante papel a cumprir no sentido de barrar o crescimento das áreas mais desenvolvidas. O segundo grupo desempenharia um papel estruturador da rede urbana, caso do nordeste, devendo ser manipuladas como pontos de apoio da rede, base para economia agrícola e agroindustrial, função específica em uma política de desenvolvimento do nordeste.
	2. Algumas metrópoles regionais interiorizadas.	
	- Áreas estrategicamente mais importantes para os principais objetivos da PNDU, num plano global de organização territorial: o de consolidação da rede urbana.	
	- Áreas com capacidade de desempenhar um papel relevante na manutenção da vida brasileira, abrangendo as áreas mais urbanizadas das regiões sudeste e sul e as metrópoles regionais nordestinas e cidades médias (50 a 250 mil habitantes) do centro-oeste e sul do país.	
Área ou subsistema de promoção	1. Áreas periféricas, cuja urbanização deveria ser decorrente de programas especiais de desenvolvimento;	
	2. Áreas com fraca urbanização, caracterizadas pela ocupação recente em torno de grandes projetos rodoviários (ex: transamazônica);	
	3. Áreas vinculadas a grande investimentos públicos ou privados, como Itaipu e Ilha Solteira;	
	4. Áreas turísticas, que apesar do potencial tinham estruturas urbanas deficientes para melhor desempenho dessas funções, como as cidades antigas mineiras e no litoral nordeste;	
	5. Áreas estagnadas e/ou decadentes, espalhadas em todo o Brasil, possuíam frágil urbanização, cujo nível de subdesenvolvimento não permitia a configuração de uma rede urbana capaz de dar suporte ao processo de desenvolvimento; além disso, incluíram-se nesta categoria aquelas áreas que foram prósperas em função de apogeu econômico no passado, como por exemplo, ciclos do café, de mineração e de cana-de-açúcar.	

Fonte: a partir de Francisconi&Souza, 1976.

Ainda destacamos que o II PND repete o explicitado no I PND com relação à importância do turismo para o desenvolvimento, relacionando as prioridades de ação para cada região: para o Sudeste, "disciplinamento planejado do processo de urbanização da orla marítima, visando ao desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo e ao lazer, à preservação das belezas naturais e das cidades históricas (...)" ; para o Sul, "o disciplinamento e a promoção de adequado processo de urbanização para as cidades (...) que se destinam ao turismo e ao lazer" ; para o Nordeste, "a ordenação da ocupação da orla marítima, preservando-se o patrimônio histórico e valorizando-se a beleza paisagística, com vistas ao desenvolvimento do turismo interno e internacional" ; para o Norte e Centro-Oeste, "a promoção de centros turísticos da região Centro-Oeste" (BRASIL, 1974, p. 88-90).

Juntamente com o Desenvolvimento Urbano, o capítulo trata do Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente. Sobre esse tema, sugere-se uma resposta às pressões internacionais sobre o Brasil que ocorreram durante a década de 1970 com relação aos impactos ambientais, resultantes das grandes obras governamentais e do incentivo à industrialização, ao afirmar que se deve considerar que "não é válida qualquer colocação que limite o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de sociedade industrializada sob pretexto de conter o avanço da poluição mundialmente". Nesse capítulo também aparece o tema do patrimônio cultural: "O País precisa defender, sistemática e pragmaticamente, esse patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento, como também o faz a proteção do patrimônio cultural representado pelas cidades históricas" (BRASIL, 1974, p. 92).

Além do desenvolvimento regional e da integração de políticas setoriais, a descentralização também era tema recorrente nos documentos oficiais. Nesse contexto, se destacam duas medidas que colocaram a estrutura administrativa e política municipal em

articulação com o governo federal no fim da década de 1960: a criação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1967, e a implementação dos Planos para o Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), no âmbito do Plano de Ação Concentrada (PAC). Essas ações, segundo Schmidt (1983, p. 107), fortaleceram a estrutura de tomada de decisão ao nível do governo municipal.

O Plano de Ação Concentrada (PAC), elaborado no Governo Costa e Silva e implementado em 1969, era parte de um programa maior, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED - 1968/1970): sua função central estava orientada no sentido da coordenação das instâncias federadas da nação brasileira em suas ações para o desenvolvimento, sobretudo no contexto de (possíveis e efetivas) retomadas dos investimentos públicos para recuperação do crescimento econômico do país<sup>29</sup>. Ainda segundo Schmidt, e para corroborar e reforçar a tentativa de articulação da União com os municípios, tais ações governamentais adotadas no PAC estavam fortemente articuladas ao municipalismo brasileiro, pois "o PAC incorporou uma concepção compreensiva de planejamento que repousava sob a força dos governos municipais existentes, como maneira de fortalecer o desenvolvimento urbano" (SCHMIDT, 1983, p. 116).

Nesse sentido, percebe-se que o governo brasileiro delineia um discurso de descentralização de suas políticas, especialmente em programas e ações que busquem o desenvolvimento regional. O Decreto-Lei 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, explicita isso ao estabelecer a descentralização, no Artigo 6º, como um dos seus princípios. O Artigo 10 estabelece as condições em que se atenderá a esse princípio:

---

<sup>29</sup> Essa retomada dos investimentos como instrumentos para a volta do crescimento foi explicitamente delineada como oposta à política econômica do Governo Castello Branco, no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG - 1964/1966), marcadamente direcionada ao combate à inflação e à desestruturação econômica vivenciadas no início da década de 1960. Para uma análise do PAEG e de outros planos governamentais entre 1950 e 1970, fundamental a coletânea Planejamento no Brasil, LAFER, Betty Mindlin (org.). Editora Perspectiva: São Paulo, 1975.

Art. 10. **A execução** das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais: (...)

b) **da Administração Federal para a das unidades federadas**, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio; (...)

§ 4º Compete à **estrutura central de direção** o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios, que **os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar** na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

§ 5º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, **a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada**, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes. (...).  
(BRASIL, 1967) [grifos nossos]

Observe-se que o artigo estabelece que a descentralização refere-se à execução, mantendo o poder de decisão no governo federal, ao estabelecer, na verdade, uma posição hierárquica entre União e outros entes federados:

Dentro do espírito das forças que tomaram o poder central, essa descentralização [estabelecida pelo Decreto-Lei 200] assumiu um caráter autoritário e tecnocrático, onde o que podia ou devia ser descentralizado foi decidido na cúpula, cabendo aos órgãos descentralizados apenas o poder de execução das instâncias superiores. (SANTOS F., 1992, p. 220)

A delegação de competência, prevista no capítulo que sucede a descentralização, não é prevista (nem proibida) para as administrações estaduais ou municipais. Apesar disso, é preciso observar que a possibilidade de descentralização estabelecida pelo Decreto-Lei 200/67 propiciou algumas experiências que avançaram sobre esse entendimento da descentralização, se não delegando totalmente o poder de decisão, compartilhando-o com instâncias locais, como veremos no desenvolvimento do PCH. Dessa forma, ao mesmo tempo em que são estabelecidas políticas fiscais altamente centralizadoras pelo Ministério da Fazenda, são efetivados programas por diversos ministérios (especialmente do Planejamento e do

Interior) em que o modelo operacional é de descentralização das ações. É importante ressaltar que descentralizar a decisão poderia ser um risco à estabilidade do governo, em um momento de crescimento da reação da sociedade civil à repressão, na medida em que aquela significaria capital político às unidades federadas:

(...) o Brasil inteiro mora no Município e depende do Município. Sem querer incidir no lugar comum, ele é sustentáculo territorial do país. É a célula governamental mais próxima do cidadão. Normalmente, é a primeira escola de civismo e política. É o ponto de inflexão entre a educação doméstica e a formal urbana. É, em suma, o ambiente social e cultural por excelência. (DIAS apud CALSING, 1986, p. 241)

Desta forma, podemos supor que a descentralização era um *afrouxamento* do controle defendido por parte desse governo, ao mesmo tempo em que, *tecnicamente*, era uma opção para enfrentar o desafio de coordenar um país constituído por um grande território e cingido pela desigualdade regional. Nesse sentido, a União seria o ente federativo responsável por concatenar os interesses locais em prol de um (suposto) interesse nacional.

### **3.A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS**

As décadas de 1960 e 1970 são descritas por Gonçalves (1996) e Londres Fonseca (2005) como um período melancólico para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan)<sup>30</sup>. Os autores apontam a paralisia da instituição diante dos problemas urbanos que as cidades históricas apresentavam e para cujo enfrentamento o corpo técnico fundador do Dphan não possuiria o ferramental conceitual. Tal interpretação chamou-nos a atenção desde o início da pesquisa, pois a partir desse olhar, a implementação do Programa de Cidades Históricas representaria uma ruptura significativa com a política de preservação vigente.

Por outro lado, Milet (1988) e Sant'Anna (1995) discorrem sobre ações e reflexões que demonstravam que o órgão não só tinha total consciência da problemática, como buscava a atualização de conceitos e instrumentos para enfrentá-la. Portanto, a interpretação dessas autoras sugere que o Programa de Cidades Históricas poderia ser situado como uma ação de continuidade da política que vinha sendo elaborada pelo Iphan na década de 1960.

Dessa forma, neste capítulo, a abordagem partirá do estudo dos conceitos de patrimônio cultural, especialmente urbano, utilizados pelo Iphan desde a sua criação, no fim da década de 1930, e dos desafios que o fenômeno da urbanização no Brasil trouxe para a preservação das cidades históricas a partir da década de 1950. A

---

<sup>30</sup> O Sphan foi criado, em caráter provisório, em abril de 1936. Em 13 de janeiro de 1937 é publicada a Lei 318, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Finalmente, em 30 de novembro de 1937 é editado o Decreto-Lei 25, dias após o golpe que instituiu o Estado Novo. Desde então o órgão teve seu nome alterado cinco vezes: Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), em 1946; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1970; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória - estrutura dupla de administração direta e indireta), em 1979; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), em 1990; e novamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1994, nome que se mantém até hoje.

partir daí, o foco volta-se ao que consideramos as duas principais ações do Iphan para compreender e enfrentar esses desafios: a sua cooperação com a Unesco na década de 1960 e os dois Encontros de Governadores, realizados pelo Ministério da Educação e Cultura e Dphan em 1970 e 1971.

### **3.1 Patrimônio e cidade: novos papéis na nova fase do capitalismo**

Considera-se marco inicial da política federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro o ano de 1937, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Antes disso, houve iniciativas pioneiras, das quais se destacam a criação, em 1934, da Inspetoria de Monumentos Nacionais, que chegou a implementar algumas ações de preservação, e os projetos de lei de Jair Lins e de Mário de Andrade.

O momento de criação do Serviço se dá quando da instalação do Estado Novo por Getúlio Vargas (o Decreto-Lei 25/37, que institui o tombamento, data de alguns dias após o golpe). A política de Getúlio visava a um Estado forte, centralizador e interventor, e para isso efetivou uma significativa estruturação burocrático-administrativa, ao criar diversos órgãos que teriam como missão a formação de um Estado integrado cultural, política e territorialmente.

A criação do Sphan, portanto, deve ser entendida no contexto de estruturação desse Estado, tendo como missão a preservação (ou criação?) da memória nacional<sup>31</sup>. Nesse sentido, são muitos os estudos que discorrem sobre como a construção do discurso da *descoberta* da cultura genuinamente brasileira e a luta do Sphan por sua preservação ligam os interesses dos intelectuais modernistas à construção do Estado moderno brasileiro. Sant'Anna alerta que a questão da nacionalidade já é problematizada pelos modernistas antes

---

<sup>31</sup> Diversos autores discorrem sobre a vinculação entre o patrimônio cultural e a ideia de nação: Choay aborda esse assunto especialmente no que se refere à França; no Brasil, citamos Fonseca, Chuva, Gonçalves, Miceli etc.

do Sphan, portanto a ligação deles com o Estado brasileiro tratar-se-ia de uma oportunidade para ambas as partes enquanto projeto político. Para o Estado, a suposta *cooptação* de intelectuais<sup>32</sup> não foi exclusividade do Sphan, tendo o propósito claro de transformar as relações entre Estado e sociedade, instituindo uma estrutura moderna e supostamente imparcial:

O aumento considerável do número de intelectuais convocados para o serviço público provocou um processo de burocratização e 'racionalização' das carreiras que pouco tem a ver com a concessão de encostos e prebendas com que os chefes políticos oligárquicos costumavam brindar seus escribas e favoritos. (...) cumpre admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo acabou suscitando mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe dominante. Enquanto os anatólios contavam com as sinecuras que os dirigentes oligárquicos lhes ofertavam como paga pelos serviços prestados, os intelectuais do regime Vargas estavam muito mais vinculados aos figurões da elite burocrática do que aos dirigentes partidários ou às facções políticas de seus respectivos Estados. (...) os intelectuais do regime Vargas se empenhavam com garra em ampliar, reforçar e gerir as 'panelas' burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Dessa maneira, os intelectuais contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais. (MICELI, 2001, p. 198)

Sem dúvida esse propósito foi alcançado pelo Sphan. Segundo Sant'Anna, de 1937 a 1967, quando seu primeiro e único diretor até então se aposentou, havia "uma grande afinidade intelectual entre os servidores e colaboradores do Sphan, o que possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para o desenvolvimento de ações que até hoje marca profundamente a instituição" (1995, p. 117). Esse fato tornou o caráter supostamente *técnico* do órgão uma das suas principais características, o que é apontado como uma das razões de seu afastamento da sociedade e do mundo político, que

---

<sup>32</sup> Alguns exemplos: Mário de Andrade, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, incluindo seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, expoentes da intelectualidade brasileira no campo das artes e da cultura na época.

teriam como consequência o seu desaparelhamento e a escassez de recursos no período de interessa desta dissertação:

(...) a grande homogeneidade intelectual do corpo técnico, a boa administração dos poucos recursos públicos e, especialmente, a presença em seus quadros de figuras proeminentes e prestigiadas no campo político e cultural, também contribuíram para a sedimentação do SPHAN como uma instituição intocável e um tanto fechada em si mesma. (SANT'ANNA, 1995, p. 151)

Nesse período o Sphan trabalhou firmemente na construção dos conceitos de patrimônio cultural, produzindo diversos artigos acadêmicos e para meios de comunicação que subsidiavam sua política. Esse tipo de ação levou Mariza Veloso Motta Santos a cunhar a expressão *Academia Sphan*<sup>33</sup>, pois o órgão construiu uma autoridade intelectual no assunto que o colocava como o principal (se não o único) agente no campo do saber especializado do patrimônio cultural.

Quando o Serviço foi criado no fim da década de 1930, o conceito de patrimônio cultural no âmbito internacional referia-se predominantemente aos monumentos simbólicos institucionais e religiosos. Françoise Choay, em uma análise sobre as políticas de preservação no âmbito internacional, demarca o período de 1820 a 1964 como de "consagração do monumento histórico", pois considera que, nessa época, teria sido definido "um conjunto de determinações novas e essenciais, relativas à hierarquização dos valores, de que o monumento histórico é investido, suas delimitações espaço-temporais, seu estatuto jurídico e seu tratamento técnico" (2001, p. 127). Segundo a autora, a concepção de monumento recebe *camadas* de valoração ao longo desse período: de documento que pode ser destruído após transmitir seu aprendizado, passa a relacionar-se com

---

<sup>33</sup> SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O Tecido do Tempo: A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

o nacionalismo, representa a sensibilidade opondo-se ao racionalismo industrial, e posteriormente significa a arte, tendo o poder de sensibilizar e *civilizar* a população comum para um conhecimento especializado. Entretanto, a despeito das diversas transformações na valoração, esta se dava prioritariamente sobre os monumentos. Assim, apesar de avanços teóricos, como o de Gustavo Giovanonni, em 1913, que considerava a "arquitetura menor", referindo-se ao conjunto urbano antigo, como passível de valoração por seu aspecto morfológico (vias, paisagem, topografia e edifícios), e mesmo de algumas legislações que considerassem a necessidade de proteção do entorno do bem cultural e do meio ambiente natural, como as da Espanha e da Itália na década de 1930, na prática, até 1960 os esforços voltaram-se predominantemente à preservação dos grandes edifícios religiosos e civis.

Segundo Londres Fonseca, no Brasil, até 1969 a prioridade dos tombamentos foi dada aos monumentos arquitetônicos: "do total de 803 bens protegidos, 368 são de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens móveis, seis bens arqueológicos e 15 bens naturais" (2005, p. 113). Segundo a autora, o principal valor que levava à proteção de um monumento pelo Sphan era estético. Ou seja, a atuação do Sphan estava em sintonia com o que ocorria no campo internacional.

Sant'Anna afirma que os conjuntos tombados nesse período, especialmente as seis cidades de Minas Gerais inscritas em 1938<sup>34</sup>, são escolhidas "porque são percebidas como obras de arte excepcionais", e ainda "porque estavam imersas em tal estado de estagnação econômica que seu tombamento aparentemente em nada as abalaria", já que os arquitetos do Sphan eram comprometidos com a ideologia dos CIAM e portanto

---

<sup>34</sup> Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei e Serro.

jamais lhes ocorreria tombar cidades em franco desenvolvimento ou em posição central da economia, cujas necessidades de reestruturação urbana para melhor adaptação a essas demandas pudessem ser tolhidas ou constrangidas por um tombamento muito largo. (SANT'ANNA, 1995, p. 128)

Essa característica começa a ser alterada na década de 1950, no que se refere à ampliação de áreas tombadas, se bem que ainda restrita a critérios estéticos e de homogeneidade. Ainda segundo Sant'Anna, esses tombamentos constituiriam "o germe da utilização do instituto [de tombamento] como instrumento de política urbana, destinado a conter a ocupação em áreas ameaçadas pela especulação imobiliária" (1995, p. 132). Entretanto, do ponto de vista da gestão dessas cidades, as operações de conservação eram coerentes com "a identificação da cidade como um monumento (...) cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastada" (1995, p. 137). Assim, as intervenções, ou mesmo as construções novas que se dessem dentro da área tombada, deveriam "aproximar-se tanto da concepção e das intenções da obra antiga que a solução surgisse naturalmente sem chocar ou perturbar a vizinhança" (COSTA apud SANT'ANNA, 1995, p. 139). Não nos interessa aqui discutir o conceito das intervenções que levaram ao chamado "estilo patrimônio ou Sphan", mas importa ressaltar que a discussão sobre as intervenções urbanas em geral se dá sob a ótica da arquitetura, apesar de o entendimento conceitual de Rodrigo M. F. de Andrade em documento de 1941 ser mais amplo:

(...) O que constitui monumento, (...) não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável (...). É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento (...). Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais de bens individualizados, cada um isoladamente considerado. (ANDRADE apud SANT'ANNA, 1995, p. 142)

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano, a década de 1930 também demarca o período em que as cidades brasileiras começam a demandar ações de Estado, apresentando os problemas sociais e econômicos decorrentes do processo de industrialização. Os primeiros estudos iniciam-se no Rio Grande do Sul, em 1935, com a produção de planos diretores. Entretanto, segundo Roberto Monte-Mór, "a cidade passa a ser vista principalmente como um problema técnico, resultante da somatória dos sistemas de produção dos serviços e infraestrutura requeridos e, conseqüentemente, afeitos ao processo da administração urbana" (2008, p. 43). Assim, apesar das profundas alterações introduzidas a partir de 1930 na legislação brasileira, que encerraram clara intervenção do Estado na propriedade urbana (a Constituição de 1937 e o Decreto-Lei 25/37 são exemplos disso), o Estado não se viu pressionado a intervir de forma estrutural (sob o ponto de vista social e econômico) no espaço urbano, atuando predominantemente com a execução de grandes projetos de intervenção urbana, para resolver problemas "técnicos", como afirma Monte-Mór.

No entanto, as mudanças no plano econômico - internacional e brasileiro - no período após a Segunda Guerra Mundial, devido à perda de áreas significativas das cidades europeias com o conflito bélico e à transformação e explosão populacional de cidades, forçam uma mudança nas políticas urbanas e de preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, entre 1940 e 1950 a população urbana aumenta 3,8% ao ano contra 1,6% da população rural. Entre 1950 e 1960 o processo se intensifica: em 1960 a população urbana representa 45,88% do total, com acréscimo de 70% em relação a 1950 (PESSOA, 1981, p. XVI). Segundo Oliveira (1982), a mudança do fenômeno urbano brasileiro nesse período está relacionada à transformação do capitalismo concorrencial então vigente no Brasil para a etapa monopolista. Esse processo inicia-se na década de 1950, tendo como principal motivação o fato de o Estado brasileiro ter sido forçado a financiar o

desenvolvimento da indústria brasileira pelas restrições impostas pelos países centrais. Esses visavam à expansão industrial para os países periféricos e, portanto, a bloquear a industrialização desses países dificultando o financiamento internacional para tanto:

O período dos anos 50 inicia uma fase que é qualitativamente distinta na economia brasileira, onde tanto o caráter do Estado quanto o que é a relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira constituem temas abertos para os quais não se tem ainda respostas muito consistentes. O que se pode dizer, em linhas muito gerais, é que o período dos anos 50, sobretudo a partir do período Kubitschek, instala de golpe no Brasil o capitalismo monopolista. (OLIVEIRA, 1982, p. 47)

Ainda segundo Oliveira, a expansão do capitalismo internacional teve profundas repercussões na organização social brasileira. A divisão social do trabalho ficou mais complexa, tendo como resultado a emergência da classe média, com grande peso político e social. Localizando-se, em sua maioria, nas cidades (onde estão instaladas as indústrias brasileiras e sua base de sustentação - o setor terciário), a classe média passou a drenar o investimento do Estado para as áreas urbanas. Dessa forma, as pressões para o crescimento e a transformação das cidades, geradas por toda essa alteração na economia e na sociedade brasileira, iniciam-se, de forma significativa, na década de 1950, e se consolidam na década de 1960. Tal fato leva o governo federal a contemplar no II Plano Nacional de Desenvolvimento, na década de 1970, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), como visto anteriormente.

Além disso, na segunda metade da década de 1960 tem início uma importante crise econômica mundial, que afetou o processo de acumulação e produção capitalista no país, causou desequilíbrios estruturais e teve como consequência a perda de dinamismo econômico. Como resultado, ocorre o decréscimo do PIB brasileiro e o crescimento acelerado da inflação, que pressionaram o governo federal a tomar diversas medidas para conter tal crise. Entre as

decisões tomadas incluem-se a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), o Sistema Federal de Habitação (SFH) e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), consideradas por Benício Schmidt (1983) como os alicerces da política urbana brasileira nos anos 1960-80.

O modelo de desenvolvimento perseguido era o de base urbano-industrial, em que a cidade passa de bem de consumo para bem de produção (VILLAÇA, 1999, p. 200), ou seja, passa a produzir capital. No entanto, esse modelo gera os grandes aglomerados urbanos: ao reproduzir o ambiente para produção do capital, a lógica preponderante era a que gerava economia para o setor industrial na época. As fases do processo de produção deviam estar próximas espacialmente, incluindo o capital humano, resultando em uma escala cada vez maior de operações. Nesse sentido, a concentração de atividades econômicas levou à concentração de população, o que resultou no *inchaço* de algumas cidades brasileiras e no esvaziamento das áreas rurais e de pequenas cidades.

As cidades e centros históricos não escaparam a esse processo intenso de urbanização no Brasil. As situações variaram: crescimento acelerado e pressão demográfica, metropolização de algumas regiões, implantação de indústrias em seus arredores e abertura de estradas, afluxo turístico desordenado, estagnação econômica e esvaziamento populacional. Assim, na maioria das vezes as cidades antigas eram vistas como entraves para as atividades inerentes ao processo de concentração, centralização e reprodução do capital. A especulação imobiliária pressionava, tendo o Estado como propulsor:

A ação modernizadora estatal, contudo, mantém laços orgânicos com a iniciativa de cidadãos privados, bem como com a nova forma de capital, o imobiliário, cuja razão histórica se consubstancia, justamente, na apropriação do solo e produção do espaço urbano e na substituição de edificações antigas por construções modernas de novos conteúdos funcionais. Por outro lado, o crescimento industrial e seus correlatos (...) possibilitaram a integração de núcleos antigos (...) ao processo de urbanização e de especulação imobiliária. (MILET, 1988, p. 161-164)

É provavelmente decorrente de uma série de pressões para transformação das cidades mineiras protegidas que,

em 1962, Sylvio de Vasconcelos delegado do Sphan em Minas, propõe (...) a instituição de áreas diferenciadas dentro do perímetro tombado, onde se aplicam diferentes critérios de intervenção, mais ou menos rígidos, conforme o valor a elas atribuído. (SANT'ANNA, 1995, 146)

Essa proposta era avançada para a época, considerando que a Itália instituiu, apenas em 1967, legislação sobre a preservação de centros históricos considerando o zoneamento urbano como instrumento. A partir daí as discussões se darão sobre o papel daqueles centros na nova cidade capitalista, considerando as contradições entre desenvolvimento e preservação que se apresentavam nesse novo momento.

Entretanto, a ampliação do conceito de patrimônio se consolidará apenas na Carta de Veneza (1964), reconhecida como um dos principais documentos internacionais da área de preservação do patrimônio cultural, ao estabelecer que "o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado". Assim, tão importante quanto os monumentos selecionados como excepcionais, são o tecido - a *moldura*, desses monumentos -, o ambiente que está à sua volta. Os encontros internacionais também terão uma redefinição de seu papel:

Esses encontros tem, até o início da Segunda Guerra Mundial, um caráter técnico e especializado (...) assumem, como lógica subjacente à preservação, a legitimação do Estado e a inserção dos bens culturais dentro da lógica mais geral que rege o modo de produção capitalista, ou seja, a lógica da mercadoria. (...) Internamente, entretanto, esses documentos apresentam uma contradição pois se, de um lado, recomendam uma série de medidas valorativas, de interesse especulativo, por outro lado, recomendam que os governos tem que evitar a especulação nas zonas de interesse histórico que passem por processos de revitalização. (MILET, 1988, p. 100-112).

Como consequência, os especialistas se debatem para encaixar o patrimônio na nova cidade capitalista. Em encontro organizado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), essa contradição é explicitada, e a solução seria articular os interesses econômicos à preservação do patrimônio cultural. Haveria, portanto, uma saída: na cidade que deve reproduzir o capital, o patrimônio deveria ser objeto de consumo. As Normas de Quito<sup>35</sup> (1968) assumirão uma perspectiva econométrica:

(...) as medidas preservacionistas encontram-se diretamente associadas aos planos, projetos e equipamentos de interesse turístico que viabilizem o retorno econômico do investimento feito no monumento, ficando, inclusive, formalmente expressas as vinculações entre os interesses protecionistas e os interesses do capital internacional. (MILET, 1988, p. 112-113)

O patrimônio cultural, então, deveria ser entendido como parte dos recursos econômicos dos países. Entretanto, os perigos desse entendimento não passaram despercebidos pelos técnicos do Dphan: para eles, o descontrole do turismo e de outras medidas de valorização financeira do patrimônio poderiam levar à sua posterior destruição. Mas, segundo Milet:

A participação nos encontros internacionais, sobretudo o de Veneza, em 1964, promovidos pela UNESCO, agudiza, nos quadros técnicos do SPHAN, a consciência das limitações do conceito de bem cultural, fato que certamente contribuiu para o rompimento

---

<sup>35</sup> As Normas de Quito resultaram da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, da Organização dos Estados Americanos, realizada na cidade de Quito, Equador, em 1967. Alguns trechos: "está-se aceitando implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos de progresso" (CURRY, 2004, p. 105); "trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo das minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares" (CURRY, 2004, p. 111); "Se os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos exigidos para sua devida restauração e habilitação específica devem ser feitos simultaneamente aos que reclamam o equipamento turístico e, mais propriamente, integrar-se num só plano econômico de desenvolvimento regional" (CURRY, 2004, p. 113).

da herança conceitual academicista de monumento. (1988, p. 164)

Ademais, os constantes problemas com que o Sphan se deparava devido a pressões das próprias prefeituras para destruição do patrimônio levam-no a buscar parcerias com os governos estadual e municipal, articulando-se, por sua vez, com a política de descentralização do governo federal. Apesar de já estar prevista no artigo 23 do Decreto-Lei 25/37 a necessidade de parceria do órgão federal com os municípios, na prática o Sphan sempre atuou de maneira autoritária e solitária na preservação das cidades, dependendo da empatia do prefeito no poder com relação ao patrimônio cultural. Assim, o Dphan, juntamente com o Ministério da Educação e Cultura, organizou os Encontros de Governadores, em 1970 e 1971, que resultaram nos documentos conhecidos por Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador.

Ao mesmo tempo, a partir de 1965, quando a Unesco inicia um programa de desenvolvimento do turismo relacionado ao patrimônio cultural e natural, o Dphan pleiteia e consegue o apoio técnico do organismo internacional, recebendo diversos consultores que elaborarão planos urbanos para as cidades históricas, buscando a articulação com outras políticas públicas. Assim, segundo Milet:

é precisamente a partir das recomendações da UNESCO e dos 'Encontros de Governadores' que podem ser identificados os princípios que irão nortear a política de preservação, no Brasil dos anos 1970, a saber: o culto ao passado, a valorização ao patrimônio ambiental e o planejamento como forma de dirimir os interesses conflitantes no âmbito da preservação. (1988, p. 167)

Importa ressaltar que o fio condutor da política ainda é nacionalista, característico tanto do período de fundação do Sphan como do governo militar autoritário, inserindo agora os bens culturais na lógica de mercadoria. Assim, o papel que as cidades históricas deveriam desempenhar no desenvolvimento do país incluiria

necessariamente a articulação entre a política de preservação dos bens culturais, que representaria os valores da memória nacional, a outras políticas governamentais, que teriam por objetivo a geração de valor econômico, inserindo-os no processo de acumulação capitalista.

Dessa forma, ao contrário de um suposto *hiato* político e intelectual do Dphan nas décadas de 1960 e 1970, acreditamos que esse órgão pavimentou o caminho que seria percorrido pelo Programa de Cidades Históricas. Segundo Sant'Anna foi na gestão de Renato Soeiro (1969-1979) que "foram dados os passos definitivos e fundamentais para a modernização do aparelho estatal de preservação do patrimônio" (1995, p. 154). A autora ainda ressalta que o Dphan esteve em bastante evidência, e que sem esse momento o período considerado *moderno* da instituição (a partir de 1979) não seria possível.

Complementamos esse entendimento ao afirmar que a gestão de Renato Soeiro é continuidade da de Rodrigo M. F. de Andrade, pois tais movimentos iniciam-se na primeira metade da década de 1960, quando Rodrigo ainda era diretor do órgão. Na verdade, acompanhando os movimentos internacionais e as discussões sobre o desenvolvimento urbano das décadas de 1930 a 1970 arriscamos afirmar que o Sphan/Dphan esteve sempre atento aos debates, e transformou lentamente sua atuação.

### **3.2 A Articulação entre Dphan<sup>36</sup> e Unesco**

Como afirmado anteriormente, a prática da preservação do patrimônio cultural é debatida em encontros de âmbito internacional desde a década de 1930, mas é a partir da II Guerra Mundial que esses debates passarão a se intensificar devido à destruição de

---

<sup>36</sup> A partir de 1946, o Serviço passou a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN.

idades inteiras no continente europeu. Além disso, terão participação mais significativa de países não europeus devido à conformação de entidades internacionais, especialmente a ONU e a Unesco, como será visto a seguir.

Os debates internacionais ocorrem em encontros de especialistas, realizados por diversas entidades, e resultam em documentos que comumente são chamados Cartas, Convenções e Recomendações. Importa ressaltar que essas discussões são alimentadas pelas práticas e problemas existentes, ou seja, consolidam entendimentos e regras comuns que, podemos dizer assim, visam a disseminar as *boas práticas* em todo o mundo.

O primeiro documento internacional relacionado à preservação do patrimônio cultural foi elaborado em 1931 - a Carta de Atenas - em um encontro da Sociedade das Nações<sup>37</sup>, e registra princípios gerais para restauração, com especial atenção para a condenação das reconstruções integrais de monumentos e a defesa da conservação como princípio fundamental. Em 1933, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (IV CIAM), o patrimônio cultural mereceu um capítulo na também Carta de Atenas - que tinha por objetivo expressar as diretrizes do urbanismo moderno -, da qual se destaca a admissão da preservação total de espaços urbanos. No entanto, essa preservação poderia ocorrer apenas em casos excepcionais - pois as cidades antigas deveriam abrir espaço ao novo urbanismo.

A Unesco foi fundada em novembro de 1945, em uma Conferência das Nações Unidas, como uma organização cultural e educacional com o objetivo de fomentar uma cultura de paz e solidariedade entre a humanidade, buscando-se prevenir a eclosão de uma nova guerra mundial. A primeira Conferência Geral da Unesco realizou-se em Paris em novembro de 1946, com a participação de 30 Estados votantes. A

---

<sup>37</sup> A Sociedade das Nações, ou Liga das Nações, foi uma organização internacional constituída pelas nações vencedoras da Primeira Guerra Mundial, cuja missão seria garantir a paz mundial. A deflagração da II Guerra provocou a extinção da entidade, que foi substituída pela Organização das Nações Unidas em 1946.

partir daí, a instituição demorou um certo tempo para se estruturar e estabelecer uma política de apoio aos países membros nos vastos campos da educação e da cultura.

Com relação ao patrimônio cultural, a Unesco já nasceu com a missão de enfrentar o desafio das pressões advindas da explosão populacional e da enorme expansão industrial, tema mencionado anteriormente. Assim, a entidade traçou um programa de conservação ao patrimônio, cuja primeira ação importante, segundo Daifuku (1968), foi a Convenção Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Cultural em caso de Conflito Armado, adotada em Haia em 1954. Como ação de apoio a um Estado membro, a primeira missão realizada foi em Cuzco, no Peru, após terremoto que destruiu grande parte da antiga capital inca, em 1950, quando foi enviado um grupo de especialistas para opinar sobre sua reconstrução.

Diversos outros apoios foram prestados depois dessa missão. Destacam-se, pela comoção mundial e participação de grande número de países voluntários, a transferência de 20 templos às margens do Nilo, devido à construção da represa de Assuã, em 1960, e o apoio à Itália para reparação dos estragos das cidades de Veneza e Florença, após trágicas enchentes em novembro de 1966. A ajuda era realizada de acordo com as solicitações dos Estados membros e as condições da Unesco, mas ainda sem critérios previamente estabelecidos para tanto. Isso só passará a ocorrer mais sistematicamente a partir de 1972, com a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que estabelecerá os monumentos - naturais e culturais - sob tutela da Unesco. Foi criada ainda a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, que formará indicadores para as missões futuras. Choay (2001) afirma ser essa convenção símbolo da universalização do que ela chama "culto ao monumento" e das práticas de preservação. Segundo a autora, a convenção estabeleceu "uma pertença comum, uma solidariedade planetária (...) pela qual a comunidade encarrega-se de socorrer os desprovidos" (2001, p. 208).

Entretanto, os anos que precederam a convenção foram justamente os que prepararam suas bases, ao efetivar operações e missões que visaram ao apoio técnico a diversos países que o solicitaram, seja pela ocorrência de desastres naturais, seja pela destruição apresentada pelas novas pressões econômicas, como foi o caso do Brasil. É nesse contexto anterior a 1972 que o Dphan estabelecerá estreita e profícua relação com o órgão internacional, a fim de receber especialistas para elaboração de estudos e planos voltados ao patrimônio cultural brasileiro - com foco nas cidades e visando à inserção desses locais em um plano nacional de turismo cultural.

A documentação consultada no Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, apresenta uma intensa correspondência entre a Dphan e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em especial com o embaixador Carlos Chagas Filho, pelo menos a partir de 1964. Pela documentação percebe-se que Renato Soeiro e Rodrigo M. F. de Andrade participavam das conferências da Unesco, conheciam de maneira profunda as discussões e os documentos resultantes e estavam bastante afinados com os movimentos na área de preservação do patrimônio cultural no âmbito internacional. Dessa forma, nos parece que ambos identificavam uma oportunidade nos programas de assistência técnica oferecidos pela Unesco, possibilitando o alargamento da ação do Dphan frente às restrições de sua estrutura administrativa.

Em 1964 a Unesco estabeleceu uma representação no Brasil, quando veio ao país Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico da Bélgica. Em missão inicial para preparação de um programa de cooperação técnica a ser ajustado pelas partes, Coremans já cita o Dphan e seu diretor, Rodrigo M. F. de Andrade (LEAL, 2008, p. 13).

Em 21 de junho de 1966, em carta a Rodrigo M. F. de Andrade, Renato Soeiro comenta sobre projeto do Dphan que visa a solicitar

recursos da Unesco no âmbito dos programas de Incremento ao Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais:

Julgamos preferível, concentrar no 1º programa, INCREMENTO AO TURISMO, as medidas que beneficiariam Ouro Preto, Parati e áreas tombadas em Salvador. No 2º, relativo à RECUPERAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, ante a ameaça das BR, que se projeta agora também rumo a Salvador, através a BR5 (sic) e atendendo a apelo do Saia, visando a proteção da bacia do (sic) Paranaguá e as encostas da Serra do Mar, deixar com maior amplitude que essa possibilidade possa beneficiar áreas diversas em toda a extensão do litoral brasileiro. São previsões largas que v. reduzirá deante (sic) da realidade das verbas. Quanto à estimativa de U\$ 50.000 pareceu-nos que seria o mínimo desejável a atendê-las<sup>38</sup>. (SOEIRO, 1966, p. 1-2)

Cláudia Baeta Leal (2008) sugere que o Dphan não estava interessado de fato em elaborar um plano de turismo, mas sim em aproveitar a oportunidade apenas para obter recursos e estudos técnicos para a conservação do patrimônio cultural brasileiro. Apesar de claramente o olhar do quadro técnico do Dphan ser crítico com relação ao entendimento de que o turismo poderia ser uma solução redentora para os centros históricos, veremos adiante que o órgão também percebia a atividade turística como um dos elementos importantes para seu desenvolvimento. Ademais, os próprios documentos da Unesco que consultamos falam claramente em um "aproveitamento" dos recursos econômicos provenientes do turismo para a preservação do patrimônio cultural.

Em julho de 1966 Rodrigo M. F. de Andrade solicita ao Embaixador Carlos Chagas Filho<sup>39</sup> que lhe envie as resoluções sobre a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento do turismo, adotadas na última conferência da Unesco. Em setembro, o embaixador

---

<sup>38</sup> Carta de Renato Soeiro a Rodrigo F. M. de Andrade, de 21/06/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>39</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade ao Embaixador Carlos Chagas Filho, em 28/07/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

comunica Rodrigo<sup>40</sup> sobre a visita do representante da Unesco ao Brasil, Taha Hussein, que ocorrerá entre 27 e 30 de setembro. Em 04 de outubro Rodrigo escreve a Chagas<sup>41</sup> e menciona missivas enviadas por este (não encontradas). Ao informar que tentará detalhar o projeto para outubro ressalta, no entanto, que será necessário ainda "um estudo mais desenvolvido (...) com fundamento nos planos julgados aceitáveis pelos homens da Unesco" (ANDRADE, 1966, p. 1) para a visita de Michel Parent. Ou seja, apesar de não ser encontrada documentação formal da cooperação, tudo indica que já estava confirmado o interesse da Unesco ao apoio pleiteado pelo Brasil, já que se esperava a visita de um consultor, Michel Parent, para avaliar o pleito brasileiro.

Em 20 de outubro, Rodrigo M. F. de Andrade envia carta ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, na qual pede que a delegação brasileira apoie o

Plano do Incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimentos de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados membros. Esse plano foi adotado por proposta feliz do Diretor Geral René Maheu (acrescentado por sugestão do Embaixador Carlos Chagas). Pleiteamos a aplicação dele ao Brasil. Se a Conferência Geral tiver de incluir no orçamento recursos destinados a favorecê-lo, há grande conveniência de que a Delegação brasileira, sob sua presidência, apóie a medida<sup>42</sup>. (ANDRADE, 1966, p. 1)

Segundo Cláudia Leal (2008, p. 15), em maio de 1966 o Diretor-Geral da Unesco, René Maheu, apresentou na Conferência Geral dessa instituição um estudo sobre a possibilidade de relacionar a

---

<sup>40</sup> Carta do Embaixador Carlos Chagas Filho a Rodrigo M. F. de Andrade, em 16/09/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>41</sup> Carta nº 373, de Rodrigo M. F. de Andrade ao Embaixador Carlos Chagas Filho, de 28/07/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>42</sup> Carta nº 404, de Rodrigo M. F. de Andrade ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, em 20/10/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

conservação dos bens culturais ao turismo. Em dezembro do mesmo ano, a revista O Correio, periódico da Unesco, é dedicada ao turismo, já que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1967 como o Ano Internacional do Turismo:

Particularmente al nuevo fenómeno representado por el turismo de tipo cultural - el presente número, con el que, como ha dicho el Presidente de la Unión Internacional de las Organizaciones Oficiales de Turismo, señor Arthur Haulot, trata de "manifestar la profunda solidaridad de ideas entre hombres e instituciones cuyo objetivo fundamental es la plena expansión de la cultura en la época actual". (UNESCO, 1966, p. 5)

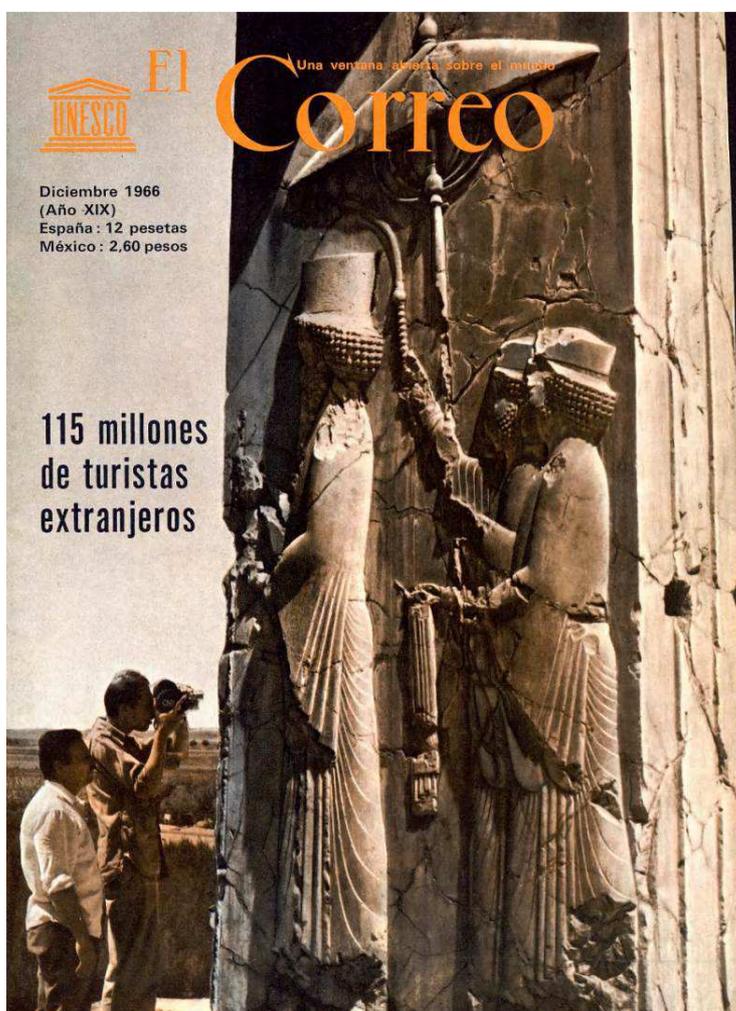


Figura 2: Capa da revista O Correio, da Unesco, com matéria especial sobre turismo. Dez. 1966

No texto, que toma praticamente todo o periódico, lembra-se que em 1963 foi realizada Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais. A partir daí, cita diversas estatísticas realizadas - em países desenvolvidos ou não - sobre o turismo e sua rentabilidade. A matéria é extremamente otimista, vislumbrando no turismo a solução para inserir o patrimônio cultural como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico dos países:

115 millones de turistas, 180 millones de pasajeros en las líneas aéreas de 110 países y 130 millones de automóviles en el mundo. Estas cifras, correspondientes al año 1965, indican la importancia que ha cobrado ese fenómeno económico y social que es el turismo en nuestros días. (UNESCO, 1966, p. 5)

Segundo o mesmo texto, o turismo internacional se desenvolvia de maneira considerável desde 1961, mas nos anos posteriores deveria ter uma expansão ainda maior, devido ao aumento da qualidade de vida e de tempo dedicado ao lazer em muitos países, entre outras questões. Sobre a Unesco, afirma que desde 1964 a entidade visa ao ajuste de um programa que pretende integrar a conservação e a restauração de monumentos e lugares históricos com um plano de desenvolvimento de turismo:

El concepto es nuevo; en muchos países solo podrá lograrse la conservación del patrimonio monumental, y servir con ello fines educativos y culturales cuando monumentos y sitios históricos se hayan hecho económicamente rentables gracias al turismo, fenómeno moderno por excelencia. (...) En el plano económico y financiero, la Unesco estudia las posibilidades de que las organizaciones nacionales e internacionales como el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo presten apoyo a la iniciativa, como lo hacen en el caso de tantas obras necesarias al desarrollo económico de un país. (UNESCO, 1966, p. 10)

Ainda segundo o artigo, o investimento para a conservação dos monumentos poderia ser realizado juntamente com os recursos a serem utilizados para a expansão do turismo, sendo parte dos planos de desenvolvimento econômico nacional:

La revalorización del patrimonio monumental, efectuada dentro de un plan de desarrollo turístico que facilite la creación de medios de acceso y alojamiento y acompañada de la correspondiente campaña de publicidad, provoca un aumento inmediato del número de turistas que dirijan a un país, sea cual fuere la posición geográfica de este con respecto a las zonas donde proceden los turistas. (UNESCO, 1966, p.12)

Figura 3: Matéria sobre o turismo da Revista O Correio, da Unesco. Dez. 1966.

## EL TURISMO CULTURAL, NUEVA FUENTE DE RIQUEZA



El mejor conservado de todos los teatros griegos es el de Epidaur, construido a principios del siglo IV antes de nuestra era por el arquitecto y escultor Policleto. Todos los veranos se efectúa en él un festival de teatro clásico griego.

Hasta una época reciente se consideraba que los monumentos cuyo valor cultural no riega constituyen una especie de lujo, y que era imposible destinar a su conservación sumas importantes que pudieran servir a obras urgentes y fundamentalmente necesarias. En un caso excepcional, el de la « Campaña internacional para el salvamento de los templos de Nubia », la Unesco pudo apelar a la solidaridad internacional con el fin de salvar un conjunto inestimable de obras situadas en una región que el funcionamiento de la Gran Represa de Asuán estaba destinado a sepultar bajo las aguas. El éxito de esa campaña estimuló el interés acordado a la protección de monumentos en todas partes; pero la asistencia internacional no puede acudir a todas ellas con este fin.

La Unesco se vio impulsada a estudiar, por consiguiente, la posibilidad de adjudicar a esos monumentos, independientemente de su valor cultural, otro de orden económico. Al hacerlo así, dejó sentado que las medidas tendientes a garantizar la conservación de los monumentos pueden formar parte de las que se tomen para el desarrollo económico de un país, ya que los monumentos contribuyen a acrecentar la corriente turística hacia éste, constituyendo así un valor que corresponde explotar como es debido.

En nuestros días, en efecto, el turismo aumenta con el mayor número de días de vacaciones y el cultivo del ocio placentero, y el aumento de los recursos en las arcas del Estado. En los países en vías de desarrollo, el turismo puede favorecer el progreso de la economía y la acumulación de divisas extranjeras. La inversión de capital exigida por la conservación de los monumentos puede efectuarse, en consecuencia conjuntamente con la de capitales destinados a la expansión del turismo, formando parte así de los

planes de desarrollo económico nacional.

Por lo que respecta a los bienes de valor artístico, como esos, la finalidad de la Unesco consiste en lograr primero su conservación y luego su utilización en el plano cultural. Si se reconoce que los monumentos pueden contribuir al fomento del turismo, no sólo será más fácil restaurarlos y conservarlos, sino que se los conocerá y apreciará mejor. El hecho de que el turismo contribuya por tantos conceptos a la educación, la cultura y la comprensión internacionales hace que la Unesco se interese por su desarrollo.

Al figurar en los planes de desarrollo económico de un país diversos programas de conservación de monumentos, la medida atrae la atención sobre los mismos tanto en el plano nacional como en el plano mundial y estimula a todas las capas de la población a dar más espacio en su vida cotidiana a los valores representados por esos bienes culturales.

El mejoramiento del nivel de vida, la prolongación de los períodos de descanso, y la modernización de los medios de transporte dan a la industria turística un impulso que se renueva incesantemente, al mismo tiempo que la educación generalizada y más profundizada modifica las formas de este tipo de viaje. El turismo no es ya un medio de evasión, sino una prueba del deseo de enriquecimiento cultural desperdiciado en millones y millones de personas, y el medio ideal de satisfacer y estimular estas aspiraciones de las gentes parece radicar en la revitalización de los monumentos y lugares históricos.

Al suscitar los intercambios temporarios de las poblaciones de muchos países, el turismo favorece el conocimiento y la mejor comprensión del mundo exterior, y al convertirse en

Os números são citados em todo o texto, afirmando-se serem “eloquentes” sobre o papel determinante do turismo na economia de uma nação. Segundo a Unesco, em 1965 os gastos efetivados no turismo internacional significavam cerca de 11,6 milhões de dólares, o que equivaleria a mais de 6% das exportações mundiais de mercadorias. Ainda vincula o desenvolvimento do turismo cultural às oportunidades geradas para regiões não inseridas no desenvolvimento econômico dos países:

Gracias al turismo cultural, se multiplicarán y modernizarán los hoteles, restaurantes, comercios al por menor y transportes por carretera. La producción agrícola encontrará un nuevo mercado. Se estimulará el folklore y alentará la artesanía. Todas las actividades y producciones locales recibirán un nuevo impulso, ya sea a corto plazo, por los efectos directos del turismo, o a plazo más largo, por sus efectos indirectos. Todo ello tiene por fuerza que transformar profundamente la economía tradicional de un país. (UNESCO, 1966, p.16)

Afirma também que o turismo pode contribuir ou mesmo ser o único meio de fixar as populações locais nas regiões estagnadas economicamente. Cita um estudo realizado pela Unesco sobre a rentabilidade dos investimentos turísticos: um empréstimo externo de

37,6 milhões de dólares, somado a 7,7 milhões de dólares de investimentos locais poderia fornecer receita direta para o país no valor de 385 milhões de dólares ao longo de dez anos. Ou seja, o periódico oficial da Unesco representa o discurso, em 1966, de que o turismo era o grande negócio para o patrimônio cultural.

**TURISMO INTERNACIONAL (cont.)**

**115 millones de turistas extranjeros en un año**

gente se tome varias vacaciones al año. Los viajes especializados al extranjero, especialmente para asistir a congresos profesionales —cuya importancia para el turismo se señaló en Roma al celebrarse allí, en agosto y setiembre de 1963, la Conferencia de Naciones Unidas sobre Turismo y Viajes Internacionales— o para presenciar manifestaciones deportivas o culturales, tienen un éxito cada vez mayor, y también es cada vez mayor el número de países que participan de sus beneficios o de sus gastos.

Lo mismo ocurre con los cruceros marítimos, ya que, por ejemplo, en los que se hacen ahora a las Bermudas el número de pasajeros aumentó de 71.500 a 200.000 entre 1958 y 1963, y en los que se hacen a Grecia, de 22.300 a 68.200 en el mismo período.

En 1965, los viajeros de todas partes del mundo gastaron 57.300 millones de dólares por concepto de turismo doméstico e internacional, de acuerdo con lo que dice en su Informe de Octubre de 1966 sobre el desarrollo del turismo la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos. Si se añadiera a esa cifra el costo del transporte, la suma total sería de un 30 % más. El dinero gastado en turismo doméstico o nacional llegó a la suma de 46.000 millones de dólares.

En 1965, asimismo, salió al exterior más gente que en ningún otro año de la historia: cerca de 8 millones de personas de Gran Bretaña, 3 millones y medio de Francia, casi 3 millones de Italia y más de 2 millones y medio de

los Estados Unidos visitaron otros países, por no citar sino cuatro ejemplos importantes.

El volumen de lo que la gente gasta en turismo doméstico e internacional varía mucho según los países; se calcula, por ejemplo, que sin contar el gasto de transporte, el turismo internacional se lleva el 10 % de los gastos turísticos en los Estados Unidos de América, el 40 % en los Países Bajos, el 50 % en la Argentina y cerca del 80 % en Bélgica. En ciertos países, las sumas que cada habitante destina en promedio al turismo en el extranjero alcanzan un nivel elevado: cerca de 29 dólares anuales en el Canadá y en Suiza, de 24 dólares en Bélgica y de 22 dólares en la República Federal de Alemania; cerca de 12,5 en Francia y el Reino Unido, y de 11 dólares en los Estados Unidos de América. Como es natural, en otros países los gastos por habitante son bastante más bajos: 2,9 dólares en Marruecos, 1 dólar en Nigeria y 0,05 en la India, por no citar sino unos pocos ejemplos (1).

Los ingresos procedentes del turismo internacional pueden tener gran importancia en la renta de un país; y así representan, por ejemplo, más del 24 % en la Isla Barbada, más del 7 % en Austria, Irlanda y el Líbano; más del 6 % en México, más del 5 % en Jamaica y Jordania; cerca del 4 % en Puerto Rico; el 2,5 % en la República Árabe Unida y el 2 % en Marruecos, en comparación con los Estados Unidos de América, donde asciende al 0,2 %, y la República Federal de Alemania, el Japón, Suecia, Tailandia

y el Reino Unido, donde se acercan al 1 %. En estas cifras no se tiene en cuenta el efecto multiplicador de los gastos de turismo; si se incluyera, sería fácil duplicar el porcentaje.

En cuanto se refiere a los intercambios entre países, los gastos de turismo internacional pueden ser de gran importancia; la proporción de los ingresos correspondientes a este rubro dentro del total de ingreso en divisas —visibles e invisibles— asciende del 10 al 20 % en Grecia, en Italia y en Suiza; sobrepasa el 40 % en España, donde la cuantía de las divisas aportadas por el turismo en 1964 ascendió a 919 millones de dólares, y en Panamá crea un saldo favorable capaz de reducir a la mitad el déficit de la balanza de pagos. Pero en el rubro de que nos ocupamos ésta es deficitaria en los países exportadores de turistas, especialmente en el Reino Unido, la República Federal de Alemania y los Estados Unidos de América, donde los déficits de 1964 fueron, respectivamente, del tenor de 200 millones, 600 millones y 1.120 millones de dólares aproximadamente.

En Europa, el número de turistas de otros continentes no correspondió en 1963 sino al 15 % de la cifra total de 66 millones de dólares (véase el cuadro de la página 6), aun cuando dichos turistas figuran más de una vez en el cuadro cuando visitan, como es fre-

(1) La mayoría de las cifras que se citan en este párrafo y los siguientes provienen de cálculos hechos por la Unión Internacional de Organismos Oficiales de Turismo y se refieren, salvo indicación en contra, a 1963.

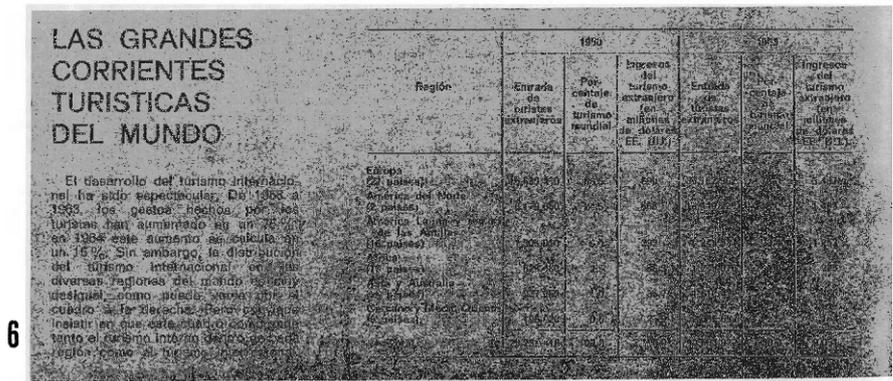


Figura 4: Matéria sobre turismo na revista O Correio, da Unesco. Destaque para a tabela com números sobre o fluxo turístico e a renda gerada. Dez. 1966.

Em 17 de abril de 1967, Renato Soeiro, diretor substituto do Dphan, solicita apoio ao Ministro Moniz de Aragão<sup>43</sup> para a efetivação da parte final da missão de Michel Parent, que teria por objetivo "dar parecer sobre o auxílio pleiteado para a execução de um plano de serviços desta repartição, cuja inclusão é pretendida no programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural".

O francês fez duas visitas ao Brasil<sup>44</sup>, percorrendo diversas cidades, de norte a sul do país<sup>45</sup>. Em seu relatório<sup>46</sup> Parent enfatiza o contato estreito que teve com os funcionários do então Dphan, especialmente Renato Soeiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade, citando também autoridades ligadas à recém criada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)<sup>47</sup>.

Ressalta que

Qualquer 'planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais' desejado pelo governo e levado em consideração pela Unesco deve, como enfatiza o embaixador Chagas, ser realizado 'por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país'. (LEAL, 2008, p. 42)

Michel Parent afirma também que a preservação só poderá ser alcançada mediante sua inclusão no planejamento urbano do município, bem como por seu aproveitamento turístico. Em vários trechos ressalta a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento globais, enfatizando a necessidade de a política de preservação do

---

<sup>43</sup> Ofício nº 601, de Renato Soeiro ao Ministro Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, em 17/04/1967. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>44</sup> De 24/11/1966 a 08/01/1967 e de 19/04/1967 a 01/06/1967.

<sup>45</sup> Parati, Cabo Frio, lagoa de Araruama e Rio de Janeiro, no RJ; São Paulo e arredores, em SP; Anchieta e Serra, no ES; Salvador, Cachoeira e Belém de Cachoeira, na BA; Olinda, Igarassu, Paulista, Recife e arredores, em PE; São Luís e Alcântara, no MA; Belém, no PA; Brasília, no DF; Goiás, em GO; Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas do Campo, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina e Belo Horizonte, em MG; Paranaguá, os sambaquis do litoral, Vila Velha e Foz do Iguaçu, no PR; São Miguel e as reduções indígenas, no RS.

<sup>46</sup> Publicado pela UNESCO em 1968, em francês, e pelo Iphan em 2008, traduzido em português e reproduzido o original.

<sup>47</sup> A Embratur foi criada em 1966.

patrimônio cultural ser articulada a outras políticas federais, especialmente de turismo, habitação e planejamento, bem como ser compartilhada pelos demais entes federativos: estados e municípios. Recomenda claramente que o Dphan torne-se um órgão coordenador da política de preservação do patrimônio cultural, pois só assim será possível enfrentar os amplos desafios existentes. Para isso, seria necessária uma completa reestruturação do órgão. Segundo Cláudia Baeta Leal (2008, p. 27) o relatório de Parent tinha duas perspectivas: chamar a atenção do governo brasileiro para as potencialidades turísticas de seu patrimônio cultural, e revelar aos organismos internacionais a excepcionalidade desse patrimônio, que mereceria, portanto, apoio técnico internacional para a sua preservação.



## UN VASTO PROGRAMA DE TURISMO CULTURAL EN EL BRASIL

por Michel Parent

**E**l solo nombre de Brasil fascina la imaginación de millones de habitantes del mundo. Una naturaleza

**MICHEL PARENT**, inspector principal de Monumentos Históricos en Francia, está encargado de la misión de crear parques nacionales y regionales dentro de la Inspección Nacional de Lugares Históricos y Artísticos. Autor de diversas obras de historia del arte, como «Cathédrale de Strasbourg», «Bourgoigne», «Histoire de l'architecture», editadas por Guillet en París, el señor Parent se ha dedicado al teatro experimental como autor, y también a las innovaciones escenográficas. La Unesco lo ha encargado recientemente de prestar asistencia a las autoridades del Brasil en la elaboración de un programa de desarrollo turístico en base a la protección, restauración y explotación del patrimonio del país, tanto cultural como natural.

virgen, paradisíaca, un folklore que estalla de color y de ritmo, un pasado todavía reciente y lleno de motivos fabulosos son tantas otras invitaciones a soñar. Paradójicamente, a esta aura poética se superpone la experiencia de urbanismo concertado más audaz de nuestros tiempos, la de Brasilia (véase «El Correo de la Unesco» de junio 1961) propuesta como modelo del porvenir. En los últimos tiempos, al que ha recorrido Sud-América se le pregunta menos «¿Ha visto el carnaval de Río?» que «¿Ha visitado Brasilia?».

Pero ni el prestigio de la Naturaleza ni el de la arquitectura contemporánea han resultado lo bastante decisivos como para hacer del turismo un ele-

mento principal de desarrollo para el Brasil. En 1966 los visitantes del extranjero no pasaban de 100.000, la cuarta parte de los cuales eran argentinos y uruguayos —vale decir, vecinos cuyos excursionistas son por lo general muy cortas— por no hablar de los viajeros cuyo paso por el país se debe más a motivos de negocios que a motivos de interés cultural. Hasta el turismo interior es débil: cuando los brasileños de São Paulo o de Río tienen medios para viajar, visitan antes Europa, los Estados Unidos o hasta el Asia que cualquiera de los lugares incomparables que todavía están por descubrir en su propio país.

Todo esto, como es lógico, puede

Em artigo da edição de junho de 1968 da revista O Correio, da Unesco, Parent resume os principais pontos de seu relatório sobre o Brasil. Impressiona-se com o fato de, apesar do prestígio do Brasil no exterior devido á sua natureza e à arquitetura contemporânea, a visitaçãõ estrangeira ser pífia, e na maioria constituída por argentinos e uruguaiois que em geral permanecem por períodos muito curtos no país. Destaca também ser o turismo interno desprezível, já que os

Figura 5: Matéria da revista O Correio, da Unesco, sobre o relatório de Michel Parent para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Jun. 1968.

brasileiros quando tem meios para viajar escolhem a Europa, os Estados Unidos ou até a Ásia, ao invés de conhecerem o próprio país. Vislumbra uma mudança nesse cenário devido ao desenvolvimento das comunicações internacionais. Entretanto, para isso, alerta ser necessário que o Brasil propicie adequadas redes viária e hoteleira, bem como "consERVE su sabor auténtico, tanto natural como arquitectónico; porque al paso que van las cosas esse sabor corre peligro de desaparecer aun antes de que el mundo lo conozca" (PARENT, 1968, p. 13).



**DESLUMBRANTE Y DESTARTALADO A LA VEZ.** Salvador de Bahia presenta una faz contradictoria al que lo ve por vez primera. La iglesia de San Francisco de la Penitencia (izquierda) es una de tantas que, junto con sus tesoros de arte y de arquitectura, constituye un ejemplo tipico del estilo barroco brasileño a comienzos del siglo XVIII. La cohorte de iglesias se levanta entre grandes conjuntos urbanos de una nobleza arquitectonica evidente pero hoy arruinados por el descuido y el deterioro del tiempo, así como por el hacinamiento en que viven sus habitantes (ejemplo, el del barrio de Jesus, a la derecha). Dentro del vasto plan nacional de protección del patrimonio artistico y de los rincones privilegiados del pais a cuya ejecución se entregan actualmente las autoridades brasileñas con el concurso de la Unesco se ha incluido un programa de restauración y explotación de Salvador de Bahia.

tradicional fermenta todavía y es verdadera, no falsificada, importa por una parte reunir todos los conocimientos que se refieren al patrimonio tradicional y, por la otra, favorecer el florecimiento de formas de cultura contemporáneas capaces de alimentarse de ese patrimonio.

El culto de los festivales anuales y el empleo de ese don espontáneo que los brasileños tienen para la fiesta contribuirán a hacer conocer mejor el patrimonio arquitectónico nacional, restablecido en toda su dignidad luego de la ejecución del plan de salvamento.

Con ello podrá suscitarse una fascinación más durable y fecunda que la que inspira el pintoresquismo del Brasil a través del espectáculo del dolor humano.

A la degradación del patrimonio monumental y arquitectónico se añade la del medio rural con la desaparición de los bosques, la reducción de las zonas cultivadas, el refluxo repentino de una naturaleza brutal y caótica, el empobrecimiento del hombre y su huida hacia la costa y hacia las metrópolis superpobladas.

La limitación desatendida de la selva acentúa ese desequilibrio y constituye

actualmente un obstáculo al desarrollo de una red de carreteras. Y como lo subrayaba el escritor Mirán do Barros Lufi, la ecología biológica tropical comporta lazos tan espesos y cerrados que, en su frondosidad, tiende a excluir la intervención humana. El hombre, en principio, no se ha hecho un lugar en ella sino sometiendo a su ley inflexible, y luego, al producirse el quebranto de la civilización europea, abriendo paso por la selva a hachazo limpio y luchando frenéticamente contra una naturaleza que sin cesar renacia de su propia destrucción.

Pero actualmente hay que reconsiderar en el Brasil las relaciones entre cultura y naturaleza, que son relaciones de inspiración mutua y también de uso y respeto mutuos. Resulta bien revelador por cierto que, entre las operaciones de asistencia técnica más útiles desde el punto de vista cultural, se pueda recomendar en primer lugar el concurso de especialistas en problemas del terreno capaces de establecer un programa de fijación del suelo, aunque sólo sea para mantener en su sitio determinados edificios.

Este tipo de asistencia predomina porque el Brasil, país de tradición

humanista, posee las estructuras necesarias para la acción cultural y no tiene más que desarrollarlas. El Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico posee un personal de gran calidad, tanto de arquitectos como de arqueólogos. Queda por integrar la acción de este Servicio en la de la planificación y dotación general del país. Queda también por formar en las facultades de arquitectura un número mayor de especialistas en conservación ofreciéndoles la oportunidad de trabajar en el plan de restauración y de mantenimiento general de los edificios históricos.

Por las razones que hemos enumerado, todos los servicios de acción cultural deberán ser ascendidos al nivel federal, a semejanza del Servicio de Patrimonio. El comienzo de los trabajos de protección y uso del patrimonio brasileño no es una empresa vana: el país tiene una rica vida cultural, con tradición y raíz, y ávida también de cultura científica y humanista. Aunque necesite de la solidaridad internacional para llevar a buen término esta empresa, su realización será uno de los regalos más inestimables que una nación pueda hacer al mundo de nuestros días.

15

Figura 6: Matéria da revista O Correio, da Unesco, sobre o relatório de Michel Parent para o desenvolvimento do turismo no Brasil, com destaque para a cidade de Salvador, na Bahia. Jun. 1968.

Assim, Michel Parent estrutura as ações necessárias para inserir o Brasil no circuito do turismo internacional em três operações que deveriam ser simultâneas: um inventário das riquezas artísticas e naturais do país, com informações científicas e turísticas; a adoção de uma série de medidas administrativas e jurídicas de conservação, especialmente a expansão dos serviços especializados e preparação de um movimento de opinião pública que apoie essa ação administrativa; e a adoção de medidas gerais, particularmente a restauração e a manutenção de monumentos e sítios históricos, assim como sua exploração para fins turísticos. Parent afirma ainda que já fazia dois anos (ou seja, desde 1966) que, a pedido do governo brasileiro, com ajuda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), três missões da Unesco participavam de estudos empreendidos por especialistas brasileiros para a revalorização dos recursos culturais dentro de um plano nacional de desenvolvimento econômico.

Entretanto, é importante diferenciar a *fala* de Parent do *discurso* constante no artigo sobre turismo na revista O Correio. Parent é bem mais prudente com relação aos *milagres* que podem ser alcançados pelo turismo, aproximando-se de outra corrente em voga naquele momento: a do planejamento urbano e regional.

El plan de desarrollo cultural debe ser global y estar integrado al plan de desarrollo general (...) El primer problema por resolver en este caso es la descentralización de la actividad y la diseminación de las empresas, medidas a las que deberá seguir una renovación agrária. El desarrollo del turismo está condicionado por estas reformas de estructura, pero a su vez, al aportar su contribución al desarrollo económico y al mejoramiento de las condiciones de vida de la población, el turismo puede dar nuevo vuelo a muchas de desarrollo. La creación de los nudos principales de una red turística deberá tener muy en cuenta esta circunstancia. (PARENT, 1968, p. 13)

Parent chama a atenção para os conjuntos arquitetônicos abandonados pela elite e tomados pela população pobre, que os habita

em condições insalubres, já que os edifícios se encontram em más condições de conservação e superlotados, tais como ocorre em Salvador e São Luís. Ressalta, no entanto, que a expulsão dessa população faria com que o patrimônio perdesse boa parte de seu significado e que seria no mínimo injusto e mesmo intolerável que essas comunidades fossem alijadas pelo pretexto de que o mundo finalmente teria reconhecido o valor desses bens culturais. Assim, sugere que o turismo seja uma parte da revitalização desses bairros, na medida em que os turistas poderiam participar da vida local e assim melhor compreendê-la, contribuindo para um melhor entendimento entre os povos - um dos objetivos da Unesco.

O consultor então relaciona o problema da preservação dos bens culturais, especialmente em Salvador, à necessidade de uma política global de renovação urbana. Ou seja, além da restauração dos monumentos propriamente ditos, haveria a necessidade de adequar a infraestrutura sanitária, instalações elétricas, pavimentação:

dotando de comodidades tanto a los barrios antiguos como a los modernos; porque civilizaciones remotas, sino por conjuntos urbanos donde la gente sigue viviendo; marco estrechamente tributário de la vida misma que adquiere su sentido cabal em la vitalidad de usos y costumbres y especialmente através de las tradiciones que expresan las creencias, los ritos, las fiestas, la música y la literatura populares. (PARENT, 1968, p. 14)

Ressalta que esses saberes tradicionais são mais frágeis do que o patrimônio monumental, e que, sendo considerados apenas como atração turística, seriam uma falsificação sem qualquer significado.

Concluindo o artigo, Parent menciona a qualidade técnica do quadro de pessoal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas ressalta a necessidade de se integrar suas ações às áreas de planejamento e orçamento do país. Por isso, acredita que todas as ações propostas em seu relatório devem ser coordenadas em nível federal, a semelhança do que já fazia o Sphan. Por fim, Parent

elabora seu relatório totalmente favorável ao apoio da Unesco ao Brasil para aproveitamento de seu patrimônio para fins turísticos, indicando a necessidade de elaboração de planos específicos para algumas cidades históricas.

Em 30 de janeiro de 1968, Carlos Chagas Filho informa ao Secretário da Representação do Brasil junto à Unesco, Francisco Alvim<sup>48</sup>, que conseguiu uma Missão da Unesco, chefiada pelo antigo chefe de gabinete de André Maulraux (Ministro da Cultura da França), P. Moinot, cuja principal incumbência será a de coordenar os trabalhos da Unesco com os do Conselho Federal de Cultura (CFC), pedindo que sejam informados Afonso Arinos, Rodrigo M. F. de Andrade e Pedro Calmon. Como resultado dessa missão é publicado em 1968 o relatório *Brésil: politique culturelle*, assinado por P. Moinot, A. Battaini e R. Said. O relatório, com quase 100 páginas, analisa a estrutura atual e pretendida do Ministério da Educação e Cultura, relacionando-o ao recém-criado Conselho Federal de Cultura. Ou seja, a cooperação com a Unesco extrapola o âmbito do patrimônio cultural. Segundo o próprio relatório, seu objetivo seria o estudo sobre as necessidades prioritárias do desenvolvimento cultural do país sobre métodos de pesquisa e processos de gestão para responder a essas necessidades, a organização de apoio para artistas sem que essa organização dificultasse sua liberdade criativa; e formas de incentivar uma ampla participação do público.

Sobre a Direção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o relatório afirma que é dirigido por especialistas, e que já realizou um trabalho "digno de louvor", limitado entretanto pelos poucos recursos humanos e financeiros disponíveis. Assim, aponta a necessidade de o Conselho Federal de Cultura aportar grande quantidade de recursos ao Dphan. Cita a reclamação de Renato Soeiro, já diretor do Dphan, sobre essa limitação, assim como relata o

---

<sup>48</sup> Telegrama do embaixador Carlos Chagas Filho ao representante brasileiro na Unesco, Francisco Alvim, em 30/01/1968. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

desejo de Soeiro de que a assistência técnica atualmente concedida pela Unesco, principalmente o envio de arquitetos estrangeiros, seja mantida e até intensificada. Soeiro considerava essencial, também, a criação de um centro no Rio de Janeiro similar ao existente na Cidade do México para a formação de especialistas em conservação e restauração de monumentos, e que essa necessidade já teria levado a escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia a criar um curso de formação de restauradores. Segundo o relatório, seria desejável tal projeto para a Unesco, mas a curto prazo se recomendaria ao próprio governo brasileiro promover a criação de um centro de treinamento para especialistas em restauração e conservação de monumentos e propiciar estágios para brasileiros no exterior.

Em 08 de fevereiro de 1968, carta de Renato Soeiro a Carlos Chagas Filho<sup>49</sup> relata a visita de Vrioni<sup>50</sup>, que esteve em contato com autoridades dos Ministérios das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, e do Planejamento, além de autoridades do Governo do Estado da Bahia. Menciona também que Vrioni sugeriu que o Brasil pleiteasse assistência técnica por 12 meses para 1969, de dois técnicos da Unesco por seis meses cada. Soeiro então comenta que esse auxílio seria de grande valia, especialmente para complementar os estudos de Parati.

Em 17 de abril de 1968, em nova carta de Soeiro a Carlos Chagas Filho<sup>51</sup>, o primeiro demonstra sua alegria pelo interesse da Unesco quanto às pretensões do Dphan. Informa que está encaminhando ao Itamaraty o pedido de assistência técnica para o exercício de 1969 e subsequentes. O encaminhamento apresenta-se no dia 18 do mesmo mês,

---

<sup>49</sup> Carta de Renato Soeiro ao Embaixador Carlos Chagas Filho, em 17/04/1968. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>50</sup> Ali Vrioni foi, entre 1965 e 1967, diretor de operações do Departamento de Cultura da Unesco, sendo depois alçado a Assessor Especial do Diretor-Geral da Unesco.

<sup>51</sup> Carta 188, em 12/11/1968, de Renato Soeiro a Carlos Chagas Filho. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

em ofício ao MRE<sup>52</sup>, do Projeto para a Preservação de Monumentos Históricos e o Desenvolvimento do Turismo Cultural, a ser executado de 1969 a 1972, sendo que a cada ano, durante seis meses, haveria o trabalho de um perito da Unesco.

Em 12 de novembro de 1968, em carta de Soeiro a Carlos Chagas Filho<sup>53</sup>, é relatada a visita dos urbanistas ingleses Shankland e Walton para desenvolvimento da primeira fase do projeto Pelourinho, assim como a estadia de Viana de Lima em Ouro Preto para definir as diretrizes de um Plano Diretor. Ainda é mencionada a importância do

equacionamento, pela primeira vez, de um plano de turismo de âmbito nacional e da iniciativa do Conselho Nacional de Turismo [que] reforça a necessidade da organização de projetos como os estabelecidos para Salvador, Ouro Preto e Parati. (SOEIRO, 1968, p. 1)

Além disso, foram realizados planos de desenvolvimento urbano de Parati, pelo consultor Frédéric de Limburg Stirum, que baseou seus estudos "na preservação das características naturais e culturais do Município e no incremento do turismo, da construção civil, da agricultura, da pesca e da exploração regulamentada de madeiras nativas" (SANT'ANNA, 1995, p. 155). Já o plano do Pelourinho (do escritório inglês Shankland & Cox) buscava a renovação da área central de Salvador, com elevação do padrão habitacional, bloqueada pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que pretendia manter a população residente na área. Em Ouro Preto, o português Viana de Lima delineou um plano

---

<sup>52</sup> Ofício 605, em 18/04/1968, de Renato Soeiro ao Ministério de Relações Exteriores. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

<sup>53</sup> Carta 188, em 12/11/1968, de Renato Soeiro ao Embaixador Carlos Chagas Filho. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco.

diretor, constando de plano viário, de zoneamento e de diretrizes para intervenções na parte histórica<sup>54</sup>.

Essa cooperação se estenderá até 1972 e posteriormente contará com o reforço da ação do Programa de Cidades Históricas, que financiará várias missões da Unesco ao país, conforme veremos adiante, constituindo uma cooperação entre o Dphan e a Unesco que se mantém até os dias atuais, mesmo que em bases muito distintas.

A intensa e longa comunicação e conhecimento dos técnicos e direção do Dphan com os especialistas, documentos (resoluções e publicações) e eventos da Unesco levam-nos a concluir que o órgão nacional, para além de consciente, articulava-se política e tecnicamente para utilizar os instrumentos considerados à época como adequados para a preservação do patrimônio cultural, internacionalmente. Por outro lado, não se pode afirmar que o Dphan encontrava-se preparado para enfrentar os problemas que as cidades históricas apresentavam, até porque o governo federal também se debatia para formular uma política urbana para enfrentamento dos mesmos problemas (afinal, a questão das cidades históricas era parte da problemática urbana e regional). Os organismos internacionais refletiam também sobre as dificuldades encontradas nos países centrais, especialmente os europeus, com relação à preservação de seus centros históricos, se bem que com causas bem diferenciadas. Dessa forma, discordamos de Londres Fonseca quando afirma:

Profundamente vinculado, quando de sua criação, ao movimento cultural mais importante no Brasil na primeira metade do século XX, o Sphan dos anos 60 era uma ilha à parte das grandes questões culturais e políticas. Pode-se dizer que a maior força da instituição nos anos 60 residia no caráter mítico do trabalho que realizara e na figura de seu diretor. (FONSECA, 2005, p. 140)

---

<sup>54</sup> Não nos aprofundaremos no conteúdo desses planos. Sant'Anna (1995) abordou de forma mais detalhada tantos os planos realizados sob cooperação com a Unesco como os financiados pelo Programa de Cidades Históricas.

Esse suposto isolamento perde ainda mais sentido quando verificamos que, paralelamente à cooperação com a Unesco, o Dphan buscará articular-se a fim de aproximar-se dos demais entes federativos (estados e municípios), bem como com as universidades e a sociedade civil, com vistas a ampliar os agentes da política de preservação do patrimônio cultural. Os Encontros de Governadores organizados pelo MEC são a ação mais visível desse movimento, e por isso são objeto da próxima análise.

### **3.3 Os Encontros de Governadores e o Conselho Federal de Cultura**

Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio Cultural, realizados em 1970 e 1971 e organizados pelo Dphan e MEC, em geral são apontados como o início de um pretense Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. Entretanto, ao empreender pesquisas sobre o tema, ficou claro que antes de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, os encontros relacionam-se a um Sistema Nacional de Cultura, no qual o patrimônio cultural teria papel importante. Essa política, iniciada com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, tinha como um de seus principais objetivos a descentralização por meio de Conselhos e órgãos específicos de cultura nos estados e municípios, o que será replicado no âmbito do patrimônio cultural nos referidos encontros. Segundo Maia (2010), a estratégia do Conselho na construção de um sistema integrado para a cultura é considerada fundamental para a criação do futuro Ministério da Cultura.

Em 1965, constituiu-se uma comissão presidida por Josué Montello e formada por Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe para elaboração do projeto de um Conselho Federal de Cultura. Segundo Maia (2010), o Conselho teve como principal diretriz a preservação da memória nacional, tendo ação menos importante na área de produção de bens

culturais de massa. Entretanto, o Conselho dirigiu seus esforços, desde o início, para instituir uma ação sistemática na área cultural, inédita no país, redefinindo diretrizes para promoção, preservação e difusão por intermédio de uma política de "defesa da cultura nacional".

Ao Conselho cabia inicialmente assessorar o Ministro da Educação e Cultura na normatização, fiscalização e distribuição de recursos às instituições culturais ligadas ao MEC. Sua atuação abrangia as instituições nacionais e estaduais de cultura, as universidades federais e os institutos particulares, esses últimos desde que reconhecidos pelo Conselho. Nesse sentido, o primeiro passo foi constituir uma Comissão de Legislação e Normas, inicialmente composta por Afonso Arinos de Mello Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt e Rodrigo M. F. de Andrade. Segundo Maia:

A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão [de Legislação e Normas] pode ser analisada a partir de duas sentenças: primeiro, a importância da área do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930 (2010, p. 5).

Com relação às verbas, o Conselho claramente priorizava as instituições nacionais de cultura e especialmente o Dphan, estabelecendo os seguintes critérios para a concessão de auxílio financeiro: 1) obras de restauração; 2) obras novas de caráter nacional; 3) obras novas e de restauração de caráter estadual.

É importante ressaltar que vários membros do Conselho compunham o grupo inicial de intelectuais que constituiu o Estado Novo. Assim, o capital social, representado pelo prestígio e experiência que possuíam nos campos político e cultural, conferia autoridade à sua ação. Mais uma vez identificamos a continuidade da política implementada ainda no Estado Novo, do ponto de vista ideológico,

incorporando aos debates nacionalistas sobre a cultura a formação de uma identidade nacional e o papel fundamental que o patrimônio cultural cumpriria nesse sentido. Dessa forma, os intelectuais ligados à criação do Dphan também foram fundamentais na criação e na atividade do Conselho Federal de Cultura. Entretanto, da década de 1930 à década de 1960, adicionaram às suas preocupações ideológicas questões operacionais e políticas, provavelmente ao avaliar as políticas implementadas pelos órgãos setoriais, especialmente o Dphan, bem como a compreensão do novo momento - econômico, social e político - do país, do qual a urbanização desordenada era uma das principais características. Na verdade, a análise dos documentos referentes às atividades desses agentes nas décadas de 1960 e 1970 demonstra que eles continuavam a ter significativo poder e respeito no governo federal, sem perder o senso de oportunidade que a nova situação apresentava. Assim, definiram como premissa do trabalho do CFC o fortalecimento das entidades estaduais e locais, considerando-os fundamentais para o estabelecimento de uma política nacional:

A criação de conselhos estaduais e municipais era necessária à formação de um "sistema nacional de cultura" capaz de atender às diversas demandas regionais constitutivas da nacionalidade. A base desse sistema seriam os conselhos municipais de cultura articulados com os conselhos estaduais. (MAIA, 2010, p. 7)

Logo no início de suas atividades, o CFC começou uma campanha para a criação de tais órgãos, enviando para uma série de estados um modelo do Decreto-Lei de criação do CFC adaptado para o nível estadual. Dessa forma, desde sua criação, quando apenas dois estados possuíam conselhos estaduais de cultura, até setembro de 1971, foram criados e colocados em funcionamento conselhos em outros 20 estados brasileiros (CALABRE, s/d, p. 6). Segundo a autora, os estados viram nessa política uma possibilidade de financiamento por parte do governo federal para as instituições e programas culturais locais. De fato, os inúmeros convênios firmados entre as décadas de 1960 e

1970 permitiram, muitas vezes, a manutenção dos conselhos estaduais.

Segundo Maia

As realizações do Conselho não devem ser descartadas, nem minimizadas diante da dinamização do setor cultural promovida pelo Estado na década de 1970 e realizada por outros grupos no interior do aparelho estatal. Ao contrário, as propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas neste processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais e que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da Nação. (2010, p. 8)

Outra questão importante a ser levantada é a criação, em julho de 1970, do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), que assume as funções executivas que vinham sendo realizadas pelo Conselho. Essa pode ser considerada a maior vitória do CFC, já que o Departamento foi a primeira instituição constituída para a implementação de políticas culturais no Ministério da Educação e Cultura. Esta, apesar de constar na sigla MEC, até fins da década de 1960 era representada por instituições dispersas dentro do Ministério, como o Dphan, o Instituto Nacional do Livro, a Biblioteca Nacional, os Museus Nacionais etc, existindo apenas um Conselho Nacional de Cultura, que, segundo Calabre (s/d, p. 2), era "um pequeno órgão de pouca expressividade". O DAC posteriormente seria transformado em Secretaria de Assuntos Culturais, a qual geraria, em 1985, o Ministério da Cultura.

Assim, no entendimento de Maia

a experiência do Conselho possibilitou a formação de um espaço político exclusivamente destinado aos setores da área cultural no interior do MEC. No campo político, os conselheiros concretizaram no interior do Estado experiências acumuladas em outros espaços de sociabilidade sob a tutela do discurso cívico, mesmo com ações pontuais, devido à falta de recursos necessários ao desenvolvimento de projetos de grande envergadura. Essas ações se tornaram valiosas estratégias nas disputas pela autoridade sobre a definição da cultura nacional no interior do campo intelectual. (2010, p. 70)

Cabe também ressaltar o papel fundamental que o Conselho teve no reforço às instituições nacionais de cultura, passando a aglutinar e negociar suas demandas junto ao Ministério, havendo uma sinergia política importante entre os diretores daquelas instituições e o Conselho. Nesse sentido, voltamos ao protagonismo do Dphan na sua constituição e atuação. Além de fazer parte da Comissão para elaboração do CFC, Rodrigo M. F. de Andrade foi conselheiro até 1969, quando Renato Soeiro substituiu-o. Em junho de 1970 Soeiro assumiu a direção do recém-criado DAC, cargo que acumulou com a diretoria do Dphan, consolidando, nesse sentido, a importância política do *patrimônio* na área de cultura do governo federal.

Esse protagonismo gerou a incorporação, pelo Conselho, do discurso da ameaça constante ao patrimônio cultural brasileiro pela falta de infraestrutura e investimentos, relatada nos encontros realizados pelo CFC com autoridades dos governos federal, em 1968, "para articularem seus esforços ao da União em defesa do ameaçado patrimônio cultural através da constituição de um sistema nacional de cultura" (MAIA, 2010, p. 72). Nesse sentido, as diretrizes para uma política nacional deveriam estar alinhadas nas três esferas de governo, preservando-se, no entanto, a autonomia de cada órgão.

Em abril de 1970 o Conselho organizou em Brasília o Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, coordenado por Arthur César Ferreira Reis, presidente do Conselho, e Pedro Calmon, presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC. O evento teve também a participação do Almirante Augusto Rademaker, vice-presidente da República, ministro Iberê Gilson, presidente do Tribunal de Contas da União, Renato Soeiro, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, D. José Newton, arcebispo de Brasília, além de governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades. Segundo Maia, o próprio ministro da Educação, Jarbas

Passarinho, empenhou-se na realização do Encontro, esperando que a reunião acalmasse os ataques da imprensa sobre a situação de degradação em que se encontrava o patrimônio cultural brasileiro.

A Renato Soeiro foi atribuída a responsabilidade de apresentar aos participantes a pauta do encontro, destacando a importância dos estados e municípios para a preservação do patrimônio:

As iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos e rurais, seu aproveitamento turístico e cultural, a exploração racional das florestas, são perfeitamente conciliáveis com a proteção e a revalorização da paisagem, dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico localizados nessas áreas, desde que respeitada a legislação específica vigente e judiciosamente projetados os respectivos planos diretores. Conciliáveis e desejáveis, pois de conseqüências propícias à economia do país, que certamente se beneficiará de uma política inteligente de exploração de suas riquezas naturais, culturais e turísticas. (...) O aproveitamento dos monumentos disponíveis de arquitetura civil, militar e religiosa tem sido preocupação constante da DPHAN, pois não basta restaurá-los, - é necessário usá-los adequadamente tais como sedes de museus, casas históricas de cultura ou outras atividades ligadas de preferência, aos planos de cultura ou ensino o que não obsta que possam ser aproveitadas também em "pousadas", no plano econômico. Visa essa orientação, não só garantir-lhes a preservação, mas também uma destinação atuante na sociedade contemporânea. (SOEIRO apud MAIA, 2010, p. 76)

Nossa análise sobre o I Encontro de Governadores se subsidia somente sobre o documento final, o Compromisso de Brasília, e os Anais do II Encontro dos Governadores<sup>55</sup>. O documento-base para a redação do compromisso, segundo Maia, foi elaborado pelo Conselho Federal de Cultura (Defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil), sendo o resultado mais superficial do que o proposto:

O Compromisso de Brasília não tratava do problema das fontes orçamentárias; não mencionava a necessidade de convênios entre os órgãos federais, estaduais e municipais; e não previa a criação de órgãos regionais dedicados exclusivamente à

---

<sup>55</sup> Únicas documentações encontradas sobre o I Encontro de Governadores.

proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Dos vinte três tópicos presentes no Compromisso apenas dois são desconsiderados pelo documento produzido pelo CFC: a necessidade de proteção do patrimônio militar e eclesiástico, e o papel do ensino na formação cívica do cidadão (2010, p. 79).

Os principais pontos do Compromisso de Brasília são:

a) O reconhecimento de que a ação supletiva de estados e municípios ao Dphan para a preservação do patrimônio cultural brasileiro era inadiável;

b) Que para isso deveriam ser criados órgãos estaduais e municipais, articulados com os conselhos estaduais de cultura e o Dphan, bem como instituída legislação específica, seguindo diretrizes do órgão federal;

c) Que da mesma forma deveriam ser empreendidos esforços para a preservação da natureza, por meio da articulação dos entes federados com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF);

d) Que deveriam ser incluídas disciplinas nos níveis primário, médio e superior para disseminar o conhecimento sobre o patrimônio histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas;

e) Que caberia às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos, eclesiásticos e privados para fomentar a pesquisa na área de patrimônio;

f) Recomendou-se a defesa de acervos arquivísticos, por meio da articulação do Arquivo Nacional com os órgãos estaduais e municipais, a preservação dos acervos bibliográficos, bem como a instituição de museus regionais;

g) Recomendou-se que os estados viabilizassem estudos acerca de seu patrimônio histórico e artístico, bem como sua promoção e divulgação;

h) Recomendou-se a colaboração entre as autoridades públicas com o Dphan para o controle do comércio de obras de arte antiga;

i) Recomendou-se a utilização preferencial dos imóveis de valor histórico e artístico para repartições públicas relacionadas a atividades culturais;

j) Por fim, manifestou-se sobre a conveniência da criação do Ministério da Cultura.

O Compromisso foi assinado pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, pelos representantes dos governos estaduais e municipais e de entidades culturais presentes, e pelo presidente do Conselho Federal de Cultura, Arthur César Ferreira Reis, do diretor do Dphan, Renato Soeiro e do presidente do Instituto Histórico Brasileiro, Pedro Calmon (os dois últimos também conselheiros do CFC).

Percebemos nas recomendações que o Encontro representou o passo inicial para a uma desejada articulação entre as esferas dos poderes executivos dos governos federal e estaduais, e também com as universidades, arquivos e sociedade civil (representada pelos conselhos estaduais e municipais). Essa articulação teria como cabeça o Dphan, representando a União, que buscava uma estrutura simétrica nos estados e municípios, ou seja, seriam vários *Dphans*, com ação *supletiva*, em níveis diferentes de governo da federação.

Nesse sentido, nos parece que o principal resultado do encontro foi propiciar o conhecimento das esferas estaduais sobre a importância e a situação da política de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Assim, ele teria funcionado como uma *preparação* para o segundo encontro, que se aprofundará na temática e contará com discussões trazidas pelos próprios estados. Ademais, manifesta-se no documento o desejo de criação do Ministério da Cultura, algo fomentado pelo próprio Conselho Federal, e que provavelmente visava a criar um *fato* político como forma de pressionar o próprio governo federal para estruturar-se nesse sentido.

Outro documento que fornece subsídios para analisar o I Encontro são os Anais do II Encontro de Governadores, realizado em Salvador em 1971. Na sessão de abertura, Renato Soeiro apresentou aos participantes os desafios do Dphan/Iphan<sup>56</sup>, e sua relação com o Compromisso de Brasília, ressaltando que o Instituto vinha exorbitando suas funções devido à não responsabilização dos estados e municípios na missão de preservar o patrimônio histórico e artístico regionais. Destaca a criação do Departamento de Assuntos Culturais, em julho de 1970 - "três meses depois do I Encontro de Brasília e simultaneamente, a nova condição do Patrimônio, que passou desde então a ser um órgão autônomo - o IPHAN -, com maior flexibilidade administrativa e financeira" (1973, p. 51)<sup>57</sup>. O diretor nega que o Encontro de Brasília "tenha sido prematuro, já que as autoridades públicas que dele participaram estavam a findar um mandato" (1973, p. 49)<sup>58</sup>. Alega, para comprovar o sucesso da iniciativa, a maturidade de suas conclusões, e principalmente as ações realizadas ou em andamento que seriam em sua decorrência:

- 1- convênio de colaboração firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e Estado de Minas Gerais;
- 2 - projeto de criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, iniciativa do Governo de Rondon Pacheco;
- 3 - criação do Serviço do Patrimônio Municipal de Ouro Preto, com a adoção simultânea das normas gerais do Plano-Diretor do Arquiteto Viana de Lima;
- 4 - criação da Divisão de Cultura na Secretaria de Educação de Sergipe, órgão atuante que prepara o inventário dos monumentos antigos mais importantes do Estado, com análise das obras a serem neles executadas, e estuda a questão da defesa do patrimônio móvel da região;
- 5 - colaboração decisiva da FINEP do Ministério do Planejamento no financiamento do Plano Integrado de Parati, no Estado do Rio de Janeiro;

---

<sup>56</sup> Em 1970, o Dphan transforma-se em Instituto, alterando sua sigla para Iphan.

<sup>57</sup> Apesar da transformação em Instituto, o Iphan continuará em situação precária até sua efetiva Reforma Administrativa, em 1979, da qual trataremos no próximo capítulo.

<sup>58</sup> Essa afirmação leva-nos a supor que tenham sido feitas críticas nesse sentido.

- 6 - criação, pelo Município de São Paulo, do órgão de proteção do patrimônio da Cidade de São Paulo;
- 7 - convênio com a Municipalidade de Santos e a Cúria Diocesana para as obras de recuperação do Mosteiro de São Bento;
- 8 - convênio entre o Patrimônio, a Cúria e a Prefeitura de Mogi das Cruzes (SP), para restauração e aproveitamento do Convento do Carmo;
- 9 - convênio entre o IPHAN, o Instituto Brasileiro de Arquitetos e o Instituto de História da Universidade de São Paulo para a publicação de documentação referente ao Compromisso de Brasília;
- 10 - colaboração da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, no projeto "Inventário Sistemático de Artes Menores" em andamento;
- 11 - colaboração da Universidade de Santa Catarina e da Prefeitura de Florianópolis na restauração da Fortaleza de Sant'Ana, em Florianópolis;
- 12 - programa de proteção dos bens culturais do Maranhão sob a forma de Fundação, devendo abranger não só o patrimônio histórico e a criação de museus, mas também constituir-se em incentivo ao teatro, artesanato e artes em geral;
- 13 - criação de museus no Ceará, estimulados por sua Secretaria de Cultura: Museu Regional da Diocese de Sobral, reformulado segundo a técnica museológica e mantido pela dita Secretaria; Museu do Vaqueiro, no Município de Morada Nova, e Museu Jaguaribano, em Aracati;
- 14 - convênio assinado entre o MEC e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a criação do Patrimônio Histórico do Estado do Rio de Janeiro;
- 15 - criação de Comissão para os estudos necessários à organização do órgão estadual de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul;
- 16 - São esses alguns dos resultados mais positivos obtidos. Registre-se, entre os negativos, a falta de apoio financeiro, ou mais grave ainda, a incompreensão da importância dos valores culturais de que tratamos, por parte de algumas autoridades menos informadas (...). (SOEIRO: ANAIS DO II ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 1973, p. 50-51)

Também defende que se considere como resultado daquele evento a Resolução 94/1970, do Tribunal de Contas da União<sup>59</sup>, que permitiu a utilização de 5% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios para a preservação do patrimônio histórico e artístico. Soeiro ainda relaciona a grande participação de autoridades no II Encontro ao sucesso do evento realizado em Brasília em 1970.

---

<sup>59</sup> O presidente do Tribunal de Contas da União estava presente ao I Encontro de Governadores.

A primeira sessão do II Encontro também tratou dos resultados do Encontro de Brasília, só que a partir dos relatos dos estados sobre as providências tomadas para o cumprimento do compromisso. Desses relatos pode-se depreender que é relacionada ao Encontro de Brasília a criação de órgão específico para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual em cinco estados, e órgãos ou Conselhos de Cultura em três (ver Quadro 2)<sup>60</sup>. Assim, percebemos que houve uma preocupação em demonstrar o comprometimento político, observando-se o expressivo número de instâncias criadas em relativamente pouco tempo: cerca de um ano entre os dois Encontros. Provavelmente já havia uma estrutura ou movimentação política local para tanto, sendo que nos demais estados vemos ainda o *embrião* do que poderia ser uma política de preservação. Isso não retira, de forma alguma, a importância do Encontro, na medida em que fomentou a discussão e o debate na esfera política com relação à criação de estruturas, legislação e projetos específicos para a área de patrimônio cultural, fundamental para a efetivação de qualquer ação nesse sentido no âmbito da administração pública.

Quadro 2: Resultados I Encontro de Governadores (Brasília, 1970).

Estado	1. Legislação Específica	2. Criação de órgãos	3. Ampliação de recursos financeiros	4. Cursos criados pelas universidades e Estados	5. Museus, bibliotecas etc., criados pelos Estados e Municípios	6. Publicação e divulgação dos acervos
BAHIA	1971*	Fundação dos Museus do Estado**	uso dos 5% do FPM	Curso de Museologia (UFBA)	Museus de Artes da Bahia (1970)	Revista da Cultura (do Conselho Estadual de Cultura)
				Curso de Arquivo (Arquivo Público do Estado)	Museu do Recôncavo Wanderley Pinho (1970)	Revista Universitas (UFBA)

<sup>60</sup> O quadro, baseado unicamente nos relatos constantes nos anais do II Encontro, contém apenas as ações já realizadas, não sendo registradas ações em andamento ou pretendidas relatadas pelos estados, tendo em vista que não teríamos condições de comprovar sua efetivação posterior.

					Casa de Cultura Afrânio Peixoto (1970)	Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
					Parque Castro Alves (1970)	Revista do Arquivo Público do Estado
					Museu das Alfaias (1971)	Publicações do Centro de Estudos Baianos
						Publicações da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
ACRE	-	-	-	-	-	-
ALAGOAS	-	Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR)	-	-	-	-
		Diretório da Liga de Defesa Nacional				
AMAPÁ	-	-	-	-	-	-
AMAZONAS	-	-	-	-	-	-
DISTRITO FEDERAL	-	-	-	-	-	Inventário da documentação sobre interiorização e providências de construção e transferência da Capital, e de todos os monumentos históricos e artísticos.
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	-
GOIÁS	-	Serviço de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico	-	-	-	-
GUANABARA	-	-	-	-	-	-
MARANHÃO	-	-	-	-	-	-

MINAS GERAIS	Lei nº 5741/71, estabelece normas gerais de preservação	Instituto do Patrimônio Artístico de Minas Gerais (1971)	-	-	Casa de Cultura de Mariana	-
		Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Ouro Preto (1971)			Casa de Cultura de São João Evangelista	
PARÁ	-	Fundação Cultural	-	-	-	-
		Conselho de Cultura				
PARAÍBA	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado				Revista Turística
						Guia Turístico
						Campanha das Bibliotecas
						Levantamento do Mapa Folclórico da Paraíba
						Levantamento dos bens culturais a serem tombados pelo IPHAEP
PARANÁ	-	-	-	-	-	-
PERNAMBUCO	-	-	-	-	-	-
PIAUÍ	-	-	-	-	-	-
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	-	-
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL	-	Comissão Especial do Patrimônio Cultural (1971)	-	-	-	-
SANTA CATARINA	-	-	-	-	-	Plano Regional de Turismo
SÃO PAULO	-	Criação da Secretaria Executiva do CONDEPHAAT	aumento	Firmou convênio com o MEC e USP para a realização	-	-

				de curso de especialização de arquitetos		
SERGIPE	-	Criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico	-	-	-	-

**Fonte: Anais do II Encontro de Governadores, 1ª Sessão Plenária: Relatórios dos Governos dos Estados, Territórios e Distrito Federal (1973, p. 57-133)**

Do II Encontro de Governadores, realizado na cidade de Salvador, na Bahia, foram representados 27 governos, entre estados, territórios e Distrito Federal. Na apresentação dos Anais do II Encontro de Governadores, Renato Soeiro, diretor do Dphan e do DAC, esclareceu que o encontro visava a avaliar os resultados do Compromisso de Brasília, "não só para o ajustamento das medidas preconizadas como para o exame de outras medidas recomendáveis" (ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES, 1973, p. 13). O Encontro foi dividido em quatro temas: a) Análise das consequências do Encontro de Brasília (da qual tratamos acima); b) a proteção dos acervos naturais e de valor cultural; c) o acervo de valor cultural e os monumentos naturais em face da indústria do turismo; d) pesquisa, estudo, análise e divulgação dos bens de valor cultural.

A segunda sessão - A Proteção dos Acervos Naturais e os de Valor Cultural - era composta de duas partes: a) Planos Diretores Urbanos e Regionais; Participação dos Estados e Municípios; e Incentivos Fiscais; e b) Criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas Regionais; Controle do comércio de objetos de arte; e combate ao roubo e à exportação ilegal.

Na primeira parte essas abordagens foram introduzidas por exposições de especialistas, seguidas de debates e proposições, a saber: Maurício N. Batista (A proteção de acervos naturais e os de valor cultural); Paulo Ormino de Azevedo (Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou

paisagísticos); Vivaldo Costa Lima (Projeto Pelourinho) e Augusto C. da Silva Telles (Proteção do patrimônio natural e de valor cultural frente ao desenvolvimento urbano e às obras públicas e privadas).

Da contribuição de Maurício N. Batista, arquiteto da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério do Planejamento, destacamos a importância dada à elaboração de planos de desenvolvimento urbano que possibilitem uma visão abrangente, evitando enfoques setoriais e que impliquem posteriormente em atritos quando da compatibilização dos objetivos gerais do planejamento. Para ele, a responsabilidade de compatibilizar o planejamento urbano e a defesa dos patrimônios cultural e natural é do município. Entretanto, Batista recomenda maior articulação entre o Iphan e os órgãos ligados ao planejamento urbano e municipal, em especial o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serphau) e a Finep, no âmbito federal, bem como os órgãos estaduais de planejamento. Critica o enfoque que tem sido dado ao planejamento regional, exclusivo do desenvolvimento econômico, inexistindo diretrizes para a organização do território.

Já o arquiteto Paulo O. de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia, reconhece o esforço do Iphan para a elaboração de alguns planos de restauração urbana, mas ressalta que os principais problemas dos centros históricos não poderão ser superados sem a cooperação de vários órgãos da União, estados e municípios, especialmente no que se refere à melhoria das condições de habitabilidade das populações que vivem nesses locais. Afirma serem necessárias três abordagens para a renovação urbana: administrativa, jurídica e financeira, propondo para isso um projeto de lei que "dispõe sobre os setores monumentais ou paisagísticos e estabelece condições especiais de financiamento para as obras necessárias a sua preservação e valorização". Quanto aos instrumentos administrativos, propõe "um sistema de planejamento contínuo que visa avaliar e corrigir os efeitos das medidas propostas sobre o plano estético,

social e financeiro". Do ponto de vista jurídico, propõe a colaboração entre o setor público e o privado, representado pelos proprietários dos imóveis. Já o aspecto financeiro seria contemplado por meio do reembolso dos financiamentos concedidos a privados, contando com condições especiais de juros e prazos. O anteprojeto de lei é anexo à sua exposição.

O professor Vivaldo Lima, secretário executivo da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, apresentou o Plano Bienal de Recuperação do Pelourinho, elaborado obedecendo às recomendações da Reunião de Quito, de 1967, "que aconselha, para os projetos de extensão que excedam às possibilidades econômicas imediatas, que sejam projetadas em duas ou mais etapas, que serão executadas progressivamente, embora o projeto, nos seus fins ou objetivos a longo prazo, deva ser concebido nessa totalidade". O professor então apresenta detalhadamente como está sendo executado o plano.

Augusto da Silva Telles, arquiteto do Iphan, realiza sua exposição com base em documento da Unesco que trata da "proteção dos bens de interesse cultural frente à realização de obras públicas e particulares", sugerindo que essas recomendações sejam consubstanciadas em legislação específica. Os pontos principais de sua fala recaem sobre a necessidade de priorizar planos integrados regionais ou municipais, especialmente para os municípios que possuem bens naturais ou culturais e que apresentam desenvolvimento demográfico, de indústria ou de importância para a defesa nacional. Destaca que esses planos são o início para qualquer ação que vise ao desenvolvimento de áreas estagnadas, e que devem ser integrados a planos de turismo regional ou nacional. Também aponta a necessidade de obrigar que as obras de infraestrutura prevejam em seu orçamento as despesas necessárias ao reflorestamento e aos serviços de paisagismo das áreas de ambiência dos bens culturais em suas proximidades.

A definição do tema Planos Diretores Urbanos e Regionais, reforçada pelo enfoque dado por meio das três exposições, demonstra a força do discurso da necessidade de se planejar as ações a serem efetivadas integradamente no território, abordando-as de forma compreensiva e global, estudando-se detalhadamente os aspectos sociais, econômicos e institucionais para a realização de intervenções no meio urbano.

O caminho da elaboração dos planos, aliás, já fora pavimentado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU) a partir de 1964. Desde então, e até o fim da década de 1970, foram elaborados planos para centenas de municípios. Se, por um lado, tal fomento difundiu a ideia de planejamento nas instâncias municipais, por outro teve como resultado o distanciamento do plano com relação à realidade da cidade para o qual se propunha. Os *superplanos*, como chamados por Villaça (1999), eram geralmente realizados por técnicos de firmas de consultoria, externas às administrações municipais, que comumente desconheciam a realidade político-administrativa dos municípios. A enxurrada de informações que constavam dos planos era difícil de ser absorvida pelos funcionários dos governos municipais porque estes tinham pequena ou nenhuma participação no processo de planejamento, além de muitas vezes terem conhecimento técnico inadequado para compreendê-las. Ademais, os planos em geral refletiam a ideia de que os problemas urbanos poderiam ser resolvidos pela ciência e pela técnica, ignorando a importância dos aspectos político-institucionais na conformação da cidade.

Villaça chama atenção ainda para o fato de que a maioria desses planos era contratada no fim dos mandatos dos governos municipais, o que aponta para uma possível intenção de *engavetamento* do trabalho, apesar da *tentativa* do governante de apoiar a tecnocracia incentivada pelo governo federal. O planejamento para as cidades históricas não terá caminhos diferentes da política geral de planejamento urbano do governo federal: os planos, tão cuidadosos

tecnicamente, terão pouca ou nenhuma articulação com as situações política e institucional locais, tendo como resultado a fraca adesão dos governos municipais, tornando-os documentos sem efetividade<sup>61</sup>.

Nos debates dessa sessão, os representantes do Conselho de Cultura de Minas Gerais, e o próprio prefeito da cidade de São Luís, representante do Governo do Estado do Maranhão, propõem que os prefeitos das cidades históricas sejam nomeados diretamente pelo Presidente da República ou governadores dos estados, suprimindo-se as eleições diretas. O representante do Maranhão relata, além da *falta de informação* dos prefeitos, o velho problema da falta de recursos dos municípios para investimentos:

Neste sentido, na cidade de Alcântara, por exemplo, tivemos recentemente o desprazer de, por má informação, o Município permitir a instalação de cortiços em grande parte da praça principal.

Assim é que sugerimos, aos órgãos competentes, que os Prefeitos das cidades-monumentos sejam nomeados pelo Governo, **havendo uma possibilidade de expansão dos recursos**. Isto seria importante para nós se, neste momento, este Plenário julgasse por bem esta proposição, porque levaria ao organismo financeiro que estamos consultando, a possibilidade da inclusão da cidade de Alcântara num programa específico de recuperação do grande patrimônio histórico e arquitetônico do Maranhão. (ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES, 1973, p. 83)[grifos nossos]

Já o representante do Conselho de Cultura de Minas Gerais e do Instituto Histórico e Geográfico estadual indica essa proposta por entender que as administrações municipais não se interessam pela preservação:

Essas cidades [cidades monumentos nacionais], entregues às administrações municipais, vêm sofrendo mutilações por falta de maior vigilância.

---

<sup>61</sup> Sobre a efetividade dos planos elaborados por meio da consultoria da Unesco e pelo PCH ver SANT'ANNA, Marcia. Da cidade-documento à cidade-monumento (capítulo 6: as cidades históricas e o desenvolvimento regional (1967-1979). 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

Em face dessas ocorrências, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais recebeu da cidade de Mariana, através do Rotary Clube e de personalidades locais, ofícios solicitando interseção para promover gestões junto ao Senhor Presidente da República no sentido de que os prefeitos das cidades-monumento fossem nomeados pelo Governo Federal. (ANAIIS DO II ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 1973, p. 171)

Dessa forma, se a descentralização é defendida entre União e estados, observa-se um certo receio de fazê-lo com relação aos municípios. Essa postura é, no mínimo, interessante. Com essas declarações, os estados dizem que o esforço que a União vem fazendo junto às esferas administrativas estaduais não seria válido em nível municipal - justamente onde se dá a administração mais direta da esfera pública. Vale ressaltar que, de acordo com a lista de participantes constante nos Anais, só havia dois prefeitos presentes: o de São Luís (que sugeriu a indicação dos prefeitos pelo Presidente da República), e o de Ouro Preto, cidade citada na fala do Conselho de Cultura de Minas Gerais como uma das que estariam sofrendo com a má administração. O prefeito de Ouro Preto reage firmemente, após relatar as diversas ações que a municipalidade vem realizando para a preservação daquela cidade:

Portanto, a nomeação pura e simples do Prefeito dessa cidade se me afigura como sendo injusta, como sendo anticonstitucional e terei mesmo a coragem de dizer de público: que não creio que S. Excia., o Sr. Presidente da República, e que S. Excia., o Sr. Ministro da Educação e Cultura, que ontem mesmo nos honrava com a sua presença e com a lindeza de suas palavras, abracem tal iniciativa. Não posso compreender como nos bastidores e não nos órgãos públicos, e até mesmo órgãos que não dão a minha cidade senão a peça representativa, não posso entender que nos bastidores, até mesmo da política, se advogue, se limite tão publicamente, num gesto, num ato que se me afigura, antes que tudo, antidemocrático (XAVIER, 1971)<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> In: Anais do II Encontro dos Governadores... 1973, p. 181.

Essa proposição não vingará no documento final resultante do Encontro, mas voltará à tona nas discussões para a criação do Programa de Cidades Históricas, como será visto adiante.

A segunda parte do tema dois, que constituiu a terceira sessão plenária, contou apenas com a exposição do arquiteto Luís Saia, do Iphan (Criação de museus, arquivos e bibliotecas regionais; controle do comércio de objetos de arte; combate ao roubo e à exportação legal). O assunto guarda muito pouca relação com as atividades do Programa de Cidades Históricas, por isso não nos deteremos no relato da sessão.

O terceiro tema, debatido na quarta sessão plenária - O acervo de valor cultural e os monumentos naturais face à indústria do turismo - foi apresentado por Ana Maria Fontenelle Brasileiro (p. 261-269), da Secretaria de Turismo da Bahia. Segundo a autora, dever-se-ia buscar soluções que integrassem o patrimônio ao ambiente urbano, e que fossem, ao mesmo tempo, *autofinanciáveis*. A seu ver, o acervo de valor cultural é "um dos fundamentos para o desenvolvimento de uma política nacional de turismo". A partir daí define alguns critérios para a definição de uma política: a) recomenda definir um número limitado de conjuntos, segundo prioridades e urgência, para evitar a dispersão de recursos; b) o turismo deve ser visto apenas como uma forma de conciliar a necessidade de preservação com o seu aproveitamento, e não pode prejudicar os valores do acervo; c) o aproveitamento do monumento não pode ser pensado isoladamente, mas sempre no âmbito de um programa turístico regional. Ainda lembra que os monumentos devem ser utilizados não apenas como atrativos, mas como estruturas para operacionalizar a atividade turística. Reforça a necessidade de se elaborar planos subsidiados em estudos socioeconômicos complexos, para evitar que o turismo agrave desajustes com relação ao ambiente natural, bem como crie *áreas artificiais* dentro das cidades. Por último, ressalta que a preparação dessas áreas para o turismo

deveria ter em vista "a participação e recreação do habitante da cidade e não com ênfase da implantação do turismo, que aparece neste caso apenas como um meio de viabilizar o trabalho de preservação".

Wladimir Alves de Souza, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta um relatório (p. 271-286) sobre o turismo cultural, do qual destacamos a proposição da transformação de conventos em pousadas, bem como outras utilizações, "com bom gosto e sensibilidade". Ressalta o perigo de "esvaziar os centro turísticos históricos do seu conteúdo humano local", afirmando que é papel do turismo gerar novos empregos sem substituir os moradores locais. Finaliza com dez proposições, das quais destacamos: a elaboração de um plano nacional conjunto entre Iphan e Embratur, estabelecendo um roteiro de Turismo Cultural a ser revisto anualmente; priorização, entre os projetos de hotelaria aprovados pela Embratur, dos que forem de interesse do plano; elaboração pelo Iphan dos critérios básicos e de legislação para restauração de monumentos; gestão junto a organismos internacionais, como Unesco e OEA para apoio técnico e financiamento pelo BID.

Na quinta sessão plenária, o tema discutido foi Pesquisa, Estudo, Análise e Divulgação dos Bens de Valor Cultural. O arquiteto da Universidade Federal da Bahia, Américo Simas Filho, proferiu a palestra Ensino e Pesquisa na Defesa dos Bens Culturais (ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES, 1973, p. 305-320). Entre as proposições destacamos, de acordo com o que se relaciona ao Programa de Cidades Históricas, a de cursos específicos de pós-graduação, "cercados dos devidos cuidados e dentro de padrões aceitos pela Unesco, outros organismos internacionais e o Iphan", reservando-se vagas para funcionários de órgãos estaduais e dos centros de estudos relacionados aos bens culturais existentes nas universidades (em semelhança ao Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia - Ceab/UFBA). Afirma ser importante a presença no corpo docente de

especialistas indicados pelos órgãos internacionais. No nível médio, o professor sugere que sejam estabelecidas equipes constituídas por profissionais dos ofícios de restauração, seguindo-se o sistema tradicional de preparação por meio da transmissão de conhecimento mestre-discípulo nos canteiros de obras.

Na parte Assuntos fora do temário destaca-se a fala de Paulo Almeida Campos, presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, que propõe: a criação de Secretarias de Cultura Estaduais; a constituição de um Fundo Especial de Cultural (nacional); e que os conselhos estaduais de cultura apóiem a criação de conselhos municipais de cultura. Outros participantes reforçam também a necessidade de criação de um Ministério da Cultura.

Por fim, no Compromisso de Salvador, que consolida os debates do encontro, ficou definida uma série de recomendações, das quais destacamos:

- 1) a criação do Ministério da Cultura e de secretarias ou fundações de cultura no âmbito estadual;
- 2) que os planos diretores e urbanos, bem como projetos de obras públicas e particulares que afetem áreas de interesse de bens culturais e naturais contem com a orientação do Iphan, IBDF e correlatos órgãos estaduais;
- 3) que sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais que envolvam áreas com bens culturais e naturais protegidos por lei;
- 4) a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio das obras em edifícios tombados;
- 5) que em sua reorganização o Iphan seja contemplado com adequados recursos humanos e financeiros;
- 6) a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo para sensibilização sobre os problemas de

valorização, utilização e divulgação dos bens culturais e naturais, especialmente os protegidos por lei;

- 7) que os órgãos de turismo estudem medidas para a implantação preferencial de pousadas em bens tombados;

Dessa forma concluímos que a articulação do Conselho Federal de Cultura, com a posterior criação do Departamento de Assuntos Culturais, junto aos estados da federação para constituir um *Sistema* foi absorvida pelo Iphan, ao mesmo tempo em que seus diretores contribuíram para a definição desse objetivo no CFC. Por outro lado, percebe-se pelos participantes dos Encontros de Governadores que o Ministério da Educação e Cultura absorveu a pauta do patrimônio cultural, chamando para a discussão outros agentes do governo federal, como o Ministério do Planejamento e a Embratur.

Ainda devemos lembrar que é também na década de 1960 que ocorre a institucionalização da atividade turística no Brasil<sup>63</sup>, seguindo a tendência mundial explicitada no subcapítulo anterior de que a indústria do turismo geraria consideráveis recursos econômicos. Sendo o patrimônio cultural considerado um de seus principais atrativos, a vinculação, por parte do próprio Iphan, dessas duas atividades nos pareceu uma aguda percepção das motivações que interessariam aos governos estaduais, que viram na proposta a possibilidade de gerar riquezas em áreas estagnadas.

Assim, é possível observarmos como os debates sobre patrimônio cultural - especialmente o edificado urbano - desde o início da década de 1960 vem tratando questões político-institucionais de forma bastante similar em eventos e entre agentes diversos - seja no Conselho Federal de Cultura, na Unesco, com os estados, Embratur ou Ministério do Planejamento -, tendo como *presença comum* o Sphan/Dphan/Iphan. Basicamente há dois pontos que aparecem com insistência nos documentos relacionados à Unesco e nos Encontros de

---

<sup>63</sup> O Conselho Nacional de Turismo - Contur, e a Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, foram instituídos em 1966.

Governadores: o aproveitamento dos monumentos para o turismo, como atrativos e infraestrutura, e a necessidade de incluir o patrimônio em planos urbanos e regionais. Além disso, são recorrentes as menções da necessidade de qualificação de mão de obra, em vários níveis de formação; descentralização da responsabilidade de preservação aos estados e municípios, atuando em conjunto com o Iphan; e a necessidade de reestruturação do Iphan.

Nesse sentido, parece-nos que o caminho político para a proposição do Programa de Cidades Históricas foi pavimentado durante toda a década de 1960, e com mais intensidade nos primeiros anos da década de 1970. Apesar de não ter sido encontrada documentação que explicita vinculação direta entre as ações empreendidas pelo Iphan e a criação do PCH, cabe investigar se os conceitos presentes no Programa são coerentes com esse período imediatamente anterior, e, portanto, para estabelecer se houve uma continuidade da política que vinha sendo formulada/implementada pelo Iphan.

#### **4. O PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS (PCH)**

O PCH (1973-1987) foi o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Sua abordagem, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país.

Tendo como um dos seus principais objetivos a reativação econômica do estoque patrimonial do Nordeste, o Programa de Cidades Históricas pode ser considerado como uma entre as várias ações do governo militar para retomar o desenvolvimento econômico depois de uma severa crise nos anos de 1962/64. Essas ações tinham como pressupostos a retomada de investimento público, pautada em diversos planos - de desenvolvimento econômico e social - implementados pelos governos militares posteriores ao golpe de 1964 até a redemocratização, assunto já abordado no primeiro capítulo. O PCH também representa e reforça a implementação de políticas - de desenvolvimento urbano e regional - associadas ao crescimento econômico e à tentativa de reversão dos desequilíbrios regionais. Tais políticas fundamentaram parte importante das diretrizes adotadas pelo planejamento governamental no Brasil, desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Governo JK, passando pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) no Governo Castello Branco, até a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), no âmbito do II PND do Governo Geisel.

No que se refere ao PCH, a questão do desenvolvimento regional, especificamente do Nordeste, pode ser observada já na justificativa

para a criação do Grupo de Trabalho Interministerial que seria responsável pela elaboração de uma versão preliminar do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos, apresentada pelos ministros do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, e da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em 1972.

O Programa de Cidades Históricas continha na sua concepção, em seus critérios de análise, e nos seus métodos de mensuração de eficiência, uma grande mudança na maneira de abordar a degradação das cidades históricas: a cidade era compreendida enquanto produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo, "ensejando a criação de um fluxo de recursos necessários a sua auto-conservação". O modo de gestão também influenciou significativamente a política de preservação: ao lançar o desafio de que os estados deveriam desenvolver seus planos de preservação para acessar os recursos, admitiu-se que o *saber especializado* sobre patrimônio não era exclusivo do Iphan, mesmo que esse tivesse papel decisório sobre a definição dos projetos a serem aprovados, abordando o aspecto técnico-conceitual.

Dessa forma, investigaremos se houve uma disputa do campo do saber cultural, dissimulado sob o viés tecnicista e eficiente que o Ministério do Planejamento impunha a todo o governo federal. Isso em um contexto em que o Iphan parecia como um órgão desestruturado em busca de soluções para a nova realidade da urbanidade brasileira: a estagnação econômica de algumas cidades e a pressão pela destruição do patrimônio urbano em decorrência da explosão econômica e demográfica de outras, como visto no capítulo anterior.

Assim, para além do *alívio* do Iphan com a consolidação do Programa e o esclarecimento dos papéis, talvez o órgão responsável pela preservação do patrimônio tenha, de fato, começado a *introjetar* (ou quem sabe já havia cabeças convencidas) as ideias defendidas

pelo PCH, e alinhar seu discurso. Por outro lado, também veremos que o Programa, no período de seis anos no qual esta pesquisa é delimitada, muda substancialmente seus conceitos e critérios.

#### **4.1 Formulação e Estruturação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos: 1972-1974**

O documento mais antigo encontrado no Arquivo Central do Iphan sobre o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos é a Exposição de Motivos 301-B<sup>64</sup>, de 22 de dezembro de 1972 (EM 301-B/72). Elaborada conjuntamente pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e Educação e Cultura, determinava a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial para formular, em versão preliminar, o Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste. Esse documento justifica a criação do Programa por dois motivos principais: a necessidade de recuperar cidades coloniais de relevante interesse histórico e artístico, e a possibilidade dessas cidades, integradas em roteiros turísticos, atraírem investimentos à região Nordeste.

Não se sabe exatamente como se deu a motivação original para a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade<sup>65</sup>, coordenador do Programa de 1975 até seu encerramento, o PCH teria surgido a partir de uma visita de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan), à Olinda em fins de 1972 ou início de 1973. Velloso teria se sensibilizado com a situação da cidade, apresentada por Ayrton Carvalho, diretor do 1º

---

<sup>64</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília. Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, camisa 73 G.

<sup>65</sup> ANDRADE, Henrique Oswaldo. Entrevista concedida pelo coordenador nacional do Programa de Cidades Históricas a Sandra Corrêa. Brasília, 05 de maio de 2011.

Distrito Regional do Iphan (Pernambuco), que também teria relatado a situação do órgão, com recursos humanos e materiais insuficientes para enfrentar a degradação dos centros históricos brasileiros. Entretanto, como não foi encontrada documentação sobre essa visita, aliado ao fato de Henrique Oswaldo de Andrade não lembrar a data de sua realização, não é possível afirmar que teria ocorrido antes da convocação do grupo interministerial que elaborou a proposta do Programa.

Por outro lado, apesar da considerável movimentação política do Iphan e do Departamento de Assuntos Culturais/MEC, especialmente no que se refere às articulações junto aos governadores dos estados, também não foi possível, por meio de documentação ou relatos, estabelecer ligação dessas ações com a criação do Programa.

Assim, iniciaremos a análise a partir do documento de criação do grupo de trabalho. Esse, conforme a Exposição de Motivos 301-B/72, teria por objetivo realizar uma avaliação prévia, identificando os monumentos e áreas que deveriam ser *reconstituídos*, bem como quais as condições de visita e acesso a eles. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade, a organização em grupos de trabalho era um método bastante utilizado por João Paulo dos Reis Velloso, com vistas a uma ação interdisciplinar:

O Velloso sempre fazia isso. Ele juntava um grupo... Tudo que aconteceu na área dele, ele sempre tinha um grupo misto, porque na realidade qualquer polo, polo disso, polo daquilo, eram intervenções que ele juntava pessoas das diversas áreas pra poder ajudar a formatar um projeto (...). (ANDRADE, 2011)

Em 29 de dezembro, a EM 301-B/72 foi aprovada pelo Presidente da República, e em janeiro de 1973 foram indicados os representantes para o Grupo de Trabalho: da Educação e Cultura - Renato Soeiro (diretor do Departamento de Assuntos Culturais e do Iphan), Indústria e Comércio - Ney Tinoco (diretor da Embratur), e do Interior - Edileusa Rocha (da Sudene). Representaram o Miniplan

Affonso de Lima Vitule (Secretário Geral Adjunto), Fernando Quintela (coordenador do GT) e Luiz Siqueira (Assessor - Secretário Executivo do GT).

A primeira reunião do Grupo de Trabalho ocorreu em 30 de janeiro de 1973<sup>66</sup>, antes mesmo de sua formalização ser publicada no Diário Oficial da União uma semana depois, em 07 de fevereiro, com a ausência apenas da representante da Sudene. No encontro, Luís Siqueira apresentou um relatório elaborado pela equipe do arquiteto Hêlvio Polito Lopes, de Recife, a pedido de Affonso de Lima Vitule, sobre a situação de algumas cidades selecionadas preliminarmente (ver Quadro 3). O plano de trabalho do GT, definido nessa reunião, foi dividido em sete itens:

#### I. Informação:

1. Relação de cidades, locais, ou monumentos de interesse histórico ou artístico da região Nordeste.
2. Relatos da história e estórias desses locais, capazes de despertar interesse turístico.
3. Descrição e informação sobre os monumentos do ponto de vista artístico, seu valor, sua época, sua história.
4. Descrição das festas ou cidades folclóricas existentes atualmente ou facilmente recuperáveis nessas localidades.
5. Hotéis, teatros, praias, curiosidades artesanais, culinária típica de cada uma dessas localidades.
6. Meios de comunicação, portos, rodovias, ferrovias, aeroportos com linha aérea regular, abastecimento d'água, esgotos e hospitais existentes nas localidades mencionadas ou próximos às mesmas. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 4-5)

II. Triagem: classificação das ações de longo e curto prazos. A *reconstrução* se daria em longo prazo, enquanto o aproveitamento turístico deveria ser iniciado imediatamente. Para isso deveria ser elaborado um *Programa Global* que contemplasse todas as ações necessárias: levantados os dados dos itens 1 a 4, analisar-se-iam quais cidades detinham as melhores condições de infraestrutura

---

<sup>66</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

(itens 5 e 6). Assim, seriam definidas as localidades a serem contempladas na primeira fase do programa, que deveria atingir, nesse momento, dois objetivos:

1. Tornar conhecidas as cidades barrocas, e uma riqueza folclórica, culinária e artesanal afim.
2. Iniciar o processo de aproveitamento turístico das mesmas, com geração de renda para o setor empresarial envolvido, para o Governo, e para a população local. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 6)

III. Completação: referia-se às cidades a serem contempladas na segunda etapa, que constariam no *Plano Global de Recuperação*, contendo ações de médio e longo prazo, tanto para os monumentos como para a infraestrutura necessária. Esse plano deveria permitir estimar o montante de recursos necessários para a implantação total do Programa.

IV. Origem dos recursos: para estimar o volume dos recursos e sua origem provável, o GT visitaria algumas das localidades. Também foi proposto "um sistema de geração de renda a partir da conjuntura a ser criada, de modo que, pelo menos a conservação dos monumentos seja financiada por esta renda" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 7). Uma parte dos recursos deveria ser investida a fundo perdido, o que não impediria que outra parte fosse proveniente das empresas que utilizariam os monumentos, e poderiam investir diretamente neles. Interessa também destacarmos a proposta de um "sistema especial programado de transporte turístico", que incluiria a realização de voos fretados ou de viagens marítimas com hospedagem e refeições completas para diversos roteiros, por agências privadas de turismo, sendo que um percentual reverteria ao Programa; e a preparação de roteiros turísticos, com informações qualificadas sobre as localidades.

O grupo estimou que, após a participação de um milhão de visitantes desse sistema, em 10 anos o Programa teria recebido cerca

de Cr\$ 150 milhões para aplicar na restauração e conservação de monumentos. Renato Soeiro ainda sugeriu que se cobrasse:

Um percentual sobre todas as passagens aéreas vendidas no País, a exemplo do que vem recomendando a UNESCO para a proteção de cidades e monumentos de interesse internacional. (...) Uma taxa para cada Hotel, no período de sua implantação. Alocação de um percentual dos incentivos fiscais para turismo, a exemplo do que já se faz para o FURENE, na SUDENE. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 10)

O Iphan<sup>67</sup> também destacou algumas cidades que deveriam ser contempladas pelo Programa (ver Quadro 3), indicando quais teriam a infraestrutura necessária para serem incluídas imediatamente em um roteiro turístico da região Nordeste. Esse roteiro seria constituído dos polos Salvador, Recife e São Luís que, entretanto, também poderiam formar três roteiros secundários.

VI. Aspectos legais e institucionais: observa-se a necessidade de elaborar minutas *detalhadas* de instrumentos legais relativos à administração dos municípios tombados, legislação sobre "o trato particular e sua propriedade com o Patrimônio Histórico e suas normas" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 12). Além disso, o grupo levantou a possibilidade de os prefeitos das localidades selecionadas serem nomeados pelo Presidente ou pelo governador do estado. Essa proposta chama a atenção porque repete a sugestão realizada no II Encontro de Governadores, realizado em 1971, e cujo documento final não a acatou. Assim, percebe-se que o conflito das gestões municipais com a preservação do patrimônio cultural continuava, buscando-se instrumentos autoritários para resolver o problema.

---

<sup>67</sup> Com relação às cidades propostas pelo Iphan, o documento informa que foram listadas por Renato Soeiro e Augusto da Silva Telles. Entretanto, esse último, na época assessor de Soeiro, não consta na ata da reunião como participante dela. Assim, fica a dúvida se a listagem foi apresentada na reunião ou se Augusto da Silva Telles estava presente nesse momento.

VII. Recomendações: nesse último item o Grupo de Trabalho definiu a distribuição das tarefas especificadas - a coordenação seria realizada pelo Miniplan, com assessoria permanente do Iphan, que ficaria responsável por elaborar uma relação de cidades, locais ou monumentos do Nordeste, de interesse histórico ou artístico, com descrição e informação do ponto de vista artístico, de valores, época e história. O Iphan se incumbiria também do plano global de recuperação dos monumentos a serem contemplados na segunda fase do programa. Ao Ministério da Indústria e Comércio (Embratur) caberia o levantamento das festas, folclore, artesanato e culinária, bem como de hotéis, teatros e praias existentes nas cidades listadas pelo Iphan, além da elaboração de estudos sobre a origem dos recursos. Ao Ministério do Interior (Sudene) ficou delegada a elaboração de anteprojetos de engenharia para execução de infraestrutura voltada ao aproveitamento turístico dos bens a serem contemplados na segunda fase, assim como o estudo sobre a viabilidade de incentivos fiscais para o turismo serem alocados ao programa. Por último, o Miniplan, além da coordenação dos trabalhos, prestaria assistência jurídica com relação aos aspectos legais e institucionais, bem como daria subsídios para definição da origem dos recursos.

Assim, o GT iniciou os trabalhos, realizando as visitas planejadas. Em relatório não datado, resultante de viagens a cidades no Piauí e Ceará - de 16 a 18 de abril de 1973 - por Luís Siqueira, José Rgueira (Sudene), Hélio Polito Lopes (Miniplan) e Edmond Dansot, é citada uma avaliação realizada pela equipe do Departamento de Estudos Econômicos para o Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste (BNB), que constatou:

(...) em face do deslocamento previsto de 600.000 turistas para o Nordeste na década da 70, serão necessários mais 2.000 novos aposentos, ou seja 4.000 leitos novos implantados em cada grande cidade do Nordeste. (...) não seria temeridade estimar em 150.000 o número de empregos diretos e indiretos a serem criados no Nordeste com cerca de Cr\$ 20.000.000,00 de investimentos no setor hoteleiro. (BRASIL, 1973, p.3)

Compara-se, com base nesses dados, o benefício da atividade turística com a implantação de indústrias, alegando que sua vantagem é que praticamente todos os insumos necessários à sua efetivação existiriam na própria região, proporcionando estabilidade na demanda desses. Com isso, o Grupo de Trabalho buscava afirmar o papel importante da atividade turística no Nordeste, apontando como uma vocação da região e comparando-a com a atividade industrial, vista tradicionalmente como a solução para o desenvolvimento econômico.

Em 28 de maio de 1973, o Grupo de Trabalho encaminhou os resultados de suas atividades<sup>68</sup>. Foram visitadas 28 cidades, adicionando-se outras opções com relação à proposta do Iphan constante no plano de trabalho do GT, mas não contemplando, por outro lado, as cidades de Tomar de Geru, em Sergipe, e Jaguaribe, Cairu, Ilha de Itaparica, a foz do Iguape, Lençóis, Porto Seguro e Rio de Contas, na Bahia (ver Quadro 3):

O Grupo constatou que, para a preservação dos monumentos tombados, é necessária a sua utilização. Este fato levou-o considerar mecanismos vários para o uso desses monumentos, passíveis de se tornarem economicamente viáveis, e que venham finalmente, atender a um dos principais objetivos do Governo, que é a geração de renda no Nordeste, como fruto dos benefícios esperados do incremento das atividades ligadas ao turismo a ser despertado na região.

As proposições que ora apresentamos a Vossas Excelências, pretendem constituir o enunciado do Programa e a relação dos mecanismos capazes de permitir a preservação e uso dos monumentos históricos do Nordeste, de sua arte e de sua cultura.

I - Restauração progressiva de todos os monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste.

II - Participação conjunta e efetiva de todos os organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa. O engajamento dos Estados e Municípios no Programa é desejável, seja pelo aporte complementar de recursos financeiros e humanos, seja pela motivação comunitária que será automaticamente resultado dessa participação.

III - A utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas que atuem no setor turístico ou por

---

<sup>68</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: caixa 82, camisa 61G.

parte de repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais. Considerar-se-á estímulo à atividade turística a simples preservação do aspecto tradicional, ainda que a utilização do prédio não seja diretamente aplicada a fim turístico.

IV - A formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário.

V - A formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal. Esse pessoal complementar os trabalhos de restauração de monumentos e objetos artísticos, como também contribuirá com a atividade turística na oferta de artigos regionais.

VI - A complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região.

VII - O estímulo e a recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades.

VIII - A promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal que os habita, estimulando-a à preservação e conservação. Promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional, com vistas à formação de uma consciência nacional de admiração e respeito ao nosso passado e objetivando igualmente um fluxo turístico capaz de incrementar a renda da região Nordeste. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 2-4)

As proposições apresentadas no relatório diferem em pontos estratégicos com relação ao plano de trabalho pensado inicialmente:

- a) Não são definidos, previamente, roteiros turísticos a partir das cidades selecionadas;
- b) Não consta qualquer minuta de instrumento legal ou institucional para a administração municipal ou para o trato entre os entes públicos e particulares;
- c) Acrescenta a necessidade de participação dos estados e municípios no Programa;
- d) Não contempla a proposta de indicação dos prefeitos pelo Presidente ou governadores;
- e) Aponta a necessidade de qualificar mão de obra em diversos níveis de formação;

- f) Identifica a necessidade de adaptar a estrutura do Iphan para receber as novas atividades; para isso receberia apoio da Secretaria de Modernização Administrativa (Semor);
- g) Resume a proposta de incentivos fiscais a *estimular* estados e municípios a conceder *favores fiscais* para "otimizar a restauração e manutenção de monumentos".

Além disso, não são apresentados vários pontos propostos no plano de trabalho: os anteprojetos de arquitetura e engenharia pela Sudene, o levantamento de festas e culinárias pela Embratur, as "histórias e estórias" dos locais, pelo Iphan, entre outros. Provavelmente, o grupo observou a impossibilidade de realizar tais tarefas frente ao prazo exíguo (60 dias) e às reais necessidades para o objetivo pretendido. Também não podemos deixar de levar em consideração o perfil do Grupo de Trabalho, constituído, em sua maioria, por ocupantes de cargos de direção das instituições federais, o que dificultou, certamente, a elaboração de levantamentos técnicos.

O relatório também propõe, diferentemente do plano de trabalho, um segundo *nível* de cidades para priorização. As localidades a serem atendidas prioritariamente continuam sendo as dotadas de infraestrutura física adequada ao turismo, que poderiam ser incluídas em roteiros ainda no ano de 1973, constando nesse grupo as cidades de Porto Seguro, Salvador (área do Pelourinho) e Cachoeira, na Bahia; São Cristóvão, em Sergipe; Olinda, Igarassu, Itamaracá (Forte Orange), Guararapes e Cabo Santo Agostinho, em Pernambuco. Um segundo grupo seria constituído por monumentos e cidades "em vias de desaparecimento pela destruição", estagnadas economicamente. Foram identificadas como parte desse grupo as cidades de Laranjeiras, em Sergipe; Marechal Deodoro, em Alagoas; e Alcântara, no Maranhão. Uma terceira classificação dizia respeito aos monumentos e cidades sem infraestrutura adequada, mas em condições não tão precárias quanto às localidades do segundo grupo, podendo ser "restaurados e

conservados tão logo seja instalada a infraestrutura necessária" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 7). Nesse último grupo estariam as cidades de Penedo, em Alagoas; Aracati, Sobral e Aquiraz, no Ceará; Oeiras e Piracuruca (Sete Cidades) no Piauí; e São Luís, no Maranhão.

Com relação às cidades selecionadas, percebe-se que das oito localidades sugeridas por HÉlvio Polito Lopes quando da primeira reunião do grupo, são adicionadas várias cidades pelo Iphan no plano de trabalho, sendo a lista ainda modificada para visitação pelo grupo (com a adição de algumas e retirada de outras). Por fim, no relatório conclusivo do GT vigorou a seleção de 19 cidades retiradas do rol de localidades visitadas<sup>69</sup>. No entanto, nos anexos<sup>70</sup> do relatório, são *adicionadas* outras 13 cidades: Camaçari, Jaguaripe, Itaparica, Lençóis e Santo Amaro, na Bahia; Tomar do Geru, em Sergipe; Porto Calvo, em Alagoas; Paulista, Goiana e Vicência, em Pernambuco; Cabedelo, na Para iba; Natal, no Rio Grande do Norte; e Fortaleza, no Ceará (ver Quadro 3).

As condições para atendimento dos projetos a serem apresentados seriam: destinação para uso imediato tão logo se concluíssem sua restauração e adaptação; estar de acordo com a orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e ser aprovado pela Embratur e Sudene quando se tratasse de projeto que objetivasse o uso em atividade turística direta.

O esquema financeiro do Programa previa a participação efetiva dos municípios e dos estados por meio de uma contrapartida financeira mínima de 20% para execução de obras para implantação de estradas, energia e saneamento básico, bem como estudos e planos de

---

<sup>69</sup> Porto Seguro, Salvador e Cachoeira, na Bahia; São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe; Olinda, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco; Marechal Deodoro e Penedo, em Alagoas; Aracati, Sobral e Aquiraz, no Ceará; Oeiras e Piracuruca, no Piauí; e São Luís e Alcântara, no Maranhão.

<sup>70</sup> Anexo I: avaliação dos custos de obras de restauração; anexo II: estradas; anexo III: energia; anexo IV: saneamento básico; anexo V: estudos e planos de desenvolvimento local e anexo VI: tipos de assistência hospitalar existente.

desenvolvimento local; e apoio financeiro de até 80% proveniente do Fundo para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, com a seguinte distribuição: 10 milhões de cruzeiros em 1973 e 20 milhões de cruzeiros anuais de 1974 a 1977 para atender às cidades constantes no primeiro e segundo grupos; e para atender ao terceiro grupo e realizar a reforma administrativa, o Iphan deveria receber dotação orçamentária extra de cinco milhões de cruzeiros anuais, de 1973 a 1977.

Em 31 de maio de 1973, Reis Velloso e Jarbas Passarinho emitiram o que se pode denominar *documento fundador* do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos: a Exposição de Motivos 076-B (EM 076-B/73)<sup>71</sup>. O nome *Programa Integrado* situa essa experiência dentro de uma abordagem específica do Ministério do Planejamento, como visto no primeiro capítulo, sendo que o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas foi o primeiro a ser financiado com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), segundo Henrique Oswaldo de Andrade<sup>72</sup>.

O documento inicia-se por um histórico da urbanização do Nordeste, justificando a importância das cidades históricas da região e relatando sua situação atual. Após isso, esclarece os objetivos, critérios, condições, modo de operação e esquema financeiro do Programa. Seu conteúdo é idêntico ao relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho, inclusive os anexos, diferindo apenas em dois pontos: a fonte de recursos, que ao invés de ser proveniente de um fundo específico para o Programa viria do recém-criado Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados ; e a

---

<sup>71</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 89, camisa 76G.

<sup>72</sup> ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Entrevista concedida pelo ex-coordenador do Programa de Cidades Históricas a Sandra Rafaela Magalhães Corrêa. Brasília, 05 de maio de 2011.

exigência de que os estados interessados deveriam elaborar planos de desenvolvimento antes do início das obras em monumentos históricos. No dia 7 de junho, o Presidente da República, Emílio G. Médici, aprovou a Exposição de Motivos.

Quadro 3: Listagens de cidades nos documentos do Programa

Estado	Lista proposta Miniplan - 1ª reunião GT - 1973	Lista proposta Iphan 1ª reunião GT - 1973	Cidades Visitadas pelo GT - 1973	Exposição de Motivos 076-B - 1973
Bahia	Salvador (Pelourinho)	Salvador (Pelourinho)	Salvador (Pelourinho)	Salvador (Pelourinho)
	Cachoeira	Cachoeira	Cachoeira	Cachoeira
		Sto. Amaro	Sto. Amaro	Sto. Amaro*
		Jaguaribe		Jaguaribe*
		Cairu		
		Ilha de Itaparica		Ilha de Itaparica*
		foz do Iguape		
		Porto Seguro		Porto Seguro
Lençóis		Lençóis*		
Minas do Rio das Contas				
Sergipe	São Cristóvão	São Cristóvão	São Cristóvão	São Cristóvão
	Laranjeiras	Laranjeiras	Laranjeiras	Laranjeiras
		Tomar de Geru		Tomar de Geru*
Aracaju				
Alagoas	Penedo	Penedo	Penedo	Penedo
	Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	Marechal Deodoro
		Maceió		Porto Calvo*
Pernambuco	Olinda	Olinda	Olinda	Olinda
	Igarassu	Igarassu	Igarassu	Igarassu
		Itamaracá	Itamaracá	Itamaracá
		Guararapes	Guararapes	Guararapes
		Cabo Sto. Agostinho	Cabo Sto. Agostinho	Cabo Sto. Agostinho
		Recife		
Goiana		Goiana*		
			Paulista*	
			Vicência*	
Maranhão	São Luís	São Luís	São Luís	São Luís
	Alcântara	Alcântara	Alcântara	Alcântara
Paraíba		João Pessoa	João Pessoa	
		Cabedelo	Cabedelo	Cabedelo*
Rio Grande do Norte			Natal	Natal*
			Touros	
Ceará			Fortaleza	Fortaleza*
			Aracati	Aracati
			Sobral	Sobral
				Aquiraz
Piauí			Teresina	
			Oeiras	Oeiras
			Piracuruca	Piracuruca
			Sete Cidades	

\* Cidades constantes apenas nos anexos da EM 076-B/73.

No dia 03 de julho, o ministro João Paulo dos Reis Velloso assinou a Portaria Miniplan 049/73<sup>73</sup>, que regulamentou o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, e também a Portaria Miniplan 050/73<sup>74</sup>, que regulamentou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos.

Com relação aos documentos anteriores, a Portaria 050/73 adicionou: a possibilidade de utilizar incentivos fiscais como contrapartida por parte dos estados e municípios; a determinação de que os recursos financeiros alocados ao Programa, e provenientes do FDPI, seriam administrados pela Secretaria Executiva do Fundo; e que a Secretaria Executiva seria assessorada por um Conselho Consultivo. Este contaria com um representante do Iphan, da Embratur, da Sudene e dois do Miniplan, sendo que um destes últimos ocuparia a presidência, trazendo a decisão colegiada integrada para o Programa.

Em 26 de julho ocorreu a primeira reunião para instalação do Programa, com a posse do Conselho, constituído por Affonso Vitule (Secretário-Geral Adjunto - Miniplan), Renato Soeiro (diretor do Iphan), Fernando Quintela (Miniplan), Edileusa Rocha (Sudene), e Humberto Donatti (Embratur). Em seu discurso, o economista Affonso Armando de Lima Vitule<sup>75</sup> informa que até aquele momento já haviam sido apresentadas pelos estados 33 propostas para análise, encontrando-se "em condições de serem assinados" convênios para execução de cinco projetos na Bahia, oito em Sergipe, quatro em Pernambuco e um no Rio Grande do Norte. O encerramento de seu

---

<sup>73</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, camisa 73G.

<sup>74</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, camisa 73G

<sup>75</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: caixa 82, camisa 61G

discurso é otimista, rogando o aumento de recursos humanos para a área de patrimônio:

A hora é de arregaçar as mangas. O de cantado (sic) pendor do nordestino e do brasileiro para adaptar-se rapidamente às circunstâncias está em prova de reconstruir monumentos históricos e artísticos de inestimável valor, dependem de algo mais que pedra e cal simplesmente. É nossa esperança que os recursos humanos necessários a essa tarefa se desdobrem como resposta à atitude do Governo Federal ao conceder os recursos financeiros necessários ao Programa. Terminou a hora de lamentar os monumentos em abandono. Começou o momento de construir! (VITULE, 1973, p. 2)

No primeiro número edição da revista Planejamento & Desenvolvimento, editada pelo Ministério do Planejamento durante a década de 1970, o Programa é apresentado em matéria de quase 20 páginas, recheadas com muitas imagens das cidades históricas nordestinas. A salvação para o barroco do Nordeste intitula o texto, cujo preâmbulo explica que

O Presidente da República acaba de tomar medidas salvadoras para a arte barroca do Nordeste, aprovando a proposta de um programa integrado de reconstrução das cidades que são um verdadeiro monumento artístico no eixo Maranhão-Bahia. O programa foi baseado em pesquisa de um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério do Planejamento, com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura. Cidades como Olinda, Igarassu e Laranjeiras - três séculos de vida - verão sua arte renascer. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 26)

O restante do texto informa sobre as ações que o Iphan, estados e municípios vinham tomando para preservação das cidades históricas do Nordeste. Além do preâmbulo não constam mais informações específicas sobre o Programa anunciado.



Figura 7: Capa da revista Planejamento & Desenvolvimento, anunciando o lançamento do Programa no Nordeste. Jul. 1973.

A Secretaria Executiva do Programa foi instalada na Delegacia Regional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, localizada em Recife. Ligada diretamente à Secretaria-Geral do Miniplan, ela fazia o contato direto com os estados, estruturava, orientava e coordenava o Programa.

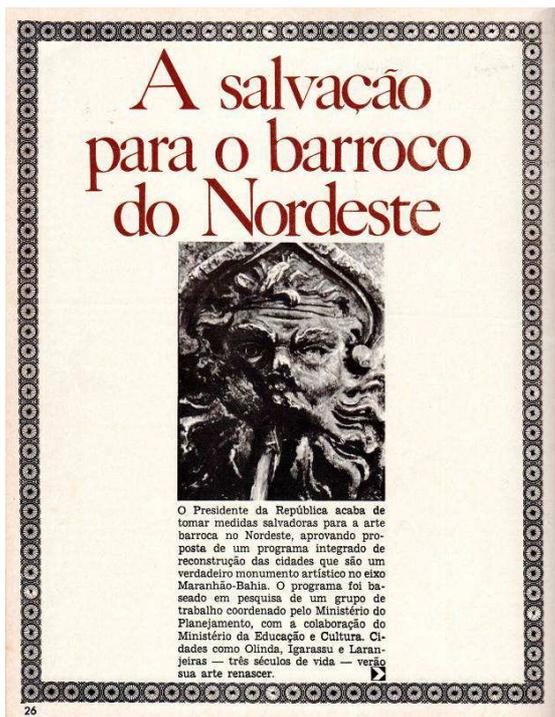


Figura 8: Matéria sobre o lançamento do Programa no Nordeste na revista Planejamento & Desenvolvimento. Destaque para o enfoque da arte com relação ao patrimônio, na imagem à esquerda. Jul. 1973.

O ano de 1973 foi de preparação da burocracia para iniciar os projetos e obras. Entretanto, os avanços foram significativos: segundo relatório do Programa<sup>76</sup>, ainda em 1973 foram assinados convênios com os estados da Bahia (cinco projetos), Sergipe (dois planos urbanos), Alagoas (dois projetos), Pernambuco (cinco projetos), Rio Grande do Norte (um projeto), Ceará (um projeto) e Piauí (quatro projetos), comprometendo CR\$ 9.507.368,57 (nove milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito cruzeiros e cinquenta e sete centavos). Ou seja, dos estados nordestinos, apenas Maranhão e Paraíba não firmaram acordos com o governo federal no âmbito do Programa nos primeiros seis meses de sua existência. O relatório ainda informa que

<sup>76</sup> Relatório das atividades da Secretaria Executiva do Programa no ano de 1973. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: caixa 82, camisa 57G.

foram realizados pela Secretaria Executiva durante o período de julho a dezembro, 15 viagens a todos os Estados abrangidos pelo Programa com a finalidade de prestar esclarecimentos, dar auxílio e intensificar o andamento dos projetos para o referido Programa. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, p. 3)

Analisando-se esse primeiro momento, de formulação do Programa, observa-se uma aparente *indecisão* sobre as cidades a serem contempladas e os critérios de priorização. No entanto, não ocorreram alterações em direção única - de ampliação ou redução -, mas sim uma oscilação constante nas indicações das cidades. Na verdade, essa listagem acabou não tendo importância significativa, servindo como baliza para a estimativa de recursos necessários ao Programa. Corrobora esse entendimento o relatório da Delegacia Regional da Seplan/PR<sup>77</sup>, de 1976, que afirma que a relação de cidades constante no anexo I da EM 076-B/73 serviu "como determinante inicial da grandeza dos recursos necessários aos trabalhos de recuperação e aproveitamento turístico" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 7), não constituindo uma regra rígida.

Dessa forma, prevaleceriam os interesses e condições das estruturas estaduais para a escolha das cidades que receberiam os investimentos federais. Além de contemplar interesses políticos regionais, ao Miniplan também importava concretizar rapidamente ações do Programa, o que não seria conseguido caso viesse a travar embates com os estados pela eventual inexistência de alguma cidade proposta por eles na listagem da EM 076-B/73.

Por outro lado, os projetos apresentados pelos estados até agosto de 1974 estavam, em sua maioria, contemplados na Exposição de Motivos e seus anexos, não sendo, portanto, a prática completamente dissonante do estabelecido na norma. Nesse sentido, a flexibilização para inclusão de cidades no Programa a partir dos estados, ao invés

---

<sup>77</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 67G.

de partir de uma listagem pré-determinada, acabou sendo positiva, pois configurou uma proposta mais descentralizada do que a pensada inicialmente.

Já com relação aos conceitos do Programa, verificamos que o principal objetivo, constante na Exposição de Motivos 076-B, era a preservação dos monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerando renda na região Nordeste. Assim, atingir-se-ia o desenvolvimento econômico dos locais a serem contemplados por meio da geração de renda advinda da atividade turística. A ideia era criar um círculo virtuoso de auto-sustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. Essa proposta também deveria ser apoiada pela concessão de incentivos fiscais por parte dos estados e municípios à iniciativa privada para "restauração e manutenção" dos monumentos.

Para o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a geração de renda nessa região era o principal objetivo, pois se articulava à política de desenvolvimento regional para desconcentração da renda e da população da região Sudeste do país, como visto no primeiro capítulo. A participação dos diversos níveis de entes federados e o aproveitamento turístico eram os *meios* para atingir esse objetivo, e por isso os classificamos como *objetivos específicos* (ver Quadro 5).

Conceito fundamental a se destacar é de que as intervenções a serem financiadas estavam focadas, principalmente, nos monumentos. Apesar de ser um programa de *idades*, o entendimento na documentação é sempre sobre projetos específicos de monumentos, não constituindo uma visão global e compreensiva dos sítios históricos. A avaliação de projetos isolados, sem relacionar as utilizações propostas, era um problema para além dos aspectos conceituais da conservação e da restauração. Isso será alvo de críticas do Iphan ao Programa já em 1974, como veremos a seguir. Mesmo para a atividade turística, o

planejamento global poderia evitar, por exemplo, a instalação de vários equipamentos turísticos com um mesmo uso, causando uma oferta superior à demanda, ou a inexistência de equipamentos fundamentais para a atividade em cada localidade.

Outro aspecto que não aparece nesses primeiros momentos são os efeitos do Programa para a população local. Os especialistas da área de patrimônio, bem como os atores envolvidos nas discussões sobre as áreas urbanas, já se preocupavam, como vimos, ainda na década de 1960, com as consequências negativas geradas para a população devido a investimentos voltados ao desenvolvimento da atividade turística ou industrial. Entre eles, a valorização imobiliária, que motivaria a expulsão dos moradores empobrecidos, esvaziando a significação dos monumentos - como alertou Michel Parent em seu relatório sobre o desenvolvimento da atividade turística a partir do patrimônio cultural brasileiro. No entanto, nessa documentação inicial do Programa, observa-se apenas uma preocupação com a *autossustentação* econômica para garantir a conservação do patrimônio cultural. Aparentemente, não importaria para quem seria gerada essa renda, nem qual seria o grau de distribuição dela com relação à população local.

Cabe também analisar o papel do Iphan quanto ao Programa. Envolvido desde os primeiros momentos da estruturação do PCH, por fim, na Exposição de Motivos, coube ao Iphan apenas analisar as intervenções no que se referia à sua preservação física. Se por um lado isso garantiu a esse órgão federal legitimidade exclusiva para análise dos aspectos relacionados às técnicas e ao partido de projeto de restauração, por outro excluiu a possibilidade da instituição opinar sobre a conveniência da intervenção proposta - seja no que se refere à relevância do monumento a receber investimentos federais e o uso indicado, seja com relação ao efeito que essas intervenções poderiam causar em longo prazo para a

preservação do conjunto - ou ainda, pela política de preservação que estava sendo implementada pelo PCH.

Por outro lado, o Iphan recebia recursos para atender às cidades "prioridade 3", cuja aplicação era de sua exclusiva responsabilidade, não necessitando de aprovação do Ministério do Planejamento. Assim, nos parece que a parceria teve seus papéis definidos tão separadamente e estanques que, de fato, não se conformou uma articulação para efetivar uma política única de recuperação das cidades históricas elaborada pelos mesmos órgãos. Sobre isso Marcia Sant'Anna afirma:

Com sua verba específica, o IPHAN não deixou de se envolver também na execução das ações, mantendo-se, na verdade, dois sistemas paralelos; um do PCH propriamente dito e um exclusivo do IPHAN, que continuou formulando sua política de proteção e conservação de modo independente e não necessariamente integrado. (1995, p. 165)

Dessa forma, podemos concluir que, mais do que dois sistemas paralelos, havia duas políticas de preservação do patrimônio cultural diferentes sendo implementadas pelo governo federal<sup>78</sup>.

Com relação à efetivação de uma política integrada e articulada entre diversos órgãos, a Sudene e a Embratur pouco se envolveram na implementação do Programa, não sendo encontrada documentação alguma desses órgãos com análise dos projetos, apesar dessa responsabilidade ter sido estabelecida pela EM 076-B/73. Também não encontramos documentos que demonstrem ter havido reuniões do Conselho Consultivo além do momento de sua instalação, em julho de 1973, o que poderia ter garantido a decisão colegiada de todos os

---

<sup>78</sup> Não encontramos, na documentação pesquisada, indicações do uso dos recursos pelo Iphan. Por outro lado, Henrique Oswaldo de Andrade informou (2012) que o Iphan só poderia utilizar sua destinação orçamentária caso fizesse a Reforma Administrativa prevista na EM 076-B, o que aconteceu apenas em 1979. Entretanto, essa exigência não existe na norma, além da informação constante em entrevista concedida por Renato Soeiro, em que relata: "criou-se o Programa de Cidades Históricas e, pela primeira vez, recursos bastante razoáveis foram consignados ao órgão" (SOEIRO, s/d, p.4).

órgãos envolvidos e articulado efetivamente a política. Dessa maneira, a deliberação sobre os projetos a receberem investimento dos programas ficou sendo de responsabilidade exclusiva da Secretaria Executiva do PCH, exercida pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, prejudicando, já no nível federal, a constituição de uma política integrada para preservação das cidades históricas do Nordeste, como concebido inicialmente.

Quadro 4: Matriz Institucional do Programa.

Natureza da Participação	Elaboração de Projetos	Estudos e Análise	Coordenação	Acompanhamento e Fiscalização	Execução	Financiamento
Entidades Participantes						
MINIPLAN/SEPLAN*		x	x	x		x
IPHAN		x		x		x
SUDENE		x				
EMBRATUR		x				
ENTIDADES ESTADUAIS	x				x	x
OUTROS	x					x

\*A partir de maio de 1974, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Minciplan) foi transformado em Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR).

Fonte: Relatório de Atividades Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste. Delegacia Regional Seplan/PR, out. 1976

Quadro 5: Quadro - síntese do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, a partir da Exposição de Motivos nº 076-B/73.

Objetivo principal	Preservação através do uso dos monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste, tornando-os economicamente viáveis, atendendo à geração de renda no Nordeste, advinda do despertar da atividade turística.
Objetivos específicos	Restauração progressiva de todos os monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste. Participação conjunta e efetiva de todos os organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa. Utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas que atuem no setor turístico ou por parte de repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais. Formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário. Formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal. Complementação da infraestrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região. Estímulo e recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades Promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal que os habita, estimulando-a à preservação e conservação. Promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional, com vistas à formação de uma consciência nacional de admiração e respeito ao nosso passado e objetivando igualmente um fluxo turístico capaz de incrementar a renda da região Nordeste.
Critérios	Cidades com infraestrutura turística adequada (prioridade 1) Cidades em vias de destruição (prioridade 2) Cidades sem infraestrutura turística adequada, mas em razoável estado de conservação (prioridade 3)
Condições	Destinação para uso imediato, tão logo se concluíssem sua restauração e adaptação Estar de acordo com a orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Ser aprovado pela Embratur e Sudene quando se tratar de projeto que objetive o uso em atividade turística direta
Esquema financeiro	80% recursos FDPI para projetos e obras de restauração de monumentos para as cidades com prioridade 1 e 2 (Cr\$ 70 milhões) 20% recursos contrapartida financeira dos Estados para projetos e obras de estradas, energia, saneamento básico, estudos e planos de desenvolvimento local Dotação específica Iphan para atender às cidades com prioridade 3 e realizar reforma administrativa (Cr\$ 20 milhões)
Tipos de projetos contemplados	Projetos e obras de restauração de monumentos Projetos e obras de infraestrutura (estradas, energia e saneamento básico) Estudos e planos de desenvolvimento local Cursos para formação de mão de obra*
Esquema administrativo	Coordenação: Miniplan - Delegacia Regional do Recife Execução: Estados Conselho Consultivo (Iphan, Embratur, Sudene e Miniplan)

\* Os cursos não estão especificados nas responsabilidades das partes, mas constam nos objetivos do Programa e foram de fato financiados por ele, como veremos posteriormente.

## 4.2 Críticas e Avaliação do Programa

Em agosto de 1974, a Delegacia Regional da Seplan/PR<sup>79</sup> emitiu um *Relatório de Avaliação*<sup>80</sup> sugerindo ajustes ao Programa, tendo em vista este ter sido "criado com um espírito dinâmico" e "aberto". Assim, recomenda a realização de uma *pesquisa básica*, ou seja, realizar o levantamento cadastral e de informações sobre monumentos na região Nordeste, incluindo a área rural, para que pudessem ser estabelecidos "critérios de prioridade mais racionais". Com isso, se percebe um certo incômodo da Secretaria Executiva do Programa com o fato de ter de definir os projetos a serem contemplados apenas utilizando-se dos critérios estabelecidos pela EM 076-B/73. Essa pesquisa ainda deveria ser a base para a edição de uma *publicação cultural* com os seus resultados e ainda para catálogos de turismo, buscando atender ao objetivo de divulgação do patrimônio, constante na EM 076-B/73.

A Delegacia também demonstra preocupação com o acompanhamento da execução dos projetos "sob os aspectos físicos e arquitetônicos", pois, apesar de ser responsabilidade do Iphan, este não se encontrava em condições de realizá-lo devido ao reduzido quadro técnico. Por isso, relata que foi liberada, da parcela destinada ao Iphan, a contratação de sete técnicos, ainda não realizada pela instituição, solicitando-se, portanto, que se interviesse junto à Direção Geral do Iphan para resolução do problema. A falta de interlocução entre Iphan e Miniplan fica clara em problemas ocorridos no Estado de Alagoas: duas obras que estavam sendo realizadas em Marechal Deodoro tiveram de ser paralisadas e

---

<sup>79</sup> Em maio de 1974, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral transformou-se na Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Seplan/PR

<sup>80</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 72, camisa DI 12

reformuladas após a fiscalização tardia do Iphan ter observado incongruências entre o projeto aprovado e a execução.

O relatório ainda observa o número reduzido de mestres de obras com conhecimento na área de restauração na região Nordeste, o que estaria prejudicando o andamento do Programa. Por isso, recomenda o investimento urgente na formação de pessoal, por meio de cursos intensivos.

Em novembro de 1974 Augusto Silva Telles, assessor do Iphan, apresenta a palestra Planos Regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas<sup>81</sup>, no I Seminário de Estudos sobre o Nordeste: Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, realizado em parceria pelo MEC e a Universidade Federal da Bahia, em Salvador. O arquiteto louva, inicialmente, a exigência do Programa de que os projetos prevejam a utilização dos monumentos, como forma de garantir sua preservação. Entretanto, ressalta que tanto a Carta de Veneza (64) como a de Quito (67) alertam que a utilização não deverá alterar elementos que compõem os monumentos e/ou seu ambiente. Propõe a elaboração de planos para cada conjunto ou núcleo urbano, nos quais deveriam ser estudados, de forma conjunta, os usos a serem destinados aos monumentos, diferentemente do que ocorria naquele momento. Em sua opinião, os usos propostos pelos estados eram definidos isoladamente, por conta de disponibilidade momentânea ou mesmo pelos interesses pessoais: "uma destinação imprópria poderá levar o monumento a uma descaracterização parcial ou total, irremediavelmente, ou mesmo, a um desgaste ou destruição próxima" (TELLES, 1974, p. 3). Os "planos de revitalização e utilização dos monumentos e dos sítios urbanos para fins de interesses comunitários" deveriam levar em conta não apenas a rentabilidade econômica, a viabilidade de desenvolvimento, os programas de

---

<sup>81</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

infraestrutura turística, social e cultural, mas também as características arquitetônicas, paisagísticas e plásticas de cada monumento e do sítio. Cita o então presidente do Icomos<sup>82</sup>, Piero Gazzola, para o qual o bem cultural nunca poderia ser entendido como bem de consumo, mas como capital, em que seu potencial jamais poderia ser diminuído pela atividade turística.

Silva Telles critica ainda o fato de o Programa priorizar cidades que já têm infraestrutura turística, enquanto as que mais correriam riscos seriam as mais afastadas das capitais e, portanto, com maiores carências:

[o Programa] tende, naturalmente, a considerar como prioritários os monumentos localizados nas capitais, nas cidades mais desenvolvidas comercial e industrialmente, e nos núcleos a elas vizinhas. Por outro lado, de acordo com os conceitos atuais relativos à preservação de bens culturais, os monumentos que mais interessa preservar são os que se agenciam formando um conjunto arquitetônico, uma cidade, ou os que se integram em sítios naturais ou na paisagem. (TELLES, 1974, p. 3-4)

O arquiteto ressalta ainda que o Programa só vinha reforçando o que já interessava às administrações estaduais, ou seja, investir nos núcleos principais:

são esses, geralmente, os que, a partir de uma visão imediatista, deverão dar maior rentabilidade, além de, num sentido de realização 'política' para uma administração, contarem como obra mais importante. (TELLES, 1974, p. 4)

Silva Telles conclui:

Assim, o Programa não poderá fundamentar-se em uma rentabilidade imediata. Deverá, sim, a partir de estudos e planos mais completos, para os diferentes núcleos ricos em bens culturais ou acervos naturais, prever a restauração e a valorização dos edifícios chaves dos referidos núcleos, para

---

<sup>82</sup> International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

uma utilização básica que sirva de infraestrutura turística e cultural.

Com essa finalidade, adotando diferentes níveis de prioridade, o Programa convocaria os organismos regionais para interiorizarem suas ações, valorizando núcleos excepcionais de interesse cultural ou de valor natural, que, uma vez conhecidos, divulgados, dotados de acesso e de infraestrutura turística e cultural, poderão ser integrados nos roteiros turísticos nacionais e, mesmo internacionais. (TELLES, 1974, p. 4-5)

Observa-se que a análise realizada por Silva Telles restringe-se, basicamente, à preservação física dos monumentos. Não levanta aspectos sociais e relativos à apropriação do patrimônio pelas comunidades locais, mantendo a posição de silêncio do Programa com relação às consequências que os investimentos poderiam gerar à população. Assim, fica a dúvida se o Iphan de fato não se interessava por essa abordagem, ou se a ideia era ter uma crítica forte e focada no campo em que o Iphan tinha total domínio: os aspectos técnicos e teóricos da preservação.

Não encontramos documentação que demonstre as possíveis repercussões das críticas realizadas pelo assessor do Iphan. No mesmo Seminário, entretanto, Vicente da Costa Silva, delegado regional da Seplan/PR, apresentou o Programa aos participantes e provavelmente ouviu as críticas de Silva Telles.

No início de 1975, Élcio Costa Couto, secretário-geral da Seplan/PR, chamou um de seus assessores, o economista Henrique Oswaldo de Andrade, para integrar-se à equipe do Programa:

O Élcio Costa Couto, que era o secretário-geral do ministério [do planejamento] me chamou um dia e falou assim: "O [João Paulo dos Reis] Velloso precisa de uma ajuda para dar uma olhada e fazer uma avaliação de um programa que ele tem aqui, de fornecimento de recursos para o Iphan e para os Estados e Municípios. (...) Avalia esse projeto, avalia o problema e esse projeto e veja o que fazer para que isso deslanche. (...) A coordenação é sua. (ANDRADE, 2005)

Em fevereiro de 1975, Henrique Oswaldo de Andrade encaminhou o que ele denomina

roteiro de trabalho para elaboração de documento sugerindo medidas necessárias à recuperação e preservação do acervo histórico, artístico e cultural dos Estados não contemplados pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. (ANDRADE, 1975, p.1)

Nesse documento o economista propõe uma estratégia para avaliação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste e para a ampliação de sua área. Assim, deveria ser constituído novo Grupo de Trabalho Interministerial, composto de representantes dos Ministérios da Educação e Cultura (Iphan), Interior (Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU<sup>83</sup>), Indústria e Comércio (Embratur), além da própria Seplan/PR. Esse grupo analisaria os programas estaduais apresentados, especialmente no que se refere aos roteiros de viagens, às necessidades apontadas e seus orçamentos.

O grupo iniciou as atividades ainda no mês de junho, mas a concretização de seu trabalho só se daria em 1977, com a ampliação do Programa para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, além de uma reconfiguração de seus critérios de análise e condições. Assim, apesar de isso ocorrer concomitantemente às avaliações da Seplan/PR sobre o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, primeiro trataremos da análise da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, configurando um quadro que *fecha* o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, e *inaugura* uma nova fase, do Programa de Cidades Históricas, a partir das discussões do Grupo de Trabalho.

---

<sup>83</sup> A CNPU era um organismo interministerial, sendo criada pelo Decreto 74.156, em 6 de junho de 1974.

#### 4.2.1 A Avaliação da Delegacia Regional da Seplan/PR

Em julho de 1975, a Delegacia Regional da Seplan/PR emitiu um Relatório de Avaliação<sup>84</sup>, sistematizando dificuldades apontadas em relatórios anteriores:

- a) apoio insuficiente dos Governos Estaduais às Entidades Locais executoras do Programa, quer pela falta de recursos humanos e financeiros, quer pela falta de reconhecimento da importância do Programa para desenvolvimento cultural, econômico e social dos Estados.
- b) insuficiência de recursos humanos e materiais, em quantidade e qualidade, nas Entidades Locais para execução dinâmica de projetos e obras.
- c) falta de campanhas esclarecedoras junto ao público e autoridades competentes, do real valor do nosso patrimônio cultural e dos benefícios que poderiam advir para a comunidade através de uma conveniente exploração turística.
- d) falta de recursos financeiros dos Estados, para realização de obras infra-estruturais básicas nas cidades de interesse histórico e artístico.
- e) dificuldade na análise de projetos e efetivação da fiscalização arquitetônica e física das obras, por parte do IPHAN, tendo em vista a falta de recursos materiais e financeiros suficientes para atender à demanda de projetos e obras.
- f) falta de um Programa de Desenvolvimento Turístico para a região, que viesse integrar, de maneira efetiva, os monumentos restaurados à atividade turística dos Estados. (DELEGACIA REGIONAL DA SEPLAN/PR, 1975, p. 27-28)

Percebe-se, além de persistirem os problemas com o Iphan, que a falta de estrutura das entidades locais executoras e a pouca importância dada pelos governos estaduais ao Programa em detrimento a outros investimentos federais prejudicavam sobremaneira o andamento das atividades.

---

<sup>84</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G

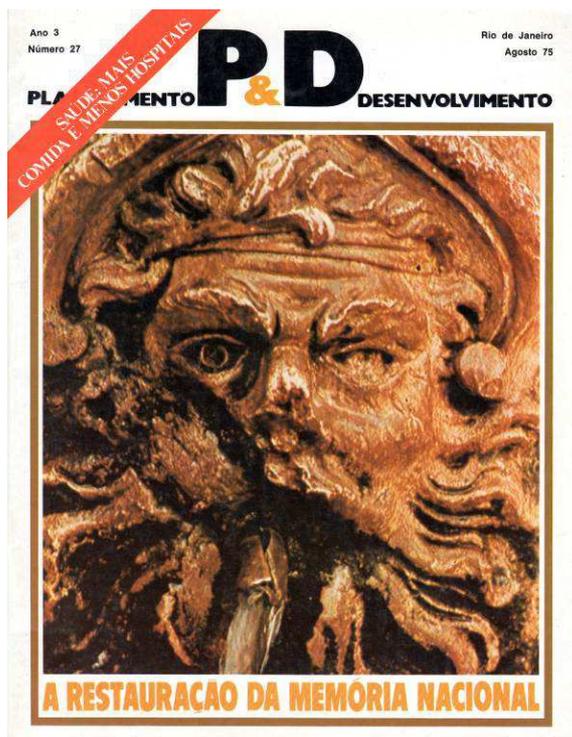


Figura 9: Revista Planejamento & Desenvolvimento traz na capa o Programa de Cidades Históricas. Esse exemplar apresenta os resultados do Programa até aquele momento. Ago. 1975.

Em setembro, a Delegacia Regional da Seplan/PR emitiu novo relatório de atividades<sup>85</sup>, identificando, além das dificuldades já enunciadas, que o Programa não contemplava o financiamento para projetos de "conjuntos arquitetônicos, formadores da ambiência urbana" e "para o atendimento emergencial a edificações em perigo imediato ou estado de arruinamento que se não se encontram sob a proteção direta do Iphan" (p. 19). Além disso, preocupa-se com a inexistência de legislação específica para a proteção do patrimônio cultural na maioria dos estados, a falta de inventários de bens móveis e imóveis, a insuficiência de recursos financeiros e humanos para a conservação e melhoria de acervos e funcionamento de museus, casas de cultura etc. Para solucionar essas questões, a Delegacia propôs as seguintes medidas:

<sup>85</sup> Programa de Cidades Históricas: Relatório - 75. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 66, Camisa 68G.

a) Elaboração, por parte dos Estados, de Programas Plurianuais de Restauração e Valorização de Monumentos e Conjuntos de Monumentos (...).

(...)

c) Possibilidade do Programa apoiar Projetos de Valorização Ambiental Urbana, onde estejam alinhadas obras da conservação ou restauração, de pavimentação e iluminação adequadas, desde que a área esteja protegida por lei federal, estadual ou municipal específica a sua preservação e que o Estado ou o Município crie mecanismos que garantam, após o término das obras, sua manutenção.

d) Efetivação com brevidade da reforma administrativa do IPHAN, a fim de que essa Entidade possa se adaptar às novas dimensões de suas atividades.

e) Aporte de recursos sob a responsabilidade direta do IPHAN, para a realização de obras de conservação ou restauração em Próprios Federais ou naqueles que, pelas suas características de excepcional valor histórico e artístico, necessitem de projetos e obras de elevada complexidade técnica, e que possam, de imediato, se integrar à atividade turística.

f) Realização do inventário de Bens Móveis e Imóveis de valor histórico e artístico da Região.

g) Dotação adicional de recursos do Conselho Federal de Cultura, que possa dar apoio a projetos de ativação, reativação e melhoria de acervo de Museus, Casas de Arte e Cultura, que tenham sido beneficiados com recursos do Programa.

h) Criação de Centro de Restauração para promover pesquisas, formação de pessoal e informações em todos os níveis e especialidades ligadas à tarefa da preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

i) Destinação de recursos financeiros para atendimento de obras emergenciais em edificações que não se encontram sob a responsabilidade direta do IPHAN (...).

j) Necessidade de criação do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, em moldes semelhantes ao Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, efetivo auxiliar na integração turismo-cultura. (DELEGACIA REGIONAL DA SEPLAN/PR, 1975, p. 17-19)

Depreende-se que as sugestões feitas anteriormente para realização de uma *pesquisa básica*, e a necessidade de estruturar o Iphan com o objetivo de que o órgão tivesse capacidade operacional para fiscalizar apropriadamente as obras do Programa, ainda não tinham sido atendidas, apesar de ambas também terem sido estabelecidas pela EM 076-B/73.

Além disso, começa-se a perceber uma ampliação nos conceitos do Programa: fala-se em "valorização ambiental urbana", e já se

recomenda a elaboração de "planos plurianuais de restauração e valorização de monumentos e conjuntos de monumentos", o que possibilitaria uma análise integral das propostas para os sítios, como havia recomendado Augusto da Silva Telles em sua crítica ao Programa.

Ainda se propõe a ampliação da possibilidade de investimento para áreas urbanas e obras emergenciais protegidas em qualquer nível da administração pública, abrangendo os bens protegidos por estados e municípios, desde que tenham legislação específica de proteção e mecanismos que garantam a manutenção dos bens restaurados. Isso significa a apropriação do patrimônio local como parte do patrimônio cultural brasileiro, já que se viabiliza o investimento federal.

Observa-se também o alargamento do papel do Iphan, que receberia recursos para obras complexas em monumentos de destaque ou para restauração de próprios federais. O Conselho Federal de Cultura deveria ser igualmente envolvido para que recebesse recursos visando ao apoio para instalação de casas de cultura, museus etc.

Com relação aos planos plurianuais, a Delegacia já os apresenta no próprio relatório, pois os solicitou aos estados buscando prever o montante necessário para estender o Programa até 1979. Assim, Vicente da Costa Silva solicita essa extensão, com a adição de Cr\$ 250 milhões. Esse pedido é concretizado pela Exposição de Motivos 060, de 09/04/76, que estabelece a "ampliação e complementação, com a destinação de recursos até 1979, fazendo-o coincidir com o período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento", especificamente para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

Em outubro de 1976, novo relatório de avaliação<sup>86</sup> da Delegacia Regional da Seplan/PR registra a alteração dos conceitos do Programa:

---

<sup>86</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisas 58G e 67G.

O conceito de restauração integrada está baseado no soerguimento econômico, social e físico dos sítios históricos, proporcionando bem-estar social e a conseqüente salvaguarda dos valores culturais. (...) Embora os recursos alocados pelo Governo Federal se destinem, especificamente, à recuperação física das áreas de interesse histórico, atitudes e intervenções paralelas, geradas pela execução do Programa, induzem à revitalização econômica e social dos sítios históricos, constituindo-se, desta forma, em veículo de desenvolvimento integrado. (DELEGACIA REGIONAL DA SEPLAN/PR, 1976, p. 2)

Como parte do relatório, consta um estudo do arquiteto da Delegacia Regional da Seplan/PR, Hélvio Polito Lopes, propondo a definição de critérios objetivos para análise dos planos apresentados pelos estados. O estudo inicia-se com a explicação do conceito que o subsidia, complementando a explicação de "restauração integrada":

O estágio de degradação física na realidade é a última etapa de um processo decorrente da estagnação ou retrocesso econômico que acarreta necessariamente a deterioração social dessas áreas. (...) Assim, procurou-se identificar inicialmente, os fatores relacionados com os níveis culturais, físicos, ambientais, econômicos e sociais que pudessem ser utilizados como indicadores de real interesse para os núcleos históricos que seriam objeto de intervenção. Esse caráter abrangente busca a identificação e quantificação dos valores do universo em exame, relacionando o homem, o objeto e o meio. O homem, que em última análise, deve representar o objetivo final é observado mais particularmente, através das suas condições de vida. O objeto é encarado pelo prisma do valor de sua representatividade e seu estado de preservação e conservação. Finalmente, o meio é analisado, a partir do legado da natureza e da contribuição do próprio homem em busca do atendimento de suas necessidades básicas. (DELEGACIA REGIONAL DA SEPLAN/PR, 1975, p. 01)

O arquiteto então define fatores que avaliariam a relação homem x meio x objeto: valor do conjunto, estado de conservação, condições sócioeconômicas, infraestrutura e atrativos. Uma combinação de pesos e graus completa o sistema de avaliação: cada projeto receberia uma nota resultante da média ponderada da pontuação desses cinco fatores. Com isso, o arquiteto visava a quantificar objetivamente

critérios para priorização de projetos, algo que os relatórios da Delegacia Regional da Seplan/PR apontam como necessário desde as primeiras avaliações, ainda em 1974. Também importa ressaltar a inclusão de uma visão social do Programa, ainda que em caráter bastante amplo. Assim, se entendermos que inicialmente não importava para quem a renda fosse gerada desde que viabilizasse o desenvolvimento econômico da localidade, acreditando-se em um efeito multiplicador para a população, conforme observado anteriormente, a especificação do aspecto social, mesmo de forma tímida, demonstra o início de mudanças importantes na concepção do Programa.

Quadro 6: Sistema de avaliação de projetos.

Fator	Descrição	Peso	Qualificação	Nível	Grau
Valor do conjunto	análise da componente histórica e artística, e do exame dos seus aspectos de representatividade, homogeneidade, ambiência natural e artificial.	4	Interesse nacional	Bom	4
			Interesse regional	Médio	3
			Interesse estadual	Regular	2
			Interesse local	Sofrível	1
Estado de Conservação	exame das condições do desgaste físico dos bens, da proteção legal existente e dos perigos iminentes à sua integridade	2	Bom e com proteção real e ou legal*	Bom	1
			Razoável e com proteção real e ou legal	Médio	2
			Precário e sem proteção real e ou legal	Regular	3
			Arruinamento e com ou sem proteção real e ou legal	Sofrível	4
Condições Sócio-econômicas	análise do grau da evolução, estagnação ou involuções da área em questão e dos reflexos diretos que a intervenção pode provocar sobre as condições de vida da população local notadamente no tocante aos aspectos educacionais, culturais e sanitários	2	Área já desenvolvida	Bom	4
			Área que já possui atividade econômica em processo de evolução	Médio	3
			Área que apresenta apenas atividade econômica de subsistência para a população	Regular	2
			Área em processo de decadência sem atividade econômica	Sofrível	1

Infra-estrutura	exame da existência, deficiência ou inexistência da infraestrutura básica (Energia, abastecimento d'água, acesso, comunicação, etc.	1	Existência de 4 itens**	Bom	4
			Existência de 3 itens	Médio	3
			Existência de 2 itens	Regular	2
			Existência de 1 item	Sofrível	1
Atrativos	análise dos equipamentos urbanos, demanda real e potencial de visitação, existência de outros atrativos capazes de motivar o turismo	1	Existência de 4 itens***	Bom	4
			Existência de 3 itens	Médio	3
			Existência de 2 itens	Regular	2
			Existência de 1 item	Sofrível	1

\* Proteção Legal: existência de legislação específica de proteção do conjunto em qualquer nível; Proteção Real: medidas objetivas de fiscalização e controle para efetiva proteção do conjunto.

\*\* Consideram-se 4 itens: acesso; energia elétrica; abastecimento de água e comunicações.

\*\*\* Consideram-se 4 itens: serviços; atrativos turísticos; demanda real; demanda potencial.

Fonte: Relatório de Atividades Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste. Delegacia Regional Seplan/PR, out. 1976.

Essa proposta é representativa do perfil dos coordenadores do Programa: o estabelecimento de critérios claros era fundamental para garantir o pretendido caráter técnico do trabalho. Como visto no primeiro capítulo, essa era uma característica importante que o governo autoritário buscava colar à sua imagem, além de ser um atributo metodológico da área de planejamento. Dessa forma, também a Seplan/PR poderia justificar suas escolhas em um campo do saber não reconhecido como seu: o patrimônio cultural.

No relatório já consta a priorização dos projetos apresentados pelos estados conforme os critérios propostos, extrapolando a análise a partir da atividade/potencialidade turística, de acordo com o que estabelecia a EM 076-B/73, que ainda vigorava. Entretanto, a ampliação de conceito e critérios será consolidada apenas na Exposição de Motivos que ampliará a área-programa para os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em fevereiro de 1977.

#### 4.2.2 *Constituição do Grupo de Trabalho para ampliação da área-programa para os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro*

Como citado anteriormente, no início de 1975 o economista Henrique Oswaldo de Andrade, assessor da Secretaria de Planejamento da Presidência da República foi convocado pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, para avaliar e ampliar o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, assumindo sua coordenação. A proposta inicial era ampliar o Programa para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, devido a pressões políticas, especialmente do primeiro estado, para recebimento de investimentos federais em suas cidades históricas. Apesar disso, Andrade entendia ser adequada a inclusão de outros estados da federação<sup>87</sup>:

- a) é totalmente impossível a correta caracterização histórica, cultural, artística e mesmo econômica ou política de região composta somente pelos três Estados;
- b) a inclusão de São Paulo, Mato Grosso e Goiás nesta etapa, não representaria acréscimo substancial de recursos e tornaria a região mais homogênea para os objetivos do estudo. No caso de São Paulo é viável conseguir substancial aporte de recursos próprios a Programa desta natureza, principalmente por podermos contar com a colaboração e apoio de Dr. Arroubas Martins, futuro chefe da Casa Civil do novo Governo, conhecido defensor de nosso patrimônio cultural. Em Mato Grosso e Goiás é reduzido o número de monumentos históricos;
- c) na Região Norte preocupa-me Belém do Pará. Por ser área metropolitana acho prudente manifestação de interesse do Governo Federal no sentido de que seja preservada a área mais antiga da cidade. A solicitação de programa estadual reforçará a preocupação local com este aspecto, ainda que a alocação de recursos federais seja pequena e/ou nos moldes adotados para a recuperação do teatro de Manaus;
- d) no Sul, além do acervo de São Miguel das Missões (RS), Paranaguá e Morretes (PR), embora existam programas de preservação a serem encaminhados ao Governo Federal pleiteando recursos, poucas obras se enquadrariam nos objetivos do atual Programa;
- e) finalmente, o objetivo maior do levantamento nacional, mesmo que a decisão seja lançar o Programa nos três Estados, é

---

<sup>87</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

de induzir os novos administradores ao estudo, registro e, se possível, preservação do acervo histórico, artístico e cultural de cada Estado. (ANDRADE, 1975, p. 1-2)

Baseado nesse entendimento, Andrade propôs três alternativas para uma nova abrangência do Programa: a) Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; b) Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Goiás; e c) todo o território nacional. O economista ainda informa que pretende comunicar ao Diretor do Iphan, Renato Soeiro, o início dos trabalhos e solicitar sua colaboração. Além disso, um novo Grupo de Trabalho Interministerial deveria ser constituído.

A inovação com relação ao grupo constituído em 1972 é que Andrade propõe que se trabalhe de forma conjunta com os estados a serem contemplados, que deveriam apresentar e discutir com o GT os "programas de recuperação e preservação do patrimônio histórico e artístico estadual". Os estados seriam chamados a opinar no momento da elaboração do Programa, ou seja, na construção da política, ampliando seu papel antes restrito à apresentação de projetos a partir de critérios previamente estabelecidos pela União.

Em 24 de abril, Renato Soeiro encaminhou a Andrade<sup>88</sup>:

estudo (...) procedido por técnicos deste instituto visando a extensão do Programa Integrado de Restauração (sic) das Cidades Históricas do Nordeste às cidades dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. (SOEIRO, 1975, p. 1)

São indicados monumentos em cidades nesses seis estados, sendo apontada a necessidade de Cr\$ 15 milhões ao Rio de Janeiro, Cr\$ 6 milhões ao Espírito Santo, Cr\$ 40 milhões para Minas Gerais, Cr\$ 8 milhões para Goiás, Cr\$ 3 milhões para o Mato Grosso e Cr\$ 9 milhões ao Estado de São Paulo.

---

<sup>88</sup> Ofício Iphan 1070/75. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

Em 02 de junho de 1975 foi editada a Portaria Interministerial MEC/SEPLAN/MIC 068, instituindo Grupo de Trabalho "para elaborar Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro"<sup>89</sup>. Não encontramos documentação que esclarecesse porque se manteve apenas os três estados, apesar da justificativa elaborada por Henrique Oswaldo de Andrade. Entretanto, o economista esclareceu que o Estado de Minas Gerais havia pressionado politicamente por essa expansão desde o lançamento do Programa, e que Élcio Costa Couto teria sugerido incluir o Rio de Janeiro. Andrade, por outro lado, teria proposto o Espírito Santo "para não ficar um buraco" entre as duas áreas-programa (Nordeste e Minas Gerais/Rio de Janeiro) (ANDRADE, 2012).

Na portaria se estabelece que o GT deveria selecionar as cidades a serem contempladas pelo Programa, avaliando seu estado atual, sua potencialidade turística, bem como suas condições de acesso e hospedagem, "aspectos de interesse comum, artesanato e folclore" e indicação das fontes de recursos para o Programa.

Ainda no mês de junho os ministérios indicaram os representantes no Grupo de Trabalho: Augusto da Silva Telles (MEC/Iphan), Francisco Manoel de Mello Franco (MIC/Embratur) e Briane Elizabeth Panitz Bicca (Minter/Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU). Henrique Oswaldo de Andrade solicitou ainda o assessoramento do historiador Luiz Gonzaga Teixeira (por sua experiência na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte) e Affonso Armando Vitule, da Delegacia Regional da Seplan/PR em Recife, por sua experiência na implementação do Programa no Nordeste. Apesar da solicitação de participação de Vitule, a Delegacia foi representada por seu delegado, Vicente da Costa Silva, e o arquiteto HÉlvio Polito Lopes.

---

<sup>89</sup> Não encontramos documentação sobre o motivo de manter-se a ampliação apenas aos três estados, apesar da proposta inicial mais ampla realizada por Henrique Oswaldo de Andrade.

Na primeira reunião<sup>90</sup>, ocorrida em Brasília no dia 25 de julho de 1975, o grupo iniciou as discussões avaliando o Programa do Nordeste. Assim, citam-se as dificuldades relatadas pela Delegacia Regional da Seplan/PR sobre a falta de profissionais qualificados para elaborar projetos e executar as obras de restauração (50% dos recursos não teriam sido utilizados devido a isso) e sobre o desinteresse dos estados pelo Programa ("dão maior ênfase a projetos econômicos"). Além disso, o grupo observa, entre outras questões:

a) que a "estaticidade" do Programa impedia a Seplan, o Iphan e os municípios de proporem projetos;

b) que não se conseguia controlar a obrigatoriedade de conservação dos monumentos pós-intervenção;

c) a exiguidade da equipe da Seplan/PR para análise dos projetos apresentados;

d) que a falta de rubrica específica no Programa para recursos de infraestrutura estaria inviabilizando obras nessa área, já que os estados não possuíam capacidade financeira para isso, apesar de assim ter sido proposto na EM 076-B/73.

Algumas propostas são apresentadas para constituir a Exposição de Motivos com vistas à ampliação do PCH:

(...)

- inclusão no Programa de áreas que hoje ainda não possuem fluxos turísticos.

- inclusão de recursos para execução de planos turísticos e prioridades para restauração.

(...)

- possibilidade do FINEP<sup>91</sup> financiar formação de pessoal de empresas e fundações, assim como o PIPMO<sup>92</sup> do Ministério do Trabalho.

---

<sup>90</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

<sup>91</sup> Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Posteriormente, a FINEP substituiu e ampliou o papel até então exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), constituído em 1964 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

- recomendar a ampliação do Programa do Nordeste até 79 e dos respectivos recursos.
- sugestão de execução de planos pelos Estados, que seriam ressarcidos quando da execução da obra projetada.
- utilização da SAREM<sup>93</sup> para dar cursos aos Estados.
- utilização da Embrafilme e das TVs para divulgação.
- alocação de recursos para publicação de trabalhos de restauração.
- padronização de ficha de levantamento para posterior edição de um Guia de Obras, a ser incluído nos roteiros turísticos.
- incentivo especial por parte da EMBRATUR para pousadas, que atualmente só admite pousadas com mais de 50 quartos, impedindo o surgimento de unidades familiares.
- criação das CTIs<sup>94</sup> culturais.
- elaboração do termo de referência de orientação dos Estados, para execução do plano de roteiros turísticos constando as obras para restauração e recursos, que teria de ser obedecido na liberação de recursos.
- alocar recursos para acompanhamento.
- exigência de Protocolo de Intenções por parte dos Estados.
- sugestão de aproveitamento das antigas rodovias de interesse turístico para montagem de roteiros. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 3)

Da segunda reunião<sup>95</sup> do GT, ocorrida no Rio de Janeiro em julho de 1975, participou representante da Coordenação da Região Metropolitana daquela cidade. Informou-se que o MEC havia iniciado o estudo para reestruturação do Iphan, e que provavelmente a proposta seria de transformá-lo em Fundação. Essa notícia significava o início do atendimento a um dos objetivos da EM 076-B/73, quase dois anos depois, e que vinha sendo solicitada insistentemente pela Delegacia Regional da Seplan/PR.

Durante a reunião, o grupo sugeriu que se estabelecessem "percentuais diferenciados ascendentes" para as cidades que não teriam apelo turístico consolidado, buscando evitar a concentração

---

<sup>92</sup> O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, vinculado ao Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, tinha como objetivo promover habilitações profissionais, qualificação e treinamento de adolescentes e adultos em ocupações para os diversos setores econômicos, em consonância com as diretrizes da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.

<sup>93</sup> Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

<sup>94</sup> Não conseguimos informações sobre o que seriam os "CTIs" Culturais.

<sup>95</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

de recursos públicos nesses locais, já que seria onde o empresariado teria maior interesse em investir. Assim, esboçou-se "uma listagem de áreas prioritárias de ação do Programa, da qual constam áreas deprimidas com potencial turístico e inexplorado" (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 4), citando regiões e cidades dos três estados, com respectivas prioridades.

Além disso, foram feitas diversas sugestões:

- Maior participação da iniciativa privada na implementação do Programa.
- Instalação de casas de cultura, nos prédios de interesse histórico e artístico, que podem ser equipadas com recursos provenientes do Conselho Nacional de Cultura.
- Instalação de teatros populares, para usos múltiplos.
- Instalação de escolas e organizações comunitárias.
- Inclusão no item formação de recursos humanos, de verbas para diárias e deslocamento dos técnicos participantes dos cursos.
- (...)
- Subsídio dos juros e correção monetária de empréstimos do BNH para infra-estrutura em áreas patrimoniais.
- Alocação pela SAREM dos recursos para obras rodoviárias constantes do Programa, através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.
- Comprometimento de recursos do DNER para as rodovias indicadas no Programa, a serem executadas pelo DER, através de repasse.
- Mobilização das empresas de mineração tendo como exemplo o compromisso da Vale do Rio Doce em retirar do Fundo de Exaustão 1% (um por cento) para restauração.
- Modificação pela EMBRATUR dos critérios referentes ao nº de quartos exigidos para aprovação e obtenção de incentivos para pousadas em áreas históricas, obrigatoriedade de aprovação dos projetos pelo IPHAN.
- Alocação de incentivos da EMBRATUR também para centros turísticos (restaurantes, centros de artesanato, de informações, hotel, etc.) e de restaurantes isolados, que utilizem prédios históricos.
- inclusão de recursos para cadastro e pesquisa documental, em convênio com os Conselhos Estaduais de Cultura e Universidade. Criação de um fundo a ser aplicado na preservação do Patrimônio e que desse continuidade aos programas especiais de forma a garantir um fluxo constante de recursos, nos moldes do Fundo Nacional de Cultura proveniente da Loteria Esportiva e proposto pelo IPHAN ao Governo passado. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 6)

Percebe-se, nas sugestões do GT, que se busca, efetivamente, uma integração com as políticas existentes dos órgãos envolvidos. Ao invés de restringir-se aos instrumentos do próprio programa, procura-se potencializar as ações desses diversos órgãos. Assim, o grupo propõe uma ação articuladora do Programa, para além de elaboradora. A recomendação do envolvimento da Sarem, por outro lado, parece reforçar, cada vez mais, o caminho da descentralização.

Também há um enfoque em possíveis parcerias, como no exemplo do envolvimento da mineradora pública Vale do Rio Doce por meio da destinação de 1% do Fundo de Exaustão<sup>96</sup> para obras de restauração, sugerindo também a discussão sobre compensações a serem ofertadas por atividades poluidoras e degradadoras do patrimônio cultural.

Na terceira reunião<sup>97</sup>, realizada em 15 de agosto de 1975, novamente na cidade do Rio de Janeiro, a Exposição de Motivos começa a ser melhor delineada pelo Grupo, que propõe os seguintes pontos:

- criação de um Conselho Consultivo, baseado no presente Grupo de Trabalho, tendo por tarefa a articulação dos organismos vinculados à execução do Programa, o desenvolvimento de proposições complementares à EM, o acompanhamento e avaliação do Programa, e a resolução de casos omissos. Este Conselho Consultivo viria a cumprir igual tarefa junto ao Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, preenchendo a lacuna existente entre as indicações da EM, e as situações específicas surgidas durante o desenvolvimento do Programa;
- A inclusão do IPHAN e da SEPLAN, dentre os organismos com poderes de solicitar junto à Comissão Executiva, a alocação de recursos para obras de interesse do Programa;
- O estabelecimento de percentuais diferenciados de participação do Programa para os casos seguintes:
  - a) Próprios da União - 100% dos recursos alocados pelo Programa;
  - b) Sítios ou edificações julgados de interesse para o cumprimento dos objetivos do Programa e indicados pelo IPHAN ou SEPLAN - 100% dos recursos alocados pelo Programa;

---

<sup>96</sup> Não encontramos referências à existência de legislação específica sobre o Fundo de Exaustão, portanto não se tem conhecimento se era um fundo estadual (de Minas Gerais) ou federal. Entretanto, sabemos tratar-se de Fundo destinado aos municípios para recuperação de áreas exauridas por trabalhos de mineração.

<sup>97</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

c) Monumentos de interesse dos organismos estaduais - percentuais variando segundo a situação dos mesmos na escala de prioridades estabelecida.

Nos casos constantes dos itens A e B, os projetos seriam realizados pelo IPHAN.

- Delegar à EMBRATUR a elaboração, edição e distribuição de publicações contendo roteiros turísticos detalhados da área programada;

- concitar o Ministério das Minas e Energia a promover a preservação dos sítios e edificações de interesse histórico, ao longo das rodovias, bem como da recomposição da paisagem nas áreas de mineração;

- Propor mecanismo que permita e estimule a participação dos proprietários das edificações de interesse histórico na sua preservação;

- A concretização do que se encontra expresso com recomendação da Carta de Brasília, referente à criação de organismos de Patrimônio Histórico e Artístico, a nível Estadual e Municipal, e de suas respectivas legislações de tombamento e preservação;

- Enfatizar compromisso das instituições públicas na utilização de edificações de interesse patrimonial para instalação das suas atividades;

- Vincular, através da CNPU, o presente programa ao Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU), de forma a permitir, através de recursos de ambos os programas, a instalação de equipamentos desse tipo nas áreas patrimoniais;

- Estudar forma de controle sobre a ambiência interna do imóvel restaurado (mobiliário, decoração, ajardinamento, letreiros, etc), tendo sido sugerido para tanto:

a) Apresentação de projeto de ambientação de cuja aprovação dependeria a liberação da última parcela dos recursos do Programa;

b) Vistoria por parte da Secretaria Executiva do Programa, após a qual o imóvel seria liberado para utilização;

c) Execução de um manual de orientação para aquisição de equipamento, e demais complementos.

- Aproveitar a experiência de organismos tais como o CENDEC<sup>98</sup> e a SEMOR, na formação de técnicos para pesquisa histórico-arqueológica, pesquisa documental e projeto de preservação e revitalização;

- Utilizar para o presente Programa, a estrutura do Curso Intensivo de Preparação de Mestres de Obras em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos;

- Definir claramente, o conceito de Historicidade sobre o qual irá se calcar a indicação dos monumentos e/ou espaços a restaurar e revitalizar, e que envolve:

a) Os exemplares vinculados a fatos da história local e/ou regional, remota ou recente;

---

<sup>98</sup> Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (Cendec). Criado no final de 1967 para atividades de formação e capacitação de pessoal, ligado ao Ipea. Fonte: sítio eletrônico do Ipea <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 08.jun.2012.

- b) Os exemplares representativos de expressões arquitetônicas locais ou regionais, independentemente da qualidade que lhes possa ser atribuída;
- c) Os exemplares caracterizadores sócio-culturais locais e/ou regionais. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 1-3) [grifo no original]

Se por um lado observa-se a busca de envolvimento de outras instituições no Programa e se propõe o cumprimento da Carta de Brasília para a criação de entidades estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, percebe-se que não se avança quanto à inclusão dos estados e municípios no âmbito da estrutura decisória do Programa. Assim, o Conselho Consultivo é proposto com representantes apenas de órgãos da União, e o Iphan e a Seplan passariam a ter poder de indicar projetos, sem necessariamente ter de articular com os estados e municípios sua inserção nos planos estaduais. Por outro lado, o *conceito de historicidade* inclui explicitamente "expressões arquitetônicas locais ou regionais, independentemente da qualidade que lhes possa ser atribuída" e, especialmente, "os exemplares caracterizadores sócio-culturais locais e/ou regionais", avançando no reconhecimento do patrimônio local como passível de investimento federal, algo que seria improvável nas ações orçamentárias do Iphan.

A proposta de vincular o programa de Centros Sociais Urbanos apresenta a questão do serviço social, abordando, de forma um pouco diferente, o que já havia sido levantado por Hélivio Polito Lopes em seu estudo para estabelecimento de critérios para a priorização de projetos apresentados ao Programa.

A quarta reunião<sup>99</sup>, em agosto de 1975, ocorreu em Vitória, no Espírito Santo, com a participação da diretoria e técnicos da Fundação Cultural desse estado, sendo esclarecidos os objetivos do

---

<sup>99</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

Programa e o papel da Fundação para sua consecução, discutindo-se, especialmente:

- Possibilidade de formação, em caráter de emergência, de profissionais de projeto nas áreas de arqueologia-histórica, restauração e ambientação;
- Viabilidade da instituição de um sistema de incentivo à preservação do patrimônio, através de isenções tributárias a particulares e de instrumentos para formulação de um programa de investimentos privados em preservação;
- (...)
- Nos casos de resquícios de material arqueológico ou mesmo de ruínas poderão, conforme foi sugerido, ser executadas obras para instalação de equipamentos de apoio, tais como, restaurante ou bar a fim de viabilizar a visita aos locais. (BRASIL, 1975, p. 1-2)

Aqui destacamos a inclusão da possibilidade de financiamento de projetos exclusivamente para preservação do patrimônio arqueológico, ou seja, não apenas como parte das restaurações de monumentos, possibilitando a construção de equipamentos de apoio para viabilizar visitas aos locais.

Para a quinta reunião<sup>100</sup>, em 28 de agosto de 1975, o GT reuniu-se em Belo Horizonte. Além dos assuntos tratados na reunião anterior com o Espírito Santo, o GT discutiu

- (...) promulgação de legislação de controle do comércio de antiguidades nas cidades históricas, por meio de registro em cartório de cada uma das peças, constando sua origem e características;
- (...)
- Formação de restauradores de bens móveis, dos quais existe em Minas Gerais apenas um profissional em atividade;
- Na área de artesanato existe interesse na implantação de cursos que visem impedir o processo de descaracterização do produto, bem como a montagem de um sistema de apoio à produção e comercialização do artesanato local;
- O acervo de música barroca mineira a ser ainda pesquisado, exige a formação de um grupo de pesquisadores, além da necessidade de aquisição das partituras musicais já restauradas e da microfilmagem de obras;

---

<sup>100</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 61G.

- Possibilidade de serem citadas na E.M. as alternativas existentes para execução de projetos de restauração de edificações particulares, cabendo ao Estado, em cada caso, o exame e definição da melhor solução;
- Urgência na montagem de um laboratório para pesquisa de uma tecnologia de restauração, especificamente se voltada para resolução dos problemas que vêm ocorrendo na área de mineração, na qual grande n° de monumentos vêm se deteriorando rapidamente. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 1-2)

Nos três estados foram discutidos os planos de preservação propostos pelas entidades locais. Observa-se que em cada um deles foram levantadas questões que diziam respeito a especificidades locais que só poderiam ser identificadas em diálogos como os que foram realizados. Também se percebe a preocupação dos estados com uma solução para a necessidade de recuperar o patrimônio de propriedade privada. Nesse sentido, Minas Gerais propõe claramente que a Exposição de Motivos citasse alternativas a serem selecionadas pelos estados dependendo das condições locais para definir a melhor solução.

Os resultados das atividades foram consubstanciados em relatório<sup>101</sup> assinado por todos os integrantes do Grupo de Trabalho, que, apesar de não ser datado, provavelmente é posterior a setembro de 1975<sup>102</sup>. O documento é estruturado em 14 itens: Atuação do Grupo de Trabalho; Condicionantes Históricas; Situação Atual; Avaliação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste; Objetivos do Programa; Tipos de Projetos enquadrados no Programa; Homogeneização de Procedimentos; Coordenação e Execução; Condições à Participação no Programa; Atribuições do Iphan; Atribuições da Embratur; Recomendações; Origem e Montante de Recursos; e Proposição de Complementação de Recursos para o Programa do Nordeste. Na apresentação do documento, o nome do Programa já sofre uma alteração: ao invés de Reconstrução, utiliza-se

---

<sup>101</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 66, camisa 69G

<sup>102</sup> Data de relatório da Delegacia de Recife citado no documento final do GT.

Restauração, definindo-se como Programa Integrado de Restauração das Cidades Históricas dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. O item "atuação do grupo de trabalho" esclarece o método utilizado:

Considerando que o apoio federal, através de programas dessa natureza, objetiva não só a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, mas também induzir os Estados e Municípios a uma ação ordenada e permanente de preservação e valorização de seu acervo de valor cultural, dando-lhes adequada utilização, o GT, desde o início de seus trabalhos, manteve contato com as entidades estaduais responsáveis pela área cultural e turística expondo os objetivos de seu trabalho e as possibilidades de ação conjunta. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 1-2)

Importa destacar no trecho acima a intenção declarada de que o Programa visava a induzir os estados e municípios à elaboração de políticas permanentes de preservação do patrimônio cultural, ou seja, que existissem e continuassem para além da existência do PCH. O relatório explicita que a proposta apresentada contempla diversas sugestões elaboradas pelos estados, bem como considera os estudos e levantamentos realizados por aqueles entes, após orientações realizadas pelo próprio GT, para a formulação do documento final. Ademais, o documento esclarece que também tomou por base a avaliação do Programa do Nordeste, resultando "na definição da estratégia, dos instrumentos e da estrutura funcional necessária à consecução do Programa ora proposto e sua vinculação com o do Nordeste" (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 2).

Na avaliação do Programa do Nordeste, o documento repete as dificuldades presentes nos relatórios da Delegacia Regional da Seplan/PR. Esses obstáculos justificam a nova formulação de objetivos e instrumentos:

Os subsídios fornecidos ao G.T., pela clara identificação dos pontos de estrangulamento acima citados, conduziram a uma nova

formulação de objetivos e instrumentos em relação ao Programa do Nordeste, de forma a permitir maior adequação e dinamicidade das ações a serem desencadeadas nos Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1975, p. 7)

O grupo sugere então que as propostas para funcionamento do Programa nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro sejam estendidas ao Nordeste, homogeneizando os procedimentos e aproveitando a avaliação dos resultados da experiência nessa região.

Do ponto de vista operacional, a grande mudança se refere à constituição de uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA), composta pelo Iphan, Embratur, CNPU e Seplan, conforme proposto na segunda reunião do Grupo de Trabalho. A CCA teria atuação para as duas áreas-programa, aprovando os planos de preservação estaduais como primeira condição para os investimentos federais. Com isso se pretendia analisar a coerência de roteiros turísticos propostos, além de garantir um planejamento global para todos os projetos, que permitiria uma análise mais acurada sobre a potencial recuperação do sítio, e não apenas de monumentos isolados. Apenas após essa aprovação, os projetos deveriam ser encaminhados para exame do Iphan, da Embratur e da Seplan/PR.

Devido à ampliação da área-programa, também se recomendou a criação de uma secretaria executiva em Brasília, para atender aos estados do Sudeste, enquanto a Delegacia Regional da Seplan/PR em Recife manteria o atendimento aos estados do Nordeste. Ambas passariam a apoiar a CCA, não sendo mais atribuída à Seplan a aprovação final dos projetos.

Ainda com relação à operação, abre-se a possibilidade de Seplan e Iphan proporem projetos diretamente à Comissão, sem a necessidade de constarem nos planos estaduais, não sendo necessária contrapartida financeira. Apesar de na primeira reunião do GT os municípios também estarem incluídos na problemática de não poderem

propor projetos diretamente, eles não são contemplados com tal possibilidade nesse momento.

Ampliam-se os tipos de projetos a serem financiados, destacando-se especialmente a possibilidade de investimento em pesquisas e levantamentos, bem como em planos de "agenciamento de núcleos ou áreas de valor cultural" e obras de restauração em edificações "que definem a ambientação do monumento".

Com relação às articulações com políticas de outros órgãos, foram incluídas no item "recomendações" propostas para a Embratur, DNER e DER, INCRA, organismos financiadores e empresas responsáveis pela instalação de infraestrutura urbana, entidades financeiras federais e estaduais, IBDF, FINEP, entidades estaduais executoras do Programa, estados e municípios, CNPU, Departamento de Assuntos Culturais e Conselho Federal de Cultura. Como ficam no campo das recomendações, dependeriam exclusivamente da capacidade de articulação da Comissão.

Já no que se refere à possibilidade de investimentos em imóveis privados, apesar dos apelos dos estados, mantém-se apenas a proposta de indução por meio de incentivos fiscais a serem concedidos pelos estados e municípios, algo já recomendado em 1973, não se chegando a uma proposta concreta para a questão.

A fonte de recursos continuaria a ser o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, propondo-se, além da destinação de recursos para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a complementação de valores para o Nordeste e a extensão do Programa até 1979.

A complementação de recursos ao Nordeste foi efetivada pela EM 060/76, como já visto, provavelmente devido à demora da publicação da Exposição de Motivos que oficializou a proposta do Grupo de Trabalho, ocorrida apenas em fevereiro de 1977. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade (2012), essa demora deveu-se às dificuldades operacionais para inclusão dos novos recursos no orçamento federal.

A EM 024/77<sup>103</sup> é bastante sucinta: propõe a utilização de recursos do FDPI

dentro do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, em apoio a estudos, projetos e investimentos que vêm sendo realizados pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, visando à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas. Essas iniciativas se ligam à idéia de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento de atividades turísticas nas áreas históricas em referência. (BRASIL, 1977, p. 1)

Em seguida, são explicitados o objetivo geral e os critérios de atendimento:

monumentos e conjuntos situados em áreas economicamente debilitadas ou ameaçadas de descaracterização ou destruição pelo crescimento urbano acelerado, por vizinhança industrial ou atividade de mineração, assim como pelo mau uso de um turismo predatório. Da mesma forma serão tratadas solicitações que visem ao aproveitamento de monumentos passíveis de imediata integração em roteiros turísticos estabelecidos em função de estudos previamente elaborados. (BRASIL, 1975, p. 1-2)

São solicitados Cr\$ 220 milhões para os anos de 1977 e 1978, sendo CR\$ 30 milhões a serem destinados ao Iphan. Por último, propõe-se

a adoção de providências necessárias a execução e implementação das medidas propostas e fixação de normas para a aplicação dos recursos previstos (...), ajustando, no que for necessário, os critérios e normas de que trata a E.M. nº 076-B, de 31 de maio de 1973. (BRASIL, 1975, p. 2-3)

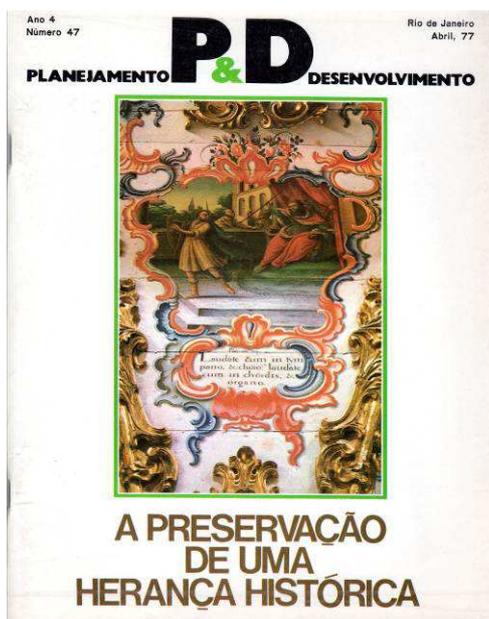
A Portaria Interministerial Seplan/MEC/MIC 019, de 04 de março de 1977, regulamenta detalhadamente o funcionamento do Programa (ver Quadro 7) a partir das recomendações do relatório conclusivo

---

<sup>103</sup> Arquivo Central Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, Camisa 73G.

elaborado pelo Grupo de Trabalho. Estabeleceu que os critérios e normas por ela explicitados valham para os recursos previstos nas EM 076/73 e 060/76. Com isso, fica estabelecida uma forma de operação única para as duas áreas-programa: Nordeste e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A Portaria Interministerial 019/77 também corrigirá uma lacuna da EM 024/77: atribuirá à Comissão de Coordenação e Acompanhamento "definir formas de alocação de recursos para projetos de bens imóveis de valor cultural pertencentes ao privado".

Em abril de 1977, a revista Planejamento & Desenvolvimento<sup>104</sup> anuncia a implementação do Programa nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, inspirado na ação realizada no Nordeste brasileiro. O conteúdo do texto é praticamente idêntico ao relatório conclusivo do Grupo de Trabalho.



O paciente trabalho de preservação da cultura brasileira, através da conservação e restauração do sítio: mais representativo de arte e história, que vem sendo realizado no Brasil desde 1937, e que, nos últimos anos, recebeu incentivo excepcional, em toda a área do Nordeste, começou, dentro de pouco tempo, a ser igualmente disseminado na região Sudeste, na busca de outras restaurações, marcos que contem a história de formação da terra brasileira.

Inspiração no Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, um Grupo de Trabalho criado por decisão interministerial em junho de 1976 e formado por representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República realizou estudos e exames das possibilidades de restauração e aproveitamento do vasto acervo cultural dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, que inclui muitos dos principais monumentos da arte colonial do continente americano.

Este trabalho visou a elaboração, para os três Estados, de programas de restauração de suas cidades históricas, semelhantes ao que foi implementado há três anos no Nordeste. Os programas estruturais deverão adotar mecânicas idênticas em instrumentos e objetivos, havendo possibilidade de aplicação quando iniciativas de gênero forem iniciadas e outras regiões do País.

Os trabalhos de restauração e preservação, quando iniciados, deverão priorizar os monumentos em vias de destruição e aqueles que, recuperados, permitam sua pronta utilização de ponto de vista turístico ou para fins culturais e comunitários. Será dada atenção especial à formação de núcleos de cultura, tanto a nível superior quanto a operário, para recuperação do patrimônio de valor histórico e artístico.

#### Um pouco de Passado

Assim como no Nordeste, os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são extremamente ricos em sítios e bens culturais que dão testemunho da formação da História Brasileira. Na faixa litorânea, sobretudo desde os tempos da defesa da costa e do início da colonização, primeiramente jesuítica e da economia da cana-de-açúcar. Base da ocupação interna do País, a cultura do cana teve maior visão, entretanto, na região Nordeste. Para o Sul, a produção concentrou-se no Espírito Santo, no Rio

<sup>104</sup> "A Preservação de uma Herança Histórica". Revista Planejamento & Desenvolvimento, ano 4, nº 47. Seplan/PR: Rio de Janeiro, abril 1977. P. 27-58.

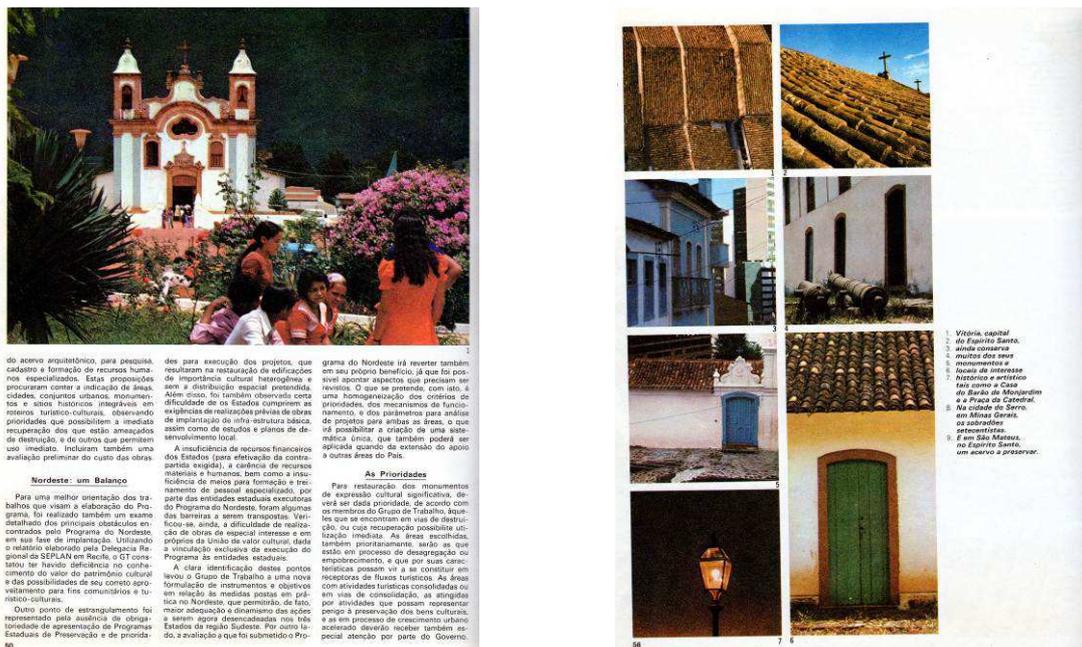


Figura 10: Edição de revista Planejamento & Desenvolvimento divulga a ampliação do Programa de Cidades Históricas para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Abr. 1977.

Por fim, a Portaria Seplan/PR 050, de 25 de maio de 1977<sup>105</sup>, instituiu a Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA), constituída por Henrique Oswald de Andrade (Seplan/PR), Augusto da Silva Telles (Iphan), Francisco Manoel de Mello Franco (Embratur) e José Guilherme Francisconi (CNPQ), dando início ao agora chamado Programa de Cidades Históricas:

O texto da EM nº 024 já indica uma inflexão na política de financiamento do programa. Diminui sensivelmente a ênfase no desenvolvimento do turismo e estabelece novos critérios para a seleção de projetos, mais de acordo com as diretrizes da política de preservação das áreas urbanas iniciada em 1967 com apoio da UNESCO. (SANT'ANNA, 1995, p. 168)

Na verdade, como visto, até a implementação do PCH não houve intervenções em núcleos urbanos, não se podendo afirmar que havia uma "política de preservação das áreas urbanas iniciada em 1967". De fato, houve a elaboração de planos que encontraram dificuldades em

<sup>105</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 57G.

sua implantação. Anteriormente vimos que a elaboração de planos urbanos era discutida desde a década de 1960 no âmbito do desenvolvimento urbano, tendo como marco a criação do Serfhou em 1964, que obrigava a execução de planos diretores para cidades segundo critérios estabelecidos pelo órgão. De acordo com Sant'Anna, os planos "quase sempre eram elaborados em defasagem com relação à estrutura urbana real, e durante o PCH não foi muito diferente" (1995, p. 179)<sup>106</sup>.

De qualquer forma, certamente o discurso dos documentos do PCH aproxima-se daquele momento em que Michel Parent alertava claramente para a necessidade de se elaborar planos globais, com abordagem da problemática do patrimônio cultural a partir de um diagnóstico da situação urbana. Esse entendimento é bastante visível nos critérios para priorização dos projetos: se na EM 076-B/73 importava a possibilidade de uso imediato para o turismo, considerando a existência da infraestrutura turística, agora, na Portaria Interministerial Seplan/MEC/MIC 019/77, é igualado o patrimônio em vias de destruição e o que possibilite, após a recuperação, sua "pronta utilização" - qualquer utilização. Entretanto, a prioridade viria principalmente da situação do núcleo, analisado igualmente sob o ponto de vista turístico e de desenvolvimento urbano:

- a) em desagregação ou empobrecimento e que por suas características possam vir a se constituir em receptoras de fluxos turísticos;
- b) com atividades turísticas consolidadas ou em vias de consolidação;
- c) atingidas ou em vias de serem atingidas por obras ou atividades que por sua dinâmica possam representar perigo à preservação dos bens culturais; e
- d) em processo de crescimento urbano acelerado. (BRASIL, 1977, p. 1)

---

<sup>106</sup> Sant'Anna (1995) aprofunda a análise sobre os planos financiados pelo PCH, buscando identificar os motivos para a não implementação deles.

Além de uma aproximação com o debate realizado pela Unesco no fim da década de 1960, o Programa inicia uma articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU, 1975), algo bastante coerente considerando a participação da Comissão de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR) no Grupo de Trabalho. Destacamos que a PNDU considera a cidade como reprodução espacial do capital, estabelecendo uma correlação direta entre a oferta de emprego (ligado especialmente à atividade industrial), migrações intranacionais (em busca do emprego), urbanização e distribuição da população no território. Dessa forma, entendia-se que era necessário intervir na dinâmica econômica das regiões para que se conseguisse mudar o cenário da concentração x esvaziamento visando a um melhor equilíbrio de desenvolvimento socioeconômico entre as áreas.

O PCH desde o início perseguia esse objetivo, na medida em que buscava a geração de renda para enfrentar a estagnação econômica nas cidades históricas, especialmente na região Nordeste, que perdia não só riqueza, mas população para o Sudeste brasileiro. Entretanto, no seu início desprezava, ao menos no discurso, a importância de se atentar para as condições sociais nas próprias cidades. Isso começa a ser ressaltado nas avaliações da Delegacia Regional da Seplan/PR e, principalmente, nas reuniões do grupo de trabalho instituído para ampliação do Programa.

É assim que vemos praticamente desaparecer a importância da viabilidade econômica de cada um dos monumentos a serem recuperados, apontando para uma interpretação mais ampla em que eles passam a ser vistos como oportunidades de intervenção do Estado brasileiro para a reorganização do espaço intraurbano, adequando-se a usos que não necessariamente reverteriam em rentabilidade econômica, mas teriam retorno social.

Apesar disso, ainda não vemos, nesses momentos de avaliação, debate sobre uma necessária política habitacional brasileira para esses centros históricos. Tal questão, entretanto, já estava em

pauta como problema urbano fundamental a ser solucionado desde a década de 1960, vide a criação do BNH. Contudo, a discussão sobre a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada, e até a proposta feita pelo Estado de Minas Gerais sobre alternativas para o financiamento direto aos proprietários dos imóveis nas cidades históricas, não focalizam os usos residenciais e comerciais comuns da população moradora. Na verdade, a recuperação dos imóveis de propriedade particular é pensada mediante a influência que seu estado de conservação teria no conjunto de uma cidade, já que correspondem a cerca de 80% das edificações das cidades brasileiras (GOULART FILHO, 1968).

Concluimos, então, que as avaliações realizadas pela Delegacia Regional da Seplan/PR e pelo grupo de trabalho constituído para a ampliação do Programa convergiram especialmente no que se refere aos procedimentos e alguns critérios (elaboração dos planos estaduais, possibilidade de propostas de projetos pelo Iphan e pela Seplan etc.). Entretanto, prevalecem no relatório final, com relação aos conceitos, as abordagens discutidas nas reuniões dos grupos, bastante próximas às utilizadas na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano presente no II PND.

Ademais, vimos que o próprio método de trabalho do GT ressaltou a necessidade de ouvir os estados para a elaboração de nova proposta para o Programa, reforçando a intenção de descentralização da política.

Por último, observamos que o GT aproximou novamente Seplan e Iphan, propiciando uma *segunda chance* para convergência das políticas que até então estavam sendo levadas em paralelo por esses dois órgãos. Além disso, trouxe um parceiro de peso para o debate - a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - que, apesar de recém-criada, representava uma política importante do II Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano. Essas (re)aproximações serão concretizadas nas reuniões da Comissão de Coordenação e

Acompanhamento (CCA) criada pela EM 24/77, que centralizará as decisões sobre os projetos a serem atendidos pelo Programa em sua nova fase.

Quadro 7: Comparação entre as EM 076-B/Portaria nº 50, de 1973 e EM 24/Portaria nº 19, de 1977.

	EM 076-B e Portaria Interministerial nº 50, 1973	EM 24 e Portaria Seplan nº 19, 1977
Objetivo principal	Preservação e uso monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste, tornando-os economicamente viáveis, atendendo à geração de renda pela sua utilização turística.	Restauração progressiva de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico para preservação de expressões culturais significativas, com o objetivo de criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas.
Objetivos específicos	Participação conjunta e efetiva de todos os organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa.	promover a indispensável participação, conjunta e efetiva das administrações federal, estadual e municipal, inclusive na adequada sensibilização cultural das comunidades, notadamente de suas lideranças e de proprietários e usuários de bens culturais.
	Utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas que atuem no setor turístico ou por parte de repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais.	orientar os organismos da administração pública direta e indireta, entidades turísticas, comunitárias, culturais ou educacionais, a utilizarem edificações e espaços de valor cultural como garantia de preservação do monumento através do seu uso continuado
	Formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário.	fomentar adequada integração da atividade turística no quadro cultural, propiciando, fundamentalmente, a valorização e preservação do patrimônio histórico e artístico
	Formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal.	dar apoio a atividades complementares, tais como formação e capacitação de recursos humanos especializados, a nível superior, intermediário e operário; pesquisa, prospecção e cadastramento de bens culturais móveis e imóveis, visando, inclusive, à preservação de manifestações culturais em extinção ou deformação, de caráter erudito ou popular; formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em técnicas de criação artística e artesanal;
	Complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região.	dar prioridade à implantação e complementação da infraestrutura física de acesso, serviços públicos e de hospedagem na região
	Estímulo e a recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades	induzir o setor privado, através da Concessão de incentivos tributários estaduais e municipais, a restaurar e conservar imóveis residenciais e comerciais de valor cultural;
	Promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal que os habita,	determinar a inclusão nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de legislação de proteção às áreas de valor cultural. motivar o empresariado ligado a atividade turística a

	estimulando-a à preservação e conservação. Promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional, com vistas à formação de uma consciência nacional de admiração e respeito ao nosso passado e objetivando igualmente um fluxo turístico capaz de incrementar a renda da região Nordeste.	participar de projetos através de convênios, locações, aquisições e outras formas que possibilitem a utilização dos sítios e monumentos para fins turísticos.
Critérios para priorização de projetos	Cidades com infraestrutura turística adequada (prioridade 1)	Prioridade para a restauração de monumentos, conjuntos e expressões culturais significativas em vias de destruição ou cuja recuperação possibilite sua pronta utilização, localizados em áreas: a) em desagregação ou empobrecimento e que por suas características possam vir a se constituir em receptoras de fluxos turísticos; b) com atividades turísticas consolidadas ou em vias de consolidação; c) atingidas ou em vias de serem atingidas por obras ou atividades que por sua dinâmica possam representar perigo à preservação dos bens culturais; e d) em processo de crescimento urbano acelerado.
	Cidades em vias de destruição (prioridade 2)	
	Cidades sem infraestrutura turística adequada, mas em razoável estado de conservação (prioridade 3)	
Condições	Destinação para uso imediato, tão logo se concluíssem sua restauração e adaptação	Para submeter à aprovação da Comissão de Coordenação e Acompanhamento
	Estar de acordo com a orientação técnica do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Apresentar Programa Estadual de Restauração e Preservação para o período de 1977/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida exigida;
	Ser aprovado pela Embratur e Sudene quando se tratar de projeto que objetive o uso em atividade turística direta	Apresentar projeto de guias turísticos que contenham os roteiros propostos acompanhado do protocolo de entrada, na EMBRATUR, de solicitação de apoio para sua edição; Para aprovação dos projetos pela Seplan/PR, após aprovação pela CCA: estar aprovado pelo IPHAN estar incluído no Programa Estadual de Restauração e Preservação aprovado e preencher os requisitos exigidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento. Desde que devidamente justificados, e a critério da Comissão de Coordenação e Acompanhamento, poderão ser beneficiados projetos não incluídos nos Programas anteriormente aprovados. Da mesma forma poderá ser dispensada a análise da CCA para o caso de projetos de pesquisa, prospecção e cadastramento de bens de valor cultural, móveis e imóveis, de consolidação de monumentos em vias de

		destruição, de implantação e ampliação de centros de restauração e preservação, de desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro e de cursos de formação e treinamento de recursos humanos;
		conter indicação da origem e do montante dos recursos estaduais, municipais e de terceiros a serem aportados, em percentual conjunto nunca inferior a 20% do total orçado.
		ter asseguradas as fontes de recursos a serem utilizados na manutenção e conservação do monumento após a restauração;
		apresentar comprovação do tombamento estadual do imóvel, concedendo-se aos Estados que não tiverem legislação de tombamento prazo até junho de 1978 para cumprir esta condição.
Esquema financeiro	80% recursos FDPI para projetos e obras de restauração de monumentos para as cidades com prioridade 1 e 2	80% recursos FDPI para projetos e obras de restauração de monumentos para as cidades com prioridade 1 e 2
	20% recursos contrapartida financeira dos Estados para projetos e obras de estradas, energia, saneamento básico, estudos e planos de desenvolvimento local	20% recursos contrapartida financeira dos Estados, sendo aceitas despesas com elaboração de projetos, incentivos fiscais, financiamentos e recursos utilizados na desapropriação dos sítios ou monumentos a serem restaurados;
	Dotação específica Iphan para atender às cidades com prioridade 3 e realizar reforma administrativa	Dotação específica Iphan para atender aos encargos necessários ao Programa.
Tipos de projetos contemplados	Projetos e obras de restauração de monumentos	pesquisa, prospecção e cadastramento de bens de valor cultural, móveis e imóveis
	Projetos e obras de infraestrutura (estradas, energia e saneamento básico)	desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro
	Estudos e planos de desenvolvimento local	restauração e consolidação de bens imóveis de valor cultural, agenciamento de seu entorno e restauração de bens móveis, podendo ser incluídos, ainda, em cada caso: prospecção arqueológica, arquitetônica e pesquisa documental da obra; instalação de equipamento fixo necessário à utilização da edificação; equipamento de proteção contra incêndio; publicação de documento sobre a experiência de restauração específica
	Cursos para formação de mão de obra*	planos de agenciamento de núcleos ou áreas de valor cultural instalação de equipamento de apoio turístico junto a monumentos, ruínas e vestígios arqueológicos agenciamento e restauração das edificações que definem a ambientação do monumento implantação e ampliação de centros de restauração, preservação e de desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro de bens móveis e imóveis de valor cultural formação e treinamento de recursos humanos em prospecção, pesquisa, projeto e execução

Esquema administrativo	<b>Miniplan</b>	<b>Seplan/PR</b>
	Coordenação	Orientação
	Administração dos recursos	análise dos projetos sob o ponto de vista financeiro liberação de recursos e controle de sua aplicação apoiar técnica e administrativamente a Comissão
	<b>Iphan</b>	<b>Iphan</b>
	analisar os projetos sob o ponto de vista da importância histórica e artística dos conjuntos e monumentos	analisar os projetos sob o ponto de vista da importância histórica e artística dos conjuntos e monumento
	analisar os projetos com relação ao atendimento aos critérios de restauração	analisar os projetos com relação ao atendimento aos critérios de restauração
	fiscalizar as obras	analisar os projetos relativamente à utilização proposta.
	restaurar monumentos em cidades em vias de destruição	fiscalizar as obras examinar e prestar assistência técnica para execução de pesquisas, cadastramento, planos de ambientação, cursos de formação e capacitação de recursos humanos especializados restaurar monumentos não enquadráveis nos roteiros turísticos aprovados realizar obras de emergência, pequenos reparos e conservação
	<b>Embratur</b>	<b>Embratur</b>
	Análise de projetos que visem à instalação e equipamento turístico	Análise de projetos que visem à instalação e equipamento turístico Editar, co-editar e incentivar a publicação de material de orientação turístico-cultural, relativo às áreas-programa
	<b>Estados e Municípios</b>	<b>Estados e Municípios</b>
	Execução	Elaborar os planos de preservação Execução das ações aprovadas <b>Comissão de Coordenação e Acompanhamento</b> Acompanhar o cumprimento dos objetivos e normas do Programa Analisar os Programas Estaduais de Restauração e Preservação Manter permanente contato com os organismos que, direta ou indiretamente, desenvolvam atuação relacionada com os objetivos propostos Analisar e encaminhar aos ministros representados relatórios de acompanhamento e avaliação e propostas de medidas complementares Dirimir dúvidas quanto ao enquadramento de projetos Definir forma de alocação de recursos em bens imóveis privados, com valor cultural

### **4.3 A nova fase do Programa de Cidades Históricas**

A fase que o Programa irá iniciar a partir da publicação da Exposição de Motivos 024/77 demonstra o amadurecimento do PCH. As ideias que estavam no ar desde o fim da década de 1960 no campo do patrimônio cultural, especialmente sobre a relação entre turismo e planejamento e desenvolvimento urbanos, foram parcialmente aplicadas na primeira fase do Programa, restringindo-se à preocupação com o implemento da infraestrutura turística. No entanto, nunca deixaram de perpassar as discussões entre os agentes envolvidos na implementação do PCH, conforme visto nos itens anteriores. Esses debates, que a nosso ver resultavam da cooperação do Iphan com a Unesco, dos Encontro dos Governadores, da prática institucional do Iphan e da implementação do Programa, tomam maior concretude com as atividades do Grupo de Trabalho constituído para sua ampliação, que trouxe um ator significativo: a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana. Isso certamente reforçou o discurso de pensar o patrimônio cultural dentro da concepção do desenvolvimento urbano.

Entretanto, tal fato não significa uma mudança imediata na prática do PCH. Ele avança de forma importante nesse sentido, mas as reuniões da Comissão de Coordenação e Acompanhamento apresentam um processo de transformação no qual as concepções que tratam o patrimônio a partir dos monumentos ou seu conjunto convivem com uma preocupação com o desenvolvimento das cidades, em que o patrimônio teria papel importante. Destacamos ainda que a constituição da CCA retomará a ideia inicial de haver uma decisão colegiada, a partir de um conselho deliberativo, o que não foi de fato implementado na primeira etapa do Programa de Cidades Históricas.

#### 4.3.1 *As reuniões da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA)*

A primeira reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA)<sup>107</sup> ocorreu em 1º de junho de 1977, com a presença de todos os membros, além do arquiteto da Delegacia Regional da Seplan/PR, Hέλvio Polito Lopes, e do representante suplente da Embratur, Ricardo Godoy Jaguaribe. O objetivo era apresentar o Programa - os antecedentes no Nordeste e a implementação em nova área (RJ, ES e MG) - aos integrantes da Comissão, além de esclarecer suas atribuições.

Em 03 de outubro, a Delegacia Regional da Seplan/PR encaminhou ao presidente da CCA, Henrique Oswaldo de Andrade, análise<sup>108</sup> dos Programas de Valorização do Patrimônio Histórico e Artístico do Nordeste, subsidiada pelo parecer do arquiteto Hέλvio Polito Lopes (Delegacia Regional Seplan/PR). No dia 10 do mesmo mês a Delegacia alertou<sup>109</sup> ao Presidente da CCA sobre o grande volume de assuntos que aguardavam decisão: além dos planos do Nordeste, deveriam ser avaliados pela Comissão o manual de instruções do Programa, os modelos de convênios, bem como a definição das datas de assinaturas destes.

O Manual de Instruções: Programa de Cidades Históricas<sup>110</sup> trata do mecanismo operacional, das normas, da sistemática de liberação dos recursos, da avaliação e do acompanhamento. Além disso, contém diversos modelos de documentos, como convênios, termos de compromisso, termos de referências, requerimentos, editais de licitação etc. Na apresentação do manual, o secretário-geral da

---

<sup>107</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 65G.

<sup>108</sup> Ofício Seplan/DR 324/77. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 65G.

<sup>109</sup> Ofício Seplan/DR 143/77. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 65G.

<sup>110</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 84

Seplan/PR, Élcio Costa Couto, afirma serem "diretrizes de ação" do Programa:

(...) necessidade da preservação integral de conjuntos de monumentos a compor um determinado espaço, urbano ou rural, e não apenas a preocupação com prédios isolados, muitas vezes desambientados em um espaço descaracterizado. Além do conjunto, do sítio urbano ou rural, melhor representar a produção cultural de um determinado grupo humano, em um dado momento, serve, igualmente, essa preservação, como instrumento capaz de protegê-lo de parciais destruições e mesmo, de descaracterizações de seu entorno.

(...)

A segunda diretriz refere-se ao uso a ser dado ao monumento. Desde alguns anos, tem-se modificado bastante a forma de ser encarado o projeto de restauro dos monumentos e dos sítios, com referência a seu uso posterior, não apenas em seu aspecto de manutenção físico-financeira, mas igualmente quanto à vivência da população local, com relação aos referidos bens culturais.

É essencial que se mantenham as funções existentes compatíveis com o bem cultural e que se propiciem outras novas, viáveis a longo prazo, e que ao mesmo tempo se adaptem ao contexto sócio-econômico, urbano ou rural. (COUTO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 5-6)

Já na introdução do Manual, explica-se que

A filosofia do Programa de Cidades Históricas sofreu uma evolução (...).

Desta forma, os aspectos que maior modificação sofreram referem-se, por uma parte, à idéia de conservação de conjuntos e expressões culturais e, por outra, pelo fato de os projetos elaborados obedecerem a um plano de prioridades, na medida em que se constatou que as obras realizadas apresentaram importância cultural heterogênea, além de se ressentirem de mais adequada distribuição espacial, requerida pelas finalidades turístico-culturais do Programa.

Tendo em vista estas alterações, foi necessário rever as normas e a estrutura de apoio vigentes, definindo-se nova sistemática. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 8)

Pelos trechos acima, observamos que a preocupação com o uso a ser dado ultrapassou o aspecto da rentabilidade, vinculando aspectos culturais e de identidade da população local à necessidade de preservação dos bens culturais. A expressão "bens culturais" também

representa outra alteração de conceito - já não são apenas objetos inertes, representativos, expressivos - mas produção cultural da população brasileira.

A segunda reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento<sup>111</sup> ocorreu em 08 de dezembro de 1977, com a presença de Henrique Oswaldo de Andrade, Augusto Carlos da Silva Telles, Ricardo Godoy Jaguaribe, Jorge Guilherme Francisconi e HÉlvio Polito Lopes. Nessa sessão, Silva Telles relatou e emitiu parecer sobre os programas estaduais apresentados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e estados do Nordeste), sendo todos aprovados. Destacamos, com relação à análise da CCA, os seguintes pontos:

- a) Para o Rio de Janeiro exigiu-se a integração dos projetos com suas áreas de ambientação, para as quais deveriam ser propostas medidas de proteção e a necessidade de apresentação do projeto de guias turísticos. O relator não esclarece os critérios utilizados para tal decisão.
- b) O plano apresentado por Minas Gerais foi estruturado em três itens: política urbana relativa às atividades históricas; programa de incentivo às atividades culturais; e programa trienal de restaurações. Sobre os planos - são 12 propostos no total -, o relator analisa o grau de preservação dos sítios, a situação dos acessos, a integração com os roteiros propostos pelos estados e a ameaça representada por mineradoras e abertura de estradas. Silva Telles aponta como prioritárias as cidades que se encontravam mais bem preservadas sob seu ponto de vista. Com relação ao incentivo às atividades culturais, o representante do Iphan afirma não se enquadrarem nos objetivos do Programa, com exceção do projeto para preservação de partituras musicais; e por último, sobre o programa de

---

<sup>111</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas, Caixa 82, Camisa 65G.

restaurações, o relator informa que não se utilizou do sistema de pontuação apresentado pelo estado:

Talvez uma fórmula mais simples, para que a Comissão possa indicar prioridades, inclusive visando beneficiar, principalmente, os núcleos e áreas onde referidos monumentos ainda se integram em acervos urbanos ou paisagísticos de valor, seja a solução do critério de considerar prioritários os localizados em certo número de cidades ou de núcleos abrangidos pelos principais roteiros propostos. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 70)

Assim, Silva Telles prioriza os projetos de acordo com os roteiros turísticos apresentados pelo Estado de Minas Gerais. Além disso, recomenda a integração dos projetos com suas áreas de ambientação, para as quais deveriam ser propostas medidas de proteção.

c) Para os estados do Nordeste foi solicitada a verificação de quais projetos se inseriam em cidades de porte médio e que fossem enviados ofícios aos estados informando que os planos urbanos só seriam financiados quando houvesse comprometimento prévio e formal dos prefeitos de que seriam implantados. O relator acompanhou a priorização estabelecida pelo parecer de Hélvio Polito Lopes, subsidiada no sistema de valoração proposto por esse arquiteto em 1976.

A abordagem de Silva Telles, ao analisar a proposta de Minas Gerais, levantando questões relativas à abertura de estradas, instalação de mineradoras, intensa atividade turística etc., demonstra que o arquiteto do Iphan estava atento aos critérios estabelecidos na EM 024/77 que visavam a intervir preferencialmente nas cidades ameaçadas pelo crescimento urbano desordenado. Também vincula sua avaliação aos roteiros turísticos apresentados pelo estado, atendendo a outro critério estabelecido pela referida Exposição de Motivos.

O representante da CNPU ainda fez algumas recomendações, com o objetivo de articular políticas da própria CNPU e do Ministério dos Transportes ao PCH:

I) promover a avaliação do Programa de Cidades Históricas com o objetivo de analisar se o bem cultural realmente está sendo preservado, a fim de definir uma estratégia para o Programa voltada a conseguir um maior comprometimento dos Estados; II) definir áreas especiais de interesse histórico com o objetivo de subsidiar o Grupo de Trabalho que está estudando uma proposta de lei de desenvolvimento urbano; III) verificar os pedidos de financiamento para cidades de porte médio na área de interesse do Programa, em exame na CNPU; IV) estabelecer contato com as Secretarias Estaduais de Planejamento e o Ministério dos Transportes objetivando indicações e levantamento do acervo ferroviário brasileiro (pontes e estações ferroviárias desativadas); V) sugerir aos Estados o estudo para propostas de leis estaduais de preservação. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 2)

Em 1978, a Seplan/PR elaborou o que podemos chamar de *documento-síntese* do Programa de Cidades Históricas<sup>112</sup>:

Este documento foi elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, em articulação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de sistematizar as ações que vem se desenvolvendo dentro do Programa de Cidades Históricas e seu desdobramento futuro. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 4)

Na introdução do documento é abordado o processo de transformação social que o país vivia, do qual a urbanização seria uma das principais características. Assim, a situação das cidades históricas é analisada sob o ponto de vista do desenvolvimento urbano, referindo-se às diretrizes contidas na Política de Desenvolvimento Urbano (PNDU), em que se diagnosticou a

---

<sup>112</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

inconveniência de tratar as cidades de maneira homogênea no vasto e desigualmente ocupado território brasileiro:

No desdobramento das diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano, verificou-se que a ação do Governo nas cidades e núcleos históricos não poderia ser encarada como um todo homogêneo: sua diversidade torna inadequados os programas uniformes e padronizados.

Buscou-se, portanto, aperfeiçoar e desenvolver ação concentrada e integrada que parte do conhecimento acumulado nestes últimos anos de experiência, adotando-se uma política global integrada em cada núcleo ou conjunto histórico com vistas a maximizar os resultados a serem alcançados. Esta estratégia, seletiva em função das peculiaridades de cada núcleo ou conjunto histórico, **visa precisamente equacionar e superar os problemas urbanos** existentes de modo **a melhorar efetivamente as condições de vida de seus habitantes, sem perder de vista a preservação de suas características históricas e artísticas, contemplando com adequada ênfase os aspectos sociais e econômicos de seu desenvolvimento.** (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 8). [grifos nossos]

Com isso, parece-nos que finalmente o enfoque foi alterado de *conjunto de monumentos* para *conjunto urbano*. Destacamos também que, apesar de a Exposição de Motivos 024/77 manter o objetivo de fomentar a atividade turística, esse documento trata a questão dos centros históricos de forma mais ampla: os problemas a serem enfrentados são urbanos e o que se busca é a melhoria das condições de vida da população, levando-se em consideração a preservação do patrimônio cultural, e apenas "contemplando com adequada ênfase os aspectos sociais e econômicos de seu desenvolvimento". Ou seja, persegue-se um melhor equilíbrio entre os diversos fatores que podem levar ao desenvolvimento urbano desses locais.

Assim, em Conceito de Patrimônio Cultural, o uso recebe o adjetivo *social*:

A restauração de um bem cultural é (...) uma intervenção destinada a eliminar sua obsolescência física e funcional e permitir seu pleno uso social, evitando sua disfunção, abandono e, conseqüentemente, sua destruição.

Só a partir de uma visão mais abrangente de patrimônio cultural e dentro de um contexto de planejamento urbano mais global é que se pode analisar o patrimônio histórico.

Para a melhor compreensão do papel do patrimônio histórico, necessário se faz o conhecimento da formação e evolução das cidades brasileiras, seu papel ontem e hoje. Estes estudos permitem a compreensão da função social da cidade e sua especificidade, além do conhecimento dos valores sócio - econômicos e estéticos do universo de trabalho.

(...)

A intervenção no núcleo histórico só obterá resultados positivos a partir de uma política global para o núcleo, compreendendo plano urbano, legislação e regulamentação específica, de proteção e de uso do solo, promoção de fontes de trabalho e serviços urbanos requeridos pela população, a fim de dar-lhe sua devida finalidade sócio-cultural.

(...)

Dentro desses parâmetros, que são o referencial teórico-metodológico para o Programa de Cidades Históricas a restauração e revitalização visará (sic) não somente o bem estar de uma parcela da população, mas, principalmente, dos moradores da cidade que nela produzem e reproduzem a sua força de trabalho. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 21-23)

O documento ainda registra que o objetivo de reativação econômica da área, necessária ou pela estagnação ou pelo crescimento acelerado, é fruto da abordagem sob o ponto de vista do desenvolvimento urbano. Chama a atenção de que ambas as situações podem ter como consequência a marginalização ou expulsão da população residente, sendo esta uma grande preocupação do Programa.

Dessa maneira, esclarece que as ações de formação de recursos humanos e de geração de empregos devem ser desenvolvidas de maneira integrada: "como parte de uma filosofia de planejamento urbano integrado, no qual se insere o patrimônio histórico". O documento também apresenta o que chama de "evolução do conceito de atuação", que exigiria nova estratégia de atuação:

Com o desenvolvimento do trabalho de preservação e restauração, tem sido preocupação do Programa a adoção de uma política adequada de planejamento urbano de preservação do acervo.

Isto é demonstrado na evolução dos conceitos utilizados como critérios de intervenção.

O Programa, que teve início em 1973, baseava-se no conceito de monumento isolado, mas a partir da E.M 024 de 02 de fevereiro de 1977, passou a considerar o monumento de forma um pouco mais abrangente, ou seja, o monumento e seu entorno. "Deverão ser atendidas, prioritariamente, solicitações que proponham dar suporte à restauração progressiva de monumentos e conjuntos situados em áreas economicamente debilitadas ou ameaçadas de descaracterização ou destruição pelo crescimento urbano acelerado, por vizinhança industrial ou atividade de mineração, assim como pelo mau uso de um turismo predatório". Do acervo a ser preservado, faz-se hoje necessária a adoção de uma estratégia de atuação no núcleo como um todo. Considerando a magnitude e a diversificada problemática urbana que estes núcleos apresentam, problemática esta que exige intervenções desde a infra-estrutura urbana até medidas de legislação urbana específica para os mesmos. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 58)

Por último, o documento já informa sobre o próximo passo a ser dado com relação ao Programa:

Propõe-se a ampliação do Programa de Cidades Históricas para todo o território nacional, mantendo-se o esquema de financiamento para os conjuntos já aprovados, e ampliando os itens atualmente passíveis de financiamento para atuar de forma integrada, em núcleos, de acordo com a evolução do conceito anteriormente apresentado. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 59)

Em 01 de fevereiro de 1979 ocorre a terceira reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento<sup>113</sup>, com a presença de todos os seus membros. Nesse encontro foram aprovadas inclusões de projetos específicos nas programações estaduais do Maranhão, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco. Com exceção deste último, todos os projetos receberam relatoria de Augusto Carlos da Silva Telles. Pernambuco foi avaliado por HÉlvio Polito Lopes.

Percebe-se na análise de Silva Telles uma abordagem distanciada da proposta nos documentos do Programa: para justificar a aprovação dos projetos, o arquiteto lança mão de expressões como "real valor

---

<sup>113</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 65G.

plástico da arquitetura" (sobre o antigo porto das barcas em Parnaíba, PI), "bom exemplar da arquitetura industrial (sobre o prédio que pertenceu à Fábrica de Tecidos da Companhia União Caxiense, em São Luís, MA); e "edifício de maior significação, característico do início da fase neo-clássica" (sobre a sede da Associação Comercial em Salvador, BA). A exceção fica por conta da análise do Porto de São Mateus, em São Mateus (ES). Ao discorrer sobre o local, afirma que "apesar de não apresentar alto significado cultural, de âmbito nacional, [o Porto] representa os últimos marcos do Centro Histórico de Vitória".

Ainda que observemos que as análises foram sobre projetos específicos, a serem incluídos em planos anteriormente aprovados, essa abordagem de Silva Telles chama a atenção por utilizar-se do caráter da excepcionalidade como critério. Ao examinar a prática de proteção (tombamento) do Iphan na década de 1970, Marcia Sant'Anna alerta para o fato de que

As novas ideias de proteção dos entornos de monumentos e de valorização de uma arquitetura tradicionalmente vista como menor não modificaram os critérios para atribuição de valor artístico pelo IPHAN. (1995, p. 175)

Importa ressaltar que isso não significava a negação em proteger as cidades que registrariam o "testemunho da evolução da organização social", mas que elas eram inscritas apenas no Livro Histórico. Dessa forma, tal análise aponta para um momento ainda de transição do órgão, que analisa os sítios sob aspectos mais amplos, como o histórico e o social, porém as intervenções ainda seriam analisadas sob os aspectos estilístico e artístico de cada arquitetura.

Voltando às propostas apresentadas na reunião, o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da sua entidade executora, a Fundação João Pinheiro, propôs viabilizar a execução de obras de restauração em edifícios de propriedade privada:

1. o poder Público custeará a recomposição de estrutura, do telhado, das fachadas e das instalações elétrico (sic), e hidráulica.

2. previamente a obra, ficará estabelecido contrato entre o proprietário e a entidade estadual, com validade de 15 anos, comprometendo o primeiro a:

a) promover a restauração com recursos próprios do interior da edificação segundo projeto aprovado pelo programa;

b) garantir a conservação do prédio;

c) não alterar o uso do imóvel sem prévia autorização do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico;

d) em caso de venda: transferir o compromisso ao novo proprietário ou ressarcir aos órgãos públicos os valores investidos na restauração, com a devida correção monetária.

(...)

A adoção deste mecanismo vem possibilitar a recuperação de inúmeras edificações presentes nos mais importantes conjuntos históricos de Minas Gerais, sem prejuízo financeiro às entidades oficiais motivo pelo qual o apresentamos à Comissão, para exame dos seus aspectos legais e operacional. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1977, p. 1)

A Comissão aprovou a proposta, baseada em parecer elaborado por Henrique Oswaldo de Andrade, estabelecendo como obrigações da entidade estadual:

a) assumir a coordenação geral das ações a serem desenvolvidas no conjunto, em especial à articulação dos proprietários visando a definição de fontes de recursos financeiros para a restauração e adaptação das edificações;

b) fiscalizar o uso e funcionamento dos imóveis;

c) reaplicar, dentro dos objetivos do Programa, os recursos ressarcidos pelo proprietário, na hipótese do item 2.d. [em caso de venda]. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, s/p)

Esse é um passo importante para o Programa, pois se inicia a elaboração de estratégias para recuperação de imóveis particulares, algo proibido, até hoje, de ser realizado com recursos públicos. Essa proposta parece não ter sido efetivada, pois não encontramos documentação sobre o assunto além da ata da Comissão de Coordenação e Acompanhamento<sup>114</sup>. Destacamos que a proposta não direciona os usos

---

<sup>114</sup>. Henrique Oswaldo de Andrade relata (2012) que o Programa teria negociado com a Caixa Econômica Federal uma linha de crédito especial

que poderiam garantir a permanência da população no local, especialmente o residencial, importante quanto ao aspecto social da propriedade urbana.

Finalmente, também foi avaliada na reunião "a inclusão do Conjunto de Itapissuma e Igreja de São Gonçalo do Amarante na Programação Estadual de Pernambuco", sob parecer de HÉlvio Polito Lopes, da Delegacia Regional da SEPLAN/PR. O arquiteto realizou análise a partir do valor do conjunto para a "representatividade sócio-cultural":

O núcleo urbano de agradáveis proporções e peculiar implantação, vem sofrendo com o passar dos anos, modificações em sua fisionomia, tendo em vista intervenções físicas vinculadas ao falso conceito de "modernização".

A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM, que já elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR, estuda atualmente o projeto de preservação e revitalização de Itapissuma.

(...)

Embora não sendo este conjunto de extraordinário valor histórico e artístico para o patrimônio nacional, o mesmo se apresenta, quer pelas suas características de implantação, quer pela sua representatividade sócio-cultural, como de valor local, devendo ser preservado e revitalizado. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 2)

Assim, é possível observar que a Comissão não apresentava critérios homogêneos de análise para os projetos apresentados, proporcionando, entretanto, um importante campo de debates entre diferentes órgãos e formações profissionais. Sem dúvida, essas discussões enriqueceram as concepções e a implementação do Programa e, ainda, possibilitaram seu constante amadurecimento. Ademais, pode-se afirmar que a Comissão também concretizou a convergência das políticas do PCH e do Iphan, abrindo caminho para a incorporação do Programa pelo órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

---

destinada a obras de restauração em Centros Históricos. A linha de crédito chegou a ser institucionalizada e ofertada, mas não obteve sucesso.

#### 4.3.2 *Solicitação de financiamento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e incorporação ao Iphan: Política de Desenvolvimento Urbano para Núcleos Históricos*

Ainda no ano de 1978, a Seplan/PR iniciou negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de consignar recursos para a ampliação do PCH. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade (2012), já cientes de que João Paulo dos Reis Velloso deixaria o ministério ao fim do Governo Geisel, decidiu-se pleitear o empréstimo como forma de garantir a continuidade do Programa, já que se assumiria um compromisso internacional.

Em abril, Hέλvio Polito Lopes enviou *resumo* sobre o PCH, subsidiado em estudo apresentado, no mesmo ano, em um relatório da Delegacia Regional da Seplan/PR<sup>115</sup>. Nele define tipologias do acervo:

- a) Cidades e Núcleos Urbanos Históricos em fase de degradação física, tendo em vista problemas de declínio econômico;
- b) Cidades Históricas próximas a Regiões Metropolitanas ou de aglomerados urbanos em processo de desenvolvimento ou, ainda, de núcleos industriais em implantação ou expansão;
- c) Bairros e Núcleos de formação urbana em processo de degradação física, social e econômica, ou ameaçados de descaracterização por transformação urbana, tendo em vista a valorização do uso do solo;
- d) Conjuntos arquitetônicos urbanos ou rurais, com suas respectivas ambiências e paisagens sob ameaça de destruição ou descaracterização, tendo em vista os processos de desativação ou de ativação econômico-social. (DELEGACIA REGIONAL DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 2-3)

Para definir requisitos visando à priorização de projetos, Hέλvio Polito Lopes retoma seus estudos de valoração de 1976, adicionando o item "oportunidades"<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

<sup>116</sup> i) Valor do conjunto (aspectos históricos e artísticos); ii) Estado de conservação (aspectos físicos); iii) Condições sócio-econômicas (condições de vida

Em maio de 1978, João Paulo dos Reis Velloso encaminha correspondência ao Presidente do BID, Antônio Ortiz Mena, solicitando apoio financeiro no valor de 20 milhões de dólares para ampliação do PCH, com vistas a dar continuidade à "política de desenvolvimento urbano para núcleos históricos, adotada pelo governo brasileiro, e a sua expansão para todo o território brasileiro" (VELLOSO, 1978, p. 1). A previsão era de prorrogação do Programa até 1983, contando com recursos dos governos federal e estaduais, além dos investimentos solicitados ao banco internacional.

Em julho do mesmo ano, missão do BID visita o Brasil para conhecer a experiência do PCH em Pernambuco e orientar as equipes brasileiras para apresentação do projeto ao banco. Entretanto, em setembro de 1978, Élcio Costa Couto escreve<sup>117</sup> ao gerente de operações do banco sobre as restrições da instituição financeira ao projeto apresentado para financiamento do PCH. O secretário explica a evolução de conceitos que o Programa vem sofrendo desde 1973, e esclarece que

A terceira fase a que se chegou neste processo evolutivo de preservação do patrimônio arquitetônico é o tratamento global de núcleos históricos como Ouro Preto, São Cristóvão, Laranjeiras, Cachoeira, Alcântara, Lençóis, Diamantina e outros igualmente importantes. Cada núcleo terá um plano específico, compreendendo projetos de restauração de edificações e ambientes, infra-estrutura urbana e equipamento social básico necessário à melhoria da qualidade de vida da população e sua integração nas funções desenvolvidas em cada um. Esta fase inclui medidas legais de preservação, formas de revitalização da área estudada e orientação do fluxo turístico, definindo-se, portanto, como um **programa especial na política nacional de desenvolvimento urbano.**

(...) Deve-se, portanto, acentuar que o tratamento atualmente proposto pelo Programa de Cidades Históricas é global, com predominância do seu objetivo cultural, qual seja o da preservação de expressões culturais significativas, além do objetivo social de proporcionar condições de trabalho e

---

da população); iv) Infra-Estrutura (suporte de apoio físico); v) Atrativos (fatores de atração); vi) Oportunidade (fatores conjunturais).

<sup>117</sup> Ofício 1135/78, do secretário geral de Planejamento da Presidência da República, Élcio Costa Couto, ao gerente de operações do BID, Norman Jones. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 64, Camisa 79G.

habitação às populações nos núcleos onde residem. (COUTO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 2-3) [grifos nossos]

Nesse trecho, percebemos a identificação de uma *terceira fase* do Programa, em que os núcleos seriam tratados de maneira global, sendo a restauração de edifícios e ambientes apenas uma das ações, adicionando-se equipamentos sociais básicos (serviços sociais) e infraestrutura urbana (não apenas a necessária para a atividade turística, como antes). Com isso, o Secretário explica que o Programa passará a ser visto como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, algo que os documentos anteriores já vinham apontando, gradualmente, conforme já ressaltado.

O secretário então informa seu descontentamento com a informação passada pela missão do Banco, de que vários itens propostos não poderiam ser financiados com recursos provenientes do BID:

- pesquisa, prospecção e cadastramento de bens móveis e imóveis;
- planos urbanos;
- melhoramentos da infra-estrutura urbana (água, esgoto, calçamento, etc);
- pesquisa arquitetônica e histórica, prospecção histórica e arqueológica, pesquisa de técnicas de restauração;
- elaboração de projetos;
- publicações técnicas;
- desapropriação e compra de imóveis, para uso comunitário ou turístico por entidades públicas;
- promoção de atividades culturais;
- apoio à constituição de fundos para financiar restauração de residências particulares. (COUTO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 3-4)

Élcio Costa Couto explica que a exclusão desses itens comprometeria o "tratamento global do assunto". Além disso, algumas exigências da instituição para apresentação do projeto de financiamento inviabilizariam fazê-lo rapidamente, dificultando sua execução. São citadas: apresentação de projetos executivos

detalhados que cubram, pelo menos, 30% dos recursos totais previstos (o que atingiria o número de 500 projetos), sem garantia de que serão executados; o impedimento de execução direta pelas entidades públicas, exigindo-se licitação, o que desperdiçaria o esforço de formação de mão de obra especializada dos órgãos estaduais e municipais, fundamental para a execução do Programa; e, por último, os prazos exíguos. Assim, o secretário informa que

(...) os trabalhos de elaboração do Projeto Global, a cargo da equipe da SEPLAN, e dos projetos executivos, encomendados às entidades estaduais, foram suspensos na expectativa de um pronunciamento desse Banco sobre a possibilidade de acolher o Programa em sua totalidade, para efeito do apoio solicitado e de serem superados previamente os óbices apontados. (COUTO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 5)

Não encontramos documentação que informe sobre a resposta do BID a essa solicitação. No entanto, Henrique Oswaldo de Andrade (2012) relata que o banco aceitou as condições solicitadas pelo Brasil. Corroborar essa informação ofício de 08 de março de 1979, já no Governo João Figueiredo. João Paulo dos Reis Velloso reitera a solicitação<sup>118</sup>, informando que “o mencionado Programa evoluiu para se transformar no Projeto de Revitalização Urbana de Núcleos Históricos”. Ao mesmo tempo, o ministro emite a Exposição de Motivos 065/79<sup>119</sup>, solicitando a complementação de recursos para o PCH:

Os resultados alcançados no período de 1973 a 1978 mostram que o Programa beneficiou 102 projetos, comprometendo a quase totalidade dos recursos alocados. No campo das repercussões sociais, os 61 projetos já concluídos geraram cerca de 1.500 empregos permanentes.

Levantamento efetuado recentemente revela a existência de 60 projetos em fase final de elaboração que demandariam recursos

---

<sup>118</sup> Carta 13/79, de João Paulo Reis Velloso ao Dr. Antônio Ortiz Mena. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 64, Camisa 79G.

<sup>119</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, Camisa 73G.

de ordem de Cr\$ 150 milhões de cruzeiros, deduzidos os saldos remanescentes. (BRASIL, 1979, p. 2)

Em 15 de março, Mário Henrique Simonsen assume a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antônio Delfim Netto, o Ministério da Fazenda, e Eduardo Portella toma posse no Ministério da Educação e Cultura. Segundo Henrique Oswald de Andrade (2008), apesar de o projeto ter sido finalmente aprovado pelo Banco, Delfim Netto decidiu utilizar exclusivamente recursos nacionais.

Nessa mudança de ministros iniciou-se a mais profunda alteração de estrutura pela qual o Iphan já tinha passado, e que teria consequências no PCH. Assim que assume o ministério, Eduardo Portella convida Aloísio Magalhães para ocupar a presidência do Iphan. Nesse período, a proposta de reestruturação do Iphan já se encontrava finalizada, e em junho de 1979 realizou-se um seminário de integração Iphan/CNRC<sup>120</sup>/PCH. Na apresentação do documento resultante do encontro<sup>121</sup>, explica-se:

Tal esforço, patrocinado pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa/SEMOR, pretende resultar em mudanças organizacionais que criem condições de apoio à realização de mudanças em todo o setor.

O encontro cujo material vai aqui apresentado, realizado em Brasília de 11 a 14 de junho de 1979 serviu, ao mesmo tempo como uma oportunidade de integração de profissionais envolvidos com o problema e como um momento propício ao levantamento de problemas organizacionais e de apresentação de sugestões para sua solução do que, sem dúvida, depende a saúde da organização. (BRASIL, 1979, s/p)

Dessa forma começou o processo de transformação do Iphan, do Centro e do Programa em uma grande instituição que visava à preservação do patrimônio cultural: a Secretaria de Patrimônio

---

<sup>120</sup> Centro Nacional de Referências Culturais. Programa criado por um convênio entre os Ministérios da Educação e Cultura, Indústria e Comércio e Universidade de Brasília, visando a investigar a produção cultural brasileira e suas possibilidades de geração de riquezas. Coordenado do início ao fim por Aloísio Magalhães.

<sup>121</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 89, Camisa 66G.

Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). Tal processo se baseava no estudo realizado nos anos anteriores pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor/Seplan), no âmbito do PCH.

A incorporação do PCH a algum órgão federal, por outro lado, fazia parte das diretrizes do novo governo, como esclarece a Exposição de Motivos 320, de 08 de novembro de 1979<sup>122</sup>, assinada por Eduardo Portella, ministro da Educação e Cultura, e Antônio Delfim Netto, ministro chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República<sup>123</sup>, que transferiu o Programa de Cidades Históricas para o Iphan:

A medida ora proposta consubstancia a política adotada pelo atual Governo no sentido não só de reforçar os órgãos técnicos especializados da administração federal como de descentralizar a execução dos Programas Especiais em vigor. (BRASIL, 1979, p.1)

A EM 320/79 também visava a garantir a continuidade das ações do PCH, estabelecendo a extensão do Programa a todo território nacional:

Para o desenvolvimento futuro do Programa prevê-se a continuidade das ações já iniciadas e sua extensão a todo o território nacional através de entidades estaduais e municipais, mantendo-se o sistema de execução pelo IPHAN somente nos casos de projetos cuja importância, complexidade ou urgência assim recomendarem, ou naqueles que o Estado ou Município não manifestarem interesse em desenvolver. (BRASIL, 1979, p. 3)

Do ponto de vista conceitual, a EM 320/79 consolidou o que já vinha sendo defendido nos documentos internos do Programa e no projeto elaborado para o BID: não se tratava mais de um Programa

---

<sup>122</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, Camisa 73G.

<sup>123</sup> Mário Henrique Simonsen é substituído por Golbery do Couto e Silva em 10/08/1979. Em 15/08/79, Antônio Delfim Netto assume a Seplan/PR.

para aproveitamento turístico do patrimônio cultural, mas sim um projeto de desenvolvimento urbano dos núcleos históricos:

Dentro do enfoque atual, as intervenções em núcleos históricos podem ser realizadas a partir de duas óticas complementares: a econômica e a cultural. No primeiro caso, considera-se o núcleo como lugar produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico; no segundo caso, o núcleo é visto a partir de uma visão sociológica e cultural, como forma de uma linguagem urbana de integração entre os diferentes agentes sociais que, através da acumulação histórica, proporcionam à comunidade sinais de identidade.

O objetivo mais geral a que se propõe o Programa de Cidades Históricas é o de desenvolver um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetiva identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens.

(...)

É grande a preocupação do Programa de que a revitalização da área, valorizando-a do ponto de vista imobiliário, não provoque a expulsão de sua população, em sua maioria de baixa renda e residente nestes locais. A formação de recursos humanos e a geração de empregos na área diretamente vinculada são encaradas como fundamentais à ação a ser desenvolvida. (BRASIL, 1979, p. 2)

Nessa Exposição de Motivos também ocorre a ampliação do objeto (patrimônio cultural brasileiro) e do objetivo geral (identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar esse patrimônio) do Programa. Os objetivos específicos estabelecem um "melhor conhecimento, **maior participação** e o uso adequado desses bens". Assim, além de consolidar o que o Manual operativo do Programa e o projeto para o BID já apontavam, a EM 320/79 também adiciona o componente *participação* da população, debate que já movimentava a sociedade brasileira no final da década de 1970 e será de grande importância no período de redemocratização que se seguirá.

Ainda em novembro de 1979, o Decreto 84.198 criou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na estrutura do MEC, substituindo o Iphan. Como a estrutura do novo órgão deveria ser proposta em Regimento Interno a ser aprovado posteriormente, foram

(...) mantidos a competência, o acervo, os créditos, os cargos, as funções e o fundo contábil criado pelo art.15 do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, pertinente ao IPHAN. (BRASIL, 1979)

A regulamentação da EM 320/79 se deu pela publicação da Portaria Interministerial MEC/SEPLAN 1.170, de 27 de novembro de 1979<sup>124</sup>. Ela é muito parecida com a Portaria Interministerial 019/77, mantendo-se os objetivos, critérios e condições. Entretanto, a Comissão de Coordenação e Acompanhamento seria substituída em suas funções por um *Grupo de Trabalho* constituído por um representante da Seplan/PR e um do Iphan. Cumpre ressaltar que, com a transferência do PCH, Henrique Oswaldo de Andrade, que vinha coordenando o Programa na Seplan/PR, é transferido para o Iphan, sendo ele o representante dessa instituição no GT. A portaria ainda esclarece que se mantém o papel da Delegacia Regional da Seplan/PR em Recife até que as Diretorias Regionais do Iphan estivessem capacitadas para assumir suas atribuições na região Nordeste.

Ainda em 1979, em 17 de dezembro, foi publicada a Lei 6.757, que criou a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), observando-se que o Artigo 1º é praticamente idêntico ao objetivo geral do Programa de Cidades Históricas contido na EM 320/79:

Art. 1º (...) destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País. (BRASIL, 1979)

Assim, estava criado o Sistema Sphan/FNpM, no qual a secretaria manteve as atribuições e poderes legais do Iphan, especialmente o poder de polícia, e a Fundação Nacional pró-Memória tornou-se seu braço executivo, conformando um sistema de gestão inovador e extremamente eficiente:

---

<sup>124</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 67, Camisa 73G.

Reuniam-se assim, numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do Iphan e a visão moderna e renovadora do CNRC. (FONSECA, 2005, p. 154)

O PCH, incorporado à estrutura Sphan/pró-Memória, na qual a última organizava-se de acordo com os programas e projetos planejados anualmente, foi coordenado por Henrique Oswaldo de Andrade até 1985, quando este pediu transferência ao Ministério de Desenvolvimento Urbano.

Assim, plenamente integrado ao sistema que definia a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, o PCH entrou numa fase em que se constituía em uma ação dessa política, e não mais em um programa específico. Configurava-se em abordagens e instrumentos bastante diferenciados com relação às etapas que buscamos conhecer e analisar nesta pesquisa. No entanto, isso não impediu que essa nova fase fosse considerada continuidade do Programa que vigorou até 1979, podendo ser entendida como um resultado das etapas anteriores.

#### **4.4 Resultados do Programa**

No início desta dissertação afirmamos que o foco da análise recairia sobre o processo de formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas. No entanto, a análise de alguns resultados seria necessária no sentido de qualificar certos aspectos desse processo, especialmente aos que se referem à formação de recursos humanos, às entidades estaduais e números gerais sobre os projetos apoiados e recursos despendidos. Esses resultados, cujos dados apresentaram algumas limitações que serão explicadas nos itens a seguir, foram examinados especialmente com relação aos objetivos principais deste trabalho: a verificação do grau de descentralização da política, o desenvolvimento regional e a indução de novas práticas a partir da política de preservação do patrimônio cultural.

**A Preservação dos Bens Culturais**  
**La Préservation des Biens Culturels**

**4**

A filosofia e a política de defesa do patrimônio histórico e artístico no Brasil

La philosophie et la politique de défense du patrimoine historique et artistique au Brésil

**20**

A Formação de um Patrimônio  
**La Formation d'un Patrimoine**

O acervo existente como resultado de um processo histórico

Le patrimoine résultant d'un procès historique

**A Proteção**  
**La Protection**

**26**

As medidas adotadas, ao longo dos anos, em favor da preservação

Les mesures prises en faveur de la préservation

**36**

O Programa  
**Le Programme**

Os objetivos do Programa de Cidades Históricas e seus resultados até o momento

Les objectifs du Programme des Villes Historiques et les résultats obtenus jusqu'à présent

**Casaão azulado, integrante do conjunto histórico da Cidade Baixa, Salvador, Bahia. Foto cedida pela Empresa Brasileira de Turismo — Embratur.**

**Maison carrelée située dans le secteur historique de Cidade Baixa, à Salvador, Bahia. Photo cédée par l'Entreprise Brésilienne de Tourisme — Embratur.**

**Capa**  
**Couverture**

**Programa de Cidades Históricas**  
**Programme des Villes Historiques**

Este Suplemento Internacional de Planejamento e Desenvolvimento foi realizado com vistas à apresentação dos trabalhos que versando sobre o patrimônio histórico e artístico. A necessidade de restauração deste valioso acervo impôs a criação do Programa de Cidades Históricas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN — e grupo de trabalho que tinha sendo desenvolvido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN.

Le supplément international de la Planification et Développement présentés en vue d'acquiescement en cette occasion au Brésil dans le domaine de la préservation de son patrimoine historique et artistique. Le besoin de restaurer ce précieux patrimoine hérité de nos pères a imposé la création du Programme des Villes Historiques par le Secrétariat à la Planification de la Présidence de la République — SEPLAN — et un groupe de travail qui avait été développé par l'Institut National du Patrimoine Historique et Artistique — IPHAN.

Mantiveram-se, além dessas, algumas outras áreas urbanas como a de Pelourinho, em Salvador, Bahia, e as de Praas Grande e do Desterro, em São Luiz, Maranhão. Verificou-se, nesses locais, uma degradação do uso, pois foram abandonadas por seus moradores originais que procuraram viver mais próximos ao litoral, deixando que imponentes sobrados fossem ocupados por pessoas de menores recursos financeiros.

**A criação do IPHAN**

A proteção dos bens de valor histórico e artístico no Brasil teve início, efetivamente, quando começou a atuar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado sob a inspiração de Gustavo Caspary, então Ministro de Educação, que pretendia se dedicar, segundo seu relato, ao "levantamento das obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder de particulares, na cidade do Rio de Janeiro".

Prestes a contratar um especialista em restauração, Caspary percebeu, entretanto, que o problema não dizia respeito apenas às

obras de pintura; tratava-se de preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies (...) mediante um conjunto de procedimentos que não se limitasse à Capital Federal, mas abrangesse o País inteiro". Desta ideia surgiu uma organização nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, submetido ao abandono de quase dois séculos e à carência de recursos financeiros e humanos.

Como tarefas preliminares, o novo órgão dispôs-se a inventariar o que existia de significativo na formação brasileira; socorrer com urgência e salvar alguns monumentos profundamente atingidos pela ruína, e ameaçados de perecimento; e introduzir, na normalidade nacional, principalmente no terreno jurídico, a figura do "tombaramento" e suas consequências, em especial aquelas que recaem sobre a propriedade privada.

Conquistando, aos poucos, prestígio internacional, o organismo de defesa do patrimônio cultural brasileiro conseguiu salvar um número considerável de peças de arquitetura e artes tradicionais.

Em sua primeira fase, o órgão encarregado de proteger o patri-

1. Lantejola feita de cristal desenhada por D. João VI à Igreja de São Francisco, São João del Rei, Minas Gerais.  
Epitáfio feito de cristal offert par João VI à Igreja São Francisco, à São João del Rei, Minas Gerais.

2. Recente utilização residencial dos arcos da Ladeira da Montanha em Salvador, Bahia.  
Aménagement récent des Arcs de la Ladeira da Montanha, à Salvador, Bahia, transformés en logements.

3. Sobrados do Porto de São Mateus, Espírito Santo, construído no século XIX.  
Maisons au Port de São Mateus, à Espírito Santo, construites au XIXe siècle.

**P&D** DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO

SUPLEMENTO ESPECIAL / SUPPLEMENT SPECIAL

**Diretor e Editor Responsável**  
Directeur et Editeur Responsable  
Nadir Rodrigues Pereira

**Conselheiros**  
Conseillers  
Henrique Oswald de Andrade, Freda Burger e Sílvia Braga Alves de Sousa (SEPLAN); Augusto C. da Silva Telles (IPHAN)

**Editor**  
Editeur  
Noriko Ohta

**Editor de Texto**  
Editeur de Texte  
Vander de Castro

**Texto**  
Texte  
Maria Celi Ludolf

**Versão para o francês**  
Version française  
Lás Porto de Abreu Novais

**Editor Gráfico**  
Editeur Graphique  
Fábio Duph

**Programação Visual**  
Programmation Visuelle  
Otávio Studart

**Fotos**  
Photos  
Sebastião Barbosa, Octales Gonzales, Orlando Abrunhosa, arquivo Silva Telles e Centro Brasileiro de Informação Turística — Cebitur/Embratur.

**Secretário Gráfico**  
Superviseur  
Antonio Calegari

**Secretário Administrativo**  
Secrétaire Administratif  
Dê Lavoura Rocha

Composição e impressão: Centro de Serviços Gráficos do IBGE  
Composition et impression: Centre de Services Graphiques de IBGE

Figura 11: Suplemento Especial da Revista Planejamento & Desenvolvimento, bilíngue (português e francês), para reunião da Unesco. O exemplar não trata apenas do Programa de Cidades Históricas, mas relata a trajetória da política de preservação do Iphan e a situação do patrimônio cultural do país naquele momento.

#### 4.4.1 Formação de recursos humanos

A preocupação com a formação e qualificação de recursos humanos para restauração e conservação de bens móveis e imóveis esteve

presente desde o início do Programa, já na Exposição de Motivos 076-B/73:

IV - A formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário.

V - A formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal. Esse pessoal complementar os trabalhos de restauração de monumentos e objetos artísticos, como também contribuirá com a atividade turística na oferta de artigos regionais. (BRASIL, 1973, p. 4)

Essa necessidade é apontada também pelos relatórios elaborados pela Delegacia Regional da Seplan/PR, seguidamente delegando à falta de mão de obra especializada o atraso e a inviabilidade da elaboração de projetos, assim como da execução de obras em estados como Alagoas e Sergipe. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade, na análise realizada em 1975:

o que saltou à vista logo de cara é, primeiro, falta de pessoal formado com especialização nessa área. O Iphan tinha pouca gente e, fora do Iphan, raríssimas eram as pessoas que tinham se dedicado a isso na escola e tal. E, outra coisa, não existia projeto. (ANDRADE, 2008)

A formação de recursos humanos era necessária então em dois níveis: *operário* e *intermediário*, para trabalhos nas obras de restauração, tanto para a construção civil como para restauração de obras de arte integradas aos monumentos; e *universitário*, para execução de projetos de restauração. Além disso, a Exposição de Motivos cita a necessidade de qualificar mão de obra para "criação artística e artesanal", visando a contribuir para a atividade turística "na oferta de artigos regionais". Apesar de haver uma proposta feita pelo Estado de Minas Gerais para treinamento de artesãos locais, essa última abordagem não foi enfatizada pelo Programa, provavelmente por sua falta não gerar empecilhos para a

execução, ao contrário da qualificação para a restauração de monumentos.

Assim, no nível operário o Programa financiou dois cursos para mestres de obras, realizados pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) nos anos de 1975 e 1976. Segundo Menezes, o Curso Intensivo de Preparação de Mestres de Obras em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos foi:

Uma experiência baseada na maneira de ensinar das Escolas de Artes e Ofícios e voltada a suprir a carência de profissionais de interesse das obras de tal gênero então multiplicadas pelo Nordeste. Patrocinado pela Seplan/Iphan e executado pela Fundarpe, o curso teve êxito surpreendente. Para o curso, organizou-se uma série de aulas impressas para os alunos, um manual de execução à maneira daqueles editados na primeira metade do século em Portugal. (2008, p. 82)

O curso não foi institucionalizado e, portanto, não teve prosseguimento. Entretanto, outras iniciativas nesse sentido ocorreram na década de 1990, como as oficinas-escola de Salvador e João Pessoa<sup>125</sup>. O Programa Monumenta, na década de 2000, buscou reeditar experiências similares, como os cursos Formação Básica em Restauro e Conservação e Qualificação de Mestres Artífices, inclusive financiando a ide de mestres para Veneza, na Itália.

Mais recentemente, no ano de 2011, o curso realizado pelo PCH foi reeditado pelo Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI), sediado em Recife, Pernambuco. O Iphan e a

---

<sup>125</sup> "A Escola Oficina de Salvador (EOS) é um Projeto de Extensão da FAUFBA, implantado em 1997, que tem por objetivo promover a formação de mão de obra para atividades de restauração arquitetônica, atendendo a uma clientela constituída de 100 jovens em situação de risco social, na faixa etária de 16 a 24 anos." Disponível em <[http://www.eos.ufba.br/mostrar\\_artigos.asp](http://www.eos.ufba.br/mostrar_artigos.asp)>. Acesso em 01.jul.2012. Já a Oficina Escola de João Pessoa "foi fundada em 1991, com o objetivo de realizar em João Pessoa um programa formativo baseado na experiência das Escuelas Taller, implantadas na Espanha a partir de 1986, e de atuar na restauração do patrimônio histórico local. Sua implantação foi apoiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, a partir de um acordo firmado entre esta entidade, a Comissão Nacional do Quinto Centenário, Governo da Espanha, Ministério da Cultura, Governo do Estado da Paraíba e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir de 1994, com a renovação do Acordo, se incorporou ao programa a Prefeitura de João Pessoa.". Disponível em <[http://www.oficinaescolajp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=2](http://www.oficinaescolajp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2)>. Acesso em 01.jul.2012.

experiência do Programa de Cidades Históricas são citados na apresentação:

Pernambuco tem experiência na qualificação de mestres de obras em conservação e restauro do patrimônio cultural construído desde 1974/75, quando a FUNDARPE e o IPHAN aplicaram o Curso Intensivo de Preparação de Mestres de Obras em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos. Naquela ocasião estavam-se iniciando importantes obras nos Estados do Nordeste do Brasil pelo Programa de Cidades Históricas da SEPLAN-PR. Como não havia no âmbito da construção civil pessoal preparado para conduzir adequadamente os trabalhos foram qualificados vinte profissionais mestres de obras. Aqueles mestres forjaram no dia a dia dos serviços inúmeros aprendizes e posteriores artífices nos ofícios tradicionais próprios às edificações de valor cultural do período colonial brasileiro. Daquela turma tem-se notícia de dois mestres - o Waldemar e o Narciso, ambos ainda em plena atividade, trabalhando o primeiro no restauro da Igreja de N. Sra. do Rosário, no Pelourinho, Salvador-BA, e o outro no restauro da Faculdade de Direito do Recife-PE.<sup>126</sup>

Dessas ações, apenas as oficinas-escola oferecem vagas regularmente, e sua criação não pode ser vinculada ao Programa de Cidades Históricas. Nesse sentido, é possível afirmarmos que os cursos de nível *operário* não se institucionalizaram, a despeito da necessidade de qualificação desse tipo de mão de obra até os dias atuais.

Já no que se refere ao nível *universitário*, o Programa teve frutos mais duradouros. Em 1974, o PCH financiou a participação de funcionários do Iphan e de entidades estaduais no Curso de Conservação e Restauro, realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) em parceria com o próprio Iphan e o Condephaat<sup>127</sup>. Segundo Lowande, o curso teve como coordenadores os arquitetos Nestor Goulart dos Reis Filho (professor da FAU/USP e atualmente conselheiro do Iphan), Luís Saia (da Delegacia Regional do Iphan em São Paulo) e Ulpiano Bezerra de

---

<sup>126</sup> Disponível em <http://www.ceci-br.org/ceci>. Acesso em 01.jul.2012.

<sup>127</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Menezes (FAU/USP). O autor opina que "os trabalhos que se referem a esse curso o apresentam como uma espécie de 'divisor de águas' dentro das práticas preservacionistas paulistas" (2010, p. 178). Ainda de acordo com Lowande, "a realização desse curso atendia às recomendações dos compromissos de Brasília e Salvador, que mencionavam a realização de cursos de especialização na área de preservação e conservação e a realização de parcerias entre o IPHAN e as universidades" (2010, p. 178). Apesar de não ter sido organizado e realizado pelo Programa, o evento é considerado como o I Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (Cecre), voltado a arquitetos e engenheiros, que recebeu esse nome em definitivo quando de sua instalação na Universidade Federal da Bahia, em 1981.

Em 1976 o Programa financiou integralmente, por meio de um convênio com o Centro de Artes, Arquitetura e Comunicação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, nova experiência para formar arquitetos ou engenheiros, com duração de quatro meses. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade, o curso de Pernambuco foi inspirado naquele realizado em São Paulo, cujo programa foi fornecido por Luís Saia. A exigência era de que os participantes fossem funcionários de entidades estaduais envolvidas na execução do Programa. A proposta era engenhosa: durante o curso, o profissional deveria desenvolver um anteprojeto para uma obra de restauração que fizesse parte do plano estadual apresentado e aprovado pelo Programa. A entidade local que o indicou, por sua vez, deveria se comprometer com a garantia das condições para finalização do projeto executivo e dos complementares quando do retorno do profissional à entidade estadual. O Programa, por fim, garantiria os recursos necessários à execução da obra de restauração. Dessa forma, buscava-se a solução para dois problemas: a formação de profissionais qualificados para a restauração de monumentos e a elaboração de projetos específicos para execução do Programa.

A terceira edição do curso, se considerarmos a de São Paulo como a primeira, ocorreu em Minas Gerais, em 1978, com duração de seis meses. O quarto curso ocorreu em 1981, já sob convênio com o Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. A partir daí passou a ser ofertado bianualmente até 2009, quando se tornou Mestrado Profissional. O curso recebe apoio do Iphan até os dias atuais.

Além do Cecre, o Programa fomentou a criação e estruturação do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, que deu origem, em 1980, ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor), onde se realizaram várias edições do curso, agregando laboratórios de análises especializadas. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade, a ideia foi apresentada pela professora Beatriz Coelho, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), durante uma visita realizada por ele e por Héctor Arena<sup>128</sup> a Belo Horizonte. Segundo Andrade:

A gente financiou o início, trouxemos professor, aí pegamos gente da área de restauração, trouxemos ajuda internacional, recurso, construiu-se o primeiro módulo, construiu-se o segundo andar e hoje eles são autônomos... (ANDRADE, 2008)

Desde o início vinculado à Escola de Belas Artes da UFMG, atualmente o Cecor está passando por uma reestruturação, já que o curso de especialização foi ampliado e transformado em uma graduação de nível superior. Pretende-se, agora, estruturar a pós-graduação de maneira mais específica, diferenciando a formação com relação aos objetos que compõem o vasto campo da restauração e da conservação de bens móveis.

---

<sup>128</sup> Na época chefe da Divisão de Sítios e Monumentos da Unesco e, segundo Henrique Oswaldo de Andrade, o grande parceiro na Unesco, para viabilização da intensa cooperação técnica que ocorreu durante o Programa.

Ambos os cursos são considerados referência na América Latina para conservação e restauração, reconhecidos como tal pela Unesco. As reestruturações que vêm sofrendo refletem as mudanças ocorridas nos últimos anos na política de pós-graduação do MEC, ao reduzir as cargas horárias de especialização, e também o mercado de trabalho da área, que vem se ampliando significativamente na última década.

Quadro 8: Profissionais qualificados em cursos realizados pelo Programa de Cidades Históricas.

ANOS/ CURSOS	ARQUITETOS/ENGENHEIROS		MESTRES DE OBRAS		BENS MÓVEIS		TOTAL
	ESTADO	VAGAS	ESTADO	VAGAS	ESTADO	VAGAS	
1974	SÃO PAULO	09	-	-	-	-	<b>09</b>
1975	-	-	PERNAMBUCO	50	-	-	<b>50</b>
1976	PERNAMBUCO	30	PERNAMBUCO	30	-	-	<b>30</b>
1977	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
1978	MINAS GERAIS	22	-	-	MINAS GERAIS	17	<b>39</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>128</b>

Fonte: relatórios da Delegacia Regional Seplan/PR de 1976 e 1978.

Ainda no âmbito da pós-graduação, ressalta-se a cooperação internacional efetivada pelo Programa junto à Unesco, com vistas ao envio de profissionais do Iphan e das entidades estaduais para realizar cursos em instituições internacionais:

Significativa tem sido, por outra parte, a demanda por cursos no exterior, sobretudo os de Cuzco (Peru), Churubusco (México) e Roma (Itália), na área de restauração e conservação de bens móveis e imóveis, por elementos que atualmente trabalham nos órgãos estaduais executores do Programa. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 40)<sup>129</sup>

Henrique Oswaldo de Andrade esclarece que fez um acordo com o CNPq e a Capes para viabilizar a formação em cursos internacionais, especialmente com o Iccrom<sup>130</sup>:

<sup>129</sup> Arquivo Central do Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

<sup>130</sup> International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

(...) porque todo mundo ia para o curso de Roma, passava lá quatro anos no curso, toda manhã, aprendendo restauração de pedra e monumento romano, não é? Nessa linha. Obviamente você saía de lá com muito conhecimento, com técnicas muito sofisticadas e chegava aqui e não tinha aplicação nenhuma. (...) A ideia era o seguinte: a pessoa tinha que ter um curso no Brasil ou em qualquer outro lugar nacional, ter outra experiência de prática de obra e uma segunda etapa com um curso no exterior, que não era o último curso do Iccrom. No curso do Iccrom, só chegava lá quem tinha passado por uma experiência, tinha passado por um curso em segundo lugar, ou Cuzco, para depois chegar lá. E montamos uma rede de mandar gente para fora. (...) Nós tínhamos o registro de todas as pessoas formadas na América Latina e todos os grandes técnicos que passaram por aqui. Então, a gente tinha um cadastro de pessoal nessa área que foi utilizado durante muito tempo. (2008)

A intensa cooperação técnica internacional estabelecida com a Unesco também viabilizou a vinda de consultores especialistas em missões de curta duração (de um a três meses), para seminários organizados pelo Programa, além do fornecimento de equipamentos e bibliografia específica. Desses encontros participavam ativamente os técnicos do Iphan e das entidades estaduais. Abaixo, quadro de consultores que vieram ao Brasil até o ano de 1978.

Quadro 9: Consultores enviados pela Unesco ao Brasil de 1976 a 1978.

Áreas de consultoria	CONSULTORES	TEMPOS	
		DIAS	MES/ANO
Urbanismo e Restauração de Monumentos	Alfredo Viana de Lima	30	11/1976
Estrutura e Ambientação	Raul Guillermo Pastrana	30	09/1976
Iluminotécnica e Aulas	Ives Raux Deledicque	45	11/1976
Preservação de Monumentos	Victor Pimentel	15	11/1976
Hidrogeologia (Seminário de Olinda)	Gyorgy Ozaray	10	09/1976
Geologia (Seminário de Olinda)	Michel Humbert	10	09/1976
Fotogrametria e Levantamento	Guy Michel Roze	60	07/1976
Centros de Restauração de Bens Móveis	Alfred Werner	30	03/1977
Inventário de Bens Móveis e Imóveis	Guillermo Trimmiño	30	11/1977
Discussão Sobre Ampliação do Programa	Silvio Mutal	07	04/1978

Fonte: Relatório da Delegacia Regional da Seplan/PR, 1978<sup>131</sup>.

<sup>131</sup> Arquivo Central do Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

Ressalte-se que não há notícia de que a especialidade conservação e restauração tivesse formação específica no Brasil antes dessas iniciativas. Assim, podemos afirmar que o Programa, apesar de seu perfil extremamente executivo e pragmático, teve grande importância para o amadurecimento conceitual e tecnológico da área no país. Segundo Froner,

A base de formação de especialistas gestada no Cecor (1980) e Cecre (1981) possibilitou a diversificação de linhas de pesquisas nos programas de pós-graduação *strictu sensu* das instituições de origem desses centros - como a área de concentração em "conservação e restauro" do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFBA, com mestrado implantado em 1983 e doutorado em 2000; e a linha de pesquisa em "criação, crítica e preservação da imagem" do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA-UFMG, com mestrado iniciado em 1998 e o doutorado em 2006 -, bem como a introdução de programas específicos, como o mestrado profissionalizante do Cecre (2009), dirigidos à construção de pesquisas acadêmico-científicas na área. (2010, p. 51)

Certamente, esse processo trouxe algumas tensões com relação ao Iphan: antes detentor praticamente exclusivo do saber relativo ao campo patrimonial, ao menos na execução das políticas públicas, seus técnicos passaram a ter de discutir de *igual para igual* com os técnicos das entidades estaduais, agora com formação especializada. Além disso, ficavam mais claras as contradições existentes no próprio órgão, quebrando a mítica da existência de um pensamento único no Iphan. Nesse sentido, Beatriz Khül analisa o curso realizado em São Paulo:

A Carta de Veneza fazia parte da bibliografia utilizada por Hugues de Varine-Bohan<sup>132</sup>, que lecionou no curso. Nas aulas de Augusto da Silva Telles, a Carta foi extensa e fundamentadamente perscrutada, mas o arquiteto Fernando Machado Leal, que foi professor do curso e dizia seguir as recomendações das Cartas de Atenas e de Veneza, define

---

<sup>132</sup> O francês Hugues de Varine-Bohan, diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) de 1965 a 1974, abordou, entre outras questões, a integração entre o patrimônio ambiental e o cultural.

restauração como "fazer voltar a edificação à sua feição primitiva"<sup>133</sup>, em flagrante contradição com as definições de ambas as cartas. (2010, p. 298)

Ademais, as discussões do campo do patrimônio cultural tinham nos cursos um ambiente especial: ao articular os profissionais das entidades executivas de políticas públicas (Iphan e órgãos estaduais) com o universo acadêmico e com os consultores da Unesco que também ministravam aulas nesses cursos, o Programa fomentou uma circulação de ideias em escala considerável, se pensarmos no número de profissionais antes envolvidos na área de conservação e restauração.

A oportunidade viabilizada pelo Programa para qualificação dos profissionais das entidades executoras estaduais toma importância quando analisada do ponto de vista da descentralização da política. Preocupação não exclusiva da área de patrimônio cultural, a falta de preparo dos funcionários de órgãos estaduais e municipais é muitas vezes apontada como empecilho para a execução de políticas federais em parcerias com essas esferas administrativas. Essa qualificação geralmente envolve dois aspectos: formação profissional e envolvimento e entendimento das políticas a serem implementadas por parte da equipe. Os cursos financiados pelo PCH visavam, explicitamente, a criar recursos humanos adequados para a execução do Programa. O envolvimento da equipe e seu entendimento acerca do Programa também seriam contemplados pelo PCH por meio de seu modelo de gestão *manualizado*, como veremos à frente.

Atualmente, os cursos institucionalizados (Cecre e Cecor) não possuem vinculação com qualquer política de descentralização da

---

<sup>133</sup> No artigo de Nivaldo Vieira de Andrade Junior, *Arquitetura Moderna e Preexistência Edificada: intervenções sobre o patrimônio arquitetônico de Salvador a partir dos anos 1950*, o arquiteto corrobora a afirmação de Beatriz Khül: o edifício construído no século XVII [Câmara de Vereadores de Salvador] e reformado no século seguinte, sofreu uma intervenção em 1887 que deixou suas fachadas com feição eclética. Entre 1969 e 1970, o arquiteto e restaurador Fernando Machado Leal, consultor do Iphan e ex-sócio de Diógenes Rebouças, realizou uma radical intervenção que eliminava todos os elementos de decoração neoclássica e "recuperava a feição original" do edifício. (2005, p. 14)

política de preservação do patrimônio cultural. Pelo próprio desinteresse do Iphan, que os financia, mas não participa de suas discussões, ambos têm se voltado cada vez mais a políticas exclusivas do MEC. Apesar disso, ainda cumprem papel fundamental na formação de profissionais da área no país, que ingressam na carreira pública ou atuam na iniciativa privada. Entretanto, considerando a intenção do órgão federal de estruturar um Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, talvez fosse oportuno repensar o papel desses cursos em sua política.

#### 4.4.2 *Entidades estaduais*

A institucionalização de órgãos estaduais para execução do Programa é outro item importante a ser observado para avaliação do grau de descentralização da política. Segundo Henrique Oswald de Andrade, esse modelo visava a comprometer os estados com a política, mas encontrava algumas dificuldades quando da análise pelo Grupo de Trabalho em 1975:

Primeiro, falta de pessoal especializado. Segundo, a falta de entidade local que ficasse a cargo do Programa no Estado, porque o Município só entrou muito mais tarde<sup>134</sup>. (...) você não tinha no Ceará, não tinha no Rio Grande do Norte. Então, já havia uma recomendação de que cada Estado devia ter, pela Carta de Salvador (...). Então, uma das condições que a gente colocou que tivesse algum órgão que fosse um interlocutor principal e aquele que cuidaria lá. Por que? Porque a tendência de alguns ministérios era de que, cada vez que tinha um Programa desse, **o ministério executava. Então, nossa proposta era ao contrário: como você compromete o Estado, o Estado assume**, ele escolhe, em função até do uso que se vai dar, porque também a condição era essa, você tinha que ter uma restauração, mas você tinha que ter uma definição de uso pra ocupar. E a outra condição era de que você tivesse um compromisso de pelo menos, acho que dez anos, de manutenção. Sendo que muitas vezes nem precisava, porque se você punha alguma atividade permanente neste prédio, quem estava lá

---

<sup>134</sup> A execução do Programa por alguns municípios iniciou-se apenas na década de 1980, quando o PCH já tinha sido incorporado a Sphan/Pró-Memória.

dentro tinha a obrigação de manutenção, você não precisava nem dar prazo. (ANDRADE, 2011) [grifos nossos]

Assim, temos duas questões: a existência de uma entidade executora, independente da sua especialização, e a institucionalização de órgãos específicos para preservação do patrimônio cultural nos estados. Apesar disso, percebe-se que nas normas do Programa não há exigência explícita para a constituição de órgãos específicos. Na Exposição de Motivos 076-B/73, a preferência para execução é bastante genérica:

Na tarefa de reconstituir as cidades e monumentos históricos do Nordeste, será dada prioridade, na execução, aos organismos locais tais como **Fundações Especializadas, Empresas de Turismo e Bancos Estaduais de Desenvolvimento**. (BRASIL, 1973, p. 6) [grifos nossos]

Já a Portaria Interministerial 019/77, editada após a avaliação e revisão do Programa, retira o foco das "empresas de turismo e bancos estaduais de desenvolvimento", mas também não especifica órgãos para a preservação do patrimônio cultural:

Art. 8º - Terão preferência na execução dos trabalhos de restauração e preservação de bens móveis e imóveis, **os órgãos e entidades estaduais e municipais especializados, da administração direta e indireta e as fundações supervisionadas**. (BRASIL, 1977) [grifos nossos]

Apesar disso, a mesma portaria exigiu a apresentação de um "Programa Estadual de Restauração e Preservação para o período de 1977/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida exigida" e "comprovação do tombamento estadual do imóvel, concedendo-se aos estados que não tiverem legislação de tombamento prazo até junho de 1978 para cumprir esta condição". Tais exigências conformavam requisitos

mínimos para a elaboração de uma política de preservação do patrimônio (edificado) estadual, que dificilmente poderiam ser elaborados e geridos com uma qualidade mínima que possibilitasse sua aprovação pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento.

Analisando os dados consubstanciados no Quadro 10, feito com base em tabela apresentada no relatório de atividades da Delegacia Regional Seplan/PR<sup>135</sup> de 1978, observamos que os estados de Sergipe, Alagoas e Ceará operaram, durante a década de 1970, por meio de entidades que visavam ao desenvolvimento do turismo. Por outro lado, Bahia, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro já possuíam órgãos específicos para a preservação do patrimônio cultural antes do Programa.

Dessa forma, depreende-se que o Programa não teve papel tão preponderante na criação de órgãos estaduais específicos para a área de preservação quanto foram os Encontros de Governadores de 1970 e 1971, considerando as datas de criação desses órgãos. Entretanto, a criação desses órgãos pelo compromisso político geralmente não correspondeu à existência de legislação para proteção de patrimônio cultural, estruturação administrativa do órgão e muito menos a uma política de preservação estadual<sup>136</sup>, como atestam vários relatórios do Programa que resultarão na EM 024/77. O Quadro 10 também demonstra claramente tal situação, com referência à Paraíba: criada em 1971, a Fundação Cultural da Paraíba contava com orçamento de Cr\$ 50 mil, mas não tinha funcionários. Em 1977, com orçamento de Cr\$ 1,7 milhão, a equipe da Fundação era formada por oito pessoas.

---

<sup>135</sup> Arquivo Central do Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

<sup>136</sup> Exceção deve ser feita à Bahia, que já realizava intervenção no Pelourinho, em Salvador, a partir de plano elaborado por consultoria contratada pela Unesco após o relatório de Michel Parent. O documento chamou atenção para a importância do conjunto e ao mesmo tempo para o estado de degradação em que se encontrava a área. Nesse sentido, o estado aproveitou os recursos do Programa para dar continuidade à política já em andamento.

Quadro 10: Evolução da estrutura das Entidades Estaduais.

ESTADO E ENTIDADE	Data de criação do órgão	1973			1977		
		Orçamento para Patrimônio (Cr\$ 1.000,00)	Pessoal		Orçamento para Patrimônio (Cr\$ 1.000,00)	Pessoal	
			Téc-nico	Auxi-liar		Téc-nico	Auxi-liar
MARANHÃO Fundação Cultural (1)	1974	0	0	0	6.000	5	3
PIAUI Fundação Cultural	1975	0	0	0	2.000	5	3
PARAIBA Fundação Cultural	1971	50	0	0	1.700	3	5
RIO GRANDE DO NORTE Fundação José Augusto	1963	400	3	0	2.000	4	9
PERNAMBUCO Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico	1973	100	3	3	7.000	20	90
ALAGOAS Empresa Alagoana de Turismo (2)	Não se aplica	0	0	0	2.500	7	3
SERGIPE Empresa Sergipana de Turismo	Não se aplica	2.500	0	0	7.000	8	3
BAHIA Fundação do Patrimônio Cultural	1967	3.600	35	50	24.700	67	77
CEARÁ Empresa Cearense de Turismo	Não se aplica	SI	SI	SI	SI	SI	SI
MINAS GERAIS Instituto Estadual Patrimônio Histórico e Artístico	1971	SI	SI	SI	SI	SI	SI
RIO DE JANEIRO Instituto Estadual Patrimônio Cultural	1974 (3)	SI	SI	SI	SI	SI	SI
ESPÍRITO SANTO Fundação Cultural	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Total</b>		<b>6.650</b>	<b>41</b>	<b>53</b>	<b>52.900</b>	<b>119</b>	<b>192</b>

(1) Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Fundação Cultural.

(2) Substituída, para execução do Programa em 1977 pelo Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas.

(3) Substituindo o antigo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, criado em 1964.

Fonte: Relatório Delegacia Regional Seplan/PR, 1978, complementada com dados constantes nos sítios eletrônicos das respectivas entidades ou correlatas.

No entanto, percebe-se que de 1973 a 1977 os órgãos executores dos estados do Nordeste tiveram um acréscimo significativo no número de funcionários. O exemplo mais significativo é o de Pernambuco: a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico passou de seis para 110 funcionários em quatro anos, e de um orçamento de Cr\$ 100 mil para Cr\$ 7 milhões. Provavelmente, as exigências técnicas do Programa acabaram determinando a constituição de equipes minimamente para garantir sua execução.

Os "planos estaduais plurianuais de restauração e valorização do patrimônio histórico e artístico", exigidos a partir de 1976, forçaram ainda mais a necessidade de constituição de equipes, como referido no item anterior. A capacidade de execução das entidades estaduais estava em jogo, e caso não tivessem sucesso, significaria não conseguir aplicar os recursos ofertados pelo governo federal aos governos estaduais e, portanto, já de partida, não usufruir os benefícios políticos de inaugurar obras. Henrique Oswaldo de Andrade<sup>137</sup> analisa:

Começou primeiro o seguinte: o nariz de cera e a cenoura eram assim um prédio importante que o governador pudesse inaugurar. Aí aparecia lá uma instituição dizendo "mas eu queria fazer o plano urbano de tal lugar" - e a gente dizia: "vamos dar um jeito". (...) a gente achava que todos tinham que ter plano, todos tinham que ter algum tipo de proposta de ação no Estado, pegando as áreas. (...) isso entrou no final, quer dizer, já no final de 78, 79, era 78 se não me engano, a gente já começou a receber um esboço de um plano para que começasse o ano recebendo recurso para [inaudível]. Em paralelo, a gente investiu no pessoal [das entidades estaduais]. (ANDRADE, 2011)

Com quadro de funcionários e orçamento crescentes, as entidades estaduais eram ainda estimuladas a qualificar as equipes por meio dos cursos promovidos pelo Programa no Brasil e no exterior, além do contato estreito com o Iphan, como visto no item anterior. Outro

---

<sup>137</sup> ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Entrevista concedida pelo coordenador do Programa de Cidades Históricas a Sandra Corrêa. Brasília, 15.mai.2011.

fato interessante é que alguns dos órgãos criados inicialmente como secretarias ou departamentos foram transformados para execução do Programa em fundações ou institutos, figura jurídica que na época possibilitava um funcionamento mais flexível e propício à execução mais eficiente de ações, e amplamente incentivada pelo governo federal. A nosso ver, isso demonstra uma forte vinculação entre a estruturação dos órgãos e a implementação do PCH, como aponta Menezes<sup>138</sup> ao analisar a criação da Fundarpe:

A nova instituição se estruturou na figura jurídica de uma fundação criada pelo Banco do Estado de Pernambuco. Tal forma era a mais vantajosa para o Programa diante do interesse de se desejar um funcionamento com maior flexibilidade do que aquele em que as ações fossem de um órgão oficial, sujeito às normas burocráticas naturais de uma repartição pública. Por outro lado, uma fundação poderia legalmente receber doações. Os Estatutos daquela Fundação davam a ela foros de uma Secretaria de Cultura e com maior versatilidade. Era a independência da Cultura em sentido bem definido diante das ações voltadas à educação e que exigiam muita atenção do Estado de Pernambuco. (2008, p. 33)

Essa indução se dava exclusivamente por questões operacionais, já que os recursos não poderiam ser utilizados para despesas correntes de administração do órgão estadual, nem os provenientes da contrapartida estadual. A Portaria 019/77 ampliou as possibilidades da contrapartida a ser apresentada pelo estado, incluindo, com relação à EM 076-B/73, o aceite de despesas relativas a desapropriações, além da elaboração de projetos e planos já vigentes desde 1973. Dessa forma, a partir dos critérios e condições do Programa, depreende-se que a estratégia era de que o PCH viabilizasse a execução de projetos e obras - que, sem dúvida, possibilitavam visibilidade política aos governos estaduais -, e,

---

<sup>138</sup> Na mesma publicação sobre a história da Fundarpe, José Luiz da Mota Menezes afirma ter sido, juntamente com Fernando de Barros Borba, um dos arquitetos a elaborar os primeiros projetos a serem apresentados por Pernambuco à Seplan, no âmbito do PCH. Segundo ele, após essa colaboração, os mesmos arquitetos ajudaram na elaboração do projeto para criação da Fundarpe. (2008, p. 33)

por outro lado, que os estados estruturassem uma política de preservação do patrimônio cultural que tivesse continuidade para além do Programa dentro da máquina administrativa. Sant'Anna, ao analisar o esquema administrativo do PCH, afirma que

Montou-se um sistema nacional de preservação, inédito na história do patrimônio do Brasil, no qual as instâncias financiadoras e normalizadoras ficavam localizadas no plano federal e as instâncias executoras executivas no estadual. (1995, p. 165)

Entretanto, quando Menezes analisa a questão orçamentária da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, parece sugerir que essa estratégia não foi compreendida por parte dos governos estaduais:

A fundação viveu desde os seus primeiros anos grandes dificuldades financeiras. A princípio, dependeu dos recursos do governo federal atrelados ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, que representavam 80% e deveriam ser aplicados em obras. Não havia recursos destinados a pessoal e este era pago com o emprego de vários procedimentos administrativos que, apesar de legais, não eram devidamente integrados a uma receita orçamentária própria. Quando se esvaíram os recursos de tal Programa, deveriam entrar no jogo financeiro aqueles obtidos com o retorno previsto como sustentabilidade dos projetos que assim asseguravam. Nesse quadro, os poucos retornos realizados eram inferiores aos gastos, e assim a Fundação, ao se tornar administração indireta, passou a ter o gasto com pessoal coberto pelo governo. (2008, p. 95)

Ao contrário do afirmado por Menezes, o retorno financeiro citado por ele não era, de forma alguma, proposto pelo Programa para cobrir gastos administrativos das entidades estaduais, mas visava a garantir a manutenção dos monumentos recuperados (a auto-sustentabilidade):

Este valor que constitui receita das Entidades Executoras incorpora-se aos seus respectivos orçamentos e garante a manutenção dos monumentos restaurados e o aporte de

contrapartida necessário a continuação do Programa.  
(SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977,  
p. 42)<sup>139</sup>

Essa *confusão*, no entanto, não compromete nossa interpretação de que o Programa possibilitou a implementação da descentralização da política de preservação do patrimônio cultural - proposta, primeiramente, em nível geral pelo governo federal por meio da publicação do Decreto-Lei 200/67, e pelo MEC/Iphan aos governos estaduais, especificamente para a política de preservação nos Encontros de Governadores em 1970 e 1971. Assim, teríamos um caráter de continuidade da política na medida em que, a partir dos Encontros, fomentou-se a criação dos órgãos e legislação, e o Programa viabilizou sua institucionalização com a oferta contínua e considerável de recursos e apoio técnico. Além disso, incentivou os estados que ainda não haviam criado entidades e legislações específicas a fazê-lo.

Por isso, concordamos com Sant'Anna de que o Programa constituiu um *sistema*, estabelecendo a parceria e a articulação entre os dois entes federativos - União e estados - no período de 1973 a 1979. Pois, além de reconhecer como patrimônio cultural brasileiro os monumentos que representavam as identidades locais e ao viabilizar o financiamento de sua recuperação, como analisado no item 4.2.2, considerava como atores fundamentais os técnicos que constituíam os quadros estaduais - incluindo-os nos programas de treinamento em pé de igualdade com os funcionários do Iphan -, e, principalmente, utilizava as propostas estaduais para definição da política federal. Ou seja, os estados formulavam a política federal de preservação em conjunto com o Iphan e a Seplan, cumprindo um papel mais amplo do que simples executores. Entretanto, consideramos que esse sistema seria ainda mais articulado se na Comissão de

---

<sup>139</sup> Relatório de Atividades do PCH - 1977. Delegacia Regional Seplan/PR, 1978. Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas, Caixa 82, Camisa 56G.

Coordenação e Acompanhamento, que analisava os programas e projetos estaduais, houvesse representação desse nível federativo, o que não ocorreu.

#### 4.4.3 *Projetos financiados e recursos previstos e investidos*

Apesar do acompanhamento rigoroso realizado pela coordenação do Programa, houve uma certa dificuldade para sistematizar os dados presentes nos diversos relatórios, que apresentavam algumas incoerências. Acreditamos que isso possa ter ocorrido pela diferença entre as datas previstas e realmente efetivadas para conclusão das obras ou pelo cancelamento, substituição e alteração de projetos já aprovados. Outro fator importante é que de 1973 a 1979 o Brasil já vivia sob forte inflação (em 1973 a taxa girava em torno de 20% ao ano, segundo dados da FGV e Dieese), o que poderia explicar a diferença de valores para os mesmos projetos, ano a ano. Entretanto, nenhum fator de correção é explicitado pelos relatórios.

A dificuldade ainda aumenta a partir de 1977, pois as planilhas referentes ao acompanhamento dos projetos dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo são bem menos detalhadas do que os documentos referentes ao Nordeste e, por isso, há vários projetos sem informações completas. Assim, das inúmeras planilhas existentes no Arquivo Central do Iphan em Brasília, na seção Programa de Cidades Históricas, selecionamos sete documentos<sup>140</sup> que

---

<sup>140</sup> DELEGACIA REGIONAL DA SEPLAN/PR. Relatório de Avaliação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Recife, 1976. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 67G. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Quadro de Projetos com recursos da Seplan. Brasília, s/d. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 77. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Quadro de projetos concluídos em 1981. Brasília, s/d. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 77. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Projetos em execução com recursos da Seplan. Brasília, s/d. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 77. PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS. Quadro de controle de compromettimentos - E.M. 24 de 2/2/1977. Brasília, s/d. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 77. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa de Cidades Históricas: Situação dos Projetos por Estado: projetos concluídos e em execução. Brasília, 1979. Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 66, Camisa DI13.

consideramos os mais relevantes para a sistematização dos dados, cujo resumo consta no Apêndice 02.

Apesar de não ter sido possível estabelecer precisamente o número de projetos financiados e os recursos despendidos pelo Programa no período de 1973 a 1979, acreditamos que os dados coletados são suficientes para realizar algumas análises sobre o atingimento dos objetivos do PCH.

Os projetos aqui analisados foram os aprovados até 1979, antes da incorporação do Programa ao Iphan, mesmo que sua conclusão tenha sido posterior a essa data (e por isso as planilhas consultadas seguem até o ano de 1983). Para a análise, consideraremos apenas os recursos da Seplan, provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), já que não há na documentação controle sobre os investimentos realizados pelo Iphan no período, apesar de as Exposições de Motivos destacarem orçamento específico para o órgão. Ademais, alguns valores globais foram convertidos em dólares americanos, tendo por base a cotação constante em dezembro do ano referente ao valor considerado, visando a minimizar as distorções decorrentes da alta taxa de inflação do período. As análises que seguem possuem predominantemente três focos:

a) a distribuição dos recursos por região e estado, considerando os investimentos de contrapartida destes, buscando verificar o equilíbrio de investimentos do Programa;

b) o custo dos projetos por estado, buscando verificar o perfil de execução em cada estado;

c) a distribuição dos recursos e de quantidade de projetos por tipo, buscando verificar o perfil de investimentos do programa, considerando as alterações conceituais ocorridas.

Iniciaremos a análise pelas previsões de recursos constantes nas Exposições de Motivos 076-B/73, 060/76, 024/77 e 065/79, nas quais se verifica um montante total de recursos de Cr\$ 575 milhões.

Quadro 11: Previsão de recursos constantes nas Exposições de Motivos, em milhões de cruzeiros.

	EM 076-B (Nordeste)	EM 060/76 (Nordeste)	EM 024/77 (MG, RJ e ES)	EM 065/79 (Nordeste e MG, RJ e ES 50)	TOTAL
1973	10	-	-	-	10
1974	20	-	-	-	20
1975	20	-	-	-	20
1976	20	40	-	-	60
1977	20	55	90	-	165
1978	-	60	100	-	160
1979	-	70	-	70*	140
<b>TOTAL</b>	90	225	190	70	<b>575</b>

\* Cr\$ 50 milhões aos Estados do Nordeste e 20 milhões para Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Ao analisar esses dados, observa-se uma desigualdade no investimento realizado no Nordeste com relação aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os quadros abaixo informam os valores totais destinados às duas áreas-programas.

Quadro 12: Valores totais previstos nas Exposições de Motivos 076-B/73, 060/76, 024/77 e 065/79, em milhões de cruzeiros.

Em Cr\$ (milhões)	TOTAL	VALOR/ANO	VALOR POR ESTADO	VALOR ANUAL POR ESTADO
NORDESTE	140	20	15,56	2,22
MG, RJ e ES	210	70	70,00	23,33

Quadro 13: Valores totais previstos nas Exposições de Motivos 076-B/73, 060/76, 024/77 e 065/79, em milhões de dólares americanos.

Em U\$ (em milhões)	TOTAL	VALOR/ANO	VALOR POR ESTADO	VALOR ANUAL POR ESTADO
NORDESTE	15,65	2,24	1,74	0,25
MG, RJ e ES	12,50	4,17	4,17	1,39

Escolhemos como indicador para análise os valores correspondentes ao destinado por estado e por ano porque as áreas-programas tiveram períodos diferentes (sete anos para o Nordeste e

três para o Sudeste) e também cada região possui um número diverso de estados (nove e três, respectivamente). Assim, temos que os valores destinados ao Nordeste, considerando o indicador "valor anual por estado", representam cerca de 9% em cruzeiros, ou 15% em dólares, com relação aos direcionados para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O resultado dessa análise parece ser incoerente com os objetivos do Programa, ainda mais se observarmos que sua ampliação para a região Sudeste ocorreu a partir do momento em que o PCH aproximou-se da política de desenvolvimento urbano, que, entre outros objetivos, visava à desconcentração urbana e ao equilíbrio do desenvolvimento econômico social entre as diversas cidades brasileiras. Retomando o Quadro 1 (Estratégias Regionais PNDU), as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro são "consideradas como as principais responsáveis pela aceleração dos desequilíbrios regionais", e deveriam ser desestimuladas "a implantação de uma série de atividades, tanto restringindo o uso do solo como reduzindo alguns investimentos de serviços e infra-estrutura" (FRANSCISCONI & SOUZA, 1975, p. 67).

Entretanto, a PNDU coloca no mesmo *subsistema* - de promoção - as cidades antigas mineiras e do litoral do Nordeste, bem como as áreas "que foram prósperas em função do apogeu econômico no passado", vinculadas aos ciclos do café, da mineração e da cana de açúcar (que incluiriam a região Sudeste). Assim, verifica-se que a política urbana diferenciou as regiões Sudeste e Nordeste com relação as suas capitais, mas entendeu que as cidades com potencial turístico que apresentavam sinais de estagnação ou decadência econômica, independente de onde se localizavam, deveriam receber investimentos para sua *promoção*. Para isso, a PNDU ressalta que "a manipulação dessas cinco áreas é extremamente diferenciada, face ao tipo de alternativa que se pretenda adotar para a implementação da política de desenvolvimento urbano" (FRANSCISCONI & SOUZA, 1975, p. 71). Ou seja, esse *subsistema* é o único que não tem uma proposta clara de intervenção pela PNDU. Por outro lado, o Programa de Cidades Históricas não diferenciou as capitais e regiões

metropolitanas das pequenas cidades mineiras e fluminenses, não aplicando, portanto, os *subsistemas* propostos pela PNDU.

Não cabe aqui questionar a necessidade das cidades históricas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo receberem recursos, já que enfrentavam desafios significativos, conforme estudado no capítulo anterior. Entretanto, sob o aspecto do desenvolvimento regional - objetivo claramente explicitado nos momentos iniciais do Programa e que visava a minimizar os desequilíbrios de desenvolvimento entre as regiões do país - o PCH efetivamente atuou dessa forma apenas em sua primeira fase, até 1977. Ainda assim, é possível afirmar que apesar da quantidade considerável de recursos alocados para o patrimônio cultural do Nordeste, talvez sem precedentes, a estratégia de desconcentração relacionada à proposta inicial de desenvolvimento dessa área foi praticamente anulada quando da entrada dos três estados do Sudeste, que receberam investimentos superiores, em três anos, aos destinados à outra região durante sete anos.

Com relação aos valores efetivamente investidos temos, até 1982 - considerando os projetos aprovados até 1979 -, o total de Cr\$ 735 milhões<sup>141</sup>. Fazendo a mesma análise do parágrafo anterior, com relação aos investimentos realizados em cada região, utilizando-se o indicador "valor anual por estado", a representatividade do Nordeste melhora quase 100%, com 15% nos valores em cruzeiros (ver Quadro 14). Entretanto, é ainda bastante desigual, mantendo-se a conclusão de que os estados da região Sudeste receberam significativamente mais recursos que os do Nordeste.

Quadro 14: Valores investidos efetivamente de 1973 a 1983 nos projetos aprovados até 1979.

---

<sup>141</sup> Cr\$ 735.519.971,00. Convertendo os valores totais de cada ano para o dólar americano, utilizando-se a cotação de dezembro, temos o valor total de U\$ 17.752.079,15. Para os valores cujos projetos não tinham informações sobre a data de sua conclusão, usou-se o quantitativo constante em dezembro de 1979.

Em Cr\$	TOTAL	VALOR/ANO	VALOR POR ESTADO	VALOR ANUAL POR ESTADO
NORDESTE	396.562.992,16	56.651.856,02	44.062.554,68	<b>6.294.650,67</b>
MG, RJ e ES	338.956.979,00	112.985.659,67	112.985.659,67	<b>37.661.886,56</b>

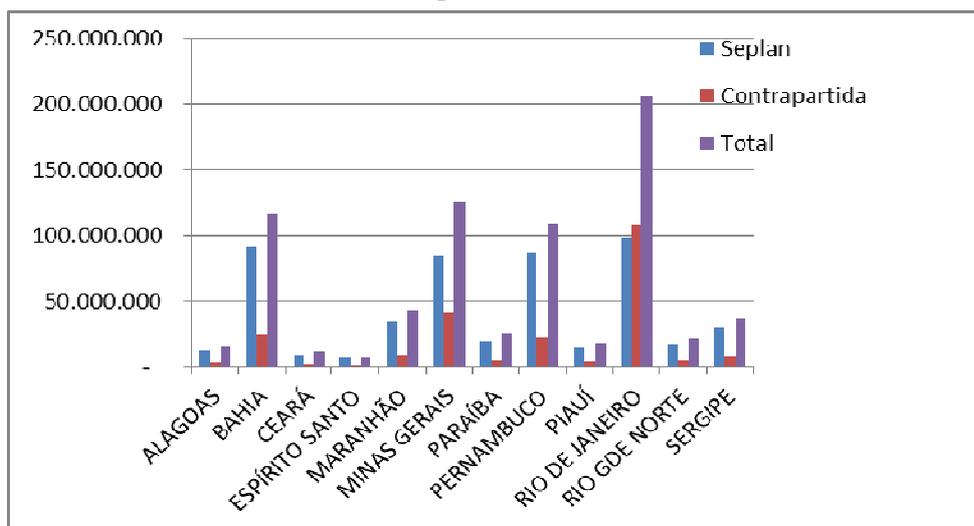
Com relação à distribuição intra-regional dos recursos, no que se refere ao Sudeste, verifica-se que o Espírito Santo concluiu apenas um projeto; utilizou Cr\$ 6 milhões do FDPI, o que configura uma concentração de investimentos ainda mais evidente nos estados que tradicionalmente recebiam recursos do governo federal - Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já o Nordeste apresenta mais equilíbrio, percebendo-se, no entanto, uma diferença entre o que poderíamos chamar de *grandes* e *pequenos estados*: o último grupamento recebeu em torno de 2% a 3% dos recursos investidos, sendo representado por Alagoas, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, destacando-se esse último, com mais de 5%. Já os *grandes estados* apresentam maior desequilíbrio: um investimento sofrível no Ceará, não chegando a 2% do total, médio no Maranhão, com 5%, e expressivo na Bahia e Pernambuco, em torno de 15%. Importante lembrar que a Bahia já tinha projetos em andamento para recuperação do Pelourinho, em Salvador, antes do Programa, e que Pernambuco sediava a Delegacia Regional da Seplan/PR. Ambas as situações provavelmente facilitaram o andamento do Programa nessas duas localidades. Ademais, Pernambuco e Bahia, tradicionalmente, entre os estados do Nordeste, já recebiam maiores atenções do Iphan.

Quadro 15: Valores investidos por fonte e Estado, em Cr\$ (milhões)

Estado	Seplan	Contrapartida	% (contrapartida /total)	Total	% (total Estado/total Programa)
ALAGOAS	12.350.333	3.159.958	20,37	15.510.291	2,11
BAHIA	92.051.325	24.063.888	20,72	116.115.213	15,79
CEARÁ	8.954.621	2.237.420	19,99	11.192.041	1,52
ESPÍRITO SANTO	6.000.000	1.200.000	16,67	7.200.000	0,98
MARANHÃO	34.473.272	8.639.530	20,04	43.112.802	5,86
MINAS GERAIS	84.758.335	40.790.129	32,49	125.548.464	17,07

PARAÍBA	19.894.615	4.973.654	20,00	24.868.268	3,38
PERNAMBUCO	86.693.176	22.182.848	20,37	108.876.024	14,80
PIAUI	14.518.718	3.629.680	20,00	18.148.398	2,47
RIO DE JANEIRO	97.678.200	108.530.315	52,63	206.208.515	28,04
RIO GRANDE DO NORTE	17.007.666	4.250.615	20,00	21.258.281	2,89
SERGIPE	29.721.604	7.760.070	20,70	37.481.674	5,10
Total Geral	504.101.865	231.418.106		735.519.971	100

Gráfico 1: Valores investidos por fonte e Estado, em Cr\$ (milhões)



Ainda com relação à distribuição dos recursos, importa verificarmos os investimentos estaduais referentes às contrapartidas, lembrando que a partir de 1977 os projetos propostos pelo Iphan e Seplan dispensariam a parcela estadual. Em termos de recursos, verifica-se que a maioria ficou em 20%, conforme estabelecia o Programa (pequenas diferenças para mais ou para menos podem ser imputadas à imprecisão dos dados). Entretanto, destaca-se que o Rio de Janeiro investiu cerca de 50% e Minas Gerais 30% no Programa, apontando um maior interesse dos estados. Apesar disso, vemos também uma diferença com relação aos tipos de projetos apresentados por esses dois estados: enquanto o Rio de Janeiro investe em grandes obras, como o Teatro Municipal e o Museu Imperial de Petrópolis, Minas Gerais tem um perfil bastante diversificado, investindo em cursos e planos. Parece-nos, portanto, que o interesse

do Rio de Janeiro vinculava-se a uma visibilidade política imediata, enquanto Minas Gerais se coadunava com o conceito do Programa na busca do desenvolvimento urbano de suas cidades históricas.

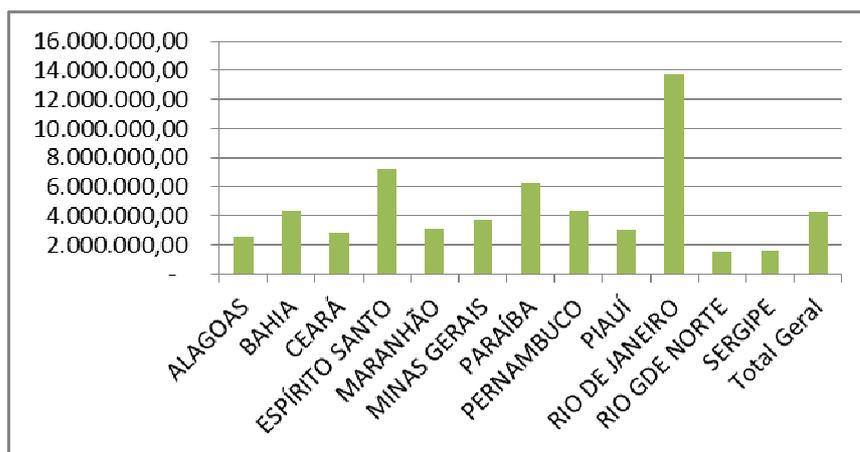
Essas cifras tomam outra perspectiva quando é analisado o número de projetos executados sem apresentação de contrapartida. Rio de Janeiro destaca-se com mais de 30%, seguido da Bahia e de Pernambuco, com 14,81% e 12% respectivamente, além de Minas Gerais, com 5,88%, considerando o número de projetos. Os demais estados não tiveram projetos com dispensa de contrapartida. Esse quadro demonstra as *preferências* do Iphan, já que não observamos projetos apresentados pela Seplan, sendo esses os dois únicos órgãos que poderiam propor ações com 100% de recursos do FDPI.

Quadro 16: Número de projetos que dispensaram contrapartida (100% dos recursos FDPI)

ESTADO	N° PROJETOS			
	S/CONTRAPARTIDA	%	SI	TOTAL
ALAGOAS	-	-	-	6
BAHIA	4	14,81	-	27
CEARÁ	-	-	-	4
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	1
MARANHÃO	-	-	4	14
MINAS GERAIS	2	5,88	11	34
PARAÍBA	-	-	-	4
PERNAMBUCO	3	12,00	-	25
PIAUI	-	-	-	6
RIO DE JANEIRO	5	33,33	3	15
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	4	14
SERGIPE	-	-	1	24
Total Geral				174

Ainda com relação ao montante de recursos investidos, os projetos mais caros também se localizaram no Rio de Janeiro, com quase Cr\$ 14 milhões por iniciativa, enquanto a média do Programa foi de pouco mais de Cr\$ 4 milhões/projeto, demonstrando novamente o perfil de grandes obras do estado.

Gráfico 2: Média de investimento/projeto, por Estado.



No que se refere a tipos de projetos propostos pelos estados, temos uma esmagadora maioria de obras em monumentos, representando quase 85% dos investimentos.

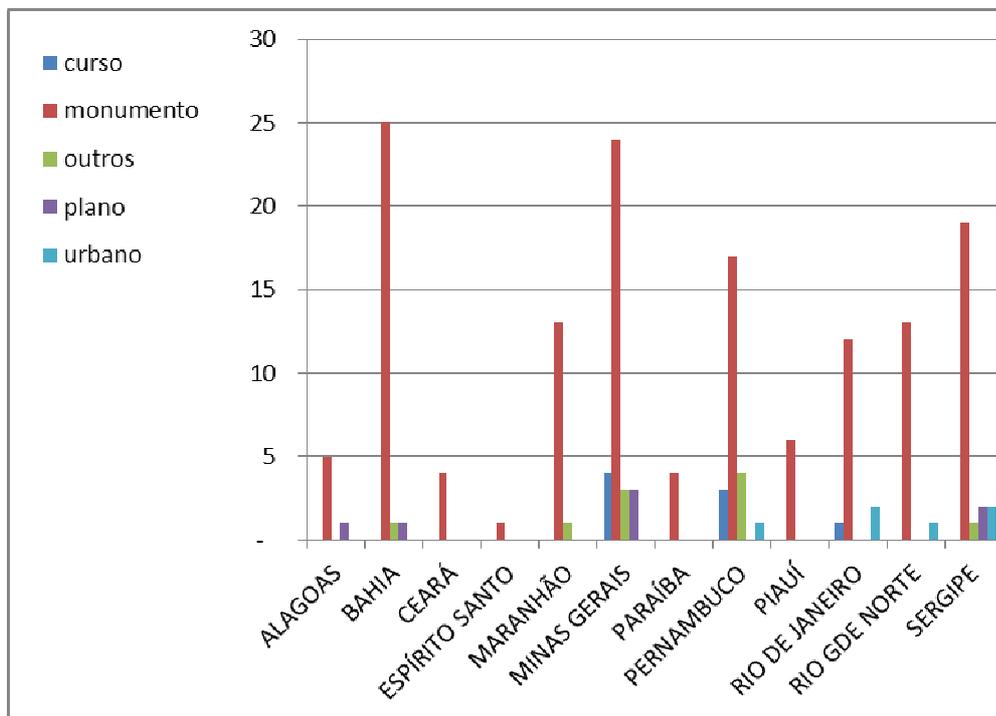
Quadro 17: Valores investidos por tipos de projetos, por Estado.

Estado	Cursos	Obras em monumentos	Planos urbanos	Obras urbanas	Outros	Total Geral
ALAGOAS		14.352.291	1.158.000			15.510.291
BAHIA		104.481.288	6.893.000		4.740.925	116.115.213
CEARÁ		11.192.041				11.192.041
ESPÍRITO SANTO		7.200.000				7.200.000
MARANHÃO		42.892.047			220.755	43.112.802
MINAS GERAIS	2.204.000	63.109.168	14.944.709		45.290.587	125.548.464
PARAÍBA		24.868.268				24.868.268
PERNAMBUCO	1.890.000	89.218.884		3.350.000	14.417.140	108.876.024
PIAUI		18.148.398				18.148.398
RIO DE JANEIRO		190.412.515		15.796.000		206.208.515
RIO GRANDE DO NORTE		21.258.281		-		21.258.281
SERGIPE		34.100.290	650.000	2.085.520	645.864	37.481.674
%	0,56	84,46	3,21	2,89	8,88	100
Total Geral	4.094.000	621.233.471	23.645.709	21.231.520	65.315.271	735.519.971

Alagoas, Bahia, Sergipe e Minas Gerais, com destaque para este último, investiram na elaboração de planos urbanísticos. Foram propostas obras em áreas urbanas<sup>142</sup> pelos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. O campo "outros" refere-se a documentários, inventários, pesquisas históricas e arqueológicas.

<sup>142</sup> As obras urbanas, identificadas nos documentos do Programa como "agenciamento", tratavam-se de recuperação de praças, logradouros, pontes, orlas marítimas ou de rios etc.

Gráfico 3: Número de tipos de projetos propostos por Estado.



A verificação dos tipos de projeto por ano apontam para o fato de que os investimentos não parecem ter seguido a alteração conceitual até 1979. Observamos que o planejamento integrado pretendido pelo Programa não foi absorvido pelos estados (talvez o que mais tenha se aproximado tenha sido Minas Gerais), não constituindo a recuperação dos núcleos urbanos ao investirem concentradamente em obras de restauração de edifícios, e quase nada em infraestrutura urbana. Também percebemos que é pouco significativo o investimento em áreas urbanas (planos e obras):

Quadro 18: Número de projetos por tipo

Ano	Cursos	Obras em monumentos	Planos urbanos	Obras em áreas urbanas	Outros	Total Geral	%
1974		1				1	1
1975	1	13				14	8
1976	2	10	1	1	3	17	10
1977		10				10	6

1978		13		1		14	8
1979		5				5	3
1980	1	29	2	2	2	36	21
1981		19	1		4	24	14
1982		4				4	2
1983		2				2	1
Sem informação	4	37	3	2	1	47	27
Total Geral	8	143	7	6	10	174	100

Assim, a nosso ver os resultados do Programa não acompanharam completamente as diversas alterações conceituais propostas em sua concepção. Entretanto, com relação ao conceito, devemos levar em consideração a lentidão característica da administração pública, por ter de acomodar diversos interesses em jogo, para incorporação de alterações conceituais significativas. Dessa forma, podemos afirmar que o momento era de amadurecimento para implementação de políticas que terão continuidade na década de 1980.

Olinda, por exemplo, iniciou a institucionalização de órgãos municipais para a preservação do patrimônio cultural ainda em 1979:

Numa visão estratégica e atendendo a diretrizes internacionais e nacionais, o Prefeito Germano Coelho, por meio da Lei nº 4.119/79, criou o Sistema Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, conferindo autonomia ao ente local. Constituiu-se em inovação institucional, estruturada no tripé executivo, deliberativo e econômico, representados respectivamente pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda - FCPSHO, o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda e o Fundo de Preservação de Olinda.

(...) Como braço executivo do Conselho de Preservação, e vinculado à então Secretaria de Educação e Cultura, foi criado o Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Entidade com personalidade jurídica de Fundação, com autonomia administrativa e financeira. Tinha como atribuição exercer a proteção aos bens culturais móveis e imóveis e planejar, promover e coordenar o aproveitamento turístico dos mesmos. (GUSMÃO, 2011, pg. 86-87)

Apesar de Fernanda Gusmão não relacionar essa institucionalização ao Programa de Cidades Históricas, o fato de Olinda ter sido uma das principais cidades contempladas certamente teve alguma influência no movimento municipal, inclusive da sociedade olindense, para a preservação do seu patrimônio. Talvez a referência sejam as "diretrizes nacionais" indicadas pela autora, já que naquele momento a política de preservação de patrimônio urbano era representada principalmente pelo Programa de Cidades Históricas. Chama atenção também o modelo administrativo do órgão municipal: uma Fundação, seguindo o que era fomentado pelo Programa. Mais à frente, observamos mais algumas pistas sobre uma provável influência do PCH na política do Município de Olinda:

Seguindo o momento político de democratização no Brasil, em fins de 1979 ocorreu em Olinda o I Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda, promovido pela SPHAN/FNpM (coordenadora), Fundarpe, Prefeitura Municipal de Olinda, Sociedade dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga - AMOA e Fundação Roberto Marinho. Momento de diálogo com a comunidade para buscar coletivamente soluções aos problemas de Olinda, visando restabelecer os níveis de qualidade paisagística, cultural e urbanística.

(...) Neste período, a SPHAN/FNpM, compreendendo que não dispunha nem de competência, nem de recursos para intervenções em sítios históricos, visto que implicavam em maior volume e complexidade de atividades, considerou indispensável a integração das diversas esferas - federal, estadual e municipal - para implantação de programas e projetos nas cidades históricas (abrangendo as áreas de educação, saúde, transporte, habitação, trabalho). (SPHAN/FNpM, 1982b)

De certo modo, o Programa de Cidades Históricas havia tirado do arruinamento vários edifícios tombados individualmente, conferindo-lhes novos usos. Mas nada ainda havia sido efetuado para o conjunto de edificações particulares que compunham os sítios históricos. O casario de Olinda necessitava de cuidados. O empobrecimento das famílias estava levando os imóveis ao arruinamento e provocando o esvaziamento ou a substituição de moradores. (FIDEM, 1978; BARRETO, 2009)

Esse trecho nos parece um pouco equivocados sobre o momento de debate do Iphan<sup>143</sup>, já que afirma que essa instituição “[compreendia] que não dispunha de competência, nem de recursos para intervenções em sítios históricos”. Ora, ao longo desta pesquisa identificamos que o órgão vinha discutindo o assunto intensamente desde meados da década de 1960, e analisava a prática implementada pelo PCH ao longo da década de 1970. Ademais, os recursos representados pelo PCH (que tiveram continuidade após a incorporação ao Iphan) garantiriam pelo menos parte dos investimentos necessários. Fernanda Gusmão correlaciona ainda essa constatação com a política de integração das diversas esferas administrativas de governo. Também vimos que isso era intenção do Iphan desde o fim da década de 1960.

Esse trecho foi utilizado, entretanto, para demonstrar que as sementes plantadas pela política implementada pelo PCH/Iphan na década de 1970 começaram a florescer em algumas cidades históricas brasileiras na década de 1980. Olinda é a mais emblemática, pois implantou o Projeto Piloto Olinda/Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH)<sup>144</sup>:

O PRNH, iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (SPHAN/Pró-Memória) e do Ministério do Interior (CNDU e BNH), teve o sítio histórico de Olinda como palco de uma experiência pioneira, com a ação experimental do Projeto Piloto Olinda - PPO, estruturado em metodologia participativa. Neste programa os moradores participaram das etapas da recuperação do patrimônio construído, que se encontrava bastante degradado. Numa ação complementar ao PCH (encerrado em 1980), o novo Programa viria suprir uma lacuna dos órgãos de proteção na

---

<sup>143</sup> Entendemos haver um equívoco quanto à instituição que organizou o Encontro, já que a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criada em novembro de 1979 sem estrutura, sendo mantido o Iphan até a aprovação de seu regimento interno, que ocorrerá apenas em 1980. A Fundação Nacional pró-Memória, por outro lado, foi criada em 17 de dezembro de 1979. Assim, não seria possível a organização do Encontro citado por essas instituições, sendo mais provável que o Iphan e o PCH tenham encabeçado o evento.

<sup>144</sup> Lembramos que em ofício enviado ao presidente do BID em 08 de março de 1973, para financiamento da continuidade do PCH, João Paulo dos Reis Velloso informa que o Programa passaria a chamar-se Projeto de Revitalização Urbana dos Núcleos Históricos, muito parecido com o nome dado ao programa implementado a partir de 1980 em parceria com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

recuperação do casario, de propriedade privada. (GUSMÃO, 2011, p. 92)

Nessa experiência, portanto, é concretizada a integração proposta na concepção do Programa ainda em 1973, mas com significativo amadurecimento no que se refere ao entendimento da complexidade do sítio de Olinda com relação aos seus problemas urbanos e sociais, como explicitado na Exposição de Motivos 024/77 e na Portaria Interministerial 019/77.

Com isso afirmamos que por mais que até 1979 não apareçam concretamente nos resultados do PCH os conceitos trabalhados durante o processo de formulação e implementação do Programa, certamente este contribuiu para o amadurecimento da política de preservação do patrimônio cultural, resultando nas experiências importantes que se efetivarão a partir de 1980, já capitaneadas pela Sphan/Fundação Nacional pró-Memória.

#### 4.4.4 *Administração do Programa*

A forma de gestão do Programa configura-se como sua característica mais marcante, ressaltada pelos autores que o analisaram, como Sant'Anna (1995), Fonseca (2005) e Milet (1988). Imprimindo a marca do Ministério e depois Secretaria de Planejamento, o Programa visava à objetividade, planejamento, controle de execução e avaliação constantes. A estrutura central era bastante enxuta: segundo Henrique Oswald de Andrade, em Brasília havia cinco pessoas - em Recife, conforme verificado na documentação, provavelmente havia mais duas ou três pessoas dedicando-se ao PCH. Assim, Cr\$ 735 milhões e 172 projetos<sup>145</sup> foram geridos durante sete anos por uma equipe que não chegava a dez pessoas. Um time reduzido como esse, por maior eficiência que possuísse, só poderia obter sucesso contando com as equipes das

---

<sup>145</sup> Até 1982, considerando os projetos aprovados até 1979.

entidades estaduais e também com as do Iphan. Considerando que todos esses órgãos tinham carência de recursos, a cooperação entre Iphan, Seplan e estados uniu esforços com vistas a objetivos comuns e, portanto, potencializou suas ações, conforme desejava João Paulo dos Reis Velloso quando da criação dos Programas Integrados.

Para articular esses vários agentes envolvidos a coordenação tinha de ser bastante eficiente, evitando ruídos que pudessem prejudicar o andamento dos trabalhos. Com isso, percebe-se um controle, quando da fase Nordeste (1973-1976), pelo menos bimestral (com planilhas simples de acompanhamento de projetos) e semestral (relatórios completos). Anualmente, a Delegacia Regional da Seplan/PR também realizava relatório de avaliação, que consubstanciava o histórico do ano, analisava se os objetivos estavam sendo atingidos, apontava dificuldades e soluções para superá-las.

Além dos relatórios, desde o início trabalhou-se em documentos de orientação<sup>146</sup> às entidades estaduais, com modelos dos instrumentos a serem utilizados, bem como com explicações sobre os conceitos e critérios para aprovação de projetos. Esses documentos passam a ser reunidos em manuais, a partir de 1977, contendo o *passo a passo* para a apresentação de projetos que pleiteavam recursos do Programa.

Outra preocupação foi a construção de indicadores que demonstrassem o atingimento do objetivo de geração de renda pelo Programa e ainda possibilitassem a comparação com outros programas do governo federal. Os indicadores escolhidos foram o número de empregos estáveis criados e os custos por metro quadrado de área agenciada e área restaurada, sendo considerados por Renato Baumann das Neves<sup>147</sup> como "altamente positivo se comparado com os dados referentes aos projetos industriais e agropecuários aprovados pela

---

<sup>146</sup> Já em 1974 o detalhamento é tão significativo que se define até os dados que devem estar presentes na capa do projeto a ser apresentado pelo estado.

<sup>147</sup> Economista, na época, funcionário do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea).

Sudene no exercício de 1976”<sup>148</sup>. Essa análise indica que o custo do emprego gerado pelo PCH correspondia a 10% do investido pela Sudene, colocando em questão o papel da economia industrial para a geração de empregos nas cidades brasileiras.

Quadro 19: Indicadores do Programa de Cidades Históricas e Sudene - 1976 e 1977.

		Sudene - 1976	PCH - 1976	PCH - 1977
Restauração	Investimento (Cr\$)	-	35.405.600,00	-
	Área (m2)	-	23.739,00	40.000,00
	Custo/m2 (Cr\$)	-	1.491,45	2.235,00
Agenciamento de espaços públicos	Investimento (Cr\$)	-	5.173.090,00	-
	Área (m2)	-	24.369,00	-
	Custo/m2 (Cr\$)	-	212,28	1.033,00
Empregos estáveis diretos (un.)	Investimento (Cr\$)	-	42.000.000,00	94.369.882,00
	nº empregos	-	743,00	1.251,00
	Custo/emp. (Cr\$)	-	56.527,59	75.435,56
Projetos industriais e agropecuários	Investimento total (Cr\$)	18.783.200.000,00	-	-
	nº empregos	28.903,00	-	-
	Custo/emp. (Cr\$)	649.870,26	-	-

Fontes: Relatório de Atividades de 1977 do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, Delegacia Regional da Seplan/PR, 1978; Ofício de Renato Baumann das Neves a Henrique Oswaldo de Andrade, em 02 de março de 1977.<sup>149</sup>

Em agosto de 1977, o Programa viabilizou treinamento das entidades estaduais e do Iphan, em colaboração com o Instituto de Programação e Orçamento (Inor), sobre o Sistema Gerencial de Acompanhamento Físico e Financeiro (Sistema GRAFF). Segundo relatório do Programa de 1978<sup>150</sup>, participaram do treinamento 28 técnicos dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

<sup>148</sup> Ofício de Renato Baumann das Neves a Henrique Oswaldo de Andrade, em 02 de março de 1977. Arquivo Central do Iphan em Brasília. Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisa 77.

<sup>149</sup> Arquivo Central do Iphan em Brasília. Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, camisas 56G e 77, respectivamente.

<sup>150</sup> Relatório de Atividades de 1977. Delegacia Regional Seplan/PR, 1978. Arquivo Central Iphan Brasília: Caixa 72, Camisa DI 12.

Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de representantes dos diversos Distritos do Iphan.

Tal sistema era utilizado para acompanhar os programas de desenvolvimento coordenados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República visando ao controle da execução físico-financeira. Segundo Henrique Oswaldo de Andrade:

Tinha uns gráficos de performance: o projeto andou bem, não andou bem. Então, todos os projetos desses programas eram analisados em termos de programa físico-financeiro. Então, tinha uma curva, tinha 45 graus, e o projeto aparecia, se ele estava com mais ou com menos, se gastou menos dinheiro do que era previsto, se ele andou mais depressa ou não. E ele mantém dentro desse programa aqui. E a gente tinha, disparado, a melhor performance de quase todos os programas do governo. (ANDRADE, 2008)

De abril de 1978 em diante todos os executores do Programa (estados e Iphan) deveriam elaborar relatórios trimestrais com base no Sistema GRAFF para acompanhamento dos projetos, conforme o relatório da Seplan/PR de 1978<sup>151</sup>:

A partir de junho de 1978 a avaliação econômica e social do Programa poderá ser feita com base em informações trimestrais obtidos do Sistema GRAFF, a saber:

- (a) detalhamento dos projetos em fases executivas;
- (b) necessidades trimestrais de recursos financeiros;
- (c) custo unitário previsto por fase executiva;
- (d) custo unitário previsto por meta a ser alcançada;
- (e) necessidades de recursos humanos, por projeto, especificadas em: doutorado, mestrado, graduado, nível médio, mão-de-obra não especializada, mão-de-obra especializada e universitários;
- (f) previsão de equipamentos nacionais e importados, por projeto;
- (g) previsão de materiais nacionais e importados, por projeto;
- (h) previsão de recursos financeiros para o exercício, por fonte de financiamento;
- (i) previsão de empregos gerados após concluído o projeto;

---

<sup>151</sup> Arquivo Central Iphan Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 82, Camisa 56G.

- (j) relatório de desempenho físico-financeiro dos projetos e dos programas (gráfico de desempenho físico e financeiro), nos níveis institucional, setorial e geográfico;
  - (k) identificação dos desvios e causas responsáveis;
  - (l) análise da causa dos desvios nos níveis institucional, setorial e geográfico;
  - (m) indicação das linhas de ação gerencial corretiva;
  - (n) indicadores de aplicação financeira e do atingimento de metas do Programa;
  - (o) custo unitário real por fase e por meta alcançadas;
  - (p) mão-de-obra empregada durante a execução da obra.
- (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1978, p. 43-44)

Apesar de encontrarmos apenas um formulário preenchido de acordo com o Sistema, correspondências trocadas entre Seplan/PR, Iphan e estados comprovam que o acompanhamento passou a ser realizado da forma pretendida. No entanto, como esses documentos não puderam ser analisados, não há como indicarmos a adesão dos órgãos e os dados apontados pelos gráficos resultantes de tal sistema.

O PCH utilizava-se de um modelo de gestão eficiente que impôs sua importância entre os diversos programas do governo federal, garantindo a continuidade por mais de dez anos (se consideramos o período em que se manteve incorporado ao Iphan) para uma área - a do patrimônio cultural - que se encontrava praticamente sem recursos humanos e orçamentários no início da década de 1970. Nesse sentido, entendemos que a estratégia de utilizar os métodos de gestão da área de planejamento econômico, o que permitiu sua comparação com programas de desenvolvimento geridos pela Sudene, por exemplo, foi fundamental para demonstrar que a área de patrimônio cultural, para além de um campo intelectual e elitista, poderia fazer a diferença para o desenvolvimento social da população brasileira e contribuir para a geração de riquezas pelo país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que se esperava, as experiências dos anos 70 não tornaram o Iphan superado. Ao contrário, serviram para consolidar mais ainda sua posição. (SANT'ANNA, 1995, p. 183)

No início desta pesquisa revelamos o intuito de estudar o processo de formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas. Para isso, o foco principal voltou-se à avaliação das relações de poder em jogo durante sua construção e execução, a proposta e as ações para a construção de um Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, e se houve novas práticas institucionais no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil induzidas pelo Programa.

Ao avaliar as relações de poder presentes durante a formulação e a implementação do Programa de Cidades Históricas, pudemos perceber que, embora hajam vários atores envolvidos, a principal disputa a ser estudada se deu entre Iphan e Ministério do Planejamento. Nesse sentido, coube outra pergunta: se o Programa significou continuidade ou ruptura com relação à política que o Iphan vinha implementando para a preservação do patrimônio cultural.

Sobre isso temos que o Programa tinha como pressuposto, desde o início, a reestruturação do Iphan para receber o PCH posteriormente, o que demonstrava um reconhecimento daquela instituição como lócus para políticas de preservação. O movimento de reorganização do órgão, que se iniciou em 1975 sob financiamento e articulação da coordenação do Programa, instalada no Ministério do Planejamento, e realizada pela Secretaria de Modernização Administrativa, foi finalizado em 1979, quando o Iphan passou por uma reformulação significativa que o colocou em outro patamar no governo federal.

Ademais, o modelo de gestão do Ministério do Planejamento, aplicado ao Programa, permitiu que se fizessem comparações com outras políticas públicas federais, demonstrando financeiramente as

vantagens do investimento em patrimônio cultural com relação, por exemplo, aos investimentos industriais da Sudene. Se por um lado o movimento político realizado inicialmente colocou o tema patrimônio na pauta da agenda do governo, o modelo de gestão manteve essa pauta junto ao Ministério do Planejamento. Portanto, o PCH, considerado um programa extremamente eficiente, obteve sucesso e legitimação no próprio Ministério para manter o pleito junto ao Presidente da República. Assim, entendemos que essa constituiu a base para sua prorrogação até 1979, incluindo a solicitação de expansão aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Espírito Santo, e, posteriormente, a incorporação ao Iphan.

É importante ainda observar que a implementação do Programa, cerca de um ano após a realização do II Encontro de Governadores realizado pelo MEC/Iphan, significou a concretização do discurso do órgão do *patrimônio* junto aos estados brasileiros, ao direcionar investimentos significativos para serem executados pelos governos estaduais. Além disso, viabilizou apoio técnico para a formação de equipes qualificadas nos estados e induziu a estruturação administrativa de órgãos estaduais específicos voltados à cultura e preservação do patrimônio cultural.

Assim, pode-se afirmar que, mesmo havendo certa disputa, a política de preservação do patrimônio cultural foi fortalecida com a implementação do PCH, especialmente no que se refere à sua visibilidade frente a outros agentes políticos e governamentais, bem como à sociedade brasileira. O Iphan, como parceiro e depois coordenador do Programa, fortaleceu-se da mesma forma. No entanto, quando afirmamos que a instituição se fortaleceu, não assumimos a parceria entre o Ministério do Planejamento e o Iphan como um processo pacífico e igual durante todo o período de formulação e implementação do PCH. Especialmente no início do Programa é possível perceber alguma tensão: se por um lado o Iphan participou de sua formulação, no início do PCH seu papel era meramente burocrático,

estabelecendo-se duas políticas federais de preservação do patrimônio cultural paralelas, o que acreditamos ter gerado a insatisfação representada pela crítica de Augusto Silva Telles ainda em 1974.

Apesar disso, o Ministério do Planejamento reconhecia o campo do saber do patrimônio cultural como legítimo do Iphan, e parece não ter titubeado em inserir mudanças já em 1975 quando passou a exigir "planos de revitalização e valorização estaduais", como Silva Telles tinha proposto. Posteriormente trouxe o Iphan ao centro da decisão, na fase que se iniciou em 1977, e finalmente cumpriu o objetivo de incorporar o Programa ao Instituto em 1979. Assim, se na formulação as duas instâncias estavam unidas e articuladas, nos primeiros momentos de implementação ocorreu um afastamento, estabelecendo-se, com os mesmos recursos, políticas paralelas. Após críticas e avaliações, iniciou-se um processo de convergência em 1975, que se completaria com a alteração e a ampliação do Programa em 1977.

Já no que se refere à construção de um Sistema Nacional pode-se dizer que obteve relativo sucesso na medida em que fomentou, mais do que a criação, a estruturação de órgãos de cultura e preservação do patrimônio cultural. Entretanto, no período estudado, o alcance se restringiu apenas à esfera estadual. Ao mesmo tempo, é preciso atentar para a necessidade de significativo empenho político e de condições (legais, humanas e financeiras) para a proposição e sustentação de órgãos governamentais. Dessa forma, talvez o período de sete anos seja curto para estabelecer, de fato, um sistema envolvendo as três esferas administrativas do Estado brasileiro. Considerando as experiências realizadas no período imediatamente posterior ao estudado, essa análise poderá ser enriquecida com a investigação sobre as ações do Iphan na década de 1980 nesse sentido. Contudo, tal constatação não retira a importância do processo ocorrido durante toda a década de 1970, em que o Conselho Federal de Cultura, o MEC e o Iphan iniciaram uma aproximação

efetiva com os estados, e o Programa de Cidades Históricas realizou uma política que concretizou essa articulação.

A indução de novas práticas no Iphan e instituições estaduais nos parece o principal legado do Programa, especialmente nos aspectos conceituais e de gestão. A proposta aberta do PCH possibilitou o exercício conceitual da intervenção em áreas urbanas. Assim, mesmo que no período estudado se vislumbre uma atuação ainda focada nos monumentos, consideramos que as práticas implantadas pelo PCH, na busca gradual pelos conceitos trabalhados já ao fim da década de 1960 pelo Iphan e Unesco, possibilitaram um campo fértil para o debate sobre o tema na década de 1970. Esses debates foram se qualificando ao longo do processo, juntamente com a entrada de novos atores - as equipes estaduais e outros órgãos federais, dos quais se destaca a CNPU -, e a melhor qualificação do próprio Iphan, já que a circulação de ideias proporcionada pelos cursos, palestras, contatos com consultores externos e apoios técnicos, ocorreu no âmbito interno e externo às instituições.

O Iphan foi induzido a uma prática de compartilhamento e parceria com outros órgãos de governo e com universidades. Como vimos na pesquisa, apesar de a articulação com instituições de ensino e com outras esferas de governo estar presente nos discursos do Iphan bem antes da criação do Programa, é com ele que a instituição obterá os meios e, ainda, será induzida a efetivar tal pactuação. Assim, de órgão executor da política, o Iphan também passa a exercer o papel de coordenador. Essa é uma mudança importante, já que significa uma abertura para a sociedade política e educacional brasileira.

Merece destaque ainda a forma de gestão implementada pelo Ministério do Planejamento, com acompanhamento rigoroso e avaliações periódicas. Certamente o modelo utilizado foi fundamental para a estruturação de uma proposta de descentralização da política. A coordenação do Programa emitia constantemente documentação

explicitando conceitos, critérios, modelos a serem utilizados, indicadores etc., apresentando aos parceiros, de forma clara, como o PCH deveria ser executado.

Acreditamos que esse modelo de gestão, totalmente *manualizado* e periodicamente retornando aos parceiros itens como resultados, acompanhamento e avaliação, permitiu que uma equipe central extremamente enxuta (que não chegava a dez pessoas, somando equipes em Brasília e Pernambuco), coordenasse um programa complexo, com muitos recursos e junto a agentes tão diversos e distantes espacialmente. Esses fatos estabeleceram uma articulação eficiente e garantiram a execução do Programa.

Finalmente, concluímos que o Programa de Cidades Históricas foi idealizado de maneira alinhada às políticas então em pleno debate e implementação nos governos Médici e Geisel, especialmente as coordenadas pelo Ministério do Planejamento, relacionadas à descentralização das políticas federais, ao desenvolvimento regional e ao planejamento/investimento integrados. O PCH Investiu um montante de recursos nunca antes viabilizado para o setor, e colocou o tema na agenda dos governos federal e estaduais, certamente configurando uma das principais políticas já implementadas para a preservação do patrimônio cultural.

É inegável a lógica econômica matriz do Programa de Cidades Históricas. Entretanto, esse era o caminho que vinha sendo trilhado pelos países desenvolvidos para a preservação do patrimônio cultural. Assim, o que parecia, por um lado, um caminho arriscado para essa área, na verdade possibilitou um alinhamento com as políticas internacionais de preservação que ocorriam na época (mesmo que depois tenham sido criticadas e revistas) e, principalmente, inseriu o tema de forma significativa na agenda do Ministério do Planejamento, com importante peso político e administrativo no governo federal.

O fato de o Programa de Cidades Históricas ser considerado por alguns autores como uma política limitada conceitualmente, provavelmente desconsidera o contexto em que foi implementada e a complexidade presente na formulação e implementação de uma política nacional articulada entre diversos agentes, em que o pensamento hegemônico é impossível e o tempo de amadurecimento é maior.

A amplitude de atuação do Programa e a grande quantidade e qualidade de documentação disponível sobre essa política sugerem linhas de pesquisa das mais diversas. Nesse sentido, esta dissertação pretendeu ser apenas uma das muitas abordagens possíveis sobre essa importante política de preservação do patrimônio cultural brasileiro realizada na década de 1970. Assim, acreditamos que poderá contribuir, para além de descrever a trajetória do Programa de Cidades Históricas, para uma reflexão sobre a necessidade de conhecer e avaliar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, já que os processos históricos que conformam o pensamento profissional sobre o patrimônio e sua preservação também englobam as políticas públicas e as respectivas instituições governamentais responsáveis por estas. Tal conhecimento poderá subsidiar decisões coerentes com relação à sua contínua construção e reconstrução, o que é fundamental para proposições que exigem forte comprometimento político e institucional, em longo prazo, como a construção de um Sistema Nacional.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui de Britto Álvares. **Descentralização e Reforma de Estado: a Federação Brasileira na Encruzilhada**. Revista Economia e Sociedade. Campinas, (14), 127-152, junho, 2000. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/Pos\\_graduacao2/Observatorio/inform\\_premios/arquivos/Paper\\_1.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/Pos_graduacao2/Observatorio/inform_premios/arquivos/Paper_1.pdf)>. Acesso em 29.maio.2011.

AGUIAR, Leila Bianchi. **O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos**. In: COPEDOC/IPHAN. Anais da I Oficina de Pesquisa: A Pesquisa Histórica no Iphan. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008. p. 71-88

AGUIRRE, Basília Maria Baptista; SADDI, Fabiana da Cunha. Uma alternativa de interpretação do II PND. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 4 (68), p. 78-98, outubro-novembro/1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. 2004. Disponível em <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf> Acesso em 18.junho.2012.

ANDRADE JR., Nivaldo Vieira de. **Arquitetura Moderna e Preexistência Edificada: intervenções sobre o patrimônio arquitetônico de Salvador a partir dos anos 1950**. Artigo apresentado no 6º Seminário DOCOMOMO Brasil. Niterói, 2005. Disponível em: <[http://www.docomomo.org.br/seminario\\_6\\_pdfs/Nivaldo\\_Vieira\\_de\\_Andrade\\_Junior.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_6_pdfs/Nivaldo_Vieira_de_Andrade_Junior.pdf)>. Acesso em 13.junho.2012.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARAUJO, Tania Bacelar de. A Experiência de Planejamento Regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena e outros (org.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: UCITEC, 1993. p. 87-96.

ARCANJO, José Estêvão M. **Perspectivas de um Planejamento Democrático na Nova República - O Plano de Desenvolvimento do Nordeste**. In: FIGUEIREDO, Wilma de M. (coord). *Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 64-87.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1975. p. 111-137

BICCA, B. (org.). **Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: Caixa Econômica Federal, UNESCO, 2000.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. **Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 19.junho.2012.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 5.727, de 4 de novembro de 1971**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Fundação IBGE: Serviço Gráfico, 1971.

BRASIL. **Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974**, publicada no Diário Oficial, de 06 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979.

BRASILEIRO, Ana Maria. Política Urbana - Quem Decide? In: PESSOA, Álvaro (coord.). **Direito do Urbanismo: Uma Visão Sócio-Jurídica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981. p. 25-39.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no governo militar: O Conselho Federal de Cultura**. Apresentado no XIII Encontro de História - ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://encontro2008.rj.anpuh.org>>. Acesso em 04.maio.2012.

\_\_\_\_\_. **Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970**. Fundação Casa de Ruy Barbosa, sem data. Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB\\_LiaCalabre\\_Políticas\\_e\\_Conselhos\\_de\\_Cultura\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_Políticas_e_Conselhos_de_Cultura_no_Brasil.pdf)>. Acesso em 04.maio.2012.

CALSING, Elizeu Francisco. **O Município Brasileiro e a Descentralização Governamental - Anotações sobre a necessidade de revitalização dos Municípios**. In: FIGUEIREDO, Wilma de M. (coord). *Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 231-253.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidades*, Rio de Janeiro, n.º. 23, p. 95-115, 1994.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, Memórias do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães; FARIA, R.S. **Patrimônio e Planejamento: o Plano de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) no Planejamento Governamental Brasileiro e o Desenvolvimento Urbano**

**e Regional (1973-1979)**. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2010, Vitória. Anais do XI SHCU. Vitória, 2010. v. 1. p. 0-0.

COSTA, Jorge Gustavo da. **Planejamento Governamental: A Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. (Biblioteca de Administração Pública, 16).

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DAIFUKU, Hiroshi. **Un Reto al Mundo Moderno: La Protección del Patrimonio**. In: El Correo: Unesco: Paris, 1968(Año XXI). p. 04-08.

DALAND, Robert T. **Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro**. Tradução Carlos Kronauer. 1ª Edição. Coleções Societas. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1969. 215 páginas.

DE DECCA, Edgard. **O Estatuto da História**. 1991. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Ano XI - nº 34. p. 7-15. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1991.

FARIA, Luiz de Castro. **Nacionalismo, nacionalismos - dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão**. In: CHUVA, Márcia. A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC: Iphan, 1995. p. 27- 40.

FARIA, Rodrigo de. **O debate regional no Municipalismo Brasileiro - (im)possibilidades da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento?** In: FARIA, Rodrigo de; SCHVARBERG, Benny (org.). Políticas urbanas e regionais no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memórias**. In: Revista Brasileira das Ciências Sociais, vol. 12, nº 33, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida. 9ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme; SOUZA, Maria Adélia. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Proposições Alternativas**. Brasília: Ipea/Iplan, 1976 [Série Estudos para o Planejamento 15].

FROELICH, Gilval Mosca. As Matrizes Ideológicas do II PND (1975-1979). **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 1-26, 2007.

FRONER, Yacyara. **Conservação e Restauração: A legitimação da ciência**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, p. 47-56, jul/dez 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUSMÃO, Fernanda Maria Buarque de. **Empoderamento e Preservação do Patrimônio Cultural: O Caso do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste)- Centro de Ciências Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA. **Realizações do Governo Geisel (1974-1978)**. Brasília, 1979.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Compromisso de Brasília**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 05.maio.2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cadernos de Estudos do PEP: **Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. 282 p.

KUGELMAS, Eduardo & SOLA, Lourdes. **Rescentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil nos anos 90**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 63-81, out. 1999 (editado em fev. 2000). Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/recentralizacao.pdf>>. Acesso em 29.maio.2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. Jul - dez 2010.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Tradução Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2008. 344 páginas.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os Sentidos da Preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10.abril.2010.

MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. 2ª ed. 263 páginas

MAIA, Tatyana de Amaral. **O patrimônio cultural brasileiro em debate: a ação do Conselho Federal de Cultura (1967-1975)**. Revista CPC, São Paulo, n.11, p. 60-86, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em [http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo\\_revista\\_arti\\_arquivo\\_pdf/03\\_11r09.pdf](http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/03_11r09.pdf). Acesso em 04.maio.2012.

\_\_\_\_\_. **O "Senado da cultura nacional": ações em defesa do patrimônio cultural brasileiro (1967-1975)**. Apresentado no XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>>. Consulta em 04.maio.2012.

\_\_\_\_\_. **Por um Sistema Cultural Integrado: a Ação do Conselho Federal de Cultura (1967-1975)**. Apresentado no VI ENECULT, Salvador, 2010. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24481.pdf>>. Acesso em 04.maio.2012.

MARTONE, Celso. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas Aplicadas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

MELLO, Diogo Lordello de. **Federalismo e Relações Intergovernamentais**. In: Revista de Administração Municipal. Ano XXII - N. 132. Set-out 1975. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal. p. 5-20.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia. **A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: MinC: Iphan, 1995. p. 67-81.

MENEZES, José Luiz Mota. **Ainda chegaremos lá: história da Fundarpe**. Recife: Fundarpe, 2008,

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 436 p.

\_\_\_\_\_(org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Idesp, 1984. 240 páginas.

MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988. 241 páginas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Culturais. **Anais do II Encontro de Governadores**. Rio de Janeiro, 1973.

MOINOT, P.; BATTAINI, A.; SAID, R. **Brésil: Politique Culturelle** (relatório). Unesco, Paris, 1969.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira**. In: MAGELA, Geraldo Costa; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 31-65.

\_\_\_\_\_. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. In: DINIZ & CROCCO (eds.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes (p. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NDJAI, Tchernó. **O Lugar das Ideias: A História das Ideias e a Relação Centro/Periferia**. Revista Eletrônica História e História. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em 17.julho.2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o Urbano no Brasil**. Revista Espaço e Debates, vol. 6, São Paulo, 1982.

PARENT, Michel. **Un Vasto Programa de Turismo Cultural en el Brasil**. In: El Correo: Unesco: Paris, 1968 (Año XXI). p. 12-15. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/en/>>. Acesso em 25.abril.2012.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios Solidários em Cadeias Produtivas: Protagonismo Coletivo e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IPEA: ANPEC: Fundação Banco do Brasil, 2007.

PEIXOTO, Paulo. **A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70, p. 183-204, dez. 2004.

PESSOA, Álvaro. **Nota Explicativa**. In: PESSOA, Álvaro (org.). Direito do Urbanismo: Uma visão sócio-jurídica. Rio de Janeiro: IBAM, 1981. (p. XV-XVIII).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O Processo de Urbanização: A Propósito do Programa de Cidades de Porte Médio**. In: Cadernos de Pesquisa do LAP (11). jan-fev, 1996. Urbanização e planejamento no Brasil 1960-1983.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009. Disponível em: <[http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/po\\_l\\_publicas.pdf](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/po_l_publicas.pdf)>. Acesso em 26.junho.2012.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil nos anos 90**. 2004. 399 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **O Recente Processo de Descentralização e Democratização e da Gestão Democrática do Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 73, n. 174, p. 219-241, mai/ago, 1992. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br>>. Acesso em 20.maio.2011.

SCHMIDT, Benicio Viero. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1983.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em 26.junho.2012.

SOUZA, Maria Adélia de A. **O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. P. 111-144.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. 196 p.

UNESCO. **1967, Año del Turismo Internacional**. In: El Correo, Diciembre 1966 (Año XIX). Unesco, Paris, 1966. p. 05-09. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/en/>>. Acesso em 25.abril.2012.

\_\_\_\_\_. **El Turismo Cultural, Nueva Fuente de Riqueza**. In: El Correo, Diciembre 1966 (Año XIX). Unesco, Paris, 1966. p. 11-12, 16-18. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/en/>>. Acesso em 25.abril.2012.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Três Temas: Brasil Social, as Multinacionais e a Estratégia de Desenvolvimento, o Nordeste e o II PND**. Sem data. Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª Edição. Brasília: Editora UNB, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Inventário das Diferenças**. Tradução José Vasco Marques. 1ª Ed. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda. 1989. 42 páginas.

VICENTE, Tamisa Ramos. **Políticas públicas de cultura e turismo - o entrelace das ações nos órgãos de fomento ao turismo de Pernambuco - Empetur e Emetur**. Cultur - Revista de Cultura e Turismo: ano 03, n. 01, jan/2009. Disponível em <[http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo\\_2.pdf](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_2.pdf)>. Acesso em 04.maio.2012.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp: Fupam, 1999. p. 171-242.

### Entrevistas

ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Entrevista concedida pelo coordenador nacional do Programa de Cidades Históricas a Lia Calabre e Lúcia Lippi em 07/04/2008. Projeto Política cultural e cidadania, Fundação Getúlio Vargas. Não publicado.

ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Entrevista concedida pelo coordenador nacional do Programa de Cidades Históricas, de 1975 a 1985, a Sandra Corrêa em 05/05/2011.

ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Entrevista concedida pelo coordenador nacional do Programa de Cidades Históricas de 1975 a 1985 a Sandra Corrêa em 06/07/2012.

### Arquivos

Arquivo da Superintendência do Iphan em Pernambuco. Arquivos do Programa de Cidades Históricas. Recife, outubro de 2010.

Arquivo Central do Iphan em Brasília. Arquivos do Programa de Cidades Históricas. Brasília, março a junho de 2011.

Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro. Arquivos: Assuntos Internacionais; Técnico-Administrativo; Personalidades. Rio de Janeiro, março de 2012.

APÊNDICE A: QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NO ARQUIVO  
CENTRAL DO IPHAN EM BRASÍLIA, SOBRE O PROGRAMA DE CIDADES  
HISTÓRICAS.

**QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NO ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN EM BRASÍLIA: SECÇÃO PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS**

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
22/12/1972	67	73 G	Exposição de Motivos (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Ministério da Educação e Cultura) nº 301/72 (original)	João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Gonçalves Passarinho	propõe a criação de grupo de trabalho interministerial com representantes dos ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e Comércio, do Interior, do Planejamento e Coordenação Geral, com o fim de formular, em versão preliminar, o programa de reconstrução das cidades barrocas do nordeste.
03/01/1973	82	61 G	Telegrama ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho	João Paulo dos Reis Velloso (Ministro do Planejamento)	comunica aprovação do presidente da República da exposição de motivos conjunta (em NR 301-B/72, em 22 de fevereiro de 1972) do Ministério do Planejamento e MEC, determinando a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial para formular em versão preliminar do Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
03/01/1973	82	61 G	Telegrama ao Ministro da Indústria e Comércio, Marcus Vinícius Pratini de Moraes	João Paulo dos Reis Velloso (Ministro do Planejamento)	comunica aprovação do presidente da República da proposta conjunta do Ministério do Planejamento e MEC, determinando a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial para formular em versão preliminar o Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
03/01/1973	82	61 G	Telegrama ao Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti	João Paulo dos Reis Velloso (Ministro do Planejamento)	comunica aprovação do presidente da República da proposta conjunta do Ministério do Planejamento e MEC, determinando a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial para formular em versão preliminar o Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
05/01/1973	82	61 G	Aviso nº 01 ao Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso	Jarbas Passarinho (Ministro da Educação e Cultura)	indica Renato Soeiro (diretor de Assuntos Culturais) para representar o Ministério da Educação e Cultura no Grupo Interministerial para a criação do Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
08/01/1973	82	61 G	Telegrama ao Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso	Marcus Vinícius Pratini de Moraes (Ministro da Indústria e Comércio)	indica a Ney Tinoco (diretor da Embratur) para representar o Ministério da Indústria e Comércio no Grupo Interministerial para a criação do Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
11/01/1973	82	61 G	transcrição de Telegrama enviado a José Carlos Cavalcanti (chefe de gabinete do Ministério do Interior)	Fernando Antônio Cunha (chefe de gabinete da SUDENE)	atendendo à solicitação do telex nº 04 de 05/01/1973, indica Edileusa Oliveira Rocha para integrar o Grupo de Trabalho Interministerial para formular em versão preliminar o Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
11/01/1973	82	61 G	Telegrama ao 6/3/11 Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso	José Costa Cavalcanti (Ministro do Interior)	indica a arquiteta Edileusa da Rocha para representar o Ministério do Interior no Grupo Interministerial para a criação do Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste.
19/01/1973	82	61 G	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI): Programa da XVII reunião (Ministério da Indústria e Comércio)	não identificado	um dos temas de plenária, dentro de "programa de empreendimentos turísticos", era um "sub-programa": programa integrado de reconstrução das cidades barrocas do NE, com a sua utilização para fins turísticos (empreendimentos).
30/01/1973	82	61 G	1ª Reunião Preliminar do Grupo das Cidades Barrocas do Nordeste	Secretário Executivo (?). Presentes à reunião: Affonso de Lima Vitule Fernando Quintela (coordenador do Grupo), Renato Soeiro (MEC); Ney Tinoco (Ministério da Indústria e Comércio).	finalidade da reunião era elaborar documento base para análise ministerial antes da instalação definitiva do GT em 06 de fevereiro de 1973: aspectos culturais e históricos; aspectos legais e institucionais; problemas de infra-estrutura física; operacional
06/02/1973	82	61 G	Documento sobre o plano de trabalho do GT para formulação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste	Grupo de Trabalho PCH Nordeste	discorre sobre o plano de trabalho do GT, inspirado na exposição de motivos nº 301-B/72.
05/04/1973	67	73 G	Publicação no DOU do Decreto 72.062, de 5 de abril de 1973.	Emílio Médici e João Paulo dos Reis Velloso	Cria o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) e dá outras providências

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
28/05/1973	82	61 G	Ofício ao Ministro do Planejamento, João dos Reis Velloso.	Fernando Wesley Quintella (coordenador do GT). Relatório: além do coordenador - Renato Soeiro (MEC); Edileusa da Rocha (Ministério do Interior); Ney Tinoco (Ministério da Indústria e Comércio); Luis Siqueira (assessor do Ministério de Planejamento)	encaminha resultado dos trabalhos do GT interministerial para formular o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, incluindo registro áudio-visual das visitas realizadas pelo grupo a várias cidades históricas da região.
31/05/1973	67	73 G	Exposição de Motivos (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Ministério da Educação e Cultura) nº 76-B/73 (original)	João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Gonçalves Passarinho	Apresenta resultados das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial criado com a finalidade de formular o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins turísticos.
01/06/1973	67	73 G	Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 87, de 01 de junho de 1973	João Paulo dos Reis Velloso	Designa Luís Siqueira para exercer, como Assessor, as funções de Coordenação dos Projetos Especiais do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no Nordeste.
07/06/1973	67	73 G	Publicação no DOU da aprovação pelo Presidente da República da Exposição de motivos nº 76-B/73	Emílio Médici	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos, a ser desenvolvido no período, 1973-77, nas condições mencionadas. "Aprovo. Em 7.6.73."
03/07/1973	67	73 G	Portaria Secretaria Geral nº 05/73	Henrique Flanzer	Designa o assessor Luís Siqueira para exercer as funções de Secretário Executivo do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI)
03/07/1973	67	73 G	Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 49, de 03 de julho de 1973	João Paulo dos Reis Velloso	Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) e dá outras providências
03/07/1973	67	73 G	Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 50 de 1973	João Paulo dos Reis Velloso	dispõe sobre o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos e a alocação de recursos para o mesmo.
03/07/1973	67	73 G	Publicação no DOU da Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 49, de 03 de julho de 1973	João Paulo dos Reis Velloso	Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) e dá outras providências
03/07/1973	67	73 G	Publicação no DOU da Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 50 de 1973	João Paulo dos Reis Velloso	dispõe sobre o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos e a alocação de recursos para o mesmo.
26/07/1973	82	61 G	Palavra do economista Affonso Armando de Lima Vitule, secretário-geral adjunto do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, na instalação do Programa de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos	Affonso Armando de Lima Vitule	apresenta o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
26/07/1973	82	61 G	Agenda de reunião de instalação do Programa de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos	não identificado	programa da reunião
09/11/1973	67	73 G	Publicação no DOU e cópia da original da Portaria Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 80/73	João Paulo dos Reis Velloso	delega competência ao Dr. Affonso Armando de Lima Vitule, Secretário-Geral Adjunto e Presidente do Conselho Consultivo do Programa de Cidades Históricas, para aprovar e assinar convênios e termos aditivos necessários à execução do Programa.
19/12/1973	68	378W	Convênio entre o ministério do planejamento e a empresa de turismo de Alagoas	Ministério do planejamento	Para a reconstrução de monumentos históricos, dentro do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, objetivando sua utilização para fins turísticos

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/01/1974	82	57 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua utilização para Fins Turísticos: Relatório das atividades da secretaria executiva do Programa no ano de 1973	Programa de Cidades Históricas	Relatório sucinto, contendo número de projetos apresentados, avaliados, de convênios assinados, de viagens realizadas e recursos comprometidos.
01/01/1974	82	57 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua utilização para Fins Turísticos: Situação dos projetos até 01/02/1974	Programa de Cidades Históricas	Relatório dos projetos específicos recebidos de 02/01/1974 a 01/02/1974: Maranhão, Sergipe, Ceará e Piauí.
23/02/1974	89	76 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Exposição de Motivos nº 076-B, de 31 de maio de 1973, dos Ministros de Planejamento e Coordenação Geral e de Educação e Cultura	Comissão da SEC/MEC junto ao Comitê Organizador do Encontro	Cria o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, instituindo sua forma de funcionamento. Anexos: avaliação de custos em obras de restauração; estradas; energia; saneamento básico; estudos e planos de desenvolvimento local; tip
01/06/1974	66	69 G	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Relatório	Programa de Cidades Históricas	"tem por objetivo dar uma idéia geral a respeito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos. O Relatório apresenta uma breve retrospectiva sobre os antecedentes do Programa, sua estrut
01/06/1974	72	DI12	Relatório de atividades do PCH - Delegacia Seplan Recife	Delegacia Regional do Recife - Seplan	antecedentes; estruturação do Programa; mecanismo de operação; convênios assinados; projetos específicos; recursos comprometidos e liberados; projetos em análise; projetos em execução; sugestões
01/08/1974	66	69 G	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Relatório de Avaliação	Programa de Cidades Históricas	Antecedentes, objetivos, participação, recursos, situação do programa em 1974 (projetos aprovados, recursos comprometidos, pesquisa básica, formação de pessoal), relação de projetos financiados.
01/08/1974	72	DI12	Relatório de avaliação do PCH - Delegacia Seplan Recife	Delegacia Regional do Recife - Seplan	antecedentes; objetivos; participação; recursos; projetos aprovados; recursos comprometidos; pesquisa básica; formação de pessoal; relação de projetos em execução; projetos aprovados por estado, comprometimento e liberação de recursos;
01/08/1974	82	58 G	Roteiro e normas para apresentação de projetos - Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos. Delegacia Regional de Recife. Vol. 1	Programa de Cidades Históricas	Normas para transferência de recursos do Programa; roteiro de projeto; modelo de carta consulta; modelo de relatório; relação de prioridades (exposição de motivos); instruções da IGF sobre organização de processo de prestação de contas.
01/08/1974	82	58 G	Roteiro e normas para apresentação de projetos - Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos. Delegacia Regional de Recife. Vol. 2	Programa de Cidades Históricas	Disposições Gerais; Documentos Exigidos; modelo da capa do projeto; roteiro para apresentação de projetos
15/10/1974	82	61 G	Planos Regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste	Augusto Silva Telles	É um documento escrito para um Seminário, e discorre sobre a questão do perigo de adequação de bens culturais a um uso inapropriado, bem como sobre a necessidade de uma avaliação econômica não apenas imediata. Também defende a elaboração de estudos de car
01/01/1975	0	Biblioteca Central UNB - 338.1(81)(042)V443t	Três Temas: Brasil Social+As Multinacionais e a estratégia de Desenvolvimento+O Nordeste e o II PND	João Paulo dos Reis Velloso	Tratam-se de 3 textos separados: "Brasil Social" trata-se de depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Política Salarial, da Câmara dos Deputados, em 24 de setembro de 1975 - seu enfoque é sobre como o desenvolvimento social tem importância pa

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/01/1975	66	69 G	Ofício aos ministros do Planejamento, Educação e Indústria e Comércio encaminhando relatório do Grupo Interministerial para elaboração de Programa de Restauração das Cidades Históricas do ES, RJ e MG.	Grupo de Trabalho PCH ES, RJ e MG.	Relatório contendo os resultados dos trabalhos do GT para elaboração do programa.
01/01/1975	66	DI 13	PCH: Posição dos Projetos: projetos concluídos e quadro de projetos aprovados por estado	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	
01/01/1975	82	61 G	Ofício a Antônio Augusto Reis Velloso, Ney Braga e Severo Fagundes Gomes, informando sobre os resultados do GT para PCH MG, ES e RJ.	Grupo de Trabalho PCH MG,ES e RJ	relata como se deu o trabalho do Grupo de Trabalho visando à elaboração de uma proposta para criação do PCH nos estados de MG, ES e RJ, bem como já apresenta o projeto para implementação do programa
01/01/1975	82	61 G	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos: modelo administrativo	Programa de Cidades Históricas	antecedentes; objetivos; entidades participantes; modelo administrativo do programa; mecanismo de operação do programa; recursos do programa; convênios assinados; projetos aprovados; projetos concluídos; projetos em fase de conclusão; projetos em análise;
12/02/1975	67	73 G	Exposição de Motivos Ministério do Planejamento nº 14/75	João Paulo dos Reis Velloso	solicita ao presidente da república complementação de recursos para os projetos "obras de canalização do rio Jacuba", em Conceição do Mato Dentro-MG, de "pavimentação do acesso ao parque da Vindima", em Flores da Cunha-RS, e de conclusão da "canalização d
14/02/1975	82	57 G	Cópia da publicação no DOU do Decreto nº75.370, de 13 de fevereiro de 1975	Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, Dyrceu Araújo Nogueira, Shigecki Ueki, Maurício Rangel Reis, Alysson Paulinelli	Institui mecanismo de coordenação e acompanhamento dos Programas Integrados do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Não consta o PCH mas, como ele, funcionam com vários representantes de ministérios.
24/02/1975	82	61 G	Memo nº 13/75 a Elcio Costa Couto (Secretário-Geral da Seplan)	Henrique Oswaldo de Andrade	Sugere três delimitações para a extensão do PCH: MG, RJ e ES (conforme solicitado pelo ministro); MG, RJ, ES, GO, SP e MT; todo território nacional. Também encaminha roteiro para elaboração de programa de recuperação e preservação do acervo.
14/03/1975	66	69 G	Ofício Seplan/DR/54/75 ao Secretário geral da SEPLAN: relatório de atividades de 1974	Vicente da Costa Silva	relatório de atividades da Delegacia Regional da SEPLAN em Recife, no ano de 1974: "concluiu sua fase de implantação, e consolidou sua posição na estrutura da SEPLAN, como órgão de assessoramento e apoio". Contém todas as atividades da delegacia, incluínd
14/03/1975	72	DI12	Relatório de atividades 1974 - Delegacia Seplan Recife	Vicente da Costa Silva (Delegado Seplan Recife)	Relacionamento com órgãos da Secretaria de Planejamento e com outros órgãos do governo federal; atividades administrativas; Programa de Cidades Históricas; Palestras, seminários e reuniões; participações em palestras, seminários e reuniões. Relatório do P
01/04/1975	64	79 G	Programa Integrado de Desenvolvimento Turístico do Nordeste	Secretaria de Planejamento da Presidência da República/Recife	Termos de Referência: Inventário de bens móveis e imóveis, inventário da oferta turística, inventário da demanda turística
01/04/1975	64	79G	Termos de Referência PCH - 1975 - Delegacia Seplan Recife	Seplan, Sudene, Embratur, BNB, Iphan, CTI/NE (assinaturas no documento)	Termos de referência para elaboração de inventários de bens móveis e imóveis de interesse histórico e artístico, inventário da oferta turística em áreas prioritárias do Nordeste, pesquisa à demanda turística no Nordeste, projetos e medidas imediatas.
01/04/1975	82	57 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua utilização para Fins Turísticos: Previsão de desembolso para 1974/75	Programa de Cidades Históricas	Convênios Firmados: relação dos convênios, projetos aprovados, projetos em análise, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos aprovados por estado, recursos liberados por estado, previsão de desembolso para 1975.
08/04/1975	82	61 G	Nota	Luiz Assumpção Paranhos Velloso	Recomenda a edição de portaria que delegue competência expressa ao Secretário-Geral da Seplan para firmar convênios e termos referentes ao PCH.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
24/04/1975	82	61 G	Ofício Iphan nº 1070/75 ao Henrique Oswaldo de Andrade	Renato Soeiro (diretor do Iphan)	encaminha estudo desenvolvido por técnicos do Iphan para ampliação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste às cidades de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro (plano de restauração de
01/05/1975	66	68 G	Programa de Resconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Previsão de desembolso 1974/75	Programa de Cidades Históricas	Convênios firmados: relação de convênios, projetos aprovados, projetos em análise, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos aprovados por estado, recursos liberados por estado, desembolso previsto para 1975.
20/05/1975	66	69 G	Nota para o Dr. Antônio Augusto: Programa de Resconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (resumo)		Resumo do histórico do PCH até então.
20/05/1975	72	DI12	Nota para Dr. Antônio Augusto (reumo do PCH)	com assinatura, tem que identificar	antecedentes; recursos; mecanismo de operação; enquadramento; ação do programa; pesquisa
31/05/1975	72	DI12	Previsão de desembolso 1974/1975	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Relação de convênios, projetos aprovados, projetos em análise, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos aprovados por estado, recursos liberados por estado, desembolso previsto para 1975 (anexas as programações enviadas pelos estados)
02/06/1975	67	73 G	Publicação no DOU da Portaria Interministerial (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Indústria e Comércio) nº 68/75 e cópia da original	João Paulo dos Reis Velloso, Ney Aminthas de Barros Braga e Severo Gomes	institui Grupo de Trabalho para elaborar Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.
19/06/1975	67	73 G	Aviso MEC nº 441	Ney Braga	Indica Augusto Carlos da Silva Telles, assessor do Iphan, como representante no Grupo de Trabalho Interministerial criado pela portaria nº 68/75.
23/06/1975	82	61 G	Telegrama nº 1729/75 ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso	Severo Gomes (ministro da Indústria e Comércio)	indica Francisco Manoel de Mello Franco representante da Embratur para constituição do GT para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
26/06/1975	82	61 G	Ofício a Elcio Costa Couto (Secretário-Geral da Seplan)	Henrique Oswaldo de Andrade	solicita autorização para convite e alocação de recursos para participação no GT de representante da CNPU, de representante da Delegacia Regional da Seplan no Recife, e de Affonso Armando de Lima Vitule.
26/06/1975	82	61 G	Ofício ao secretário executivo da CNPU, Jorge Francisconi	Henrique Oswaldo de Andrade	solicita indicação de representante para constituição do GT para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
30/06/1975	82	61 G	Telegrama Assessoria Especial da Secretaria de Planejamento nº 1406/75 a Embratur (José Francisco Mello); nº 1407/75 ao Iphan (José Silva Telles); nº 1408/75 à Delegacia Regional da Seplan em Recife (Vicente da Costa Silva)	Henrique Oswaldo de Andrade	confirma reunião do GT para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro no dia 01/07.
30/06/1975	82	61 G	Telegrama Assessoria Especial da Secretaria de Planejamento nº 1425/75 a Embratur; nº 1426/75 ao Iphan (José Silva Telles); nº 1427/75 à Delegacia Regional da Seplan em Recife (Vicente da Costa Silva)	Henrique Oswaldo de Andrade	retifica telex anterior, adiando reunião do GT para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro para o dia 02/07.
01/07/1975	82	61 G	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos: Relatório de Avaliação	Programa de Cidades Históricas	antecedentes; objetivos; entidades participantes; estrutura do programa; mecanismo de operação do programa; convênios firmados; projetos aprovados; recursos comprometidos e liberados; projetos concluídos; projetos em execução; projetos em análise; dificuldade na implementação do programa. Muito semelhante ao documento Rf. 82/61/01

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/07/1975	82	61 G	Telegrama nº 51/75, para Henrique Oswald	Vicente da Costa Silva	confirma presença do arquiteto HÉlvio Polito Lopes na reunião do grupo de trabalho para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
02/07/1975	82	61 G	Ofício CNPU nº 428/75 a Henrique Oswald de Andrade	Militão de Moraes Ricardo (secretário executivo adjunto da CNPU)	indica Briane Bicca como representante da CNPU no grupo de trabalho para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
25/07/1975	82	61 G	Relatos da 1ª e 2ª reunião do Grupo de trabalho constituído para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.	Grupo de Trabalho PCH MG,ES e RJ	avalia o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste e propõe diferenças para a implementação do programa nos outros estados. Documento bem interessante.
15/08/1975	82	61 G	3ª Reunião do Grupo de Trabalho para criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.	Grupo de Trabalho PCH MG,ES e RJ	sugestões para a elaboração da Exposição de motivos: criação de um conselho consultivo, a inclusão do IPHAN e da SEPLAN com poderes para solicitar alocação de recursos junto à Comissão Executiva; a utilização de percentuais diferenciados para bens de prop
21/08/1975	82	61 G	4ª Reunião do Grupo de Trabalho para criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro	Grupo de Trabalho PCH MG,ES e RJ	reunião com técnicos e diretoria da Fundação Estadual de Cultura do Espírito Santo
28/08/1975	82	61 G	5ª Reunião do Grupo de Trabalho para criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.	Grupo de Trabalho PCH MG,ES e RJ	reunião com organismos estaduais de cultura
01/09/1975	66	68 G	Programa de Resconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Relatório	Programa de Cidades Históricas	Antecedentes, Objetivos, Entidades Participantes, Modelo Administrativo do Programa, Gráfico do Modelo Administrativo, Recursos Humanos, Mecanismo de Operação do Programa, Recursos para o Programa, Convênios Assinados, Projetos Aprovados, Projetos Concluídos, Projetos em fase de conclusão, projetos em análise, recursos comprometidos, recursos liberados, dificuldades na implementação do programa, programação plurianual proposta 1976/79, conclusões, quadros demonstrativos
01/09/1975	72	DI12	Relatório GT para ampliação do PCH ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais	Augusto Carlos da Silva Telles, Henrique Oswald de Andrade, Francisco Manoel de Mello Franco, Vicente da Costa Silva, HÉlvio Polito Lopes, Briane Elisabeth Panitz Bica, Luiz Gonzaga Teixeira	Atuação do Grupo de Trabalho; condicionantes históricas; situação atual; avaliação do programa integrado de reconstrução das cidades históricas do Nordeste; objetivos do programa; tipos de projetos enquadrados no programa; homogeneização de procedimentos; coordenação e execução; condições à participação no programa; atribuições do IPHAN; atribuições da Embratur; Recomendações; origem e montante de recursos; proposição de complementação de recursos para o programa do nordeste.
01/10/1975	82	61 G	Ofício a Antônio Augusto Reis Velloso solicitando ampliação do PCH no Nordeste	Vicente da Costa Silva	apresenta resultados do PCH no Nordeste e solicita ampliação do programa até 1979, de forma a coincidir com a vigência do II PND.
01/12/1975	82	77	Anexo 03: Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Quadros demonstrativos	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	projetos aprovados, por estado; recursos liberados, por estado.
10/12/1975	67	73 G	Portaria nº 118/75	João Paulo dos Reis Velloso	delega competência ao Secretário Geral para aprovar e assinar convênios e termos aditivos à execução do PCH.
01/01/1976	64	75 G	Projetos em execução e programados para 77	Programa de Cidades Históricas	Dados quantitativos por estado.
09/04/1976	67	73 G	Exposição de Motivos Seplan/MEC/MIC nº 60/76	João Paulo dos Reis Velloso, Ney Aminthas de Barros Braga, Severo Fagundes Gomes	propõe a ampliação até 1979 e complementação de recursos para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/10/1976	82	58 G	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste: critérios de prioridade para seleção de projetos de restauração. Delegacia Regional do Recife.	Programa de Cidades Históricas	Condições Gerais; Identificação dos Fatores; Peso e Grau dos Fatores; Metodologia; Relação de Prioridades (por estado)
01/10/1976	82	67 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Relatório de Avaliação	Programa de Cidades Históricas	Considerações gerais, antecedentes, objetivos, modelo administrativo do programa, entidades participantes, matriz institucional, sistemática de ação do programa, recursos do programa, projetos aprovados, projetos concluídos, projetos em execução, recursos
22/10/1976	66	71 G	Ofício Seplan/DR/403/76: encaminha relatório ao Secretário Geral Adjunto (Antônio Augusto dos Reis Veloso)	Vicente da Costa Silva	Encaminha relatório sobre o desempenho do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste e documento técnico para criação de critérios de priorização para projetos a serem enquadrados no programa (mas o que está grampeado junto é o relatório)
22/10/1976	72	DI12	ofício encaminhando relatório de atividades PCH	Vicente da Costa Silva	O ofício encaminha relatório do PCH que conteria os antecedentes, esquema de funcionamento e uma "tentativa de avaliação de seus resultados, contemplando os benefícios diretos e indiretos que têm contemplado". Também conteria um trabalho de HÉlvio Polito
27/10/1976	66	DI 13	PCH: projetos em análise pela Secretaria Executiva	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Bahia, Sergipe, Maranhão e Paraíba
01/01/1977	64	75 G	Dados relativos aos projetos concluídos	Programa de Cidades Históricas	Estados do Nordeste
01/01/1977	66	71 G	Recursos disponíveis para 1973-77	Programa de Cidades Históricas	Recursos disponíveis para 1973-77, desembolso previsto para 1978
01/01/1977	66	DI 13	PCH: projetos concluídos e em análise	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	
01/01/1977	89	66 G	Excerto da Revista Cultura, do Ministério da Educação e Cultura. Separata da Revista Planejamento e Desenvolvimento - abr. 77	Augusto Silva Telles	Artigo "Proteção do patrimônio histórico e artístico, monumental, móvel e paisagístico", de Augusto Silva Telles. Trata-se de um histórico da política de preservação brasileira.
26/01/1977	66	69 G	Ministério do Interior/Sudene: 199ª reunião do Conselho Deliberativo - Relatório da Secretaria Executiva	Sudene	Síntese da ação da Sudene em 1976
26/01/1977	72	DI12	Relatório 199ª Reunião Conselho Deliberativo - Sudene	Secretaria Executiva da Sudene	Síntese da Ação da Sudene em 1976: execução financeira; administração de incentivos;
02/02/1977	67	73 G	Exposição de motivos Seplan/MIC nº 24/77 (cópia do original e publicação da sua aprovação no DOU)	João Paulo dos Reis Velloso e Ney Aminthas de Barros Braga	propõe que recursos do FDPI sejam destinados a estudos, projetos e investimentos que vem sendo realizados pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, visando à restauração progressiva dos monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e a expressões culturais significativas, como o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas.
02/02/1977	67	73 G	Exposição de Motivos Seplan/MIC nº 25/77	João Paulo dos Reis Velloso e Severo Fagundes Gomes	Propõe a utilização de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano em apoio a estudos, projetos e investimentos a serem realizados pelo Governo de Minas Gerais a nordeste da região metropolitana de Belo Horizonte. Dentre as áreas descritas, destacam-se cidades que representam o "ciclo do diamante".
24/02/1977	82	67 G	Ofício Seplan/DR nº 096/77 Secretário-Adjunto da Seplan/PR, Antônio Augusto dos Reis Velloso	Vicente da Costa Silva	encaminha estimativa de recursos necessário ao PCH no ano de 1977, solicitando destaque da conta do FDPI.
02/03/1977	82	77	Ofício Seplan a Henrique Oswald de Andrade	Renato Baumann das Neves	Trata da análise da "rentabilidade social" do PCH, afirmando ser altamente favorável com relação aos investimentos na área de agricultura e indústria feitos pela Sudene no mesmo período. Acompanha quadros projetos: empregos gerados/áreas restauradas e agenciadas/valor investido e outras análises.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
04/03/1977	67	73 G	Publicação no DOU da Portaria Interministerial (Seplan/MEC/MIC) nº 19/77 e cópia da original	João Paulo dos Reis Velloso, Ney Aminthas de Barros Braga e Ângelo Calmon de Sá	estabelece que os recursos previstos na EM nº 24/77, serão destinados a estudos, projetos e investimentos que vem sendo realizados pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, visando à restauração progressiva dos monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e a expressões culturais significativas, como o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas.
07/03/1977	82	77	Programa de Cidades Históricas: quadro resumo dos projetos aprovados, por estado - 1973/74/75/76/77	Programa de Cidades Históricas	nº projetos aprovados e concluídos, investimentos (seplan, estado), recursos liberados seplan/pr por estado.
28/03/1977	82	57 G	Aviso nº 249, de 28 de março de 1977, para João Paulo dos Reis Velloso, ministro chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.	Ney Braga (ministro da Educação e Cultura)	Indica Augusto Carlos da Silva Telles para constituir a Comissão de Coordenação e Acompanhamento criada pela portaria interministerial nº 19, de 04 de março de 1977.
01/04/1977	89	66 G	Separata da Revista Planejamento & Desenvolvimento, nº 47.	I Encontro Nacional de Política Cultural	Artigo sobre a ampliação do PCH para o Sudeste, apresentando um balanço sobre o programa no Nordeste
01/05/1977	72	DI12	Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Situação	secretaria de planejamento da presidência da república - inspetoria geral de finanças	quadro dos recursos liberados no mês e até o mês de maio de 1977 pelo FDPI para diversos programas, projetos e convênios.
17/05/1977	82	57 G	Telegrama a Henrique Oswaldo de Andrade	Said Farhat (presidente da Embratur)	Indica Francisco Manoel de Mello Franco como representante da Embratur na comissão do PCH para os estados de Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, etc., e Ricardo Godoy Jaguaribe como suplente
25/05/1977	82	57 G	Portaria nº 050, de 25 de maio de 1977	Élcio Costa (ministro interino da Secretaria de Planejamento da Presidência da República)	Designa os membros da Comissão de Coordenação e Acompanhamento criada pela portaria interministerial nº 19, de 04 de março de 1977: Henrique Oswaldo de Andrade (coordenador - Secretaria de Planejamento da Presidência da República); Augusto Carlos da Silva Telles (IPHAN), Francisco Manoel de Mello Franco (Embratur), Jorge Guilherme Francisconi (CNPUP).
25/05/1977	82	65 G	Telex a Jorge Guilherme Francisconi (CNPUP); a Hélvio Polito Lopes (Delegacia Regional Seplan - Recife); a Vicente da Costa Silva (Delegacia Regional Seplan - Recife); a Francisco Manoel de Mello Franco (Embratur); a Augusto Carlos da Silva Telles (Iphan)	Henrique Oswaldo de Andrade	convida a participar da 1ª reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Programa de Cidades Históricas
01/06/1977	64	79 G	Banco Interamericano de Desenvolvimento (Apresentação)	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Histórico, Tipo e objetivos da instituição, organização administrativa, recursos, Funcionamento, concessão de empréstimos, capital ordinário, fundo de operações especiais, cooperação técnica, desempenho.
01/06/1977	82	65 G	Contrato entre a Fundação Cultural da Bahia e Aluísio Berto da Silva, para restauração de imóvel de propriedade particular (cópia)	(assinam o contrato) Mário Mendonça de Oliveira (diretor da Fundação) e o proprietário	trata-se de contrato estabelecendo-se a aplicação de recursos do PCH por meio da Fundação baiana para restauração de imóvel na cidade de Cachoeira, ficando o proprietário responsável pela administração e conservação do bem, e obrigado a ceder por 20 anos o uso de parte do térreo da edificação.
01/06/1977	82	65 G	Programa de Cidades Históricas: Comissão de Coordenação e Acompanhamento - 1ª sessão (ata e proposta de pauta)	(presentes): Henrique Oswaldo, Silva Telles, Francisco Mello Franco, Jorge Guilherme Francisconi, Vicente da Costa Silva, Hélvio Polito Lopes	exposição sobre os antecedentes do PCH do Nordeste e perspectivas para nova área (RJ, MG e ES); guias turísticos; coleta de informações para elaboração de relatórios de acompanhamento; solicita à CNPU que proponha melhoria na legislação visando ao reforço da proteção de núcleos históricos.
01/07/1977	64	75 G	Situação dos Projetos - 07/1977	Programa de Cidades Históricas	Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte
25/07/1977	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
31/07/1977	82	77	Saldo financeiro do FDPI destinado ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos, até 31/07/1977	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Recursos reservados no FDPI para o PCH e quanto foi pago, por ano (valores totais e por favorecidos) - destinação identificada pelas exposições de motivos
01/08/1977	66	DI 13	PCH: Relatório de Situação dos Projetos	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Antecedentes, objetivos, recursos para o programa, projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados até julho de 1977.
29/08/1977	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	
29/08/1977	84		Ofício Seplan/DR/294/77 do delegado regional da Seplan/PR a Henrique Oswaldo de Andrade	Vicente da Costa Silva	Encaminha sugestões sobre convênios relacionados com o Programa de Cidades Históricas
14/09/1977	64	79G	Roteiro para elaborar a proposta do PCH para financiamento externo e modelo para apresentação de informações preliminares sobre projetos para o BID	Seplan e BID	Tratam-se de dois documentos que provavelmente fazem parte da documentação enviada em 14/09/1977 com orientações para apresentação de proposta de financiamento externo ao BID.
14/09/1977	64	79G	roteiro do governo federal para elaborar solicitação de empréstimo ao BID: informações sobre o banco, normas, guias gerais da política operativa	Seplan/Subin	trata-se de um roteiro elaborado pela Seplan que visa orientar os órgãos federais para elaboração de propostas de empréstimo internacional junto ao BID, e que devem ser centralizadas pela Seplan.
03/10/1977	82	65 G	Ofício Seplan/DR nº 324/77 a Henrique Oswaldo de Andrade com análise do programa plurianual de valorização do patrimônio histórico e artístico do Nordeste (1977/79) para Comissão de Coordenação e Acompanhamento	Vicente da Costa Silva	encaminha parecer sobre os programas de restauração e valorização do patrimônio histórico e artístico dos estados do nordeste, solicitando que sejam assunto de pauta da próxima reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento.
10/10/1977	82	65 G	Ofício Seplan/DR nº 143/77 ao presidente da CCA, Henrique Oswaldo de Andrade	Vicente da Costa Silva	ressalta o grande de volume de assuntos aguardando decisão da CCA, sugerindo convocação de reunião para tratar de: manual de instruções, convênio-padrão, projetos do Rio Grande do Norte, Programas Estaduais (projetos prioritários), Deslizamentos dos Morros de Olinda, Plano Diretor de Alcântara, datas de assinaturas de convênios.
13/10/1977	84		Manual de Instruções do Programa de Cidades Históricas	Programa de Cidades Históricas	Trata-se de documento do início da segunda fase do PCH, que apresenta, inclusive, a evolução do conceito utilizado pelo programa nessa nova etapa.
29/11/1977	68	378W	ofício SEPLAN/DR/422/77 do Delegado Regional da Seplan no Recife para o Secretário Adjunto da Seplan/PR	Delegacia Regional da Seplan em Recife	informa transferencia do programa de preservação de Alagoas da Ematur (empresa de turismo) para a Serveal (Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas).
01/12/1977	66	69 G	Indicadores Econômicos e Sociais		Investimento total/empregos estáveis diretos; investimentos nos projetos de restauração/área restaurada; investimento/área agenciada; investimento total menos gastos com cursos, pesquisa, elaboração de documentários e planos/empregos estáveis diretos. Cus
01/12/1977	66	DI 13	PCH: Relatório de Situação dos Projetos	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Recursos para o programa, projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos em análise, até 30 de novembro de 1977
01/12/1977	72	DI12	indicadores econômicos e sociais PCH		indicadores econômicos e sociais PCH: investimento total/empregos estáveis diretos; investimento nos projetos de restauração/área restaurada; investimento/área agenciada; investimento total menos gastos com cursos, pesquisa, elaboração de documentário e p
06/12/1977	82	65 G	Programa de Cidades Históricas - Comissão de Coordenação e Acompanhamento - Projeto BA-02 - Cabana do Pai Tomás - Cachoeira: relatório e deliberação.	Henrique Oswaldo de Andrade	análise do projeto "cabana do Pai Tomás" e deliberação da comissão aprovando-o

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
07/12/1977	82	65 G	Programa de Cidades Históricas: Comissão de Coordenação e Acompanhamento - 2ª sessão: Deliberações e relatórios	Jorge Guilherme Francisconi (CNPU); HÉlvio Polito Lopes (Delegacia Regional Seplan - Recife); Ricardo Godoy Jaguaribe (Embratur); Augusto Carlos da Silva Telles (Iphan); Henrique Oswaldo de Andrade	aprova os relatórios de Augusto Silva Telles sobre os planos estaduais de restauração e preservação de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste.
08/12/1977	82	65 G	Programa de Cidades Históricas: Comissão de Coordenação e Acompanhamento - 2ª sessão (ata e proposta de pauta)	(presentes): Henrique Oswaldo, Silva Telles, Ricardo Godoy Jaguaribe, Jorge Guilherme Francisconi, HÉlvio Polito Lopes	avaliação dos programas apresentados dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Nordeste; aprova o projeto especial da cabana do Pai Tomás (Cachoeira), recomendações para continuidade do programa
31/12/1977	72	DI12	Relatório de Atividades PCH 1977	Delegacia Regional do Recife - Seplan	Apresentação; convênios firmados; projetos aprovados; projetos concluídos; projetos em execução; recursos comprometidos; recursos liberados; sistema gerencial de acompanhamento físico e financeiro - sistema GRAFF; manual de instruções; forte das cinco pontas; técnicos da UNESCO; programas estaduais de restauração e preservação de monumentos históricos; comissão de coordenação e acompanhamento; assistência técnica
01/01/1978	66	71 G	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco: Relatório de 1977	Fundarpe	Obras, elaboração de projetos e atividades
01/01/1978	66	71 G	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste: Relatório de Atividades	Programa de Cidades Históricas	"O Programa das Cidades Históricas do Nordeste atingiu, em 1977, ao término de quatro anos de atividades, o número de 81 projetos aprovados, sendo 27 no corrente exercício, índice este que, comparado ao do ano anterior, revela um aumento percentual de 59%. As inversões (recursos comprometidos) efetuadas pelo Programa/FDPI, em 1977, atingiram Cr\$ 81.000.000,00 (OITENTA E UM MILHÕES DE CRUZEIROS), apresentando um incremento de 138%. Por sua vez, foram liberados pelo Programa recursos financeiros da ordem de Cr\$ 47.000.000,00 (QUARENTA E SETE MILHÕES DE CRUZEIROS), o que representa um aumento de 130%. Evento de grande significação para o Programa foi a cessão, por parte do Ministério do Exército, do "Forte das Cinco Pontas", que sofrerá intervenções de restauração com o objetivo de nele se instalar a Delegacia Regional da SEPLAN/PR, sediada no Recife."
01/01/1978	72	DI12	Relatório Fundarpe - 1977	Fundarpe	obras; elaboração de projetos; atividades
01/01/1978	82	77	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos: dados relativos aos projetos concluídos	Programa de Cidades Históricas	Quadro: sigla (do projeto); projeto (data de conclusão); localização; empregos gerados - temporários e permanentes; área (m2) - restaurada e agenciada; investimento totais (dezembro/77). Indicadores econômicos e sociais.
01/01/1978	82	56 G	Programa de Cidades Históricas	Programa de Cidades Históricas	É uma espécie de guia operativo, ao mesmo tempo em que contém resultados do programa. Parece ser base para uma publicação, pois contém histórico, conceitos, forma de funcionamento, resultados e perspectivas para o futuro. Documento importantíssimo para se entender o funcionamento do programa.
31/01/1978	66	71 G	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste	Programa de Cidades Históricas	Recursos para o programa, projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos em análise
01/02/1978	64	75 G	Situação dos Projetos - 02/1978	Programa de Cidades Históricas	Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte
01/02/1978	66	DI 13	PCH: Relatório de Situação dos Projetos	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Recursos para o programa, projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados, projetos em análise, até janeiro de 1978.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/02/1978	72	DI12	Relatório de Atividades - PCH Nordeste	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	recursos para o programa; projetos aprovados; projetos concluídos; recursos comprometidos; recursos liberados; projetos em análise.
01/02/1978	82	65 G	Ofício Seplan/PR/DR nº 036/78 ao presidente da CCA, Henrique Oswaldo de Andrade	Vicente da Costa Silva	Assunto encaminha ofícios da Fundação Cultural do Estado da Paraíba e Informação Técnica do Iphan sobre a relação de prioridades para obras de restauração a serem incluídos no PCH. Faz uma série de considerações sobre as obras, se inclusas nos planos anteriores, sobre equívocos de localização em documentos anteriores, etc., solicitando, portanto, retificação de relação anteriormente enviada.
10/02/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: posição até 10/02/1978 - Nordeste	Programa de Cidades Históricas	nº projetos/estado concluídos e em execução; recursos por situação do projeto e por fonte de recursos/estado.
01/03/1978	64	75 G	Situação dos Projetos - 03/1978	Programa de Cidades Históricas	Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas
02/03/1978	82	77	Ofício SEPLAN/DR/125/78 a Régis Ribeiro Guimarães (secretário-geral adjunto da Seplan/PR)	Vicente da Costa Silva	encaminha cronograma de desembolso para o ano de 1978, solicitando o destaque de recursos correspondente à previsão do FDPI.
03/03/1978	68	348K	convênio entre o estado de Alagoas e a Seplan para o programa estadual de restauração e preservação	Seplan	"Convênio firmado entre Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Seplan e Governo do Estado de Alagoas, com intermediação do Iphan, credenciando o estado a obter apoio financeiro da Seplan para execução do "Programa Estadual de Recuperação e Preservação que prevê a restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico".
31/03/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: posição em 31/3/1978	Programa de Cidades Históricas	nº projetos/estado concluídos e em execução; recursos por situação do projeto e por fonte de recursos/estado.
01/04/1978	82	77	Recursos liberados e comprometidos	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	são folhas que fazer parte de um documento maios. Itens 11 e 12: recursos comprometidos e recursos liberados
03/04/1978	82	61 G	carta a Henrique Oswaldo de Andrade	Hélio Polito Lopes (delegado regional da Seplan/Recife)	encaminha cópias [diz a carta, mas não está no documento] do Plano de Laranjeiras, do Projeto de Agenciamento do Alto da Sé de Olinda, do agenciamento e recuperação de imóveis particulares na praça Samuel de Oliveira, em Laranjeiras, e uma descrição e quantificação de obras de recuperação em Lençóis, como exemplos de obras de recuperação para programa proposto ao BID. Documento anexo explicita critérios, classificação e tipos de projetos a serem encaminhados a depender da classificação das cidades históricas.
01/05/1978	64	75 G	Projetos concluídos: uso atual, empregos gerados, área, investimentos, receita	Programa de Cidades Históricas	Estados do nordeste
01/05/1978	64	75 G	Situação dos Projetos - 05/1978	Programa de Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
01/05/1978	64	75 G	Situação dos projetos - 05/1978	Programa de Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia
04/05/1978	0	Biblioteca CET-Embratur UNB - CET EMBRATUR 930.85"1978"P 964	Programa de Cidades Históricas: 1978	Programa de Cidades Históricas	Trata-se do documento encaminhado ao BID solicitando apoio financeiro para ampliação do Programa de Cidades Históricas visando "dar continuidade à política de desenvolvimento urbano para núcleos históricos, adotada pelo governo brasileiro e a sua expansão
04/05/1978	82	61 G	Aviso nº 443 ao Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Ortiz Mena.	João Paulo dos Reis Velloso (ministro do Planejamento)	solicita apoio financeiro de 20 milhões de dólares para ampliação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo para todo território nacional, até o ano de 1983.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
23/05/1978	64	79 G	Ofício BID 595/78 a João Paulo dos Reis Velloso	Antônio Ortiz Mena	Comunica o recebimento da carta do dia 4/5/78 sobre o pedido de financiamento do BID, informando que a solicitação foi encaminhada às equipes técnicas para análise.
23/05/1978	64	79G	ofício NY 595/78 - do presidente do BID ao ministro de Planejamento	Antonio Ortiz Mena	comunica o recebimento do documento de 04/05/1978 e diz que o projeto será analisado pela área técnica do BID.
29/05/1978	82	65 G	Ofício Seplan/PR/DR nº 369/78 ao presidente da CCA, Henrique Oswaldo de Andrade	Vicente da Costa Silva	encaminha solicitação da Fundação Cultural do Maranhão e da Prefeitura de Caxias para inclusão do projeto de restauração do antigo prédio da fábrica de tecidos da Cia. União Caxiense S/A, em São Luís, com cópia do parecer do Iphan. [as solicitações não estão anexas]
01/06/1978	72	DI12	Relatório de liberação de recursos NE- 1978		recursos liberados PCH NE por projeto
17/06/1978	72	DI12	posição dos convênios do PCH		situação dos convênios por estado - data do convênio ou termo aditivo, prazo de vigência e saldo - posição em 17/06/1978; situação dos projetos por estado (número de projetos concluídos e em execução; recursos dos projetos concluídos em execução a partir da fonte - seplan ou estados) - posição em 30/04/1978
30/06/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: recursos comprometidos e liberados (1973/78)	Programa de Cidades Históricas	estados do nordeste e ES, MG e RJ.
01/07/1978	64	79G	roteiro da missão do BID		roteiro a ser seguido na visita de José Ignácio Estevez, Cristóvão Buarque e Jacob Stentel. A visita realizou-se em Recife, com a participação do Iphan, Empetur, Seplan, Fidem, Fundarpe.
01/07/1978	66	DI 13	PCH: Relatório de Situação dos Projetos	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados, anexos, até 30 de junho de 1978.
12/07/1978	64	79 G	Roteiro de Visita da Missão do BID	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Roteiro de visita da missão do BID (Jacob Stentel, José Ignácio Estevez e Cristóvão Buarque
17/07/1978	69	80G	Correspondência sobre a criação de áreas e locais de interesse turístico	Carlos José Magalhães de Melo (presidente da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste	solicita ao presidente da República, Ernesto Geisel, a regulamentação da lei nº 6513, de 1977, sobre a criação de áreas e locais de interesse turístico, para garantir a preservação do patrimônio histórico e artístico.
31/07/1978	64	79G	ofício PRN-TOU-050 - de funcionário do BID, do departamento de turismo, a Henrique Oswaldo de Andrade	José Ignácio Estevez	Agradece a atenção que teve durante sua visita ao Brasil
31/07/1978	82	65 G	Ofício Seplan/PR/DR nº 485/78 ao presidente da CCA, Henrique Oswaldo de Andrade	Vicente da Costa Silva	encaminha solicitação da Fundação Cultural do Maranhão para inclusão do projeto de restauração do Solar da Baronesa de São Bento, em São Luís, com cópia do parecer do Iphan.
07/08/1978	64	79 G	Ofício PRN- TOU- 50, 31/78, a Henrique Oswaldo de Andrade	José Ignácio Estevez	Agradece o apoio da Secretaria de Planejamento à missão do BID no Brasil.
31/08/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: recursos comprometidos e liberados (1973/78)	Programa de Cidades Históricas	somente estados do nordeste
01/09/1978	66	DI 13	PCH: Relatório de Situação dos Projetos	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Projetos aprovados, projetos concluídos, recursos comprometidos, recursos liberados, anexos, até 31 de agosto de 1978.
01/09/1978	66	DI 13	Situação dos Projetos por Estado: projetos concluídos e em execução	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
19/09/1978	64	79 G	Ofício nº 1135/78, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Norman Jones, gerente de operações do BID	Élcio Costa Couto	Apresenta um histórico sobre a evolução dos conceitos de intervenção do programa (muito interessante!!!) e solicita que sejam revistas as restrições do Banco para financiamento de determinadas linhas de ação, sob o risco de inviabilizar-se o programa.
19/09/1978	64	79G	ofício 1135/78 - do secretário geral de planejamento ao gerente de operações do BID	Élcio Costa Couto	Informa que recebeu em junho de 1978 a missão do BID para orientar a apresentação do projeto de financiamento, e ainda dá esclarecimentos sobre a recente ampliação do programa com relação às suas atividades e conceitos.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
30/09/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: recursos comprometidos e liberados (1973/78)	Programa de Cidades Históricas	estados do nordeste e ES, MG e RJ.
16/10/1978	64	79 G	Ofício nº 1170/79 - BID a Elcio Costa Couto, Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Pedro Abelardo Delgado	confirma recebimento da comunicação feita no dia 19 de setembro de 1978, sobre o Programa de Cidades Históricas.
16/10/1978	64	79G	ofício 1170/78 - do subgerente de operações do BID ao secretário geral de planejamento	Pedro Aberlado Delgado	Comunica que recebeu a carta de 19/09/1978 informando sobre a ampliação do PCH.
01/12/1978	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
21/12/1978	82	77	Programa de Cidades Históricas: projetos concluídos e em execução, recursos comprometidos e liberados (1973/78) (Nordeste, ES, MG e RJ)	Programa de Cidades Históricas	recursos comprometidos e liberados por estado/fonte de recurso
31/12/1978	72	DI12	projetos concluídos e em execução PCH - NE, ES, MG e RJ: 1973-1978		recursos comprometidos e liberados por estado.
31/12/1978	82	77	Relatório de projetos e recursos da Seplan até 31/12/1978	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	nº de projetos aprovados e concluídos, recursos liberados e comprometidos, até 31/12/1978.
01/01/1979	66	DI 13	Situação dos Projetos por Estado: projetos concluídos e em execução	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
01/01/1979	72	DI12	relação de projetos prioritários para 1979 e relatório até 1978	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Quadro com projetos por estado, priorizados por "município" e "projeto", informando recursos FDPI e estado. Relatório de projetos aprovados de 1973 até dezembro de 1978.
01/01/1979	82	77	Programa de Cidades Históricas: projetos concluídos e em execução no período 1974-1978	Programa de Cidades Históricas	nº projetos concluídos e em execução por estado.
01/01/1979	82	77	Relatório de recursos liberados e comprometidos para o PCH (1973 a 1978)	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	
01/01/1979	89	66 G	Programa de Cidades Históricas	Programa de Cidades Históricas	Tabela de Recursos/Projetos liberados, a liberar, total, data de conclusão
12/01/1979	82	65 G	Ofício da prefeitura municipal de Parnaíba nº 14/79 ao presidente da CCA, Henrique Oswald de Andrade	João Batista Ferreira da Silva (prefeito)	solicita inclusão do projeto de recuperação do antigo porto das barcas de Paranaíba
15/01/1979	82	65 G	Ofício do governo do estado do Rio de Janeiro nº 120/79-G ao ministro do planejamento João Paulo dos Reis Velloso	Florianio Faria Lima - governador do RJ	solicita complementação Cr\$ 4,7 milhões aos Cr\$ 2,5 milhões já aplicados na restauração do Solar da Marquesa de Santos e solicita inclusão do projeto no Programa de Cidades Históricas.
18/01/1979	82	65 G	Telex (nº 252 a 255) a Vicente da Costa Silva, Jorge Guilherme Francisconi, Augusto Silva Telles, Francisco Manoel de Mello Franco	Henrique Oswald de Andrade	convida para a 3ª sessão da CCA no dia 25/01/1979
23/01/1979	82	65 G	Ofício nº 184/09, da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM, a Henrique Oswald de Andrade (presidente da CCA).	não identificado - superintendente em exercício	solicita a inclusão do Conjunto Urbano de Itapissuma e da Igreja de São Gonçado do Amarante no Programa de Cidades Históricas.
24/01/1979	82	65 G	Telex (nº 316 a 319) a Vicente da Costa Silva, Jorge Guilherme Francisconi, Augusto Silva Telles, Francisco Manoel de Mello Franco	Henrique Oswald de Andrade	informa de que a reunião da CCA foi transferida do dia 25/01/1979 para 01/2/1979
01/02/1979	64	75 G	Situação dos projetos - situação em 02/1979	Programa de Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará,
01/02/1979	82	65 G	Programa de Cidades Históricas: a 3ª sessão da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (ata, relatórios e pareceres)	(presentes) Henrique Oswald, Silva Telles, Francisco Mello Franco, Jorge Guilherme Francisconi.	aprova relatórios sobre os programas de restauração e valorização do patrimônio dos estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, aprova a proposta da Fundação João Pinheiro de custear recuperação de estruturas, fachadas, instalações elétricas e hidráulicas de imóveis particulares.
08/03/1979	64	79 G	Carta nº 13/79 - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ao Dr. Antonio Ortiz Mena, presidente do BID	João Paulo dos Reis Velloso	Confirma o interesse do governo brasileiro na concessão de apoio financeiro

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
08/03/1979	64	79G	Carta 013/79 do Ministro do Planejamento ao presidente do BID	João Paulo Reis Velloso	João Paulo Reis Velloso afirma que o governo brasileiro quer viabilizar um empréstimo externo referente ao PCH.
12/03/1979	67	73 G	Exposição de Motivos nº 65/79	João Paulo dos Reis Velloso	solicita complementação de recursos para o PCH
01/04/1979	89	66 G	Proposta de Trabalho	Maria Helena, Ana Rita, ..., Sofia, Paulo	Formatação de curso para valorização do patrimônio cultural nacional. Forma direta: com aulas presenciais para professores, inclusive universitários, e alunos. Forma indireta: após "despertar" a comunidade com a forma direta, o Iphan ofertaria cursos à distância por correspondência, rádio, etc., utilizando os veículos de propaganda local, escolas, etc
01/07/1979	89	66 G	Seminário de integração IPHAN/ PCH/CNRC	Alex Gonçalves dos Santos, Gilda Nunes e José Osório Reis (FESP/RJ), Wagner Siqueira e Willian de Carvalho (SEMOR/SEPLAN)	Seminário com o objetivo de levantar os problemas organizacionais e de sugestões para sua solução, contando com funcionários dos três órgãos e de outras entidades ligadas à preservação do patrimônio cultural. A discussão foi dividida nos seguintes temas, para cada qual um grupo foi designado: a) preservação, conservação, valorização e revitalização de bens culturais; b) pesquisa; c) aproveitamento e divulgação de conhecimentos acumulados; d) relacionamento com o meio - organizações formais e informais. Para cada tema foram identificadas: situação atual, situação desejada, forças restritivas, forças impulsoras, linhas de ação - forças restritivas, linhas de ação - forças impulsoras. Na verdade, parece-se muito com um planejamento estratégico. Evento patrocinado pela Secretaria de Modernização Administrativa da Presidência da República e organizado pela Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro.
31/08/1979	69	74G	acompanhamento físico financeiro das obras pelos estados, no sistema GRAFF (77-79)	Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe e Minas Gerais	selecionados os estados que tinha projetos anteriores a 1980.
01/11/1979	82	77	Programa de Cidades Históricas: quadro de recursos	Programa de Cidades Históricas	recursos liberados e a liberar para os projetos/por estado: seplan/estado
08/11/1979	67	73 G	Exposição de Motivos MEC/Seplan nº 320/79	Eduardo Portella e Anônio Delfim Netto	propõe a transferência de responsabilidade de execução do Programa de Cidades Históricas da Seplan para o Iphan.
27/11/1979	67	73 G	Portaria Iterministerial MEC/Seplan nº 1170	Eduardo Portella e José Flávio Pécora	estabelece nova forma de operação dos recursos destinados pela Seplan ao Iphan para a execução do Programa de Cidades Históricas, transferindo a responsabilidade de execução para o Iphan.
10/12/1979	67	DI 14	Ofício SG nº 1145/79	José Flávio Pécora	indica o técnico de Planejamento e Pesquisa Francisco Junqueira Bruzzi para representar a Seplan-PR no GT IPHAN/SEPLAN-PR
01/01/1980	67	73 G	Minuta de Decreto de 1980	Antônio Delfim Netto	Abre o Fundo Nacional de Desenvolvimento crédito suplementar
01/01/1980	82	77	Demonstrativo de Despesas com convênios/contratos por fonte de recursos - 1980	FNPM	fonte de recursos, elemento de despesa, conveniente/contratada, objeto, valor, total (elemento), total (fonte), nº empenho.
09/01/1980	67	DI 14	Pauta da 1ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Francisco Junqueira Bruzzi	relação de projetos a serem enquadrados, definição da contrapartida estadual.
13/03/1980	82	67 G	Ofício Seplan/PR/DR nº 090/80 ao coordenador do Programa de Cidades Históricas, Henrique Oswaldo de Andrade	Arthur Reynaldo Maia Alves (delegado regional)	encaminha parecer da Assessoria Técnica do PCH no Nordeste sobre os programas de preservação dos estados do Nordeste para o biênio 1980/81
01/04/1980	82	58 G	(Critérios para avaliação de) Benefícios Provenientes da Restauração de Monumentos Artísticos	Programa de Cidades Históricas	Critérios para avaliação sobre os benefícios a serem gerados pelos projetos de restauração apresentados - benefícios específicos e benefícios indiretos.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
13/05/1980	67	73 G	Exposição de Motivos Ministério do Planejamento nº 91/80	Antônio Delfim Netto	informa ser necessária abertura de crédito suplementar do Fundo Nacional de Desenvolvimento para atender compromissos já assumidos, entre eles a implementação da Fundação Nacional Pró-Memória.
04/06/1980	82	77	Ordem de Pagamento nº 306	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	ordem de pagamento à SPHAN proveniente do FDPI
07/07/1980	67	DI 14	Ata da 2ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Francisco Junqueira Bruzzi	aprova enquadramentos de projetos em anexo e faz recomendações
17/09/1980	64	75 G	Situação dos Projetos	Sphan/Pró-Memória: Programa de Cidades Históricas	Situação dos projetos, no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo
17/09/1980	82	58 G	Ofício SEPLAN/PR/DR/283/80 ao Coordenador Nacional do PCH, Henrique Oswaldo de Andrade	Arthur Reynaldo Alves, delegado regional do PCH em Recife, Ana Maria Cerqueira Nunes, Almy Pereira Lima, Hênio Polito Lopes	Encaminha sugestões da Assessoria Técnica da Delegacia Regional sobre os documentos 1A (Roteiro para apresentação de projetos) e 2A (Rotina de Apresentação e Acompanhamento de Projetos de Restauração...) do PCH.
05/11/1980	67	DI 14	Ofício SEPLAN/PR/DR nº 346/80 a Henrique Oswaldo de Andrade	Arthur Reynaldo Maia Alves	concorda com os projetos a serem identificados como prioritários para a próxima liberação de recursos.
20/11/1980	67	73 G	Publicação no DOU da Portaria Interministerial MEC/SEPLAN nº 579/80, correção e minuta	Eduardo Portella e Antônio Delfim Netto	substituir Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN na portaria MEC/SEPLAN nº 1170/79. Essa portaria (1170/79) é que regula como serão operacionalizadas as ações do
02/12/1980	67	78 G	Pedido de Compra de Material	Henrique Oswaldo de Andrade	solicita encardenação de manuais - seção PCH
01/01/1981	64	75 G	Relação de Projetos em carteira solicitados no decorrer de 1980	Programa de Cidades Históricas	Rio de Janeiro, Maranhão, Amapá, Rio Grande do Sul, Mato Grosso (Cuiabá), Santa Catarina (Florianópolis), Sergipe, Pernambuco e Piauí.
05/03/1981	67	DI 14	Ofício SG nº 221/81	José Flávio Pécora	indica o técnico de Planejamento e Pesquisa Almério Cançado de Amorim, a partir dessa data, para representar a Seplan-PR no GT IPHAN/SEPLAN-PR
13/03/1981	67	DI 14	Ata da 3ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	aprova o enquadramento dos cursos de especialização em restauração de bens móveis, na UFMG, e do curso de restauração de bens móveis, da UFBA.
06/04/1981	67	DI 14	Ata da 4ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	aprova o enquadramento da lista anexa, e faz uma série de recomendações
08/05/1981	67	DI 14	Ofício Fundação José Augusto nº 184/81-P ao Secretário de Cultura do MEC, Aluísio de Magalhães	Valério Alfredo Mesquita	Solicita a substituição da aprovação do mercado público de Ceará-Mirim pela Cadeia Pública de Mossoró
28/05/1981	67	DI 14	Ofício FNPM 9ª DR nº 108/81	J. N. B. DE CURTIS	Informa que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição não se credencia "à salvaguarda como monumento", mas que a Igreja de São Francisco é tombada pela SPHAN, ambas na cidade de Rio Grande/RS.
01/06/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: janeiro a maio/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, favorecido, objeto, valor, total (elemento), total (fonte), nº empenho. Referente ao meses de janeiro a maio.
22/06/1981	67	DI 14	Carta da Loja Maçônica Atalaia do Norte, Diamantina-MG, a Henrique Oswaldo de Andrade	Antônio Pedro de Alcântara	solicita recursos para recuperação de prédio situado à Rua Direita, 120, Diamantina-MG, de propriedade da Ordem Maçônica. Anexos ofícios encaminhados a outras autoridades, parecer da Delegacia Regional da Sphan
30/06/1981	67	DI 14	Ofício Prefeitura Municipal de Mossoró nº 106/81-GP	João Newton da Escóssia	assume compromisso de pagar parte da restauração da antiga Cadeia Pública da cidade, em parceria com o Estado e a União

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/07/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: janeiro a junho/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, favorecido, objeto, valor, total (elemento), total (fonte), nº empenho. Referente ao meses de janeiro a junho.
03/07/1981	67	DI 14	Ofício Sphan nº 163/81	Belmira Finagey	solicita a transferencia de recursos previstos para a aquisição da Casa de Cora Coralina para conclusão da restauração d aSé de Sant'Anna na Chapada dos Guimaraes.
14/07/1981	67	DI 14	Ofício MEC/SPHAN nº 327/81	Theodoro Joels	do diretor da 5ª DR Sphan ao Coordenador do PCH, comunica que não serão mais necessários recursos do PCH para os projetos da Antiga Alfândega e do Paço de São Cristóvão - Museu Nacional; solicita que seja enquadrada a 1ª etapa do Convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro.
15/07/1981	67	DI 14	Ata da 5ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	aprova o enquadramento de propostas e faz recomendações
01/08/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: julho/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de julho.
04/08/1981	67	78 G	Anexo Único de Comunicado Interno FNPM		lista materiais sob responsabilidade de Henrique Oswaldo de Andrade (PCH)
07/08/1981	67	DI 14	Ofício Circular SEC/PCH nº 007/81	Henrique Oswaldo de Andrade	encaminha ata da 5ª reunião do GT Sphan/Seplan-PR
01/09/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: agosto/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de agosto.
01/10/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: setembro/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de setembro.
06/11/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: outubro/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de outubro.
18/11/1981	67	DI 14	Ata da 6ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	prorroga até março de 1982 as decisões adotadas nas reuniões de 09.01.80 e 07.07.80
05/12/1981	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: novembro/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de novembro.
01/01/1982	82	77	Quadro convênios/contratos e outros por estado: dezembro/81	FNPM	programa, fonte de recursos, elemento de despesa, acumulado até novembro, favorecido, objeto, valor, total (no mês), total (acumulado), nº empenho. Referente ao mês de dezembro de 1981.
26/02/1982	64	75 G	Projetos em Execução - 26/02/1982	Programa de Cidades Históricas	Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás
16/11/1982	67	78 G	Termo de Responsabilidade nº 111/82	Henrique Oswaldo de Andrade	Termo de responsabilidade de calculadora, que consta localizado no PCH/Pró-Memória
17/06/1983	67	DI 14	Justificativa para substituição do mercado público de Ceará Mirim pela cadeia pública de Mossoró, a Henrique Oswaldo de Andrade	Valério Mesquita	
23/06/1983	67	DI 14	Ata da 7ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	aprova enquadramento da listagem anexa; e recomenda uma série de coisas
29/06/1983	67	DI 14	Ofício Circular PCH nº 014/83	Henrique Oswaldo de Andrade	Encaminha cópia da ata da 8ª reunião do GT Sphan/Seplan-Pr
31/08/1983	69	72G	relatórios dos estados sobre estado de conservação das obras realizadas pelo PCH )	Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais	quadro geral do estado de conservação, em 1983, dos bens objetos de intervenção do PCH desde 1973

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
14/10/1983	89	68 G	Ofício ao Secretário de Cultura de Minas Gerais, dep. José Aparecido.	Celso Furtado	Encaminha texto "sete teses sobre a cultura brasileira" ao Secretário de Cultura de Minas Gerais, dep. José Aparecido (texto anexo).
25/11/1983	89	68 G	Ofício nº 213/83 - Reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto sobre o I Encontro Nacional de Política Cultural	Maurício Lanski - reitor UFOP	Disponibiliza a UFOP para participação e organização do encontro, mas sugere mudança da data (21 de abril) por coincidir com a semana santa, quando seria inconveniente a realização de eventos não religiosos em Ouro Preto
28/12/1983	67	78 G	Termo de Responsabilidade nº 112/83	Henrique Oswaldo de Andrade	Termo de responsabilidade de prancheta, que consta localizado no PCH/Pró-Memória
01/01/1984	89	68 G	Palestra do I Encontro Nacional de Política Cultural: Que Somos	Celso Furtado	Texto dividido nos seguintes subitens: Cultura e Desenvolvimento, Sete Teses sobre a Cultura Brasileira e Política Cultural. Texto interessante, mas nada específico.
01/01/1984	89	68 G	Telegramas diversos a Henrique Oswaldo de Andrade	Eliana Yunes	Indicação dos nomes de órgãos vinculados à Secretaria de Cultura a participarem do I Encontro Nacional de Política Cultural
01/01/1984	89	68 G	Sugestões de temário para o I Encontro Nacional de Política Cultural	Fábio Magalhães - Secretário Municipal de Cultura de São Paulo	
01/01/1984	89	68 G	Sugestões para o funcionamento do I Encontro Nacional de Política Cultural	Fundação João Pinheiro: Jarbas Medeiros, Jorge Abdo Askar e Roberto Martins	Sugestões sobre a organização e temário a ser abordado no I Encontro Nacional de Política Cultural
01/01/1984	89	68 G	Algumas observações sobre o I Encontro Nacional de Política Cultural	I Encontro Nacional de Política Cultural	
01/01/1984	89	68 G	Ficha de Inscrição - I Encontro Nacional de Política Cultural	I Encontro Nacional de Política Cultural	
01/01/1984	89	68 G	Projeto de Programa do I Encontro Nacional de Política Cultural.	I Encontro Nacional de Política Cultural	Documento tipo "projeto básico" + programação + organização
01/01/1984	89	68 G	Relação de inscritos por órgão - I Encontro Nacional de Política Cultural	I Encontro Nacional de Política Cultural	Relação de inscritos por órgão: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, Instituto Nacional de Música, INACEN, Associações, Embrafilme, Fundação Joaquim Nabuco, INL, Casa Rui, Outras Entidades, FNPM
01/01/1984	89	68 G	Relação de inscritos por órgão - I Encontro Nacional de Política Cultural	I Encontro Nacional de Política Cultural	Relação de inscritos por órgão: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, Instituto Nacional de Artes Plásticas, Instituto Nacional de Música, Instituto Nacional de Artes Cênicas, Associações, Confederação Nacional de Teatro Amador, Federação Nacional de T
27/01/1984	89	68 G	Ofício nº 28/84 - SECC - RJ - Sugestões para o I Encontro Nacional de Política Cultural	Darcy Ribeiro - Secretário de Estado de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro	
13/02/1984	89	68 G	Telegrama da Funarte para Henrique Oswaldo de Andrade	Irapoan Cavalcanti de Lyra	Pede que Henrique Oswaldo organize a participação da FNPM no I Encontro Nacional de Política Cultural.
23/02/1984	89	68 G	Sugestões da Secretaria de Cultura do MEC à organização do Encontro Nacional de Política Cultural	Comissão da SEC/MEC junto ao Comitê Organizador do Encontro	versão preliminar para discussão com o Comitê Executivo do Encontro
15/03/1984	89	68 G	Telegrama para Sylvio Mutal - UNESCO/PNUD - Lima - Peru	Henrique Oswaldo de Andrade	Convite para participar do I Encontro Nacional de Política Cultural
03/04/1984	67	DI 14	Ata da 8ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	recomenda a aprovação da lista de projetos anexa; recomenda aos estados os compromissos da portaria interministerial nº 1170/79; recomenda que em obras complexas estas sejam divididas em etapas; esclarecer que enquadramento não significa aprovação; e uma série de outras recomendações...
05/04/1984	89	68 G	Ofício PCH nº 085/84 (timbre da FNPM) ao Coordenador Executivo do I Encontro Nacional de Política Cultural, Júlio Varela	Henrique Oswaldo de Andrade	Encaminha lista de indicados aprovada pelo Secretário para participar do I Encontro Nacional de Política Cultural (Fundação Joaquim Nabuco).

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
10/04/1984	89	68 G	Programa do I Encontro Nacional de Política Cultural (anotação: versão sujeita a revisão).	I Encontro Nacional de Política Cultural	Documento tipo "projeto básico" + programação + organização
12/04/1984	89	68 G	Telegrama da Funarte para Irapoan Cavalcanti de Lyra - FNPM	Eliana Yunes	Solicita lista de publicações que será distribuída no I Encontro Nacional de Política Cultural.
13/04/1984	89	68 G	Ofício PCH nº 093/84 (timbre da FNPM)	Henrique Oswaldo de Andrade	Encaminha ao Coordenador Nacional do I Encontro Nacional de Política Cultural lista de indicações da SEC e fichas de inscrição faltantes.
13/04/1984	89	68 G	Telegrama para Henrique Oswaldo de Andrade - PCH	Irapoan Cavalcanti de Lyra	Autoriza despesas referentes ao I Encontro Nacional de Política Cultural.
22/04/1984	89	68 G	Palestra de abertura do Secretário Nacional de Cultura no I Encontro Nacional de Política Cultural	Marcos Vinícius Vilaça	Fala sobre a criação da Secretaria Nacional de Cultura em 1981, em como se organiza, e sobre a política nacional de cultura.
23/04/1984	89	68 G	Reunião da Diretoria do Fórum Nacional de Secretários de Cultura	I Encontro Nacional de Política Cultural	Providências sobre a organização do I Encontro Nacional de Política Cultural
23/05/1984	67	DI 14	Ata da 9ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	Substituir o enquadramento do projeto "memória histórica da estrada de ferro Madeira Mamoré" pelo projeto "Antigo Hospital Carbone de Caxias de Sul" no Rio Grande do Sul
28/05/1984	89	68 G	Telegrama para Irapoan Cavalcanti de Lyra, FNPM	Henrique Oswaldo de Andrade	Solicita ao Secretário de Cultura providências para repasse de recursos da Embratur à Secretaria de Cultura de Minas Gerais para pagamentos de custos do I Encontro Nacional de Política Cultural previstos em convênio.
15/06/1984	89	68 G	Ofício do MEC nº 643/84 e Ofício da Secretaria de Cultura de MG nº 073/84	Yesis e Amoedo Passarinho (chefe de gabinete do MEC)	Solicita ao Secretário de Cultura informações sobre os resultados do I Encontro Nacional de Política Cultural, ocorrido em Ouro Preto e Belo Horizonte em abril de 1984. O Presidente do Fórum de Secretários de Cultura, dep. José Aparecido de Oliveira, e o Secretário Geral do Fórum de Secretários de Cultura, Fernando Ghignone, encaminham, em resposta, as reivindicações, a resolução final e os resultados do evento em questão.
31/07/1984	67	DI 14	Ata da 10ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	substitui enquadramento do projeto "companhia têxtil União Caxiense S/A", pelo projeto "sobrado à rua Portugal, 297", que será a sede da Secretaria de Cultura do Maranhão.
13/08/1984	67	78 G	Comunicado Interno FNPM	Murilo Alves Nunes	solicita listagem de materiais a serem consumidos até dezembro de 1984 (despacho ao PCH)
20/12/1984	67	DI 14	Ata da 11ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	considerando que não há mais recursos para execução em 1984, recomenda que os projetos enquadrados em 1984 ainda sem recursos utilizem verbas de 1985 (Igreja Madre de Deus - Vigia/PA, Assembléia Provincial - Fortaleza/CE, Ruínas de Cunhaú - RN, Igreja da Ordem 3ª de São Francisco de Assis - Marechal Deodoro/AL, Escola Zizinha Guimarães - Laranjeiras/SE, Ruínas na rua Gregório de Matos - Salvador/BA, Casas 14 e 15 - São Mateus/ES, Bom Jesus de Matosinhos - Serro/MG, Seminário da Conceição - Cuiabá/MT, Museu José Antônio Pereira - Campo Grande/MS, Estação Ferroviária de Bananal, Fortaleza Ilha do Mel - Paranaguá/PR, Anexo Secretaria de Cultura do Maranhão); enquadrar projetos de continuidade ou em complementação já enquadrados em anos anteriores; recomendar aos Estados os compromissos da portaria nº 1170/79 e as recomendações subseqüentes aprovadas na 8ª reunião do GT, em 3 de abril de 84.
18/01/1985	67	78 G	Comunicado Interno FNPM	Murilo Alves Nunes	encaminha lista dos materiais consumidos em 1984, solicitando previsão de 1985. (despacho ao PCH)

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
01/03/1985	67	DI 14	Ata da 12ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Almério Cançado de Amorim	recomenda o enquadramento dos projetos: Prédio da faculdade de Direito - Recife/PE, Fazenda Columbande - Alcântara/RJ, Igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/MG, Igreja Matriz de Pirenópolis - Pirenópolis/GO, Grupo Escolar Argentina - Porto Alegre/
22/03/1985	67	DI 14	Telex FNPM nº 41/85	Edgard Acosta Diaz	Encaminha relação de obras a serem enquadradas no PCH: Prédio da faculdade de Direito - Recife/PE, Solar Berquoh - Salvador/BA, Fazenda Columbande - Alcântara/RJ, Capela de Nossa Senhora das Dores - Ouro Preto/MG, Igreja de São Francisco de Assis - Ouro P
10/04/1985	67	DI 14	Telex PCH 1722/85	Henrique Oswaldo de Andrade	Informa os enquadramentos de projeto feitos na última ata [12ª reunião] Programa de Cidades Históricas
27/09/1985	67	DI 14	Aviso nº 245	Aluísio Pimenta	indica a arquiteta Sylvia Maria Braga Alves de Souza, coordenadora do Programa de Cidades Históricas na Fundação Nacional Pró-Memória, como representante do MINC/SPHAN/Pró-Memória no Grupo de Trabalho criado nos termos do artigo 11 da portaria interminist
sem data	64	75 G	Agenda para reunião com Dr. Henrique Oswaldo	não identificado	Projetos em execução, projetos divididos em etapas, projetos novos, projetos com recursos complementares, projetos de Pernambuco, Teatro de Icó, relação de prioridades para 81, reunião com as entidades executoras para esclarecer normas, Igreja Matriz de Tomar de Geru, Morros de Olinda - complementação de recursos, Ceará. Data provável: fim de 1980.
sem data	64	75 G	Texto de apresentação do PCH	não identificado	
sem data	64	75 G	Projetos concluídos e em execução (73/78): Estados do Nordeste, MG, RJ e ES.	Programa de Cidades Históricas	Quantitativos totais por estado
sem data	64	75 G	Projetos concluídos: empregos permanentes	Programa de Cidades Históricas	Previstos e efetivados
sem data	64	75 G	Projetos em Execução: uso projetado, empregos gerados, área, investimentos	Programa de Cidades Históricas	Estados do Nordeste
sem data	64	79 G	Anexo B: Procedimentos para Licitações	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Regula a aquisição de bens e serviços para projetos financiados com recursos do BID
sem data	64	79 G	Normas Gerais para concessão de empréstimos pelo BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	
sem data	64	79 G	Programa de Cidades Históricas: Projeto BID	Programa de Cidades Históricas	trata-se de um sumário, provavelmente para elaboração do projeto
sem data	64	79 G	Roteiro para Apresentação de Informações Preliminares sobre projetos	Programa de Cidades Históricas	Título, Setor, Executor, objetivos, estágio atual (projeto elaborado, projeto de engenharia), estudo de viabilidade técnico economica, cronograma, cooperação solicitada, fontes para contrapartida, outras fontes de financiamento
sem data	64	79 G	Processamento de Empréstimo Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Roteiro para solicitação de empréstimos externos, esclarecendo as fases e critérios de análise dentro do governo federal.
sem data	66	68 G	Ofício a Antônio Augusto Reis Veloso: ampliação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas	Vicente da Costa Silva	Encaminha cópia de relatório sobre o funcionamento do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, elaborado pela Delegacia Regional de Recife da Secretaria de Planejamento, e entregue ao grupo interministerial encarregado de propor programa
sem data	66	69 G	extrato do relatório apresentado na reunião da Sudene de 26/1/77		c=TI/NE= CR\$ 649.870,00, onde c=custo de cada emprego em 1976, TI=total de investimento em 1976, NE=numero de empregos novos em 1976.
sem data	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
sem data	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
sem data	66	DI 13	PCH: Projetos em Carteira	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas	Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
sem data	67	73 G	publicação "planejamento e desenvolvimento": Documento: preservação do patrimônio histórico e acervo cultural	não identificado	contém documentos publicados referentes ao Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Exposição de motivos nº 24, de 2/2/77; Portaria Interministerial n º 19, de 4/3/77.
sem data	67	73 G	Minuta de Exposição de Motivos	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	propõe a ampliação e complementação de recursos para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, com base nas sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 68, de 2 de junho de 1975
sem data	67	DI 14	Pauta da 1ª Reunião Do Grupo de Trabalho SPHAN/SEPLAN-PR	(participantes) Henrique Oswaldo de Andrade e Francisco Junqueira Bruzzi	relação de projetos a serem enquadrados, definição da contrapartida estadual.
sem data	72	DI12	liberação de recursos PCH Nordeste - 1977, 1978		
sem data	72	DI12	Quadro de Controle de comprometimentos - PCH (EM 24 de 2/2/1977)		Projetos relativos aos estados do ES, MG e RJ - contratados, em estudo, observações.
sem data	72	DI12	Recursos comprometidos ES, MG, RJ		recursos comprometidos por projeto por fonte (seplan e estado)
sem data	72	DI12	Recursos disponíveis para 1973-1977	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	Recursos disponíveis para 1973-1977; desembolso previsto para 1978; projetos pendentes em Brasília (aguardando assinatura dos convênios pelo secretário geral); projetos em análise
sem data	82	77	Fundação Pró-Memória: Situação dos recursos FDPI/FND - 1980/81 - Programa de Cidades Históricas: Recursos do FDPI - 1973/79		Quadros de recursos por projeto/estado/ano: recursos empenhados/liberados/a liberar/observações
sem data	82	77	Fundação Nacional Pró-Memória: projetos concluídos em 1981	FNPM	Projeto por: executor ou empreiteira/recursos aplicados por fonte/data de conclusão/áreas restauradas/área agenciada/elementos artísticos/custo médio m2/observações
sem data	82	77	Fundação Pró-Memória - Projetos com recursos da Seplan	FNPM	projeto por: órgão responsável/data parecer/data assinatura do convênio/investimento por fonte/valor das parcelas liberadas/data da conclusão da obra. Data deve ser 1980.
sem data	82	77	Fundação Pró-Memória: Projetos em execução com recursos da Seplan	FNPM	Projeto por: executor/data do parecer/data de publicação convênio/investimento por fonte/recursos liberados/a liberar/término da obra. Data deve ser 1980.
sem data	82	77	Custo de projetos	Programa de Cidades Históricas	Projeto , custo total, área restaurada (m2), área agenciada (m2), custo/m2. Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
sem data	82	77	Programa de Cidades Históricas: previsão de recursos 1973/1979	Programa de Cidades Históricas	valores totais por ano, fonte de recursos e nº exposição de motivos.
sem data	82	77	Programa de Cidades Históricas: Quadro de controle de comprometimentos - E.M. 24 de 2/2/1977	Programa de Cidades Históricas	valores por projetos contratados ou em estudos
sem data	82	77	Programa de Cidades Históricas: recursos da Seplan 1973/1978	Programa de Cidades Históricas	recursos por ano/estado
sem data	82	77	Programa de Cidades Históricas: relação de projetos prioritários para 1979	Programa de Cidades Históricas	Relação de projetos por estado: nível prioridade (município e projeto); recursos FDPI/estado/total.
sem data	82	77	Projetos assinados no ano de 1978	Programa de Cidades Históricas	projeto/situação (nº parcelas liberadas)

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
sem data	82	77	Recursos disponíveis para 1973/77	Secretaria de Planejamento da Presidência da República	a) Previstos pela Exposição de Motivos de nº 076-B/73 e 060/76; recursos comprometidos período 1973/76; c) saldo; d) projetos aprovados aguardando assinatura de convênio; e) projetos em análise; e) recursos previstos para 78 pela Exposição de Motivos nº 060/76.
sem data	82	57 G	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua utilização para Fins Turísticos: Situação dos projetos	Programa de Cidades Históricas	Relatório dos projetos específicos recebidos da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.
sem data	82	58 G	Anexo III - Modelo de relatório de execução	Programa de Cidades Históricas	Acompanhamento da execução física da obra, acompanhamento da execução financeira do projeto (está todo rabiscado)
sem data	82	58 G	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos: Relatório de Fiscalização de Projetos	Programa de Cidades Históricas	modelo de relatório de acompanhamento do projeto
sem data	82	58 G	Programação Plurianual	Programa de Cidades Históricas	orientações para elaboração de programa plurianual de restauração de monumentos históricos, pelas entidades estaduais, para constituir o programa plurianual do PCH.
sem data	82	58 G	Roteiro para roteiro de análise e parecer de projetos de restauração de monumentos históricos	Programa de Cidades Históricas	
sem data	82	58 G	Roteiro de apresentação de projetos de iniciativa da SPHAN	SPHAN	
sem data	82	58 G	SPHAN/FNPM: Fluxograma provisório para apresentação e acompanhamento de projetos	SPHAN/FNPM	
sem data	82	61 G	Assuntos para a Exposição de Motivos	Grupo de Trabalho PCH MG, ES e RJ	Parece uma versão preliminar do relatório do GT para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, constando de itens a constarem da exposição de motivos para criação do programa (e para o programa do nordeste) e de estrutura para o relatório.
sem data	82	61 G	Ofício aos Ministros do Planejamento (João dos Reis Velloso) e da Educação (Jarbas Passarinho)	Grupo de Trabalho PCH Nordeste	encaminha resultados do Grupo de Trabalho instituído em 06 de fevereiro de 1973 para criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
sem data	82	61 G	Justificativa para extensão do programa aos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.	não identificado	
sem data	82	61 G	publicação "planejamento e desenvolvimento": Documento: preservação do patrimônio histórico e acervo cultural	não identificado	contém documentos publicados referentes ao Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Exposição de motivos nº 24, de 2/2/77; Portaria Interministerial n º 19, de 4/3/77.
sem data	82	61 G	Carta da Secretaria de Planejamento a Vicente da Costa Silva	não identificado, mas parece ser Henrique Oswald	orienta a elaboração de relatório de avaliação e encaminha sugestões de melhoria na operação do PCH, solicitando avaliação das mesmas
sem data	82	61 G	Itens do roteiro para organização das propostas de participação dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro no Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas.	Programa de Cidades Históricas	roteiro para a elaboração de projetos para serem propostos ao Programa
sem data	82	61 G	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro: Termo de Referência para elaboração de projetos pelos estados	Programa de Cidades Históricas	orientações básicas para a elaboração de projetos para serem propostos ao Programa
sem data	82	67 G	Programa de Cidades Históricas: Programa Plurianual de valorização do patrimônio histórico e artístico do Nordeste - 1976/79	Programa de Cidades Históricas	estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Data documento	LOCALIZAÇÃO		Nome Documento	Autor	Assunto
	Nº Caixa	Nº Camisa			
sem data	82	67 G	Relação de projetos prioritários para 1979	Programa de Cidades Históricas	encaminha lista dos projetos prioritários para 1979 no Nordeste, bem como situação da análise dos projetos
sem data	82	67 G	Relação dos projetos a serem elaborados em 1974 (Sergipe)	Programa de Cidades Históricas	
sem data	82	68 G	Normas e instruções de acompanhamento da execução dos projetos do PCH	Programa de Cidades Históricas	Parece o rascunho da versão definitiva do roteiro
sem data	89	66 G	Atividades do CNRC	CNRC	Atividades do CNRC (processos); tipos e níveis de abordagem e consideração do processo cultural.
sem data	89	66 G	Classificação dos projetos do CNRC conforme os aspectos em que se manifesta seu objeto e conforme nível de abordagem das pesquisas.	CNRC	Título.
sem data	89	66 G	Planejamento plurianual (197601979) do CNRC vinculado ao Artesanato (não é o nome original, que não dá pra ler na digitalização)	CNRC	Tabela de planejamento das ações do CNRC relacionadas ao Artesanato, separadas por objeto e por ano, de 1976 a 1979.

**APÊNDICE B: QUADRO-SÍNTESE DOS PROJETOS EXECUTADOS PELO PROGRAMA  
DE CIDADES HISTÓRICAS**

**QUADRO-SÍNTESE DOS PROJETOS EXECUTADOS PELO PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS  
(APROVADOS ATÉ 1979)**

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
ALAGOAS	AL-001	Casa do Marechal Deodoro da Fonseca, em Marechal Deodoro.	monumento	128.800,00	32.200,00	161.000,00	1977
ALAGOAS	AL-002	Palácio Provincial, em Marechal Deodoro.	monumento	456.965,71	114.241,43	571.207,14	1977
ALAGOAS	AL-003	Plano Integrado de uso do solo e Preservação do Patrimônio Histórico de Marechal Deodoro	plano	868.500,00	289.500,00	1.158.000,00	SI
ALAGOAS	AL-004	Palácio Imperial de Penedo- Centro de Convenções	monumento	2.376.000,00	594.000,00	2.970.000,00	1980
ALAGOAS	AL-005	Casa do Barão de Penedo - restauração e adaptação para centro comunitário e Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal	monumento	1.540.800,00	385.200,00	1.926.000,00	1980
ALAGOAS	AL-006	Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Porto Calvo - estabilização	monumento	6.979.267,00	1.744.817,00	8.724.084,00	1981
BAHIA	BA-002	Sobrado localizado à Praça José de Alencar, no Pelourinho, em Salvador - restaurado para a instalação do Instituto Mauá e Agência do BANEB.	monumento	45.046,00	11.262,00	56.308,00	1975
BAHIA	BA-003	Sobrado à Rua Grogório de Matos, 23/25 - Pelourinho, em Salvador - restauração e adaptação para Escola Profissionalizante - 2a. Unidade.	monumento	307.620,00	76.905,00	384.525,00	1976
BAHIA	BA-004	Sobrado nº 8 da Rua Francisco Muniz Barreto, no Pelourinho, em Salvador - restaurado para instalação do Posto Médico do Maciel.	monumento	76.077,00	19.019,00	95.096,00	1975
BAHIA	BA-005	Sobrado localizado n Rua 25 de Junho, em Cachoeira, restaurado para instalação da Sede Regional da Fun-dação Cultural.	monumento	83.224,00	20.806,00	104.030,00	1975

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
BAHIA	BA-006	Sobrado nº 29 da Rua Gregório de Matos - Pelourinho, em Salvador - restauração e adaptação para Sede das Coordenações da Fundação.	monumento	1.456.075,00	526.518,00	1.982.593,00	1977
BAHIA	BA-007	Sobrado nº 16 da Rua Gregório de Matos, no Pelourinho, em Salvador restaurado para abrigar o Posto Policial do Maciel.	monumento	309.956,00	77.489,00	387.445,00	1975
BAHIA	BA-008	Sobrado localizado à Praça José de Alencar, nº 9, em Salvador - restauração e adaptação para funcionamento de restaurante, bar e ateliers.	monumento	324.898,00	81.224,00	406.122,00	1976
BAHIA	BA-009	Sobrado nº 21 da Rua Gregório de Matos, em Salvador - restauração e adaptação para Escola Profissionalizante - 3a. Unidade.	monumento	1.350.578,00	508.894,00	1.859.472,00	1977
BAHIA	BA-010	Sobrado à Praça José de Alencar, nº 10, em Salvador - restauração e adaptação para abrigar a Sede Administrativa da Fundação.	monumento	487.559,00	121.890,00	609.449,00	1977
BAHIA	BA-011	Antiga Faculdade de Medicina da Bahia, localizada à Praça XV de Novembro, em Salvador - restauração e adaptação para Museu Afro-Brasileiro e Museu da Medicina.	monumento	9.028.579,00	2.257.145,00	11.285.724,00	SI
BAHIA	BA-012	Igreja e Convento de N. Senhora dos Humildes, em Santo Amaro da Purificação - restauração e adaptação para Museu de Arte Sacra e Orfanato.	monumento	9.013.920,00	2.253.480,00	11.267.400,00	1978

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
BAHIA	BA-013	Igreja da Ordem 3a. do Rosário dos Homens Pretos Pelourinho, em Salvador - restauração e adaptação para Museu de Arte Sacra e Sede da Irmandade.	monumento	3.953.040,00	988.258,00	4.941.298,00	SI
BAHIA	BA-014	Sobrado nº 1 da Travessa da Conceição, em Nazaré das Farinhas restauração e adaptação para Fórum da Cidade.	monumento	2.341.070,00	585.265,00	2.926.335,00	1977
BAHIA	BA-015	Casa Natal de Ana Nery, em Cachoeira, restauração e adaptação para Museu da Independência.	monumento	749.000,00	187.000,00	936.000,00	1977
BAHIA	BA-016	Sobrado nº 1 da Rua Ana Nery, em Cachoeira - restauração e adaptação para Biblioteca Pública Municipal e Departamento de Turismo.	monumento	962.000,00	240.000,00	1.202.000,00	1977
BAHIA	BA-017	Quinta do Tanque - Sede da BAHIATURSA - Salvador	monumento	3.953.040,00	988.258,00	4.941.298,00	1980
BAHIA	BA-018	Solar Ferrão, Salvador - Sede Fundação	monumento	13.040.000,00	3.260.000,00	16.300.000,00	1980
BAHIA	BA-019	Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC	outros	3.792.740,00	948.185,00	4.740.925,00	1981
BAHIA	BA-020	Sobrados 12/14 da Rua 25 de Junho Cachoeira - Pousada "Cabana do Pai Tomás"	monumento	2.160.000,00	1.440.000,00	3.600.000,00	1980
BAHIA	BA-021	Igreja do Rosário dos Homens Pretos - Salvador	monumento	2.182.030,00	545.504,00	2.727.534,00	1980
BAHIA	BA-022	Forte de São Marcelo - Salvador - Museu de História Natual da Bahia	monumento	10.000.000,00	-	10.000.000,00	SI
BAHIA	BA-023	Igreja e Convento de N. Senhora do Carmo - Cachoeira (Estabilização)	monumento	1.800.000,00	-	1.800.000,00	1978

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
BAHIA	BA-024	Sobrados N°s 47, 49 e 51 da Rua Gregório de Matos, Salvador - restauração e adaptação para Escola Profissionalizante IV Unidade	monumento	4.832.873,00	3.358.438,00	8.191.311,00	SI
BAHIA	BA-025	Plano Diretor do Pelourinho - PLANDIP	plano	3.102.000,00	3.791.000,00	6.893.000,00	Em andamento em 1981
BAHIA	BA-026	Associação Comercial da Bahia	monumento	2.500.000,00	1.777.348,00	4.277.348,00	1980
BAHIA	BA-027	Catedral Basílica	monumento	10.000.000,00	-	10.000.000,00	1980
BAHIA	BA-028	Mercado Público Municipal - Praça Aureliano Sá e Ponte S/Rio Lençóis	monumento	4.200.000,00	-	4.200.000,00	1982
CEARÁ	CE-001	Antiga Casa de Detenção de Fortaleza, restaurada e adaptada para Centro de Turismo.	monumento	1.081.080,86	270.270,22	1.351.351,08	1974
CEARÁ	CE-002	Teatro José de Alencar, em Fortaleza.	monumento	2.442.157,60	609.289,40	3.051.447,00	1975
CEARÁ	CE-003	Sobrado n° 21 da Rua da Matriz, Barbalha - Pousada Senzala	monumento	2.261.726,00	565.446,00	2.827.172,00	1980
CEARÁ	CE-004	Teatro Municipal de Icó	monumento	3.169.657,00	792.414,00	3.962.071,00	1980
ESPÍRITO SANTO	ES-001	Porto de São Mateus	monumento	6.000.000,00	1.200.000,00	7.200.000,00	1981
MARANHÃO	MA-001	Sobrado n° 141 da Rua Isaac Martins, em São Luís restaurado para utilização como Restaurante Típico	monumento	383.994,75	117.460,00	501.454,75	1976
MARANHÃO	MA-002	Sobrado n° 328 da Praça João Lisboa, em São Luís restaurado e adaptado para abrigar a Câmara Municipal.	monumento	697.590,35	174.397,59	871.987,94	1975
MARANHÃO	MA-003	Pesquisa Histórico-Arqueológica no Sítio de Santo Antônio das Alegrias (Sítio do Físico), em São Luís.	outros	176.604,00	44.151,00	220.755,00	1976
MARANHÃO	MA-004	Sobrado n° 218 da Rua de Nazaré, em São Luís - restauração e adaptação para Arquivo Público do Estado	monumento	1.538.400,00	384.600,00	1.923.000,00	1978

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
MARANHÃO	MA-005	Restauração do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, em São Luís.	monumento	7.037.000,00	1.759.000,00	8.796.000,00	1978
MARANHÃO	MA-006	Sobrado nº 303 da Rua Portugal, em São Luis - restauração e adaptação para sede da Fundação Cultural do Maranhão	monumento	1.888.768,00	472.192,00	2.360.960,00	1978
MARANHÃO	MA-007	Sobrado nº 199 da Rua Portugal, em São Luis - restauração e adaptação para sede do Instituto de Pesquisa Econômico-Sociais e Informática - IPEI	monumento	4.009.469,00	1.002.367,00	5.011.836,00	SI
MARANHÃO	MA-008	Sobrado Nº 161 da Rua Santo Antônio - Escola de Música do Maranhão (Solar da Baronesa de São Bento)	monumento	2.511.478,00	627.870,00	3.139.348,00	1980
MARANHÃO	MA-009	Casa de Câmara e Cadeia de Alcântara - restauração e adaptação para Prefeitura e Câmara de Vereadores	monumento	3.590.768,00	897.692,00	4.488.460,00	1980
MARANHÃO	MA-010	Centro de Cultura de Caxias (Companhia Têxtil Caxiense S.A.)	monumento	12.639.200,00	3.159.800,00	15.799.000,00	paralisado em 1983
MARANHÃO	MA-011	Sobrado Nº 221 da Rua 28 de Julho Centro de Cultura Popular "Domingos Vieira Filho	monumento	SI	SI	SI	1983
MARANHÃO	MA-012	Posto de Serviço da Telma	monumento	SI	SI	SI	não executado
MARANHÃO	MA-013	Obras Urgentes: Sobrado na Rua Direita (Associação de Professores do Município; Sobrado na Rua Estrela (projeto em andamento para Pousada)	monumento	SI	SI	SI	
MARANHÃO	MA-014	Sobrados Nº 34 e 42 na Fonte do Ribeirão - Casa de Cultura Josué Montello	monumento	SI	SI	SI	1982
MINAS GERAIS	MG-001	Curso de Restauração p/Arquitetos	curso	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS	MG-002	1º Curso de Bens Moveis	curso	SI	SI	SI	

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
MINAS GERAIS	MG-003	Antigo Senado de Minas	monumento	10.260.000,00	2.565.000,00	12.825.000,00	1980
MINAS GERAIS	MG-004	Projeto Nuclearte	outros	6.000.000,00	24.225.000,00	30.225.000,00	1981
MINAS GERAIS	MG-005	2º Curso de Bens Móveis	curso	1.750.000,00	454.000,00	2.204.000,00	1980
MINAS GERAIS	MG-006	Planos Tiradentes, Prado, S. João Del Rei	plano	5.082.256,00	1.270.563,00	6.352.819,00	1981
MINAS GERAIS	MG-007	Encostas de Ouro Preto	outros	12.000.000,00	-	12.000.000,00	1980
MINAS GERAIS	MG-008	Plano Urbano de Sta. Barbara	plano	3.436.756,00	859.189,00	4.295.945,00	
MINAS GERAIS	MG-008	Planos Urb. E Valor. Do Patrimônio Cultural	plano	3.436.756,00	859.189,00	4.295.945,00	1980
MINAS GERAIS	MG-009	Centro de Conservação e Restauração	outros	2.365.470,00	700.117,00	3.065.587,00	1980
MINAS GERAIS	MG-010	Sobrado à Antiga Rua Direita (Sobrado Vermelho de Sabará)	monumento	1.674.000,00	419.000,00	2.093.000,00	
MINAS GERAIS	MG-011	Academia Marianense de Letras	monumento	3.494.000,00	873.000,00	4.367.000,00	
MINAS GERAIS	MG-011	Sobrado nº 84 à Rua Frei Durão (Mariana)	monumento	2.892.954,00	732.238,00	3.625.192,00	1981
MINAS GERAIS	MG-012	Casa e Chácara do Barão do Serro	monumento	3.055.200,00	763.800,00	3.819.000,00	1981
MINAS GERAIS	MG-013	Capela N.S. da Piedade - Caeté	monumento	4.481.301,00	1.120.699,00	5.602.000,00	1981
MINAS GERAIS	MG-014	Igreja N.S. Conceição de Antônio Dias (Ouro Preto)	monumento	4.181.318,00	1.045.329,00	5.226.647,00	1981
MINAS GERAIS	MG-015	Igreja N.S. da Piedade - Ouro Preto	monumento	1.350.400,00	337.600,00	1.688.000,00	1981
MINAS GERAIS	MG-016	Igreja N.S. das Mercês-Sabará	monumento	4.870.689,00	1.217.673,00	6.088.362,00	1981
MINAS GERAIS	MG-017	Casa do Fórum de Ouro Preto	monumento	4.440.000,00	1.109.267,00	5.549.267,00	1980
MINAS GERAIS	MG-019	Igreja N.S. da Conceição de Catas Altas	monumento	1.034.175,00	-	1.034.175,00	1980
MINAS GERAIS	MG-020	Igreja N.S. do Rosário do Serro	monumento	2.400.000,00	600.000,00	3.000.000,00	1981
MINAS GERAIS		Caraça	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Palacete Dantas	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Cassino de Lambari	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Igreja de N. S. do Rosário - Santa Bárbara	monumento	1.339.200,00	334.800,00	1.674.000,00	
MINAS GERAIS		Capela N.S. do Pilar-Sabará	monumento	1.429.600,00	357.400,00	1.787.000,00	
MINAS GERAIS		Capela Santana - Cocais	monumento	2.752.000,00	688.200,00	3.440.200,00	
MINAS GERAIS		Matriz N.S. do Rosário - Cocais	monumento	1.032.260,00	258.065,00	1.290.325,00	

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
MINAS GERAIS		Programa de Obras Urgentes nº 1	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		3º Curso de Bens Móveis	curso	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Igreja N. S. do Rosário-Tiradentes	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Colégio Providência	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Igreja N. S. Assunção (Rancho/Sabará)	monumento	SI	SI	SI	
MINAS GERAIS		Matriz N.S. Nazaré - Sta Rita Durão	monumento	SI	SI	SI	
PARAÍBA	PB-001	Antiga Estação Ferroviária de Campina Grande - restaurada e adaptada para Museu do Algodão e Centro Turístico Cristiano Lauritzen.	monumento	1.562.262,56	390.565,64	1.952.828,20	1975
PARAÍBA	PB-002	Antiga Casa de Pólvora, João Pessoa	monumento	2.219.200,00	554.800,00	2.774.000,00	SI
PARAÍBA	PB-003	Antigo Engenho da Várzea - restauração e adaptação para Museu da Rapadura, Areia	monumento	3.551.884,00	887.971,00	4.439.855,00	1981
PARAÍBA	PB-004	Conjunto Igreja e Convento de Santo Antônio	monumento	12.561.268,00	3.140.317,00	15.701.585,00	1980
PERNAMBUCO	PE-001	Igreja da Divina Graça, em Olinda.	monumento	937.108,80	234.277,20	1.171.386,00	SI
PERNAMBUCO	PE-002	Igreja Matriz do Salvador - Sé de Olinda	monumento	1.044.079,20	261.019,80	1.305.099,00	SI
PERNAMBUCO	PE-003	Antigo Palácio dos Bispos, em Olinda, restauração e adaptação para Museu de Arte Sacra.	monumento	645.218,80	161.304,70	806.523,50	SI
PERNAMBUCO	PE-004	Antiga Casa de Detenção do Recife restaurada e adaptada para Casa da Cultura de Pernambuco.	monumento	4.704.000,00	1.176.000,00	5.880.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-006	Antiga Casa de Detenção do Recife agenciada para Casa da Cultura de Pernambuco.	monumento	3.840.000,00	960.000,00	4.800.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-007	I Curso Intensivo de Preparação de Mestres de Obras em Restauração e Conservação de Monumentos Históricos.	curso	200.000,00	50.000,00	250.000,00	1975

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
PERNAMBUCO	PE-008	Documentário sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Nordeste.	outros	400.000,00	-	400.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-009	Restauração do Conjunto Arquitetônico de Nossa Senhora do 0, em Paulista, com sua adaptação para Centro de Preservação de Folgedos Populares.	monumento	2.240.000,00	800.000,00	3.040.000,00	1977
PERNAMBUCO	PE-010	II curso Intensivo de Preparação de Mestres de Obras em Restauração e Conservação de Monumentos Históricos em Recife	curso	280.000,00	70.000,00	350.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-011	Agenciamento do Praça Marechal Deodoro, restauração do Mercado Municipal, da Casa nº 83, para instalação da Agência do BANDEPE e das fachadas do Casario da Rua Joaquim Nabuco, em Igarassú.	urbano	2.680.000,00	670.000,00	3.350.000,00	1978
PERNAMBUCO	PE-012	Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, para Arquitetos - Recife.	curso	1.032.000,00	258.000,00	1.290.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-013	Seminário sobre o problema dos deslizamentos dos morros de Olinda	outros	220.000,00	-	220.000,00	1976
PERNAMBUCO	PE-014	Teatro Santa Isabel	monumento	2.984.000,00	746.000,00	3.730.000,00	1978
PERNAMBUCO	PE-015	Casa do Barão Rodrigues Mendes - Recife	monumento	4.000.000,00	1.000.000,00	5.000.000,00	1979
PERNAMBUCO	PE-016	Casa da Rua Benfica Nº 150 - Sede da Fundarpe - Recife	monumento	3.664.000,00	916.000,00	4.580.000,00	1979
PERNAMBUCO	PE-017	Casa Nº 157 da Rua Benfica (restaponsável UFPE)	monumento	3.664.000,00	916.000,00	4.580.000,00	1981
PERNAMBUCO	PE-018	Forte das Cinco Pontas - Recife	monumento	12.900.000,00	-	12.900.000,00	1979
PERNAMBUCO	PE-019	Casas nºs 646 e 700 da Rua Sigismundo Gonçalves - Forum de Olinda	monumento	5.200.000,00	1.800.000,00	7.000.000,00	1980

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
PERNAMBUCO	PE-020	Pesquisa Histórico-Arqueológica na área do Cabo Santo Agostinho	outros	1.437.712,00	359.428,00	1.797.140,00	
PERNAMBUCO	PE-021	Estudos e serviços técnicos dos Morros de Olinda	outros	9.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00	1981
PERNAMBUCO	PE-022	Casa nº 160 Rua São Bento	monumento	3.161.359,00	3.189.894,00	6.351.253,00	1981
PERNAMBUCO	PE-023	Conj. Da Praça Santos Cosme e Damião - Igarassu	monumento	7.550.857,00	1.887.714,00	9.438.571,00	1980
PERNAMBUCO	PE-024	Conjunto Carmelita de Goiana	monumento	2.756.336,00	689.084,00	3.445.420,00	1980
PERNAMBUCO	PE-025	Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Santo Antonio, Trucunhaem; Casa Nº 97 da Rua Desembargador Carlos Vaz	monumento	8.226.553,00	2.056.638,00	10.283.191,00	1981
PERNAMBUCO	PE-026	Mercado da Ribeira, Olinda	monumento	3.925.952,00	981.488,00	4.907.440,00	1981
PIAUI	PI-001	Teatro 4 de Setembro, em Teresina.	monumento	4.190.718,40	1.047.679,60	5.238.398,00	1975
PIAUI	PI-002	Igreja de São Benedito, em Teresina	monumento	2.000.000,00	500.000,00	2.500.000,00	1978
PIAUI	PI-003	Antigo Palácio da Justiça, em Teresina - Restauração e adaptação para Museu Histórico e Arquivo Público	monumento	1.968.000,00	492.000,00	2.460.000,00	1980
PIAUI	PI-004	Sobrado do Major Selemérico, em Oeiras - restauração e adaptação para Museu e Instituto Histórico	monumento	1.880.000,00	470.000,00	2.350.000,00	1980
PIAUI	PI-005	Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras	monumento	1.840.000,00	460.000,00	2.300.000,00	1980
PIAUI	PI-006	Palácio Episcopal, em Oeiras - restauração e adaptação para Museu de Arte Sacra	monumento	2.640.000,00	660.000,00	3.300.000,00	1980
RIO DE JANEIRO	RJ-001	Teatro Municipal	monumento	20.000.000,00	83.186.744,00	103.186.744,00	
RIO DE JANEIRO	RJ-002	Palácio da Cultura	monumento	8.553.000,00	-	8.553.000,00	1980
RIO DE JANEIRO	RJ-003	Sta. Casa de Misericórdia - Bonsucesso	monumento	12.385.000,00	-	12.385.000,00	1981
RIO DE JANEIRO	RJ-004	Solar Graudjeau de Montigny	monumento	2.461.537,00	615.385,00	3.076.922,00	1980
RIO DE JANEIRO	RJ-010	Museu da Republica	monumento	1.650.000,00	-	1.650.000,00	1981
RIO DE JANEIRO		Museu Imperial - Petrópolis	monumento	7.031.720,00	-	7.031.720,00	

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
RIO DE JANEIRO		Jardim Botânico	monumento	22.400.000,00	5.600.000,00	28.000.000,00	
RIO DE JANEIRO		São Bernardino	monumento	12.159.000,00	4.090.186,00	16.249.186,00	
RIO DE JANEIRO		Mambucaba	urbano	858.000,00	9.938.000,00	10.796.000,00	
RIO DE JANEIRO		Morro da Guia	urbano	2.400.000,00	2.600.000,00	5.000.000,00	
RIO DE JANEIRO		Museu da Estrada do Açude	monumento	3.079.943,00	-	3.079.943,00	
RIO DE JANEIRO		Solar da Marquesa de Santos	monumento	4.700.000,00	2.500.000,00	7.200.000,00	
RIO DE JANEIRO		Sobrado S Rua D. Geralda 177 - Parati	monumento	SI	SI	SI	
RIO DE JANEIRO		Treinamento de Recursos Humanos	curso	SI	SI	SI	
RIO DE JANEIRO		Museu e Chácara da Hera	monumento	SI	SI	SI	
RIO GDE NORTE	RN-001	Forte dos Reis Magos - restaurado e adaptado para Museu das Fortificações, em Natal.	monumento	755.103,50	188.775,88	943.879,38	1976
RIO GDE NORTE	RN-002	Antiga Casa de Detenção de Natal - restauração e adaptação para Centro de Turismo.	monumento	2.451.582,40	612.845,60	3.064.428,00	1976
RIO GDE NORTE	RN-003	Agenciamento do Centro de Turismo de Natal.	monumento	536.000,00	134.000,00	670.000,00	1976
RIO GDE NORTE	RN-004	Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba - restauração e adaptação para Restaurante Típico e Museu.	monumento	2.773.000,00	692.000,00	3.465.000,00	1978
RIO GDE NORTE	RN-005	Solar do Antunes, em Ceará-Mirim, restauração e adaptação para Sede da Prefeitura Municipal	monumento	621.600,00	155.400,00	777.000,00	1978
RIO GDE NORTE	RN-006	Casa Grande do Engenho Guaporé, em Ceará-Mirim - restauração e adaptação para Museu e Restaurante	monumento	2.496.000,00	624.000,00	3.120.000,00	1978
RIO GDE NORTE	RN-007	Casa de Câmara e Cadeia de Acari - restauração e adaptação para Biblioteca Pública Municipal	monumento	1.022.480,00	255.620,00	1.278.100,00	1979
RIO GDE NORTE	RN-008	Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Acari	monumento	740.000,00	185.000,00	925.000,00	1979

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
RIO GDE NORTE	RN-009	Casa Paroquial de Jardim do Seridó - restauração e adaptação para Centro de Cultura	monumento	2.010.794,00	502.698,00	2.513.492,00	1981
RIO GDE NORTE	RN-010	Praça Onofre José Soares, Ceará-Mirim	urbano	SI	SI	SI	1980
RIO GDE NORTE	RN-011	Igreja de Nossa Senhora do Desterro, Vila-Flor	monumento	SI	SI	SI	1982
RIO GDE NORTE	RN-012	Igreja de Santo Antônio, Natal	monumento	3.601.106,00	900.276,00	4.501.382,00	1981
RIO GDE NORTE	RN-013	Antiga Cadeia Pública, Mossoró	monumento	SI	SI	SI	1982
RIO GDE NORTE	RN-014	Antigo Quartel General, Natal	monumento	SI	SI	SI	1983
SERGIPE	SE-001	Plano Diretor de São Cristóvão.	plano	360.000,00	90.000,00	450.000,00	1980
SERGIPE	SE-002	Plano Diretor de Laranjeiras	plano	160.000,00	40.000,00	200.000,00	1976
SERGIPE	SE-003	Sobrado situado à Praça Getúlio Vargas, em São Cristóvão - restaurado para utilização como Restaurante Típico	monumento	182.649,28	45.662,32	228.311,60	1975
SERGIPE	SE-004	Sobrado 328 da Praça Getúlio Vargas, em São Cristóvão - restaurado para abrigar o Centro Social da Cidade.	monumento	224.106,40	56.026,60	280.133,00	1975
SERGIPE	SE-005	Anexo ao Centro Social, em São Cristóvão.	monumento	105.805,60	26.415,40	132.221,00	1975
SERGIPE	SE-006	Restauração do Paço Municipal e Câmara de Vereadores de Laranjeiras.	monumento	480.494,00	120.123,52	600.617,52	1975
SERGIPE	SE-007	Sobrado nº 70 da Rua Direita, em Laranjeiras - restaurado para a instalação do Museu Afro-Brasileiro	monumento	609.658,24	127.414,56	737.072,80	1975
SERGIPE	SE-008	Sobrado nº 74 da Rua Sagrado Coração de Jesus - restaurado e adaptado para funcionamento dos Departamentos Complementares da Prefeitura Municipal de Laranjeiras.	monumento	174.997,80	43.749,45	218.747,25	1976

Estado	código	projeto	tipo	seplan (Cr\$)	contrapartida (Cr\$)	total (Cr\$)	ano conclusão
SERGIPE	SE-009	Sobrado nº 8/10 da Rua Tobias Barreto, em Laranjeiras - restauração e adaptação para Fórum da Cidade.	monumento	1.040.000,00	260.007,00	1.300.007,00	1977
SERGIPE	SE-010	Mercado Municipal de Laranjeiras - restauração e adaptação para Mercado de Produtos Regionais.	monumento	1.261.080,00	315.270,00	1.576.350,00	1976
SERGIPE	SE-011	Antigo Trapiche de Laranjeiras - restauração e adaptação para Centro de Tradição.	monumento	1.431.143,00	357.786,00	1.788.929,00	SI
SERGIPE	SE-012	Agenciamento do Largo do Paço e da Câmara Municipal de Laranjeiras.	urbano	272.416,00	68.104,00	340.520,00	1976
SERGIPE	SE-013	Antiga Escola Normal - Centro de Turismo de Aracaju	monumento	2.475.200,00	618.800,00	3.094.000,00	1978
SERGIPE	SE-014	Acervo do Museu de Arte Sacra - São Cristóvão	outros	322.932,00	322.932,00	645.864,00	1981
SERGIPE	SE-015	Museu Histórico do Estado - São Cristóvão	monumento	1.040.000,00	260.000,00	1.300.000,00	1978
SERGIPE	SE-016	Quartel e Delegacia de Polícia - Laranjeiras	monumento	450.400,00	112.600,00	563.000,00	1978
SERGIPE	SE-017	Sobrado Nº 20, da Avenida Graccho Cardoso (FÓRUM) - Propriá	monumento	1.166.400,00	291.600,00	1.458.000,00	1980
SERGIPE	SE-018	Predios Nºs 127/239 da Praça Samuel de Oliveira - Laranjeiras	monumento	670.272,00	167.568,00	837.840,00	
SERGIPE	SE-019	Convento e Ordem Terceira de São Francisco - São Cristóvão	monumento	6.320.000,00	1.580.000,00	7.900.000,00	1981
SERGIPE	SE-020	Sobrado 47 da Rua José do Prado	monumento	2.640.000,00	660.000,00	3.300.000,00	1980
SERGIPE	SE-022	Sobrado 64/70 da Av. Ivo do Prado	monumento	SI	SI	SI	CANCELADO
SERGIPE	SE-023	Antigo Trapiche de Laranjeiras	monumento	4.497.748,00	1.236.936,00	5.734.684,00	1980
SERGIPE	SE-024	Praça São Francisco - São Cristóvão	urbano	1.396.000,00	349.000,00	1.745.000,00	1980
SERGIPE		Sobrado nº 2 - Rua João Ribeiro	monumento	2.440.302,00	610.075,00	3.050.377,00	1980

**ANEXO A: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 301-B/1972**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
010724 29 DEZ 1972  
DIRETORIA DO EXPEDIENTE

E.M. nº 301-B/72 Em 22 de Dezembro

*Antônio*  
*29.12.72*  
*E. Glória*

MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL  
SETOR DE COMUNICAÇÕES  
9 JAN 1973  
N.º 141/P3

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, situam-se no Nordeste Brasileiro, desde o Estado da Bahia até o do Maranhão, antigas cidades coloniais que encerram relevante interesse arquitetônico ou histórico e cuja preservação por isso mesmo se impõe.

2. Entre tais cidades, podem citar-se Cachoeira (Recôncavo baiano), Laranjeiras e São Cristóvão (Sergipe), Olinda e Igarapu (Pernambuco), Penedo e Marechal Deodoro (Alagoas), São Luís e Alcântara (Maranhão), cabendo ainda mencionar a área do Pelourinho em Salvador.

3. Essas cidades, algumas tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estão necessitando de obras para sua conservação e poderão, conseqüentemente, vir a ser integradas num Roteiro de Turismo, atraindo para a região nordestina novos investimentos.

4. Esse Roteiro de Turismo, a seu turno, poderia ser ampliado para incluir áreas ou marcos históricos, como Porto Seguro e Guararapes, além de outros locais que apresentam interesse por sua beleza natural, raridade, capricho da natureza, etc., sem deixar de aludir a elementos do folclore e do artesanato.

PUBLIQUE-SE  
Em \_\_\_\_\_  
Chefe do Gabinete

5. O êxito de um projeto dessa envergadura dependerá, entretanto, da sua correta avaliação prévia, através de pesquisas visando à identificação de áreas e monumentos históricos a serem reconstituídos, à possibilidade de alojamentos e outras facilidades para a visitaçãõ a estas cidades e locais, incluindo-se os aspectos relacionados com o acesso por via terrestre, marítima ou aérea.

6. Assim, como providência inicial, temos a honra de propor a Vossa Excelência a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial com representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, do Interior e do Planejamento e Coordenação Geral - que ordenará o Grupo - para o fim de formular, em versão preliminar, o programa integrado de reconstrução das cidades barocas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos, envolvendo:

I) - seleção das cidades e outras áreas do Nordeste a serem integrados no programa;

II) - identificação das fontes de recursos para execução do programa;

III) - avaliação do estado atual, do aspecto histórico arquitetônico das cidades selecionadas;

IV) - potencialidade de atração de visitantes;

V) - condições de acesso;

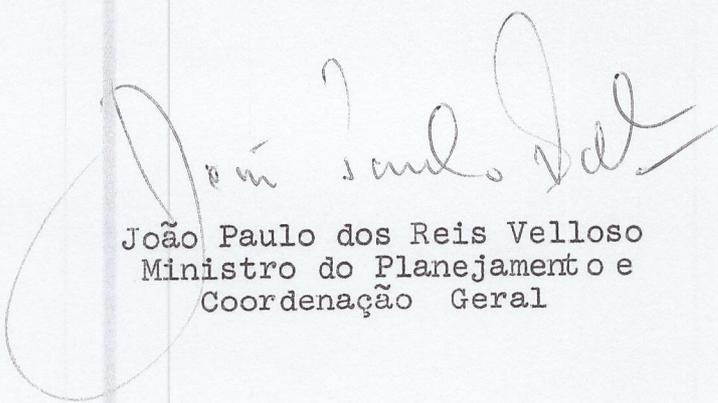
VI) - hospedagem de visitantes;

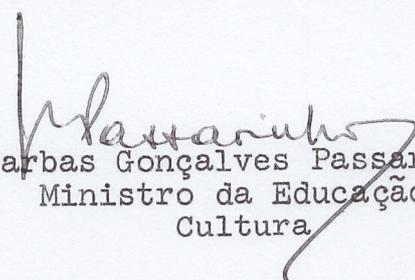
VII) - outros aspectos de interesse comum, artesanato e folclore local.

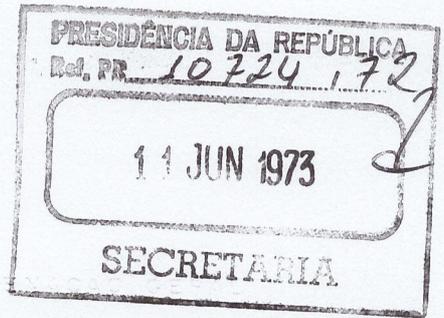
7. Para melhor desempenho de suas atribuições, o Grupo Interministerial acima referido contará com o assessoramento permanente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e se articulará com os adequados organismos estaduais e locais, visando a uma ação coordenada e integrada com as autoridades do nível estadual e municipal.

8. A propósito, permitimo-nos sugerir a Vossa Excelência que seja fixado um prazo razoável para apresentação do relatório final dos trabalhos do Grupo, que, a nosso ver, poderia ser de sessenta dias úteis contados da respectiva instalação, devendo o dito relatório constituir a versão preliminar do "Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Barrocas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos".

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de mais profundo respeito.

  
João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro do Planejamento e  
Coordenação Geral

  
Jarbas Gonçalves Passarinho  
Ministro da Educação e  
Cultura



E.M. nº

076-B

Em

31 de maio 1973

*aprovado*  
*7.5.73*  
*[Signature]*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o resultado das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial criado com a finalidade de formular o Programa Integrado de reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos.)

2. Da visita a 28 cidades indicadas por órgãos vários do Governo Federal, Estadual e Municipal, o Grupo pôde constatar e confirmar a existência de um grande acervo histórico, artístico e cultural, carente de preservação e melhor uso. Esse patrimônio, constituído de monumentos, obras de arte e manifestações culturais de toda uma região, se encontra em estado de conservação insatisfatória.

3. A atividade econômica predominante no litoral nordestino, principalmente durante o século XVII, permitiu aos empresários do cultivo e incipiente industrialização da cana-de-açúcar, a construção de palácios e sobrados, igrejas e capelas, que hoje, quase em ruínas, emolduram a fisionomia das cidades coloniais. A região litorânea da Bahia até Pernambuco conheceu o fausto proveniente das exportações de açúcar e sofreu as incursões de conquista por parte de holandeses atraídos por essa riqueza. Dessas invasões, restam alguns mo-

PUBLICUE - SE  
Em 8/6/73  
[Signature]  
h. Chefe do Gabinete Civil

numentos, semidestruídos, principalmente fortificações.

4. Igualmente nos séculos XVII e XVIII a atividade pecuarista propiciou a formação do interior dos Estados da Bahia, Piauí e Ceará, onde fazendas de gado se instalaram logo seguidas da capela e do palácio provincial. Ali também, são encontrados testemunhos históricos da fé estancieira, e de uma prosperidade menos ostentatória que a zona açucareira do litoral.

5. Já no século XIX, o algodão reforçou nas exportações, a renda auferida pela região, provocando novo ciclo de prosperidade. Principalmente no Maranhão, onde se destacou a cidade de São Luís com cerca de 80.000 prédios, em sua maior parte azulejados, e na qual existiram então 6 fábricas de tecidos.

6. O precário estado de conservação em que se encontram hoje esses monumentos deve-se em parte às razões seguintes:

I - Em termos relativos, a região atravessou nas últimas décadas, um recesso econômico, com renda gerada bem inferior à média dos séculos XVII a XIX.

II - As populações dessas cidades, habitando-as tradicionalmente, gerações após gerações, não se aperceberam que, com sua decadência e desprezo, se ia também relegando toda a arte, história e cultura de uma era. Somente por volta de 1920, com o início do movimento arquitetônico denominado neocolonial, se iniciou o despertar do País para seu patrimônio histórico e cultural.

III - Grande parte das ordens religiosas e dioceses católicas, proprietárias de porção expressiva do acervo encontrado, não possui recursos ou condições para a manutenção adequada das obras monumentais erigidas em outras épocas.

IV - Os proprietários e responsáveis por obras tombadas freqüentemente se omitem na conservação destas, prejudicando o interesse da União.

V - A dotação de recursos financeiros e o contingente de recursos humanos para a preservação de monumentos é insuficiente. Essa carência mais se agrava porque, com a necessidade de tombamento de outros monumentos, se eleva o total de recursos necessários à sua restauração e manutenção.

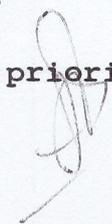
7. O Grupo constatou que, para a preservação dos monumentos tombados, é necessária a sua utilização. Este fato levou-o a considerar mecanismos vários para o uso desses monumentos, passíveis de se tornarem economicamente viáveis, e que venham finalmente, atender a um dos principais objetivos do Governo, que é a geração de renda no Nordeste, como fruto dos benefícios esperados do incremento das atividades ligadas ao turismo a ser despertado na Região.

8. As proposições que ora apresentamos a Vossa Excelência, pretendem constituir o enunciado do Programa e a relação dos mecanismos capazes de permitir a preservação e uso dos monumentos históricos do Nordeste, de sua arte e de sua cultura.

I - Restauração progressiva de todos os monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste.

II - Participação conjunta e efetiva de todos os organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa. O engajamento dos Estados e Municípios no Programa é desejável, seja pelo aporte complementar de recursos financeiros e humanos, seja pela motivação comunitária que será automaticamente resultado dessa participação.

III - A utilização prioritária desses monumentos em



programas vinculados a organizações privadas que atuem no setor turístico ou que, pelo uso e conservação do monumento, estimulem a atividade turística, repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais.

IV - A formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário.

V - A formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal. Esse pessoal complementar<sup>á</sup> os trabalhos de restauração de monumentos e objetos artísticos, como também contribuirá com a atividade turística na oferta de artigos regionais.

VI - A complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região.

VII - O estímulo e a recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades.

VIII - A promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal que os habita, estimulando-a à preservação e conservação. Promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional, com vistas à formação de uma consciência nacional de admiração e respeito ao nosso passado e objetivando igualmente um fluxo turístico capaz de incrementar a renda da região Nordeste.

9. Em anexo estão relacionados os orçamentos previstos para a restauração de grande número de monumentos a serem transformados em áreas de atendimento ao turismo e para as obras complementares de infra-estrutura necessárias ao estabe

- lecimento de uma mais intensa visitaçãõ turística do Nordeste.
10. Quanto à prioridade nas obras de restauraçãõ de monumentos histõricos e artísticos, encontramos duas situações no Nordeste. A primeira se refere aos monumentos situados em cidades dotadas de razoável infra-estrutura física capaz de receber e hospedar turistas, e em outras que se encontram dentro de sua área de influênciã. A segunda se reporta aos monumentos e cidades em vias de desaparecimento pela destruiçãõ. O Grupo observou que, em sua maioria, os monumentos em vias de desaparecimento estãõ situados naquelas áreas do Nordeste onde a atividade econõmica tem seu ritmo mais reduzido ou quase totalmente paralisado. Com sua incorporaçãõ dentro de um fluxo turístico, espera-se uma pronta resposta no aceleramento da atividade econõmica.
11. Uma outra situaçãõ menos grave é a daqueles monumentos e cidades ainda desprovidos de infra-estrutura física de acesso e hospedagem, mas que, por se encontrarem em condições menos precárias, poderãõ ser restaurados e conservados a fim de poderem atrair visitantes, tãõ logo seja instalada a infra-estrutura necessãria.
12. A recuperaçãõ dos monumentos histõricos passíveis de imediata integraçãõ na atividade turística da área, receberã tratamento prioritãrio de modo a permitir sua inclusãõ em roteiro turístico ainda no corrente exercíciõ.
13. A restauraçãõ dos monumentos em vias de destruiçãõ obedecerã a critêrios de prioridades a serem estabelecidos pelo Instituto do Patrimõnio Histõrico e Artístico Nacional, tendo em vista os recursos a serem destinados a essa parte do Programa.
14. Os monumentos isolados a serem restaurados por seu valor histõrico e artístico, e que não se enquadram imediata-

mente na situação de oportunidade para uso na atividade turística ou na situação de emergência visando evitar seu desaparecimento total, serão objeto do plano de trabalho normal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, para tal, receberá dotação específica em seu orçamento.

15. Como decorrência da especial ênfase a ser dada aos trabalhos de restauração e preservação de bens históricos e artísticos nacionais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deverá adaptar sua estrutura às novas dimensões de sua atividade, pela implantação da sua Reforma Administrativa. Para tanto, receberá a colaboração da Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa - SEMOR, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

16. Na tarefa de reconstituir as cidades e monumentos históricos do Nordeste, será dada prioridade, na execução, aos organismos locais tais como Fundações Especializadas, Empresas de Turismo e Bancos Estaduais de Desenvolvimento.

17. Entre as cidades históricas do Nordeste, capazes de serem absorvidas de imediato em um fluxo de turismo cultural, se destacam Porto Seguro, Salvador (área do Pelourinho) e Cachoeira, na Bahia, São Cristóvão, em Sergipe, Olinda, Igarassu e Itamaracá (Forte Orange), Guararapes e Cabo Santo Agostinho, em Pernambuco.

18. Enquadram-se nos casos de monumentos em situação de emergência, aqueles localizados nas cidades de Laranjeiras, em Sergipe, Marechal Deodoro, em Alagoas, e Alcântara, no Maranhão, além de outros já inclusos no rol das cidades capazes de serem absorvidas imediatamente pelo fluxo turístico.

19. Dependentes de complementação de infra-estrutura física e condições de hospedagem para capacitá-las a receber visitantes, podemos enumerar as cidades de Penedo, em Alagoas, Aracati, Sobral e Aquiraz, no Ceará, Oeiras e Piracuruca (Sete Cidades), no Piauí, e São Luís, no Maranhão. Além dessas, ou

tras já citadas na relação daquelas em estado de emergência ou em situação de imediata absorção pelas atividades do turismo.

20. Para fazer face às despesas necessárias à recuperação das cidades históricas do Nordeste deverá ser criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos, o qual operará com recursos orçamentários.

21. Tais recursos somente serão liberados mediante a apresentação de projetos integrados que deverão se enquadrar nas normas abaixo enumeradas:

- I - A participação de Estados e/ou Municípios, com alocação de recursos financeiros e humanos diretamente, ou através de organismos específicos tais como Fundações, Empresas de Turismo ou Bancos de Desenvolvimento estaduais.
- II - Receberão prioridade os projetos de destinação para uso imediato, tão logo se conclua sua restauração e adaptação. Em especial, aqueles projetos que possam motivar o empresário ligado ao turismo a deles participarem através de convênios, locações, aquisições e outras formas que possibilitem a transformação dos sítios, monumentos ou edifícios em verdadeiros centros de utilização turística. Além disso, serão consideradas outras utilizações, tais como pelas Fundações ou Governos.
- III - Os projetos deverão estar enquadrados na orientação técnica do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que diz respeito à manutenção da arquitetura característica dos monumentos em restauração.

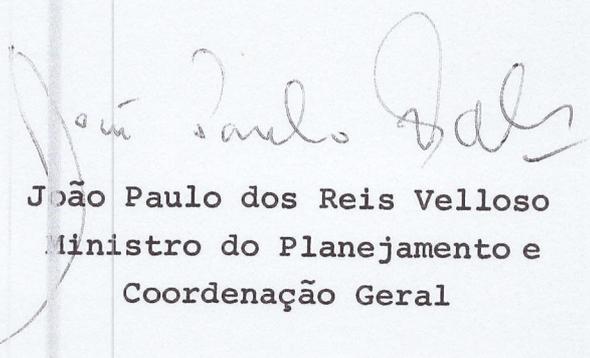
IV - Quando se tratar de projeto que objetive o uso em atividade turística direta, deverá ser submetido previamente à aprovação da Empresa Brasileira de Turismo e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, no que diz respeito às suas respectivas áreas de competência.

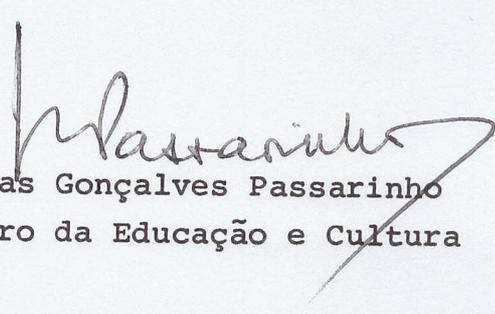
22. Para arcar com as despesas de restauração de monumentos históricos e artísticos do Nordeste, bem como promover a sua efetiva utilização com fins turísticos, o esquema financeiro a ser desenvolvido prevê o seguinte:

- a) Participação efetiva dos Municípios e dos Estados em toda a obra a ser realizada dentro do programa em percentagem conjunta nunca inferior a 20% do total orçado.
- b) Participação efetiva e preponderante do Estado em que se realize a obra na implantação de estradas, energia e saneamento básico, bem como estudos e planos de desenvolvimento local, que poderão efetivar-se em cronograma próprio que anteceda a execução das obras em monumentos históricos.
- c) Os recursos para a execução do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos, serão provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados e liberados dentro do seguinte cronograma: 10 milhões de cruzeiros em 1973 e 20 milhões de cruzeiros anuais respectivamente para os anos de 74, 75, 76 e 77, representando portanto pouco menos de 80% do orçamento preliminar das obras prioritárias identificadas pelo grupo consoante relação anexa.

- d) Para fazer face aos encargos específicos na região Nordeste, o que sugerimos ficar sob a responsabilidade direta do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, propomos lhe seja feita a dotação adicional de 5 milhões de cruzeiros anuais, respectivamente para os anos de 1973, 74, 75, 76 e 77.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de nosso mais profundo respeito.

  
João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro do Planejamento e  
Coordenação Geral

  
Jarbas Gonçalves Passarinho  
Ministro da Educação e Cultura

A N E X O I

AVALLIAÇÃO DE CUSTOS EM OBRAS DE RESTAURAÇÃO

CIDADES	O B R A S	VALORES EM CR\$ 1.000,00				
		1973	1974	1975	1976	1977
Porto Seguro - BA	Restauração do Paço Municipal - Obras diversas de estabilização de casas, com agenciamento de fachadas de casas e tratamento de Praças e Ruas.	1.000	1.500			
Cachoeira - BA	Restauração do Convento e Igreja do Carmo.	500	1.000	1.000		
Salvador - BA	Restauração do conjunto Urbano do Pelourinho, Paço do Saldanha, Quinta do Tanque, Conjunto Urbano do Terreiro de Jesus, Conjunto Urbano da Soledade, Solar do Ferrão com aquisições de certas edificações e áreas.	5.000	6.000	6.000	6.000	6.000
Camaçari - BA	Restauração da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e sua Capela.		300	400	400	400
Jaguaripe - BA	Restauração do Paço Municipal, agenciamento de fachadas, obras de estabilização de edifícios e recomposição de ruas e praças.		500	500	500	500
S. Cristóvão - SE	Plano Urbanístico, restauração da Igreja e Convento da Sta. Cruz, com melhoria da pousada, e Museu Sacro, reorganização com melhoria do acervo do Museu do Estado, sustentação de ruínas.	560	500	500		

CIDADES	O B R A S	VALORES EM CR\$ 1.000,00				
		1973	1974	1975	1976	1977
Laranjeiras - SE	SE Plano Urbanístico, reparos e agenciamento: do sítio da Igreja de N.S. da Conceição em Comendaroba, da Casa e Capela de Santaninha, Mercado e Teatro.	500	1.400	1.000	1.000	
Deodoro - AL	Restaurações - Igreja e Convento de S. Francisco, com ordem 3a. Palácio Provincial, aproveitamento com utilização dos remanescentes da Casa Natal do Marechal Deodoro, agenciamento do sítio, com aquisições de certas edificações e áreas	660	1.800	900	900	
Penedo - AL	Restaurações do Convento de N.S. dos Anjos, Teatro, Igreja da Corrente, agenciamento de logradouros com aquisições de certas edificações e áreas.	500	1.200	1.000	1.000	1.000
Cabo - PE (Cabo de Sto. Agostinho)	Restaurações - Forte do Mar com o quartel, Igreja de N.S. de Nazaré, Preservação do sítio com seu tratamento paisagístico e agenciamento.	300	500	500	500	
Jaboatão - PE (Guararapes)	Construção do Parque Histórico dos Guararapes.					
Recife - PE	Complementação da restauração do Sobrado da Madalena (Museu da Abolição) com aquisição de imóveis e áreas.		1.000	1.200		
		1.000				

CIDADES	O B R A S	VALORES EM CR\$ 1.000,00				
		1973	1974	1975	1976	1977
Olinda - PE	Execução do Plano do Centro Histórico e Turístico de Olinda, Restaurações no Convento de N.S. das Neves, Convento do Carmo. Preservação do Paisagismo do sítio dos manguinhos (Horto Florestal), tratamento paisagístico do sítio da Sé e seus arredores, com agenciamento. Aquisição de Imóveis e áreas.	2.200	3.500	3.500	3.500	3.500
Paulista - PE Forte de Pau Amarelo	Complementação da Restauração e agenciamento do sítio com tratamento paisagístico.	800	500	500		
Igarassu - PE	Restauração com melhoria da pinacoteca do Convento de Sto. Antônio, restauro na Igreja de Sto. Cosme e Damião, agenciamento do sítio, com aquisição de imóveis e áreas.	1.500	1.350			
Itamaracá - PE	Restauração do Forte de Orange com agenciamento do sítio e preservação paisagística.	500	500			
Goiana - PE	Restauração, melhoria do acervo e organização do Museu de Arte Sacra na Igreja do Amparo, agenciamento do sítio.	500	500	500	500	
Vicência - PE	Restauração do Eng. Poço Comprido com sua casa grande e Banguê do século XVIII, agenciamento do sítio e aquisição dos imóveis e áreas.	600	600			

CIDADES	O B R A S	VALORES EM CR\$1.000,00				
		1973	1974	1975	1976	1977
João Pessoa - PB	Restauração do Mosteiro de São Bento, com agenciamento do sítio e aquisição do imóvel e áreas.	200	1.300	1.000		
Natal - RN	Adaptação, para instalação do Museu das Fortificações, no Forte dos Reis Magos.	200	500			
Aracati - CE	Restauração da Casa de Câmara e Cadeia. Reorganização do Museu Jaguaribano.	150	250			
Aquiraz - CE	Restauração do Mercado da Carne. Reorganização do Museu S. José do Ribamar.		200	300		
Icó - CE	Restauração da Casa de Câmara e Cadeia.			100	200	
Sobral - CE	Restauração do Teatro S. João, incendiado.		700			
Oeiras - PI	Restauração do Palácio Episcopal, Sobrado dos Ferraz com instalação do Museu de Arte Sacra. Obras de reparos na Igreja de N.S. da Vitória. Adaptações e agenciamento da Casa da Pólvora.					
S. Luís - MA	Projeto Praia Grande - Restauração da área antiga de S. Luís, aquisições de imóveis e áreas, agenciamentos.	100	200	200	250	250

CIDADES	O B R A S	VALORES EM CR\$ 1.000,00				
		1973	1974	1975	1976	1977
Alcântara - MA	Reparos, agenciamento, instalação de Museu informativo de Engenharia Industrial do Brasil Colômbia. Local para Camping e Teatro ao ar livre, nas ruínas do sítio do Físico Mor.	2.500	6.500	6.500	5.000	5.000
	Projeto Urbanístico - Obras de restauração e estabilização de vários monumentos.	1.000	2.000	1.500	1.000	
	Totais para exercícios	20.370	34.300	27.100	20.750	16.650
	Total Geral ..... Cr\$ 119.170.000,00					

ESTRADAS

CIDADES	O B R A S	VALORES CR\$ 1.000.00
Lençóis - BA	Acesso pavimentado à cidade de Lençóis, a partir da BR 242, através da Rodovia Estadual BA-850, extensão de 10 km.	2.000
Cachoeira - BA	Implantação e pavimentação do trecho BR-101 à cidade de Cachoeira, extensão de 3 km.	1.050
Laranjeiras - SE	Pavimentação de acesso à cidade de Laranjeiras a partir da BR-101, extensão 4 km.	800
Penedo - AL	Implantação e pavimentação de estrada ligando Propriá a Penedo acompanhando o rio São Francisco, extensão 25 km.	8.750
Deodoro - AL	Pavimentação da Rodovia estadual AL-203, ligando a BR-101 a Deodoro, extensão de 19 km.	3.800
Porto Calvo - AL	Pavimentação do trecho final da AL-101 até o limite com Pernambuco, extensão de 37 km.	7.400
Sto. Agostinho - PE	Implantação e pavimentação do acesso à vila de Sto. Agostinho, partindo da Rodovia Estadual PE-60 até Vila PE-28, extensão 12 km.	4.200
Tomar do Geru - SE	Implantação e pavimentação do acesso a Tomar do GERU, partindo da BR-101, extensão 15 km.	5.250
Vicência - PE	Pavimentação do acesso à Vicência desde a PE-74, extensão de 10 km.	2.000
Sete Cidades - PI		

CIDADES	O B R A S	VALORES CR\$ 1.000,00
Sete Cidades - PI	Pavimentação do Acesso a Sete Cidades a partir da BR 222, extensão de 9 km.	1.800
São Luís - MA	Implantação e pavimentação da estrada de acesso ao Sítio do Phisico no Município de São Luis, extensão de 10 km.	3.500
TOTAL .....		40.550
TOTAL GERAL .....		40.550.000,00

A N E X O III

ENERGIA

CIDADES	O B R A S	VALORES Cr\$ 1.000,00
Porto Seguro	Linha de transmissão em 34 KV de Eunápolis a Porto Seguro, com uma extensão de 65 km.	2.039
Lençóis	Linha de transmissão em 13,8 KV da Usina Hidrelétrica existente até a cidade numa extensão de 18 km.	288
Itamaracá	Linha de transmissão de 13,8 KV da sede municipal ao Forte Orange com uma extensão de 5 km	90
Alcântara	Aquisição de 2 conjuntos eletrodiesel de 100 KVA cada um para fornecimento de energia elétrica e implantação da Rede de distribuição elétrica da cidade	450
Total .....		2.867
TOTAL GERAL .....		2.867.000,00

A N E X O IV

SANEAMENTO BÁSICO

CIDADES	O B R A S	VALORES Cr\$ 1.000,00
Cabedelo	Implantação do Sistema de esgoto sanitário	15.000
Penedo	Implantação do Sistema de esgoto sanitário	1.000
Itaparica	Implantação do Sistema de abastecimento d'água	1.200
Porto Seguro	Implantação do Sistema de abastecimento d'água	700
T O T A L .....		26.900

NOTA: Todas as outras cidades deste Programa necessitam de Recursos para melhoria e ampliação dos seus Sistemas de Abastecimento e Esgotos.

A N E X O V

ESTUDOS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

CIDADES	ESTUDOS E PLANOS RECOMENDADOS	VALORES Cr\$ 1.000,00
São Luís	Plano de Desenvolvimento local integrado	1.100
Alcântara	Relatório preliminar	60
Natal	Plano de Desenvolvimento local integrado	1.100
João Pessoa	Plano de Desenvolvimento local integrado	1.100
Cabedelo	Relatório preliminar	40
Igarassu	Plano de Ação imediata - Cadastro Técnico	800
Marechal Deodoro	Relatório preliminar	40
Laranjeiras	Relatório preliminar	40
São Cristóvão	Relatório preliminar	40
Cachoeira	Relatório preliminar	40
Porto Seguro	Relatório preliminar	40
T O T A L .....		4.400

A N E X O VI

CIDADES	TIPOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR EXISTENTES						
	HOSP. TIPO A	HOSP. TIPO B	CENTRO DE SAÚDE	AMB. DO INPS	UNID. SANITÁRIA		
São Luís	X	X	X	X	X		X
Alcântara	X	X	X	X	X		X
Fortaleza	X	X	X	X	X		X
Natal	X	X	X	X	X		X
João Pessoa	X	X	X	X	X		X
Cabedelo	X	X	X	X	X		X
Recife	X	X	X	X	X		X
Olinda	X	X	X	X	X		X
Cabo	X	X	X	X	X		X
Goiana	X	X	X	X	X		X
Igarassu	X	X	X	X	X		X
Itamaracá	X	X	X	X	X		X
Jaboatão	X	X	X	X	X		X
M. de Deodoro	X	X	X	X	X		X
Penedo	X	X	X	X	X		X
Laranjeiras	X	X	X	X	X		X
São Cristóvão	X	X	X	X	X		X
Salvador	X	X	X	X	X		X
Cachoeira	X	X	X	X	X		X
Santo Amaro	X	X	X	X	X		X
Itaparica	X	X	X	X	X		X
Porto Seguro	X	X	X	X	X		X



Portaria n.º 30 de 03 de julho de 1973

Dispõe sobre o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos e a alocação de recursos para o mesmo.

O Ministro DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, no uso das suas atribuições,

R E S O L V E

Artigo 1º - O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua utilização para Fins Turísticos, é destinado à restauração de sítios e monumentos históricos e artísticos do Nordeste, visando primordialmente a inclusão desses sítios e monumentos na atividade turística.

I - Dos Recursos

Artigo 2º - Os recursos necessários à reconstrução de monumentos históricos do Nordeste serão providos pelo Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, criado pelo Decreto nº 72.062, de 6 de abril de 1973, bem como por recursos orçamentários dos Governos Federal, estaduais e municipais.

II - Das Normas e Condições

Artigo 3º - Os recursos do FDPI alocados ao Programa serão aplicados em projetos integrados segundo as normas e nos casos a seguir discriminados:

I - Obediência à orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que diz respeito à manutenção da arquitetura característica dos monumentos em restauração;

II - Participação de Estados e/ou Municípios com alocação de recursos financeiros e humanos, diretamente, ou através de organismos específicos tais como Fundações, Empresas de Turismo ou Bancos de Desenvolvimento estaduais;

III - Utilização de sítios ou monumentos por parte das próprias Fundações ou Governos;

IV - Uso imediato dos monumentos históricos tão logo se conclua sua restauração e adaptação;

V - Participação de empresários, desde que esta se verifique através de convênios, locações, aquisições e outras formas que possibilitem a transformação dos sítios, monumentos ou edifícios em centros de utilização turística.

III - Da Participação dos Estados e Municípios

Art. 4º - A participação financeira dos Estados e/ou Municípios não será inferior a 20% do montante ne-

cessário a cada projeto.

§ 1º - Serão considerados como contrapartida financeira, para fins de concessão de financiamento, ou cessão de recursos, os estímulos fiscais concedidos por Estados e/ou Municípios, desde que esses estímulos visem à preservação, restauração ou adaptação de sítios, monumentos ou edifícios históricos, cujo valor, uso ou localização possam atender à atividade turística.

§ 2º - Os Estados e/ou Municípios se obrigam a prover os equipamentos infra-estruturais necessários à inclusão de uma cidade histórica no roteiro turístico da área, a fim de que esta possa receber recursos para a restauração de seus monumentos.

#### IV - Da Execução dos Projetos

Art. 5º - Terão preferência na execução dos trabalhos de reconstrução dos monumentos históricos, os organismos locais tais como Fundações Especializadas, Empresas de Turismo e Bancos Estaduais de Desenvolvimento.

#### V - Da Administração

Artigo 6º - Os recursos do FDPI alocados ao Programa serão administrados pela sua Secretaria Executiva, a qual funcionará junto ao Órgão central do Sistema de Planejamento, a que se refere o artigo 3º, § 1º, do Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972.

§ 1º - Para os fins previstos nesta Portaria, a Secretaria Executiva será assessorada por um Conselho Con

sultivo, composto de 5 membros, sendo um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um representante da Empresa Brasileira de Turismo, um representante da SUDENE, e dois representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, cabendo a um destes a Presidência.

#### VI - Disposições Gerais

Artigo 7º - A aprovação de projetos que objetivem o uso dos monumentos restaurados, em atividade turística direta, depende da apreciação da Empresa Brasileira de Turismo e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, no que diz respeito às suas respectivas áreas de competência.

Artigo 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro

401

E.M. nº 060/76

Em 09 de abril de 1976.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

*Aprorvo  
Em 13 de abr 76  
Kaul*

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de ampliação e complementação de recursos do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

2 O mencionado Programa, criado em decorrência da Exposição de Motivos Interministerial nº 076-B, de 31 de maio de 1973, para ser executado no período 1973/77, decorrido o espaço de tempo necessário a sua implantação, vem se constituindo num eficiente instrumento de apoio à restauração, preservação e uso do acervo histórico, artístico e cultural do Nordeste.

3. A ação do Programa tem se desenvolvido acentuadamente à medida em que se aperfeiçoa seu esquema de execução e surgem os primeiros resultados compensadores. Nos dois anos de atuação, o Programa já beneficiou 43 projetos distribuídos por todos os Estados do Nordeste, comprometendo mais que a metade dos recursos que lhe foram destinados para utilização até 1977, através do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI.

4. Após cuidadosa avaliação do Programa, concluímos pela oportunidade de sua ampliação e complementação, com a destinação de recursos até 1979, fazendo-o coincidir com o período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

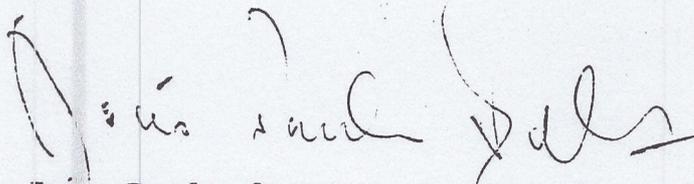
5. Em face do exposto, e considerando, ainda, que para atender aos novos encargos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN necessitaria de recursos adicionais, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de ampliação, até 1979, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com a suplementação de seus recursos em Cr\$ 250,0 milhões, passando o programa a contar, a partir de 1976, com os seguintes valores:

(Cr\$ milhões)

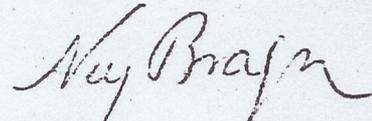
ANO	PROGRAMA		I P H A N		T O T A L	
	Disponibilidade	Adicional Proposto	Disponibilidade	Adicional Proposto	Disponibilidade	Adicional Proposto
1976	20,0	40,0	5,0	-	25,0	40,0
1977	20,0	55,0	5,0	5,0	25,0	60,0
1978	-	60,0	-	10,0	-	70,0
1979	-	70,0	-	10,0	-	80,0
76/79	40,0	225,0	10,0	25,0	50,0	250,0

6. Se de acordo Vossa Excelência, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Educação e Cultura adotarão as providências necessárias para a ampliação e complementação dos recursos do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito.



João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República



Ney Aminthas de Barros Braga  
Ministro da Educação e Cultura



Severo Fagundes Gomes  
Ministro da Indústria e do Comércio

E.M. nº 024

Em 02 de fevereiro de 1977.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

*Antônio*

*Em 2 fev 77*

*Guil*

Temos a honra de propor a Vossa Excelência a destinação de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, dentro do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, em apoio a estudos, projetos e investimentos que vêm sendo realizados pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, visando à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas. Essas iniciativas se ligam à idéia de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento de atividades turísticas nas áreas históricas em referência.

2. Deverão ser atendidas, prioritariamente, solicitações que proponham dar suporte à restauração progressiva de monumentos e conjuntos situados em áreas economicamente debilitadas ou ameaçadas de descaracterização ou destruição pelo crescimento urbano acelerado, por vizinhança industrial ou atividade de mineração, assim como pelo mau uso de um turismo pre

datório. Da mesma forma serão tratadas solicitações que visem ao aproveitamento de monumentos passíveis de imediata integração em roteiros turísticos estabelecidos em função de estudos previamente elaborados.

3. Em face do exposto, e considerando, ainda, que, para atender aos novos encargos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN necessitaria de recursos adicionais, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a aprovação das seguintes medidas:

I - destaque de recursos, no valor de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), à conta do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados-FDPI, nos seguintes montantes:

	<u>Cr\$ milhões</u>
1977 .....	100
1978 .....	120

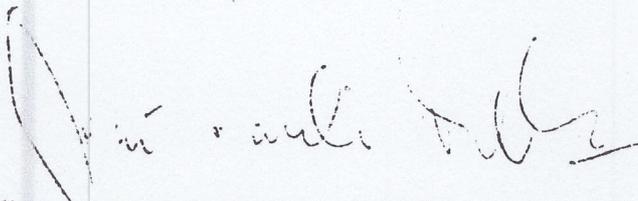
II - autorização para que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República proceda à entrega de recursos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, no valor de Cr\$ 30,0 milhões, em parcelas anuais de Cr\$ 10,0 milhões cada, por conta do montante indicado no item I.

III - adoção de providências necessárias à execução e implementação das medidas propostas e fixação de normas para a aplicação dos recursos previstos no item I, ajustando,

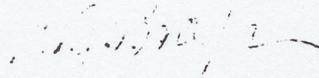


no que for necessário, os critérios e normas de que trata a E.M. nº 076-B, de 31 de maio de 1973.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência nosso mais profundo respeito.



João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro Chefe da Secretaria  
de Planejamento da Presidência  
da República



Ney Aminthas de Barros Braga  
Ministro da Educação e  
Cultura

PUBLICADA NO D. O.  
DIA 8.3.77 / P.S. 2615

435

PORTARIA INTERMINISTERIAL n.º 19

Em 04 de março de 1977

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os Ministros de Estado da Educação e Cultura e da Indústria e do Comércio, no uso de suas atribuições,

RESOLVEM:

Art. 1º - Os recursos previstos na E.M. nº 24, de 2 de <sup>Janeiro</sup> Janeiro de 1977, serão destinados a estudos, projetos e investimentos que vêm sendo realizados pelos Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, visando à restauração progressiva de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas, com o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas.

Art. 2º Serão atendidas prioritariamente solicitações que proponham a restauração de monumentos, conjuntos e expressões culturais significativas em vias de destruição ou cuja recuperação possibilite sua pronta utilização, localizados em áreas:

a) em desagregação ou empobrecimento e que por

17

suas características possam vir a se constituir em receptoras de fluxos turísticos;

b) com atividades turísticas consolidadas ou em vias de consolidação;

c) atingidas ou em vias de serem atingidas por obras ou atividades que por sua dinâmica possam representar perigo à preservação dos bens culturais; e

d) em processo de crescimento urbano acelerado.

Art. 3º - A fim de conferir maior flexibilidade de critérios na definição dos monumentos a serem restaurados, de verão ser consideradas as características culturais próprias de cada área, fruto de sua dinamicidade e regionalidade.

Art. 4º - Para a consecução do objetivo principal, os órgãos e entidades envolvidos deverão desenvolver ações no sentido de:

I - promover a indispensável participação, conjunta e efetiva das administrações federal, estadual e municipal, inclusive na adequada sensibilização cultural das comunidades, notadamente de suas lideranças e de proprietários e usuários de bens culturais.

II - fomentar adequada integração da atividade tu rística no quadro cultural, propiciando, fundamentalmente, a va lorização e preservação do patrimônio histórico e artístico;

III - orientar os organismos da administração públi ca direta e indireta, entidades turísticas, comunitárias, cul turais ou educacionais, a utilizarem edificações e espaços de va lor cultural como garantia de preservação do monumento através do seu uso continuado;

/

IV - dar apoio a atividades complementares, tais como formação e capacitação de recursos humanos especializados, a nível superior, intermediário e operário; pesquisa, prospecção e cadastramento de bens culturais móveis e imóveis, visando, inclusive, à preservação de manifestações culturais em extinção ou deformação, de caráter erudito ou popular; formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em técnicas de criação artística e artesanal;

V - dar prioridade à implantação e complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e de hospedagem na região;

VI - determinar a inclusão nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de legislação de proteção às áreas de valor cultural.

VII - induzir o setor privado, através da Concessão de incentivos tributários estaduais e municipais, a restaurar e conservar imóveis residenciais e comerciais de valor cultural;

VIII - motivar o empresariado ligado a atividade turística a participar de projetos através de convênios, locações, aquisições e outras formas que possibilitem a utilização dos sítios e monumentos para fins turísticos.

Art. 5º - Serão passíveis de enquadramento estudos, projetos e investimentos que contemplem:

a) pesquisa, prospecção e cadastramento de bens de valor cultural, móveis e imóveis, e desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro;

b) restauração e consolidação de bens imóveis de valor cultural, agenciamento de seu entorno e restauração de bens móveis, podendo ser incluídos, ainda, em cada caso: prospec



ção arqueológica, arquitetônica e pesquisa documental da obra; instalação de equipamento fixo necessário à utilização da edificação; equipamento de proteção contra incêndio; publicação de documento sobre a experiência de restauração específica. Em casos especiais, poderão ser contemplados com recursos planos de agenciamento de núcleos ou áreas de valor cultural, instalação de equipamento de apoio turístico junto a monumentos, ruínas e vestígios arqueológicos agenciamento e restauração das edificações que definem a ambientação do monumento, implantação e ampliação de centros de restauração, preservação e de desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro de bens móveis e imóveis de valor cultural;

c) formação e treinamento de recursos humanos em prospecção, pesquisa, projeto e execução nas áreas constantes dos itens "a" e "b" e para o aprimoramento de técnicas artesanais.

Art. 6º - Cada Estado, antes da apresentação dos projetos a serem beneficiados, deverá submeter a aprovação da Comissão de Coordenação e Acompanhamento:

a) Programa Estadual de Restauração e Preservação para o período de 1977/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida exigida;

b) projeto de guias turísticos que contenham os roteiros propostos acompanhado do protocolo de entrada, na EMBRATUR, de solicitação de apoio para sua edição;

Art. 7º - Somente poderá ser examinado e aprovado o projeto que cumpra as seguintes condições:

a) estar aprovado pelo IPHAN;



b) estar incluído no Programa Estadual de Restauração e Preservação aprovado e preencher os requisitos exigidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento. Desde que devidamente justificados, e a critério da Comissão de Coordenação e Acompanhamento, poderão ser beneficiados projetos não incluídos nos Programas anteriormente aprovados. Da mesma forma poderão ser dispensadas as exigências contidas no Art. 6 para o caso de projetos de pesquisa, prospecção e cadastramento de bens de valor cultural, móveis e imóveis, de consolidação de monumentos em vias de destruição, de implantação e ampliação de centros de restauração e preservação, de desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro e de cursos de formação e treinamento de recursos humanos;

c) conter indicação da origem e do montante dos recursos estaduais, municipais e de terceiros a serem aportados, em percentual conjunto nunca inferior a 20% do total orçado. Poderão ser aceitos como contrapartida, em percentuais a serem fixados, despesas com elaboração de projetos, incentivos fiscais, financiamentos e recursos utilizados na desapropiação dos sítios ou monumentos a serem restaurados;

d) ter asseguradas as fontes de recursos a serem utilizados na manutenção e conservação do monumento após a restauração;

e) apresentar comprovação do tombamento estadual do imóvel, concedendo-se aos Estados que não tiverem legislação de tombamento prazo até junho de 1978 para cumprir esta condição.

Art. 8º - Terão preferência na execução dos trabalhos de restauração e preservação de bens móveis e imóveis, os órgãos e entidades estaduais e municipais especializados, da administração direta e indireta e as fundações supervisionadas.

Art. 9º - Caberá à Secretaria de Planejamento da Presidência da República:

a) orientar a elaboração dos planos e projetos a serem beneficiados;

b) examinar os projetos sob o ponto de vista financeiro, liberar recursos dentro do cronograma aprovado e controlar sua aplicação;

c) dar apoio técnico e administrativo à Comissão de Coordenação e Acompanhamento.

Art. 10 - Caberá ao IPHAN:

a) examinar e emitir parecer conclusivo sobre os projetos do ponto de vista da importância histórica e artística dos conjuntos e monumentos a serem restaurados e do atendimento aos critérios de restauração e adequação à utilização proposta;

b) fiscalizar as obras;

c) examinar e prestar assistência técnica a execução de projetos de pesquisa, cadastramento, planos de ambientação, cursos de formação e capacitação de recursos humanos especializados;

d) restaurar monumentos importantes não enquadráveis nos roteiros turísticos aprovados, realizar obras de emergência, pequenos reparos e conservação. Na hipótese de projetos de sua iniciativa, enquadráveis nos programas aprovados, poderá o IPHAN, a critério da SEPLAN, ser dispensado da contrapartida exigida.

Art. 11 - Caberá à EMBRATUR:



a) examinar e pronunciar-se sobre projetos que visem ao aproveitamento de edificações de valor cultural para instalação de equipamento turístico;

b) editar, co-editar e incentivar a publicação de material de orientação turístico-cultural, relativo às áreas abrangidas pelos Programas Estaduais de Restauração e Preservação.

Art. 12 - Aplicam-se aos recursos de que tratam as E.M. nº 076/73 e 060/76 as normas e condições acima definidas.

Art. 13 - Para acompanhar as ações a serem desenvolvidas e promover a melhor integração entre as diversas entidades envolvidas fica criada a Comissão de Coordenação e Acompanhamento, composta de 4 membros, sendo um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, um representante da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, um representante da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU e um representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN. A esta Comissão, presidida pelo representante da SEPLAN, incumbirá, principalmente:

a) acompanhar o fiel cumprimento dos objetivos e normas propostos;

b) analisar e pronunciar-se sobre os Programas Estaduais de Restauração e Preservação apresentados pelos Estados;

c) manter permanente contato com os organismos que, direta ou indiretamente, desenvolvam atuação relacionada com os objetivos propostos;

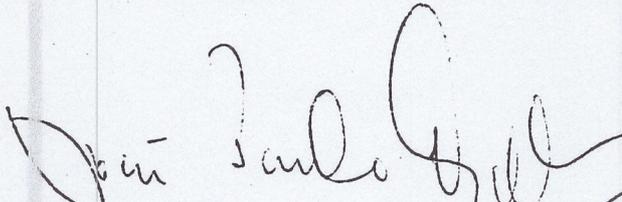
d) examinar e encaminhar aos Ministros representados, relatórios de acompanhamento, avaliação e propostas de medidas complementares;

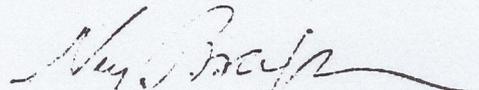


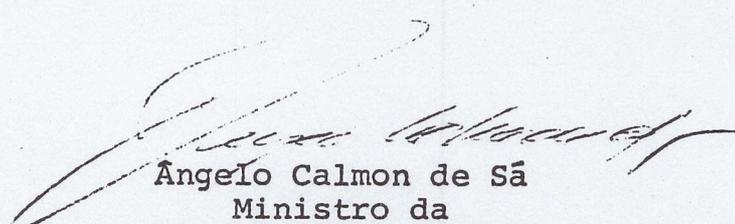
e) dirimir dúvidas quanto ao enquadramento de pro  
jetos;

f) definir formas de alocação de recursos em pro  
jetos de bens imóveis de valor cultural pertencentes ao setor  
privado;

Art. 14 - A Secretaria de Planejamento da Presi  
dência da República dará o apoio técnico e administrativo neces  
sário ao funcionamento da Comissão de Coordenação e Acompanha  
mento.

  
João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro Chefe da  
Secretaria de Planejamento  
da Presidência da República

  
Ney Aminthas de Barros Braga  
Ministro da  
Educação e Cultura

  
Angelo Calmon de Sá  
Ministro da  
Indústria e do Comércio



E.M. nº

65/79

Em 12 de março de 1979

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Antonio  
12 março 79  
Giril

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de destinação de recursos do Programa de Cidades Históricas.

O mencionado Programa, criado em decorrência de Exposição de Motivos Interministerial nº 76-B, de 31 de maio de 1973, foi ampliado e complementado pela EM nº 060, de 9 de abril de 1976, previu inicialmente o apoio aos trabalhos que vinham sendo realizados pelos Estados do Nordeste no campo da restauração e uso de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas.

Posteriormente, em decorrência de Exposição de Motivos Interministerial nº 24, de 2 de fevereiro de 1977, o Programa foi ampliado aos Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Os resultados alcançados no período de 1973 a 1978 mostram que o Programa beneficiou 102 projetos, comprometendo a quase totalidade dos recursos alocados. No campo das repercussões sociais, os 61 projetos já concluídos geraram cerca de 1.500 empregos permanentes.

Levantamento efetuado recentemente revela a existência de 60 projetos em fase final de elaboração que demandariam recursos de ordem de Cr\$ 150 milhões de cruzeiros, deduzidos os saldos remanescentes.

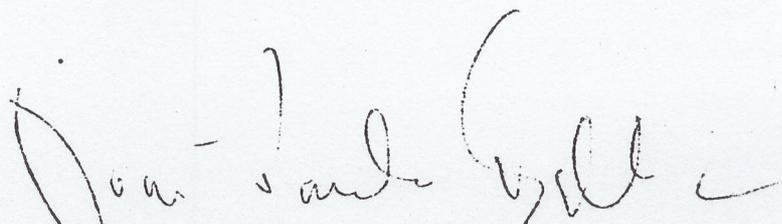
Em face do exposto, temos a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência a aprovação das seguintes medidas:

I - destaque de recursos no valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) para o Programa de Cidades Históricas, à conta do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, com a seguinte destinação:

	Cr\$ milhões
Estados do Nordeste	50
Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro	20

II - Adoção, em articulação com o Ministério da Educação e Cultura, das providências necessárias a aplicação dos recursos previstos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meus mais profundo respeito.

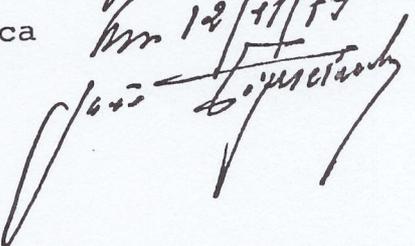


João Paulo dos Reis Velloso  
Ministro

E.M.nº 320 /79

Em 8 de novembro de 1979

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Anteviso  
em 12/11/79  
João 

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de transferência da responsabilidade de execução do Programa de Cidades Históricas, definida nas Exposições de Motivos nºs 076-B, de 31 de maio de 1973, <sup>060</sup>080, de 09 de abril de 1976, 024, de 02 de fevereiro de 1977, 065, de 12 de março de 1979 e na Portaria Interministerial nº 19, de 04 de março de 1977, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, órgão autônomo, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

A medida ora proposta consubstancia a política adotada pelo atual Governo no sentido não só de reforçar os órgãos técnicos especializados da administração federal como de descentralizar a execução dos Programas Especiais em vigor.



Criado em 1973 para dar apoio ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na área da preservação do patrimônio histórico e artístico do Nordeste, o Programa de Cidades Históricas que, de início atendia a propostas de restauração de monumentos isolados, evoluiu para uma estratégia de atuação que considera conjuntos de monumentos como parte integrante do contexto urbano ao qual pertencem.

Dentro do enfoque atual, as intervenções em núcleos históricos podem ser realizados a partir de duas óticas complementares: a econômica e a cultural. No primeiro caso, considera-se o núcleo como lugar produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico; no segundo caso, o núcleo é visto a partir de uma visão sociológica e cultural, como forma de uma linguagem urbana de integração entre os diferentes agentes sociais que, através da acumulação histórica, proporcionam à comunidade sinais de identidade.

O objetivo mais geral a que se propõe o Programa de Cidades Históricas é o de desenvolver um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens.

Dessa forma, a preservação do patrimônio histórico é fator de promoção e harmonização do crescimento urbano nestes núcleos, na medida em que deve compatibilizar os interesses de crescimento urbano com as raízes culturais que lhe dão origem.

Como consequência da preocupação com o aspecto do desenvolvimento urbano, o Programa objetiva, através de

atividades e incentivos paralelos, a reativação da base econômica da área, quando se verifica sua debilidade, fruto de estagnação, por um lado, e de crescimento acelerado, por outro. Observa-se que, como consequência da estagnação ou de um crescimento urbano muito acelerado, o ônus recai com maior força sobre a população residente, marginalizando-a ou expulsando-a da área.

É grande a preocupação do Programa de que a revitalização da área, valorizando-a do ponto de vista imobiliário, não provoque a expulsão de sua população, em sua maioria de baixa renda e residente nestes locais. A formação de recursos humanos e a geração de empregos na área diretamente vinculada, são encaradas como fundamentais à ação a ser desenvolvida.

Até o final do primeiro semestre de 1979 o Programa apoiou, juntamente com o IPHAN, nos Estados do Nordeste, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a realização de 143 projetos, envolvendo recursos da ordem de 450 milhões de cruzeiros que somados aos 210 milhões de contrapartida estadual totalizaram 660 milhões.

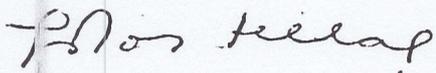
Para o desenvolvimento futuro do Programa prevê-se a continuidade das ações já iniciadas e sua extensão a todo o território nacional através de entidades estaduais e municipais, mantendo-se o sistema de execução pelo IPHAN somente nos casos de projetos cuja importância, complexidade ou urgência assim recomendarem, ou naqueles que o Estado ou Município não manifestarem interesse em desenvolver.

Para evitar solução de continuidade das ações que vêm sendo desenvolvidas, submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência a aprovação das seguintes medidas:

I - Autorização para que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República transfira para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o saldo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados-FDPI, já destacados pelas Exposições de Motivos n<sup>os</sup> 076-B, de 31 de maio de 1973, 080<sup>060</sup>, de 09 de abril de 1976, 024, de 02 de fevereiro de 1977 e 065, de 12 de março de 1979, ainda não comprometidos, de acordo com o plano de aplicação a ser acordado entre as partes. As liberações de parcelas de recursos previstas nos convênios em vigor continuarão sendo efetuados pela SEPLAN mediante solicitação do IPHAN;

II - Autorização para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, dê continuidade ao Programa extendendo-o a todo o território nacional de acordo com normas de aplicação a serem baixadas de comum acordo com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que resguardem os objetivos propostos.

Reiteramos a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito.



Eduardo Portella  
Ministro da Educação e Cultura



Antônio Delfim Netto  
Ministro Chefe da Secretaria  
de Planejamento da Presidência  
da República

O Ministro de Estado da Educação e Cultura e o Ministro de Estado do Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E M:

Art. 1º - Os recursos repassados pela SEPLAN ao IPHAN para a execução do Programa de Cidades Históricas serão destinados a estudos, projetos e investimentos que visem a preservação de bens do Patrimônio Cultural do País.

Art. 2º - Serão atendidos prioritariamente solicitações que proponham a proteção, restauração e revitalização de bens culturais localizados em áreas:

- a) em desagregação ou empobrecimento;
- b) atingidas ou em vias de serem atingidas por obras ou atividades que por sua dinâmica possam representar perigo à preservação dos bens culturais; e
- c) em processo de crescimento urbano acelerado.

Art. 3º - Para a consecução do objetivo principal, os órgãos e entidades envolvidos deverão desenvolver ações no sentido de:

 tido de:

- I - promover a indispensável participação, conjunta e efetiva, das administrações federal, estadual e municipal, inclusive na adequada sensibilização cultural das comunidades notadamente de suas lideranças e de proprietários e usuários de bens culturais;
- II - fomentar adequada integração da atividade turística no quadro cultural, propiciando, fundamentalmente, a valorização e preservação do patrimônio cultural;
- III - orientar os organismos da administração pública direta e indireta, entidades turísticas, comunitárias, culturais ou educacionais, a utilizarem edificações e espaços de valor cultural como garantia de preservação do monumento através do seu uso continuado;
- IV - dar apoio a atividades complementares, tais como formação e capacitação de recursos humanos especializados, a nível superior, intermediário e operário; pesquisa, prospecção e cadastramento de bens culturais visando, inclusive, à preservação de manifestações culturais em extinção ou deformação, de caráter erudito ou popular;
- V - dar prioridade à implantação e complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e de hospedagem na região;
- VI - induzir a inclusão nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de legislação e proteção às áreas de valor cultural;

VII - induzir o setor privado, através de concessão de incentivos tributários a restaurar e conservar imóveis residenciais e comerciais de valor cultural;

VIII - motivar o empresariado ligado à atividade turística e cultural a participar de projetos através de convênios, locações, aquisições e outras formas que possibilitem a utilização dos sítios e monumentos para fins turísticos e culturais;

IX - introduzir nos currículos e atividades escolares material obtido nas pesquisas sobre bens culturais;

Art. 4º - A fim de conferir maior flexibilidade de critérios na definição dos projetos a serem financiados, deverão ser consideradas as características culturais próprias de cada área, fruto de sua dinamicidade e regionalidade.

Art. 5º - Serão passíveis de enquadramento estudos, projetos e investimentos que contemplem:

a) identificação, documentação, proteção, classificação, restauração e revitalização de bens de valor cultural e o desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro;

b) restauração e consolidação de bens imóveis de valor cultural, agenciamento de seu entorno e restauração de bens móveis, podendo ser incluídos, ainda em cada caso: prospecção arqueológica, arquitetônica e pesquisa documental da obra; instalação de

equipamento fixo necessário à utilização da edificação; aquisição de acervos para museus, bibliotecas, arquivos ou centro de documentação; equipamento de proteção contra incêndio. Em casos especiais poderão ser contemplados com recursos planos de agenciamento de núcleos ou áreas de valor cultural, instalação de equipamento de apoio turístico junto a monumentos, ruínas e vestígios arqueológicos, agenciamento e restauração das edificações que definem a ambientação do monumento, implantação e ampliação de centros de restauração, preservação e desenvolvimento de técnicas de preservação e restauração de bens imóveis de valor cultural e publicações do interesse do Programa;

- c) formação e treinamento de recursos humanos em prospecção, pesquisa, projeto e execução nas áreas constantes dos itens "a" e "b".

Art. 6º - Cada Estado e/ou Município, antes da apresentação dos projetos a serem beneficiados, deverá submeter ao exame do Grupo de Trabalho, criado nos termos do Art. 11 desta Portaria, o Programa de Preservação de Bens Culturais para o período de 1980/81, o cronograma de execução e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida exigida.

Art. 7º - Somente poderá ser examinado e aprovado projeto que cumpra as seguintes condições:

- a) ter sido previamente enquadrado pelo IPHAN e pela SEPLAN;
- b) estar incluído no Programa de Preservação de Bens Culturais aprovado e preencher os requisitos exigidos pelo IPHAN. Poderão ser dispensadas as exigên

cias contidas no Art. 6º para o caso de projetos de pesquisa, prospecção e cadastramento de bens de valor cultural, de consolidação de monumentos em vias de destruição, de implantação e ampliação de centros de restauração e preservação, de desenvolvimento de técnicas de preservação e restauro e de cursos de formação e treinamento de recursos humanos;

c) conter indicação da origem e do montante dos recursos estaduais, municipais e de terceiros a serem aportados. Poderão ser aceitos como contrapartida, em percentuais a serem fixados, despesas com elaboração de projetos e recursos utilizados na desapropriação ou compra dos sítios ou monumentos a serem restaurados;

d) ter asseguradas as fontes de recursos a serem utilizados na manutenção e conservação do monumento após a restauração;

e) apresentar comprovação do tombamento estadual ou municipal do imóvel quando este não for tombado pelo IPHAN, concedendo-se aos Estados e/ou Municípios que não tiverem legislação de tombamento prazo até julho de 1980 para cumprir esta condição;

Art. 8º - Aos projetos cuja importância, complexidade, urgência ou desinteresse por parte do Estado ou Município recomendem a iniciativa do IPHAN será dispensada a contrapartida.

Art. 9º - Os projetos de formação e treinamento de recursos humanos previstos no item "c" do Art. 5º serão realizados em convênio com instituições de ensino.

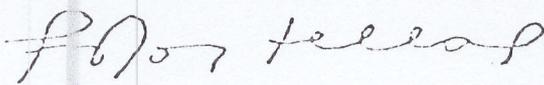
Art. 10 - Observadas as disposições desta Portaria, são mantidas as atuais atribuições da Delegacia Regional da SEPLAN em Recife até que as Diretorias Regionais do IPHAN se capacitem para assumir a responsabilidade da execução do Programa na Região Nordeste.

Parágrafo Único - Na medida em que as Diretorias Regionais do Nordeste se capacitem a absorver as tarefas executivas do Programa, o IPHAN comunicará a SEPLAN a data em que será iniciada a progressiva transferência da responsabilidade para as respectivas Regionais.

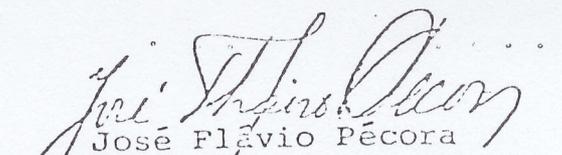
Art. 11 - Para definir as prioridades de execução dos projetos contidos nos Programas de Preservação de Bens Culturais e dar enquadramento às solicitações nos termos do item "a" do Art. 1º, fica criado Grupo de Trabalho composto de dois membros, sendo um representante do IPHAN e outro da SEPLAN.

Parágrafo Único - O IPHAN dará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 12 - Para fins de exame e aprovação de projetos, são considerados válidos até 31 de dezembro de 1979 os planos estaduais anteriormente aprovados de acordo com a Portaria Interministerial nº 19 de 04 de março de 1977.



Eduardo Portella  
Ministro da Educação e  
Cultura

  
José Flávio Pécora  
Ministro-Chefe Interino da  
Secretaria de Planejamento  
da Presidência da República

O original foi assinado pelo Senhor  
Ministro